



DIÁRIO OFICIAL



Belém, quinta-feira
31 de março de 2016

ANO CXXV DA IOE
126ª DA REPÚBLICA
Nº 33.098

República Federativa do Brasil - Estado do Pará

88 Páginas



**ESTAMOS
JUNTOS
NA LUTA
CONTRA
DENGUE,
ZIKA E
CHIKUNGUNYA!**



Governo estabelece medidas de contenção para enfrentar crise

O Governo do Estado, por meio do Decreto nº 1.513, estabelece medidas de contenção de gastos a serem adotadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo, no exercício de 2016.

Considera a necessidade de promover a racionalização de despesas,

limitando ao essencial para funcionamento dos órgãos e entidades, para não haver descontinuidade na execução dos programas sociais e demais despesas prioritárias do Governo.

O documento também informa que as ações são indispensáveis frente

à crise fiscal e financeira instalada no Brasil, caracterizada por um cenário de recessão econômica, de inflação e juros altos, retração do produto interno bruto e queda de receitas transferidas da União para os Estados.

PÁGINA 5

Termo de cooperação

Termo de Cooperação Técnica Institucional é firmado entre a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e o Fundo do Desenvolvimento da Pecuária do Estado do Pará.

Visa promover inquérito soro-epidemiológico da brucelose e da tuberculose, no rebanho bovino do Pará.

PÁGINA 20

Seleção de agentes

A Prefeitura de Novo Progresso fará Processo Seletivo Simplificado, para 49 vagas de agentes comunitários de saúde (ACS) e 18 para agentes de combate às endemias (ACE).

As inscrições devem ser feitas no Setor de Arrecadação e Tributos, na forma presencial, de 1º de abril a 1º de maio. Mais informações no endereço eletrônico da prefeitura: www.novoprogresso.pa.gov.br.

PÁGINA 56

Repescagem da Uepa

A Universidade do Estado do Pará (Uepa) convoca aprovados na Quarta Chamada Subsequente (Repescagem) do Processo Seletivo 2016 (Prosel), para matrícula nos dias 4 e 5 de abril, de 8h às 12h e de 14h às 18h.

Foram chamados também candidatos do Prise. Por não existir mais classificados para preencher vaga no Prise em algumas localidades e cursos, foram remanejadas para o Prosel.

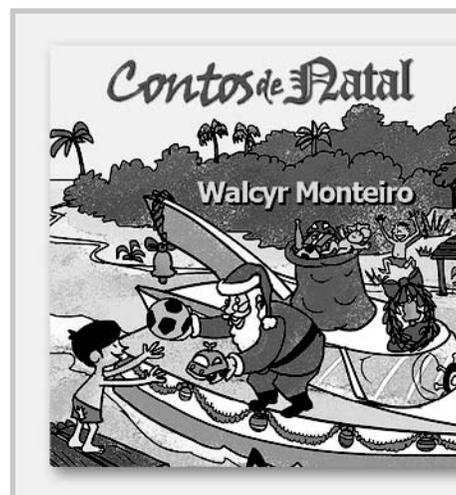
PÁGINA 42

Serviços de transporte

A contratação de serviços de transporte escolar fluvial (pessoa jurídica), com condutor, destinado a atender alunos matriculados na rede estadual e municipal de ensino, será objeto de licitação da Prefeitura de Anajás.

A abertura será às 9h do dia 12/04, na sede da prefeitura. Edital completo na sala da Comissão de Licitação, de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h.

PÁGINA 55



www.ioe.pa.gov.br
Fone: (91) 4009-7802

Agenda Cultural

Programe-se!



CINEMA

Filho de Saul

Local: Cine Líbero Luxardo (Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$ 10 (aceita-se meia-entrada)

Dia 31/03 e de 01 a 03/04 (até domingo), às 20h

A Segunda Guerra Mundial já foi vista sob as mais variadas óticas no cinema: dos vencedores, dos vencidos, patriota, política, histórica e, também, dolorosa. Esta é a característica mais marcante de Saul Fia, filme húngaro dirigido pelo estreante em longas László Nemes, que foi selecionado para a mostra competitiva do Festival de Cannes 2015.

Sinopse: 1944, campo de concentração de Auschwitz, durante a Segunda Guerra Mundial. Saul (Géza Röhrig) é um judeu obrigado a trabalhar para os nazistas, sendo um dos responsáveis em limpar as câmaras de gás após dezenas de outros judeus serem mortos. Em meio à tensão do momento e às dificuldades inerentes desta tarefa, ele reconhece entre os mortos o corpo de seu próprio filho.



CINEMA

Boi Neon

Local: Cine Líbero Luxardo (Av. Gentil Bittencourt, nº 650)

Ingressos: R\$ 10 (aceita-se meia-entrada)

Dia 31/03 e de 01 a 03/04 (até domingo), às 18h

O filme traz um visual tão impactante quanto a luminosidade vibrante que o título sugere, ao mesmo tempo em que aponta para uma justificada quebra de paradigmas. Num cenário fortemente associado ao machismo, o “herói” tem como objetivo a inserção em um meio do campo semântico feminino (moda).

Sinopse: Iremar (Juliano Cazarré) é um vaqueiro de curral que viaja pelo Nordeste, ao lado de Galega (Maeve Jinkings) e a pequena Geise (Samya de Lavor). Por onde passa Iremar recolhe revistas, panos e restos de manequins. O cotidiano é intenso e visceral, mas algo inspira novas ambições em Iremar: a recente industrialização e o polo de confecção de roupas na região do semi-árido nordestino. Deitado em sua rede na traseira do caminhão, sua cabeça divaga em sonhos de lantejoulas, tecidos requintados e croquis. O vaqueiro esboça novos desejos.



ENVIO DE CONTEÚDOS

O envio de conteúdos para publicação no Diário Oficial do Estado deve ser realizado, no caso de órgãos e secretarias de Estado, via sistema e-DIÁRIO, disponível no site www.ioepa.com.br

No ato do envio, o usuário **DEVE EVITAR:**

- Documentos que contenham notas de rodapé;
- Logomarcas; fontes coloridas; ou qualquer tipo de imagem;
- Caixas de texto; marcadores, quebras de seção, quebra manual de linhas, marcadores próprios dos editores de texto, como pontos; quadrados; setas etc.

Obs.: O não atendimento dessas especificações poderá gerar problemas na publicação.

VENDA DE EXEMPLAR

- Avulso R\$ 2,00
- Atrasado R\$ 3,00

ASSINATURA / RECLAMAÇÃO

91 4009-7810 / 4009-7818

ASSINATURA SEMESTRAL

- Capital R\$ 200,00
- Outras cidades R\$ 350,00

ASSINATURA ANUAL

- Capital R\$ 400,00
- Outras cidades R\$ 650,00

OBS 1: As assinaturas do **Diário Oficial** não dão direito ao recebimento de **Cadernos Especiais**, elaborados exclusivamente aos órgãos interessados.

OBS 2: As reclamações deverão ser feitas 24 horas após a circulação do **Diário Oficial** na Capital, e até 8 dias nos demais Estados e Municípios.

PUBLICAÇÕES

91 4009-7810
4009-7819

- cm x coluna (8cm) R\$ 65,00
- (*) O padrão de publicação obedecerá obrigatoriamente a fonte Verdana, Corpo 7.

ORÇAMENTO GRÁFICO

91 4009-7810
4009-7817



SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE
sac@ioe.pa.gov.br | 4009.7818



Simão Robison Oliveira Jatene
GOVERNADOR

José da Cruz Marinho
VICE-GOVERNADOR

Márcio Desidério Teixeira Miranda
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Constantino Augusto Guerreiro
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Marcos Antônio Ferreira das Neves
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA



**DIRETORIA, ADMINISTRAÇÃO,
REDAÇÃO E PARQUE GRÁFICO**

Trav. do Chaco, 2271
Marco • CEP: 66.093-410
Belém - Pará
PABX: 4009-7800
FAX: 4009-7819
www.ioepa.com.br

Luis Cláudio Rocha Lima
PRESIDENTE

Edson Ferreira Farias
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Augusto Henrique da Silva Neto
DIRETOR INDUSTRIAL

Ana Carmen Palheta Alves
DIRETORA DE DOCUMENTAÇÃO E TECNOLOGIA

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR - PÁG. 5
CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO - PÁG. 6
NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA - PÁG. 6
FUNDAÇÃO PROPAZ - PÁG. 6

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO - PÁG. 6
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PÁG. 6

SECRETARIA DE ESTADO

DE ADMINISTRAÇÃO - PÁG. 7
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO - PÁG. 7
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 7
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 7

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - PÁG. 8
BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A. - PÁG. 10
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 11

SECRETARIA DE ESTADO

DE PLANEJAMENTO - PÁG. 11

SECRETARIA DE ESTADO

DE SAÚDE PÚBLICA - PÁG. 11
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E
HEMATOLOGIA DO PARÁ - PÁG. 13
FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL
DE CLÍNICAS GASPAR VIANNA - PÁG. 14

SECRETARIA DE ESTADO

DE TRANSPORTES - PÁG. 17

SECRETARIA DE ESTADO

**DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E DA PESCA** - PÁG. 18
INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - PÁG. 18
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 19
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E
EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 20

SECRETARIA DE

**ESTADO DE MEIO AMBIENTE
E SUSTENTABILIDADE** - PÁG. 21
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL
E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 23

SECRETARIA DE ESTADO

**DE SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL** - PÁG. 23
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PÁG. 23
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 29
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES ... - PÁG. 29
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ ... - PÁG. 29
FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA ... - PÁG. 32

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - PÁG. 33
FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ - PÁG. 33

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - PÁG. 33
FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - PÁG. 33

SECRETARIA DE ESTADO

DE EDUCAÇÃO - PÁG. 34
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 41

SECRETARIA DE ESTADO

**DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,
TRABALHO, EMPREGO E RENDA** - PÁG. 42
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO
SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ - PÁG. 44
NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA
DE MICROCRÉDITO-CREDECIDADÃO - PÁG. 44

SECRETARIA DE

**ESTADO DE JUSTIÇA
E DIREITOS HUMANOS** - PÁG. 44
SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA
PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 45

SECRETARIA DE ESTADO DE

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
MINERAÇÃO E ENERGIA** - PÁG. 46
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DO PARÁ - PÁG. 46

SECRETARIA DE ESTADO

**DE DESENVOLVIMENTO
URBANO E OBRAS PÚBLICAS** - PÁG. 46
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 47

SECRETARIA DE ESTADO DE

**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
TÉCNICA E TECNOLÓGICA** - PÁG. 47
FUNDAÇÃO AMAZÔNIA PARAENSE
DE AMPARO À PESQUISA - PÁG. 47
EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 47

SECRETARIA DE ESTADO

DE ESPORTE E LAZER - PÁG. 48

SECRETARIA DE ESTADO

DE TURISMO - PÁG. 48

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 49

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 49
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 51

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE
CONTAS DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 51
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 51
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ - PÁG. 53

MUNICÍPIOS - PÁG. 54

PARTICULARES - PÁG. 58

EMPRESARIAL - PÁG. 58

ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

GABINETE DO GOVERNADOR

Governador: Simão Robison Oliveira Jatene
Tel.: (91) 3201-5669 / 5587 Fax: (91) 3248-0133

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Vice-Governador: José da Cruz Marinho
Tel.: (91) 3201-3631 Fax: (91) 3201-3745

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: José Megale Filho
Tel.: (91) 3201- 5563 / 5564 Fax: (91) 3248-0765

NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA

Diretora Geral: Daniele Salim Khayat
Tel.:

CASA MILITAR DA GOVERNADORIA DO ESTADO

Chefe: Ten. Cel. PM César Maurício de Abreu Mello
Tel.: (91) 3084-2450 / 2456 Fax: (91) 3084-2455

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE

Procurador Geral: Antonio Saboia de Mello Neto
Tel.: (91) 3225-0811 / 0777 Fax: (91) 3241-2828

AUDITORIA GERAL DO ESTADO - AGE

Auditor: Roberto Paulo Amoras
Tel.: (91) 3239-6477 / 6479 Fax: (91) 3239-6476

FUNDAÇÃO PROPAZ

Presidente: Jorge Antônio Santos Bittencourt
Tel.: (91) 3201-3724

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ESTADO DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS - SEEIPS

Secretária: Izabela Jatene de Souza
Tel.: (91) 3201-3725

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ESTADO PARA COORD. DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES - SEPMV

Secretário: Justiniano de Queiroz Netto
Tel.:

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD

Secretária: Alice Viana Soares Monteiro
Tel.: (91) 3289- 6202 / 6224 Fax: (91) 3241-2971

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE

Presidente: Luis Cláudio Rocha Lima
Tel.: (91) 4009-7800 Fax: (91) 4009-7802

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ - IASEP

Presidente: Iris Ayres de Azevedo Gama
Tel.: (91) 4006-7954 / 7965 / 7991 / 7994 Fax: (91) 4006-7962 / 7972

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV

Presidente: Allan Gomes Moreira
Tel.: (91) 3230-3521 Fax: (91) 3230-3521

ESCOLA DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ - EGPA

Diretor Geral: Ruy Martini Santos Filho
Tel.: (91) 3214-6802 / 6803 Fax: (91) 3214-6802

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA

Secretário: Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha
Tel.: (91) 3222-5720 / 3218-4200 / 4324 Fax: (91) 3223-0776

BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ

Presidente: Augusto Sérgio Amorim
Tel.: (91) 3348-3320 / 3209 Fax: (91) 3223-0823

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ - JUCEPA

Presidente: Cilene Moreira Sabino de Oliveira
Tel.: (91) 3217-5801 / 5802 / 5803 Fax: (91) 3217-5840

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN

Secretário: José Alberto da Silva Colares
Tel.: (91) 3241-9291 / 3242-9900 / 3204-7417 Fax: (91) 3241-0709

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESP

Secretário: Vitor Manuel Jesus Mateus
Tel.: (91) 4006-4800 / 4804/ 4805 Fax: (91) 4006-4849

HOSPITAL OPHIR LOYOLA

Diretor Geral: Luiz Cláudio Lopes Chaves
Tel.: (91) 3342-1100 / 3342-1305 Geral: 3289-1002 Fax: (91) 3289-1009

FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ

Presidente: Rosangela Brandão Monteiro
Tel.: (91) 3241-5208 / 4009-2241 Fax: (91) 4009-2299

FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ - HEMOPA

Presidente: Ana Suely Leite Saraiva
Tel.: (91) 3242-6905 / 9100 Fax: (91) 3242-6905

FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL HOSPITAL DE CLÍNICAS GASP

Presidente: Ana Lydia Ledo de Castro Ribeiro Cabeça
Tel.: (91) 3276-5665 / 0601 Fax: (91) 3276-1150

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN

Secretário: Kleber Ferreira de Menezes
Tel.: (91) 3218-78007846/7805 3243-3256 Fax: (91) 3231-5845

COMPANHIA DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DO PARÁ - CPH

Presidente: Abraão Benassuly Neto
Tel.: (91) 3201-3605 Fax: (91) 3201-3605

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - ARCON

Diretor Geral: Bruno Henrique Reis Guedes
Tel.: (91) 3213-3403 / 3241-1717 Fax: (91) 3213-3467

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA - SEDAP

Secretário: Hildegardo de Figueiredo Nunes
Tel.: (91) 3226-8904 / 1363 Fax: (91) 3226-7864 /3246-6168

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA

Presidente: Daniel Nunes Lopes
Tel.: (91) 3181-6500 / 6501 Pabx: 3181-6500 Fax: (91) 3229-9488

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PARÁ RURAL

Gerente Executivo: FREDERICO ANÍBAL DA COSTA.MONTEIRO
Tel.: (91) 3222-9583 / 3230-3292

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - ADEPARA

Diretor Geral: Luciano Guedes
Tel.: (91) 3210-1104 / 1102 Fax: (91) 3210-1105

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ - EMATER

Presidente: Paulo Amazonas Pedroso
Tel.: (91) 3256-0150 / 0015 Fax: (91) 3256-0015

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE- SEMAS

Secretário: Luiz Fernandes Rocha
Tel.: (91) 3184-3330 / 3341 Geral: 3184-3300 Fax: (91) 3276-8564

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - IDEFLOR-Bio

Diretor Geral: Thiago Valente Novaes
Tel.: (91) 3184-3377 / 3362 Fax: (91) 3184-3377

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SEGUP

Secretário: Gen. Jeannot Jansen da Silva Filho
Tel.: (91) 3215-2200 / 3215-2255 Fax: (91) 3225-2644

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - PM

Comandante Geral: Cel. PM Roberto Luiz de Freitas Campos
Tel.: (91) 3277-5644 Fax: (91) 3277-5644

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ - CBM

Comandante Geral: CEL. QOBM Zanelli Antonio Melo Nascimento
Tel.: (91) 4006-8313 / 8352 / 8396 Fax: (91) 3257-7200

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

Delegado Geral: Rilmar Firmino de Sousa
Tel.: (91) 4006-9045 Fax: (91) 3252-0050

CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS RENATO CHAVES

Diretor Geral: Orlando Salgado Gouvêa
Tel.: (91) 4009-6012 Geral: 4009-6075 Fax: (91) 4009-6016

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN

Diretor Superintendente: Andréa Yared de Oliveira Hass
Tel.: (91) 3214-6253 / 6256 Fax: (91) 3214-6249

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA - SECULT

Secretário: Paulo Roberto Chaves Fernandes
Tel.: (91) 4009-8736 / 8740 Fax: (91) 4009-8740

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DO PARÁ - FCP

Presidente: Dina Maria César de Oliveira
Tel.: (91) 3202-4350 / 4333 Fax: (91) 3202-4351

FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

Superintendente: Paulo José Campos de Melo
Tel.: (91) 3201-9471 / 9478 Fax: (91) 3201-9476

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO - SECOM

Secretário: Daniel Nardin Tavares
Tel.: (91) 3202-0931 / 0901 Fax: (91) 3202-0903

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA

Presidente: Adelaide Oliveira de Lima Pontes
Tel.: (91) 3228-0838 / 4005-7746 Fax: (91) 3226-6753

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC

Secretária: Ana Cláudia Serruya Hage
Tel.: (91) 3211-5107 / 5160 / 5161 Fax: (91) 3211-5026

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ - UEPA

Reitor: Juarez Antônio Simões Quaresma
Tel.: (91) 3244-5177 Fax: (91) 3244-5460

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA - SEASTER

Secretário: Heitor Márcio Pinheiro Santos
Tel.: (91) 3254-1373

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ- FASEPA

Presidente: Simão Pedro Martins Bastos
Tel.: (91) 3204-0201 Fax: (91) 3204-0204

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO - CREDCIDADAO

Gerente Executivo: Maria Alves dos Santos
Tel.: (91) 3201-9555

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH

Secretário: Michell Mendes Durans da Silva
Tel.: (91) 4009-2722 / 2723 / 2744 / 2700 Fax: (91) 3225-1632 / 3242-9651

SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - SUSIPE

Superintendente: Ten. Cel. André Luiz de Almeida e Cunha
Tel.: (91) 3230-2214 / 3242-2539 Fax: (91) 3224-6726

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME

Secretário: Adnan Demachki
Tel.: (91) 3110-2550

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ

Presidente: Cláudio Luciano da Rocha Conde
Tel.: (91) 3224-2663

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC

Presidente: Rogério Bastos das Neves
Tel.: (91) 3236-2884

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ - IMETROPARÁ

Presidente: Jorge Otávio Bahia de Rezende
Tel.: (91) 3246-2554 / 2404 / 1800 Fax: (91) 3266-1526

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARÁ S/A - CEASA

Presidente: Bianca Amaral Piedade Pamplona Ribeiro
Tel.: (91) 3228-9191 / 9260 / 9157 Fax: (91) 3228-9191

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP

Secretária: Noêmia de Sousa Jacob
Tel.: (91) 3183-0002

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA

Presidente: Luciano Lopes Dias
Tel.: (91) 3202-8567 / 8514 Fax: (91) 3236-2199

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB

Presidente: Lucilene Bastos Farinha
Tel.: (91) 3214-8500 / 8101 Fax: (91) 3243-0555

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE TRANSPORTE METROPOLITANO

Presidente: César Meira
Tel.: (91) 3110-8450

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA - SECTET

Secretário: Alex Bolonha Fiúza de Mello
Tel.: (91) 4009-2510 / 4009-2512 Fax: (91) 3242-5969

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ- FAPESPA

Presidente: Eduardo José Monteiro da Costa
Tel.: (91) 3223-2560

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

Presidente: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires
Tel.: (91) 3344-5201 / 5208 / 5217 Fax: (91) 3344-5204

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL

Secretária: Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo
Tel.: (91) 3201-2300 Fax: (91) 3201-2331

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR

Secretário: Adenauer Marinho de Oliveira Góes
Tel.: (91) 3110-5003

EXECUTIVO

GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 1.513, DE 30 DE MARÇO DE 2016

Estabelece medidas de contenção de gastos com pessoal e outras despesas correntes, no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, incisos III, V e VII, alínea "a", da Constituição Estadual, e

Considerando a necessidade de manter o equilíbrio das contas públicas, dando cumprimento aos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando a necessidade de cumprir os desembolsos com as despesas decorrentes de vinculações constitucionais e legais de receitas nos limites estabelecidos;

Considerando a necessidade de cumprir as metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal firmado com a União, evitando a aplicação de penalidades previstas no referido acordo;

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual adotarem medidas efetivas de controle, contenção e redução das Despesas Públicas;

Considerando a necessidade de promover a racionalização dos gastos, limitando-os ao essencial para o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, objetivando não haver descontinuidade na execução dos programas sociais e demais despesas prioritárias do Governo;

Considerando a crise fiscal e financeira instalada no País, caracterizada por um cenário de recessão econômica, de inflação e juros altos, retração do produto interno bruto e queda de receitas transferidas da União para os Estados;

Considerando finalmente, a transparência, o controle, o equilíbrio fiscal, como requisito próprio de governabilidade democrática e ainda a necessidade de atualização do Decreto nº 1.347, de 25 de agosto de 2015;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam estabelecidas as seguintes medidas de contenção de gastos a serem adotadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, no exercício de 2016:

I - suspender:

a) a realização de contratação de consultorias para a realização de serviço de qualquer natureza, excetuando-se as licitações com recursos de financiamentos e empréstimos e com recursos a fundo perdido com aplicação vinculada;

b) a participação de servidores em cursos, congressos, seminários e outros eventos congêneres dentro e fora do Estado, inclusive no exterior;

c) a celebração de aditivos em contratos administrativos que representem aumento de quantitativo anteriormente contratado e que impliquem em acréscimo no valor do contrato.

d) as ligações de telefone fixo para telefone móvel, ligações interurbanas e internacionais, com exceção das ligações realizadas pelos Gabinetes dos titulares dos órgãos e entidades e Secretários Adjuntos;

e) a contratação de serviços de *buffet*, incluindo locação de espaço e despesas afins, excetuando-se aqueles de representação institucional ou oficial do Poder Executivo Estadual, de responsabilidade ou autorizadas pela Casa Civil da Governadoria;

f) a aquisição de veículos, exceto os veículos adquiridos com recursos de financiamentos e empréstimos e com recursos a fundo perdido com aplicação vinculada, ou veículos destinados às ações finalísticas de fiscalização, saúde, educação e segurança;

II - reduzir em 20% (vinte por cento) em relação à média mensal praticada nos últimos 3 (três) anos por cada órgão e entidade, os gastos com:

a) a locação de veículos;

b) a impressão, suprimentos de informática e material de expediente;

c) a concessão de diárias;

d) a aquisição de passagens aéreas;

e) os contratos de vigilância, limpeza e conservação;

f) telefonia fixa;

g) energia elétrica.

§ 1º Os custos com as remarcações de bilhetes de passagens aéreas ficam sob responsabilidade dos servidores, exceto se ocorrerem por interesse público, devidamente justificado e com prévia autorização superior.

§ 2º Excetua-se do disposto na alínea "b" do inciso I deste artigo as agendas oficiais de trabalho, bem como, os eventos nacionais de frequência anual ou periódica dos quais participem os Secretários e Dirigentes dos órgãos e entidades e servidores que nestes os acompanharem ou representarem, que devem ser precedidas de autorização do Chefe da Casa Civil.

Art. 2º Ficam suspensas na Administração Direta, nas Autarquias, nas Fundações Públicas pelo período de 12 (doze) meses as seguintes medidas:

I - novas contratações de servidores temporários;

II - os atos de nomeações para cargos comissionados e assemelhados com efeito retroativo;

III - criação de cargos, empregos ou funções;

IV - reestruturações de órgãos e entidades que impliquem em aumento de despesas;

V - criação de gratificações e adicionais ou alterações das existentes que impliquem em aumento de despesas;

VI - cessação de servidores com ônus para o governo do Estado do Pará;

VII - criação e implantação de Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração que impliquem em aumento de despesa.

Art. 3º Fica determinado aos órgãos e entidades que procedam à revisão imediata do quantitativo de servidores temporários com vistas à redução das despesas com pessoal.

Parágrafo único. Para o atendimento do disposto no *caput* deste artigo, os órgãos e entidades deverão no prazo de 10 (dez) dias, a partir da vigência deste Decreto, encaminhar à Secretaria de Estado de Administração a relação nominal, contendo identificação da função, que deverá ser excluída da folha de pagamento do Estado.

Art. 4º Para o atendimento das necessidades de redução das despesas com pessoal aos limites legalmente estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 2000, os gestores dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta integrantes do Poder Executivo Estadual, deverão proceder a redução dos valores gastos com gratificações e vantagens variáveis, inclusive instituindo teto para o pagamento dessas vantagens.

Art. 5º Fica vedada a requisição de servidores de outras esferas de governo com ônus para o Governo do Estado do Pará.

Art. 6º Fica determinado aos órgãos e entidades que procedam à revisão do quantitativo de servidores cedidos para outras esferas de governo com vistas à reversão do ônus para o órgão de destino.

Art. 7º Fica vedada a celebração de convênios e/ou contratos que tenham por finalidade a realização de projetos específicos que envolvam transferências de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social com a finalidade de custear despesas com passagens, diárias, nacionais e internacionais para participação em eventos de qualquer natureza.

Art. 8º A utilização dos serviços de telefonia móvel, com ônus para o Estado do Pará, fica restrita, além do Governador e do Vice-Governador, às seguintes autoridades e ocupantes dos cargos:

I - Chefe da Casa Civil, Chefe da Casa Militar, Secretários de Estado, Procurador-Geral do Estado, dirigentes de Autarquias e Fundações Públicas, Comandante-Geral da Polícia Militar, Comandante do Corpo de Bombeiros, Delegado-Geral da Polícia Civil, Auditor-Geral do Estado, Secretários Regionais de Governo;

II - Secretários Adjuntos, equivalentes e Ouvidor Geral;

III - Diretores e equivalentes;

IV - Assessores de Comunicação e Chefes de Gabinete;

V - Motoristas das autoridades mencionadas nos incisos I e II deste artigo;

VI - Gestores de cada contrato relativo aos serviços de telefonia móvel.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização de linha telefônica móvel pelos servidores elencados nos incisos II, III, IV, V e VI deste artigo, que estiverem afastados regularmente do exercício do cargo.

Art. 9º As despesas com o uso dos serviços de telefonia móvel, à exceção dos utilizados pelo Governador e Vice-Governador, ficam limitadas aos valores mensais abaixo mencionados:

I - R\$ 300,00 (trezentos reais) para os servidores enumerados no inciso I, do art. 7º deste Decreto;

II - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para os servidores enumerados no inciso II, do art. 7º deste Decreto;

III - R\$ 100,00 (cem reais) para os servidores enumerados nos incisos III e IV, do art. 7º deste Decreto;

IV - R\$ 30,00 (trinta reais) para os servidores enumerados nos incisos V e VI, do art. 7º deste Decreto.

Parágrafo único. Fica estabelecida a redução em 30% (trinta por cento) por órgão e entidade de uso de pacote de dados para *smartphone* e *mini modem*.

Art. 10. Os veículos de representação serão de uso exclusivo dos Secretários e Dirigentes de órgãos e entidades.

Parágrafo único. Os Secretários e Dirigentes dos órgãos e entidades deverão adotar medidas administrativas para otimizar o uso dos veículos de forma corporativa.

Art. 11. Os limites máximos diário de abastecimento de combustíveis dos veículos oficiais ficam fixados nos seguintes valores:

a) R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) para automóveis;

b) R\$ 300,00 (trezentos reais) para micro-ônibus (van);

c) R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para gerador/motor/trator;

d) R\$ 800,00 (oitocentos reais) para caminhão/ônibus.

Art. 12. Os órgãos e entidades deverão, com o apoio da PRODEPA, identificar e estabelecer parâmetros de tecnologias da informação para uso corporativo, estruturante e estratégico na Administração Pública.

Art. 13. Fica vedado aos órgãos e entidades contratar serviços de apoio técnico e administrativo e adquirir bens necessários à gestão dos Sistemas de Informação e Telecomunicações do Estado, sem a anuência da PRODEPA.

Art. 14. Nas renovações de contratos de natureza continuada e de aluguel de imóvel, sem prejuízo das demais medidas disciplinadas neste Decreto, deverão ser adotadas medidas junto às contratadas para repactuação, objetivando redução do preço originalmente contratado e/ou a renúncia à aplicação da cláusula de reajuste.

Art. 15. A observância e cumprimento das disposições e diretrizes disciplinadas por este Decreto são da responsabilidade dos Secretários, Secretários Adjuntos, Dirigentes e assemelhados e Diretores Administrativo-Financeiro e/ou Ordenadores de Despesas dos órgãos e entidades.

§ 1º Os órgãos e entidades deverão adequar suas Unidades Administrativas e Controles Internos para o assessoramento tempestivo quanto ao levantamento, acompanhamento, atendimento e demonstração dos resultados no âmbito de suas áreas, através de relatório bimestral, que deverá ser encaminhado ao SIGOV.

§ 2º O acompanhamento das estratégias adotadas e sua avaliação e aperfeiçoamento ocorrerá, de forma contínua e permanente, objetivando contribuir para redução das despesas públicas no âmbito dos órgãos e entidades, pelo(s):

I - Órgãos Componentes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, de forma centralizada e/ou descentralizada;

II - Comitê Gestor do SIGOV, bimestralmente para encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 16. Fica instituído como órgão gestor do Sistema de Compras Públicas do Poder Executivo estadual a Secretaria de Estado de Administração.

§ 1º Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, a Secretaria de Estado de Administração requisitará do órgão participante do registro de preços a manifestação de interesse em participar do processo licitatório, devendo este providenciar o encaminhamento, ao órgão promotor, sua estimativa de consumo, cronograma de contratação e respectivas especificações ou projeto básico e termo de referência nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, adequado ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

§ 2º A Secretaria de Estado de Administração editará normas complementares necessárias ao bom funcionamento do Sistema de Compras Públicas do Poder Executivo Estadual.

Art. 17. As disposições deste Decreto aplicam-se também às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, consideradas dependentes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 18. As exceções as regras estabelecidas neste Decreto serão submetidas à deliberação do Comitê Gestor do SIGOV.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art. 6º do Decreto nº 1.347, de 25 de agosto de 2015, os arts. 6º e 8º do Decreto nº 409, de 2 de abril de 2012, e o art. 3º do Decreto 876, de 29 de outubro de 2013.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 30 de março de 2016.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA

PORTARIA

**PORTARIA Nº 105/2016 - SCCG,
DE 30 DE MARÇO DE 2016**

A SUBCHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto s/n de 01.01.2015, publicado no DOE nº 32.798 de 01.01.2015 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº 2.603/2015 CCG de 04.05.2015, publicada no DOE nº 32.878 de 05.05.2015 e,
CONSIDERANDO o processo nº 2016/120852-PG de 28 de Março de 2016.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **Paloma Maciel Lins**, ocupante do cargo de Assessor Especial I, Matrícula funcional nº 5917053/4, lotada no Núcleo de Relações Institucionais-NRI, para responder pela Coordenadoria do Núcleo, durante o impedimento do titular, no período de 04/04 a 03/05/2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE CASA CIVIL DA GOVERNADORIA, 30 de Março de 2016

CARMEN LÚCIA DANTAS DO CARMO

Subchefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo 944780

PORTARIA Nº 509/2016-CCG DE 30 DE MARÇO DE 2016

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 2.168, de 27 de maio de 1997, e
CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2016/119487, R E S O L V E:

autorizar **HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES**, Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, a viajar para Brasília-DF, no dia 29 de março de 2016, a fim de participar de reunião do Conselho Nacional de Secretários de Agricultura - **CONSEAGRI**, devendo responder pelo expediente do órgão, na ausência do Titular, **ELIANA FRANÇA DOS SANTOS ZACCA**, Secretária Adjunta.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 30 DE MARÇO DE 2016.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

PORTARIA Nº 510/2016-CCG DE 30 DE MARÇO DE 2016

O CHEFE DA CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº. 13, de 7 de fevereiro de 2011, e

CONSIDERANDO os termos do Processo nº. 2016/121689,

R E S O L V E:

tornar sem efeito a Portaria nº. 453-CCG, de 16 de março de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº 33.090 de 17 de março de 2016, que nomeou **MARIA CRISTIANE MIRANDA BRAGA** para exercer o cargo em comissão de Gerente do Núcleo de Capacitação Física Profissional, código GEP-DAS-011.3, com lotação na Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, a contar de 1º de março de 2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO, 30 DE MARÇO DE 2016.

JOSÉ MEGALE

Chefe da Casa Civil da Governadoria do Estado

Protocolo 944912

NÚCLEO DE ARTICULAÇÃO E CIDADANIA

PORTARIA

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

Nota de Empenho Nº 2016NE 00040

Valor: R\$ 6.800,00

Data de emissão: 21/03/2016

Processo: 2016/52836

Origem: Cotação Eletrônica nº 01/2016

Objeto: Aquisição de material permanente

Proj./Ativ.: 08122129784080000
Elemento de Despesa: 449052
Fonte: 0101000000
Contratado: Ilza Leão da Silva Cunha
DANIELE SALIM KHAYAT
Diretora Geral

Protocolo 944756

FUNDAÇÃO PROPАЗ

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº
001/2016**

A Fundação PROPАЗ do Estado do Pará, representada pelo seu Presidente, no âmbito de suas atribuições legais, regimentais e considerando os elementos constantes do Processo nº 2016/64845 – PROPАЗ, bem como os pareceres jurídicos exarados nos presentes autos, resolve ratificar o ato de inexigibilidade da licitação para a contratação do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON, inscrita no CNPJ nº 34.891.085/0001-67, para realização de serviços de consultoria e assessoramento a Fundação PROPАЗ em apoio à implementação do Programa de Integração de Políticas Sociais – PIPS, como estratégia central para orientar os investimentos públicos na área social no Estado do Pará, com fulcro na hipótese de inexigibilidade de licitação previsto no art. 25, caput, inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações posteriores, importando no valor global de R\$ 280.000,00 (Duzentos e Oitenta Mil Reais), correndo a despesa à conta do exercício vigente. Face ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93, dê-se a devida publicidade.

Belém, 30 de Março de 2016.
Jorge Antônio Santos Bittencourt
Presidente
Fundação PROPАЗ

Protocolo 944911

VICE-GOVERNADORIA DO ESTADO

ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE PORTARIA DE DIÁRIA
PORTARIA Nº 031/2016, PUBLICADA NO DOE Nº33.095, DE 28/03/2016,
NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 943384

ONDE SE LÊ:

PORTARIA Nº 031/2016-GVG DE 23 DE MARÇO DE 2016

LEIA-SE:

PORTARIA Nº 033/2016-GVG DE 23 DE MARÇO DE 2016

Protocolo 944580

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Após análise das peças contidas nos autos do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2015 - PGE/PA, para contratação de empresa para a aquisição de equipamentos de informática, conforme especificações e quantificações constantes no Termo de Referência - Anexo I (Especificações Técnicas) do Edital, para atender as necessidades da Procuradoria-Geral do

Estado do Pará, RESOLVO:

ADJUDICAR os objetos ora licitados, nos termos do art. 9º, inciso XXIV, da Lei Estadual nº 6.474/2002, pelo critério de menor preço global em favor das empresas INFOTEC MAGAZINE EIRELI - ME, CNPJ: 23.586.149/0001-08, vencedora dos itens 01 e 07; XRM FALCÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, CNPJ: 18.940.912/0001-09, vencedora do item 04 e VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ: 21.997.155/0001-14, empresa vencedora dos itens 05 e 06; e, HOMOLOGAR o procedimento da licitação para que esta adjudicação produza seus efeitos jurídicos e legais, confirmando o cancelamento do grupo I, itens 02, 03, 09 e 10, bem como o item 08, em razão do fracasso nas negociações com as empresas licitantes, de outro modo determinar como vencedoras as empresas INFOTEC MAGAZINE EIRELI - ME, CNPJ: 23.586.149/0001-08; XRM FALCÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, CNPJ: 18.940.912/0001-09; e VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA - EPP, CNPJ: 21.997.155/0001-14, dando-se continuidade ao procedimento com as providências subsequentes.

Belém, 22 de março de 2016.

ANTONIO SABOIA DE MELO NETO

Procurador-Geral do Estado do Pará

Protocolo 944661

DIÁRIA

Portaria nº 185/2016-PGE.G., de 29 de março de 2016

O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, no uso das suas atribuições legais...

Considerando o art.145 da Lei 5.810/94.

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, ½ (meia) diária ao servidor **Israel da Silva Paixão**, Assessor, id. funcional 54189195/2, para obtenção de cópia das folhas 72/73 do processo nº 0004122-81.2015.814.0061, folhas 22/23 do processo nº 0004123-66.2015.814.0061 e folhas 22/23 do processo nº 0005115-27.2015.814.0061, no dia 31.03.16.

Local de origem: Marabá/PA

Local de destino: Tucuruí/PA

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO

Procurador-Geral Adjunto Administrativo

Protocolo 944560

Portaria nº 186/2016 - PGE.G., de 30 de março de 2016.

O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, no uso das suas atribuições legais...

Considerando o art.145 da Lei 5.810/94.

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, ½ diária ao servidor **Alexandre Mallet Alvarez**, Motorista, id. Funcional 54189195/2, para obtenção de certidão para fins de interposição de agravo de instrumento e cópia integral do processo nº 00084513820148140008, no dia 04.04.16

Local de origem: Belém/PA

Local de destino: Barcarena/PA

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO

Procurador-Geral Adjunto Administrativo

Protocolo 944781

Portaria nº 187/2016 - PGE.G., de 30 de março de 2016.

O Procurador-Geral Adjunto Administrativo, no uso das suas atribuições legais...

Considerando o art.145 da Lei 5.810/94.

RESOLVE:

CONCEDER, de acordo com o decreto 2.819 de 06.09.94, 1 e ½ diária ao servidor **Rodrigo Costa Pinto**, Assistente Administrativo, id. funcional 57215081/1, para obter cópia de autos judiciais e certidões, no período de 29.03 a 30.03.16.

Local de origem: Santarém/PA

Local de destino: Itaituba/PA

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

JOSÉ AUGUSTO FREIRE FIGUEIREDO

Procurador-Geral Adjunto Administrativo

Protocolo 944785

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIA

PORTARIA Nº 123/2016 - DAF/SEAD, DE 30 DE MARÇO DE 2016

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 1.546/2014-CCG de 02.07.2014 publicada no DOE nº. 32.676 de 03.07.2014, e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº.518/2014, de 10 de julho de 2014, publicada no DOE nº.32.686 de 17.07.2014 e ainda;

CONSIDERANDO o Art. 145 da Lei nº.5.810 de 24.01.1994 e o Processo nº. 2016/124457 de 30/03/2016;
RESOLVE:
 I- Autorizar o servidor **HUMBERTO BASTOS FARINHA**, Id. Funcional nº. 57234696/1, ocupante do cargo de Gerente de Serviços, lotado na Coordenadoria de Material, Patrimônio e Serviços, a viajar para o município de Santarém/PA, nos dias **31/03/2016** e **01/04/2016** a fim de realizar acompanhamento da vistoria de manutenção emergencial na parte elétrica do prédio onde funcional a "estação Cidadania" - Polo Santarém.
 II- Conceder de acordo com as bases legais vigentes 1 e 1/2 (uma e meia) diárias ao servidor acima, que se deslocara conforme item I.
 REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, 30 de MARÇO DE 2016

VANIA CRISTINA SOUSA RODRIGUES
 Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 944881

IMPrensa OFICIAL DO ESTADO

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

TÉRMINO DE VINCULO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

ATO: Nº 2015/66724
 Termino de Vinculo: 31.03.2016
 Tipo: Termino de Vinculo do Servidor
 Motivo: Encerramento de Vinculo de Servidor Temporário
 Órgão: Imprensa Oficial do Estado
 Servidor: LÍVIO CÍCERO CAMPBELL PONTES.
 Cargo: TECNICO A

Protocolo 944508

ERRATA

ERRATA DE PORTARIA

NA PORTARIA DE Nº 009 DE 29.01.2016, PUBLICADA NO DOE Nº 33.060 DE 01.02.2016, PROTOCOLO Nº 922350.

ONDE SE LÊ:

MICHELLY DOS SANTOS FREIRE - Presidente, em exercício.

LEIA-SÊ:

LUIS CLÁUDIO ROCHA LIMA - Presidente.

NA PORTARIA DE Nº 010 DE 29.01.2016, PUBLICADA NO DOE Nº 33.060 DE 01.02.2016, PROTOCOLO Nº 922392.

ONDE SE LÊ:

MICHELLY DOS SANTOS FREIRE - Presidente, em exercício.

LEIA-SÊ:

LUIS CLÁUDIO ROCHA LIMA - Presidente.

Protocolo 944507

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ

FÉRIAS

Portaria nº 104 de 21 de março de 2016
 CONCEDER aos servidores deste Instituto, 30 (Trinta) dias de férias regulamentares, no mês Abril/2016, Conforme quadro demonstrativo anexo.
 José Moreira Sales
 Diretor Administrativo e Financeiro

MATRICULA	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO CONCESSIVO
54180499/5	ANDRE LUIS BASTOS FREIRE	2015/2016	04.04 A 03.05.2016
14338/1	ANTONIO FERNANDES DE LIMA	2015/2016	25.04 A 24.05.2016
57174485/3	ISABELLE PURIFICAÇÃO ALVES	2014/2015	04.04 A 03.05.2016
3152405/1	JOSÉ DE RIBAMAR ANDRADE	2015/2016	11.04 A 10.05.2016
5229456/2	REGINA FATIMA DE SOUSA MACEDO	2014/2015	25.04 A 24.05.2016
3157938/1	MARIA DE NAZARE COELHO LAURIDO	2015/2016	04.04 A 03.05.2016
5910819/1	VALDO ALVES DOS REIS BRAGA JUNIOR	2015/2016	04.04 A 03.05.2016
3158004/1	WILSON DO CARMO FERREIRA DOS PRAZERES	2014/2015	04.04 A 03.05.2016

Protocolo 944594

INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 076 DE 30 DE MARÇO DE 2016
 A Diretora de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 112/2013, de 11/04/2013, publicado no DOE nº 32.376, de 15/04/2013.
CONSIDERANDO o disposto no artigo 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO ainda, os termos do Processo nº 2016/110589, de 18/03/2016.

RESOLVE:

I - CONCEDER ao servidor Marco Antonio Martins, matrícula funcional nº 55589560/1, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Informática/Gerente, lotado no Núcleo de Tecnologia da Informação, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 06/06/2016 a 05/07/2016, correspondente ao triênio 2007-2010.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
 Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 30 de março de 2016.

Eudézia Martins D'Angelo

Diretora de Administração e Finanças

Protocolo 944700

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Termo Aditivo: 04
 Contrato: 003/2012
 Data da assinatura: 22/03/2016
 Vigência: 01/02/2016 a 16/01/2017
 Objeto: Redução da taxa de gerenciamento para 2% (dois por cento) a partir de 01/02/2016.

Exercício: 2016
 Contratado: DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA
 Endereço: Rodovia Arthur Bernardes, nº 151, 1º andar Bairro - Telegrafo sem fio
 CEP: 66.115-000 Belém/PA
 Ordenador de Despesa: Eudézia Martins D'Angelo

Protocolo 944778

FÉRIAS

PORTARIA Nº 077 DE 30 DE MARÇO DE 2016
 A Diretora de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 112/2013, de 11/04/2013, publicado no DOE nº 32.376, de 15/04/2013.
 CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 047/2016-GAPRE, de 30/03/2016 que dispõe sobre cancelamento de férias de servidor.

RESOLVE:

I - CANCELAR, o período de gozo de férias concedido ao servidor GUSTAVO CARVALHO RUFFEIL, matrícula nº. 57227288/5, ocupante do cargo de Técnico de Administração e Finanças e lotado na Presidência, no período de 04/04/2016 a 03/05/2016, concedido através da Portaria nº 006/2016 de 15/01/2016, publicada no DOE nº 33.051, de 19/01/2016.

DE-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

EUDEZIA MARTINS D'ANGELO
 Diretora de Administração e Finanças.

Protocolo 944751

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA RET AP Nº 0476 DE 31 DE MARÇO DE 2016. Proc. 2013/50591-3 - TCE

Assunto:

I - Retificar a Portaria AP nº 1203, de 20 de março de 2012, alterando a regra de aposentadoria do Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº. 41/03, para o Art. 3º, caput, incisos I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/05, alterando o percentual do Adicional por Tempo de Serviço de 55% para 50% e, por conseguinte, a sua fundamentação legal, passando a constar: Art. 3º, caput, incisos I, II, III e parágrafo único da Emenda Constitucional nº 47/05 c/c Art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/03; Art. 131, § 1º, inciso X da Lei nº 5.810/94.

Beneficiário (a): **MARIA VANEIDE CASTRO DOS SANTOS**

Matricula: **270261/1**

Cargo: **Agente de Portaria Ref. 1**

Órgão: **Secretaria de Estado de Educação - SEDUC**

Valor dos Proventos: **R\$ 933,00**

Presidente: **ALLAN GOMES MOREIRA**

Protocolo 944746

PORTARIA RET AP Nº 0477 DE 31 DE MARÇO DE 2016. Proc. 2014/50882-6 - TCE

Assunto:

I - Retificar a Portaria AP nº 0669, de 08 de fevereiro de 2012, alterando o enquadramento do nível I para o nível J, bem como o percentual do Adicional por Tempo de Serviço de 60% para 55% e, por conseguinte, a sua fundamentação legal, passando a constar: Art. 6º, incisos I, II, III e IV da Emenda Constitucional nº 41/03 c/c Art. 40, §5º, da CF/88, Arts. 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47/05 e Art. 54-A, incisos I, II, III e IV da Lei Complementar nº 39/02, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 49/05; Art. 37, §2º, da Lei nº 5.351/86 c/c V. Acórdão nº. 16.985/89 do TCE; Art. 35, caput, da Lei 5.351/86 c/c Art. 32, caput, da Lei 7.442/2010 - PCCR; Art. 140, inciso III, da Lei nº 5.810/94; Art. 131, §1º, inciso IX, da Lei nº 5.810/94 c/c Art. 36, parágrafo único, da Lei nº 5.351/86.

Beneficiário (a): **ALCINDA MARIA BARATA NOGUEIRA**

Matricula: **642010/1**

Cargo: **Professor Classe I, nível I**

Órgão: **Secretaria de Estado de Educação - SEDUC**

Valor dos Proventos: **R\$6.290,88**

Presidente: **ALLAN GOMES MOREIRA**

Protocolo 944749

ATO: PORTARIA PS Nº 482 DE 30 DE MARÇO DE 2016 FUNDAMENTAÇÃO: Conceder com fundamento no que dispõem os artigos 22, inciso I e 27 da Lei nº 5.011/1981.

ÓBITO: 15/12/2000

ORGÃO: POLÍCIA CIVIL

EX-SEGURADO: FRANCISCO BEZERRA DA COSTA

MATRICULA: 135160/1

CARGO: INVESTIGADOR DE POLÍCIA/PC

VALOR: R\$ 7.052,01

BENEFICIÁRIO: RENILDA MENDES CRUZ DA COSTA

ORDENADOR: ALLAN GOMES MOREIRA

Protocolo 944761

**PORTARIA RET PS Nº 0481 DE 31 DE MARÇO DE 2016.
Proc. 2014/51762-3 - TCE****Assunto:**

I - Retificar a Portaria PS nº 1756, de 24 de julho de 2013, que concedeu o benefício de pensão por morte em favor de **MARIA OLIVEIRA DE ARAÚJO DA SILVA**, de acordo com os art. 6º, inciso I, art. 25, art. 25-A, inciso II e art. 29, todos da Lei Complementar nº 39/02, com as alterações incluídas pelas Leis Complementares nº 044/03, 049/05 e 051/06, viúva do ex-segurado Bernardo da Silva Ricardo, para alterar o valor da pensão, em decorrência da majoração do percentual de Adicional por Tempo de Serviço - ATS de 30% para 50%.

Beneficiário (a): **MARIA OLIVEIRA DE ARAÚJO DA SILVA**

Ex-segurado (a): **Bernardo da Silva Ricardo**

Matrícula: 518387/1

Cargo: Agente de Portaria

Órgão: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Valor dos Proventos: R\$ 933,00

Presidente: **ALLAN GOMES MOREIRA.**

Protocolo 944765

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

PORTARIA

PORTARIA DE ISENÇÃO DE IPVA - PESSOA COM DEFICIÊNCIA- CAIF/DTR

PORTARIA Nº 2016330001775, de 29 de março de 2016
MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para pessoa com deficiência relativo a veículo no ano de 2016.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n.º 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n.º 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n.º 0009, de 20 de junho de 2007.

INTERESSADO: MARIA CRISTINA GONÇALVES.

CPF: 221.000.756-91.

MARCA/MODELO: TOYOTA/COROLLA XLI FLEX.

CHASSI: 9BRBL42E8C4730275.

PORTARIA Nº 2016330001787, de 30 de março de 2016

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para pessoa com deficiência relativo a veículo no ano de 2016.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n.º 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n.º 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n.º 0009, de 20 de junho de 2007.

INTERESSADO: SHEILA REGINA ABREU DE ALMEIDA.

CPF: 677.200.803-00.

MARCA/MODELO: HONDA/FIT EXL CVT.

CHASSI: 93HGK5870GZ203394.

PORTARIA Nº 2016330001788, de 30 de março de 2016

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para pessoa com deficiência relativo a veículo no ano de 2016.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n.º 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n.º 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n.º 0009, de 20 de junho de 2007.

INTERESSADO: GILMARA DA COSTA CAMPELO.

CPF: 682.864.812-91.

MARCA/MODELO: VW/GOL 1.6 POWER.

CHASSI: 9BWAB05U0CT049444.

PORTARIA Nº 2016330001789, de 30 de março de 2016

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para pessoa com deficiência relativo a veículo no ano de 2016.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n.º 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n.º 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n.º 0009, de 20 de junho de 2007.

INTERESSADO: JOSIANE DO COUTO RODRIGUES.

CPF: 587.574.812-53.

MARCA/MODELO: FIAT/PUNTO ESSENCE 1.6.

CHASSI: 9BD11812EE1296860.

PORTARIA Nº 2016330001790, de 30 de março de 2016

MOTIVO: Conceder a isenção de IPVA para pessoa com deficiência relativo a veículo no ano de 2016.

BASE LEGAL: Art. 3º, inciso XII da Lei n.º 6.017, de 30 de dezembro de 1996; Decreto n.º 2.703, de 27 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa n.º 0009, de 20 de junho de 2007.

INTERESSADO: WILLIS ELY DA COSTA MARTINS.

CPF: 087.485.782-15.

MARCA/MODELO: HONDA/CIVIC LXS.

CHASSI: 93HFB2630EZ169485.

Protocolo 944757

PORTARIAS DE RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE - ENTIDADES IMUNES

PORTARIA Nº 2016330001774, de 29 de março de 2016

MOTIVO: Conceder a imunidade de IPVA relativo a veículo para o ano de 2016.

BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, do Decreto nº 2.7703, de 27 de dezembro de 2006 e da Instrução Normativa nº 0009, de 20 de junho de 2007.

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO IRMÃS MESTRAS DE SANTA DOROTEIA, FILHAS DOS SAGRADOS.

CNPJ: 05.515.801/0001-03.

EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO

2016 9BD19627MG2267147 FIAT/PALIO ATTRACTIV 1.4

PORTARIA Nº 2016330001779, de 29 de março de 2016

MOTIVO: Conceder a imunidade de IPVA relativo a veículo para o ano de 2016.

BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, do Decreto nº 2.7703, de 27 de dezembro de 2006 e da Instrução Normativa nº 0009, de 20 de junho de 2007.

INTERESSADO: LAR FABIANO DE CRISTO.

CNPJ: 33.948.381/0067-10.

EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO

2016 9BWMF07X19P008542 VW/KOMBI

PORTARIA Nº 2016330001783, de 29 de março de 2016

MOTIVO: Conceder a imunidade de IPVA relativo a veículo para o ano de 2016.

BASE LEGAL: Art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, do Decreto nº 2.7703, de 27 de dezembro de 2006 e da Instrução Normativa nº 0009, de 20 de junho de 2007.

INTERESSADO: OBRAS SOCIAIS DA DIOCESE DE BRAGANCA.

CNPJ: 05.321.575/0001-20.

EXERCÍCIO CHASSI MARCA/MODELO

2016 8AJFY29G0F8587775 I/TOYOTA HILUX CD4X4 SRV

2016 93W244M24D2101672 FIAT/DUCATO MINIBUS

2016 93XHNK740BCA71774 MMC/L200 OUTDOOR

2016 93XHNK8BTFC02308 MMC/L200 TRITON HPE D

2016 93XJNK8TDC52112 MMC/L200 TRITON 3.2 D

2016 93XJNK8TDC62081 MMC/L200 TRITON 3.2 D

2016 93XJNK8TDC66792 MMC/L200 TRITON 3.2 D

2016 93XJNK8TDCD76846 MMC/L200 TRITON 3.2 D

2016 93XSNK8BTFC92960 MMC/L200 TRITON GLS D

2016 94J1XFB355M014914 SUNDOWN/WEB 100

2016 9BD1105BSG1574443 FIAT/LINEA ESSENCE 1.8

2016 9BD11970UF1128449 FIAT/DOBLO ATTRACTIV 1.4

2016 9BD15822AD6721527 FIAT/UNO MILLE ECONOMY

2016 9BD15822AD6750851 FIAT/UNO MILLE ECONOMY

2016 9BD15844AB6505023 FIAT/UNO MILLE WAY ECON

2016 9BD15844AC6609664 FIAT/UNO MILLE WAY ECON

2016 9BD17122ZF7531301 FIAT/PALIO FIRE

2016 9BD17164LA5503038 FIAT/PALIO FIRE ECONOMY

2016 9BD27804MD7712070 FIAT/STRADA WORKING CD

2016 9BD37417SG5080865 FIAT/WEEKEND ADVENTURE

2016 9BD57814UF7961102 FIAT/STRADA WORKING

2016 9BD578341E7809909 FIAT/STRADA WORKING CD

2016 9BD578377E7782961 FIAT/STRADA ADVENTURE CD

2016 9BFZF55A4B8094592 FORD/FIESTA FLEX

2016 9BG148FK0EC438995 CHEVROLET/S10 LT DD4A

2016 9BG148FK0FC412936 CHEVROLET/S10 LT DD4A

2016 9BGJ75Z0FB144105 CHEV/SPIN 1.8L AT LT

2016 9BGJC69Z0EB253095 CHEVROLET/COBALT 1.8 LTZ

2016 9BGKT69R0FG392983 CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ

2016 9BWAB05Z9D4016658 VW/FOX 1.6 GII

2016 9BWAB45U1DP189889 VW/NOVO GOL 1.6

2016 9BWAL45Z1F4074612 VW/NOVO FOX HL MD

2016 9BWCA05X94T052253 VW/GOL 1.0

2016 9BWBDB45U2DT105468 VW/VOYAGE 1.6 COMFORTL

2016 9BWBDB45U3FT001588 VW/VOYAGE CL MB

2016 9BWJL45U2GP018330 VW/SAVEIRO CD CROSS MA

2016 9BWMF07X4DP003022 VW/KOMBI

2016 9C2HB0210CR512201 HONDA/POP100

2016 9C2JA04306R802027 HONDA/BIZ 125 MAIS

2016 9C2JB0100GR030780 HONDA/POP 110I

2016 9C2JD17101R011924 HONDA/XLR 125

2016 9C2KD04209R008211 HONDA/NXR150 BROS ES

2016 9C6KE1520B0035353 YAMAHA/FACTOR YBR125 K

2016 VV1DB42HXEA039451 I/VW AMAROK CD 4X4

TREND

2016 VV1DD42H0FA028079 I/VW AMAROK CD 4X4 S

2016 VV1DD42H4FA027355 I/VW AMAROK CD 4X4 S

Protocolo 944759

PORTARIA DE ISENÇÃO DE ICMS - PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CAIF/DTR

PORTARIA Nº 2016330001780, de 29 de março de 2016

MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência.

BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

INTERESSADO: ANDREA SOARES PEIXOTO.

CPF: 381.029.272-91.

MARCA/MODELO: IMP/TOYOTA COROLLA GLI18.

VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$69.990,00.

VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$54.654,88.

PORTARIA Nº 2016330001776, de 29 de março de 2016

MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência.

BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

INTERESSADO: FERNANDO LUIZ DA COSTA FIALHO.

CPF: 137.482.892-00.

MARCA/MODELO: IMP/TOYOTA COROLLA GLI18.

VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$69.990,00.

VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$54.654,88.

PORTARIA Nº 2016330001784, de 29 de março de 2016

MOTIVO: Conceder a isenção de ICMS na aquisição de veículo para pessoa com deficiência.

BASE LEGAL: Lei Complementar n.º 24, de 7 de janeiro de 1975; Convênio ICMS 38, de 30 de março de 2012 e arts. 1º e 50 do Anexo II do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

INTERESSADO: SYMONE MODA LEAL SALES.

CPF: 916.773.432-49.

MARCA/MODELO: I/VW MOVE UP.

VALOR DO VEÍCULO COM IMPOSTOS: R\$46.825,00.

VALOR DO VEÍCULO SEM IPI/ICMS: R\$35.320,10.

Protocolo 944760

DIÁRIA

PORTARIA 0341 DE 29 DE MARÇO DE 2016

Considerando o disposto no art. 145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, Plano de Viagem nº 00011/2016 - CECOMT MERCADORIAS EM TRÂNSITO, nº 2016/372016730000616-0, AUTORIZAR 18 e 1/2 diárias a MARCOS CORREA DA SILVA, nº 0568158801, MOTORISTA, na COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE CONTROLE DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO, com o objetivo de conduzir veículo com a equipe de fiscalização de Mercadoria em Transit, no período de 29.03.2016 a 16.04.2016, no trecho Belém /Santarém /Itaituba /Óbidos /Orizimíná /Juruti /Santarém / Belém.

Antônia Iranete Gadelha Staack

Diretora de Administração

PORTARIA DE 0367 DE 29 DE MARÇO DE 2016

Considerando o disposto no art. 145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, Plano de Viagem nº 00003/2016 - CECOMT ARAGUAIA, nº 2016/342016730000056-0, de 4 e 1/2 diárias a JOAO CONSTANCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO FILHO, nº 0518630701, MOTORISTA, na COORD. EXEC DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS. DO ARAGUAIA, com o objetivo de - conduzir veículo oficial, no período de 01.04.2016 a 05.04.2016, no trecho Conceição Do Araguaia/Marabá/Belem/Conceição Do Araguaia.

Antônia Iranete Gadelha Staack

Diretora de Administração

PORTARIA 0369 DE 17 DE MARÇO DE 2016

Considerando o disposto no art. 145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, Plano de Viagem nº 00002/2016 - CERAT ALTAMIRA, nº 2016/102016730001133-3, AUTORIZAR o pagamento de 3 e 1/2 diárias a MARIO CESAR HOLLANDA CAMPOS, nº 0591476501, AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS-A, na COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./ NÃO TRIBUTÁRIA DE ALTAMIRA, com o objetivo de participar curso auditor eletrônico AEBR nos dias 17 e 18/03/2016, na EFAZ, no período de 16.03.2016 a 19.03.2016, no trecho Altamira / Belém / Altamira.

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA 0371 DE 21 DE MARÇO DE 2016

Considerando o disposto no art. 145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, de 06.09.94, e o Plano de Viagem nº 00002/2016 - CERAT ABAETETUBA, nº 2016/062016730000338-0, AUTORIZAR de 2 e 1/2 diárias a MARCELO DIAS FERNANDES, nº 0602715001, FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS-A, na COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE ABAETETUBA, com o objetivo de fazer fiscalização porta a porta na cidade de Cameté, no período de 03.03.2016 a 05.03.2016, no trecho ABAETETUBA / Cameté / ABAETETUBA.

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA 0372 DE 21 DE MARÇO DE 2016

Considerando o disposto no art. 145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, e o Plano de Viagem nº 00001/2016 - CERAT ABAETETUBA, nº 2016/062016730000339-9, AUTORIZAR de 2 e 1/2 diárias a THIAGO BRUNO DA SILVA CELESTINO, nº 0591521601, AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS-A, na COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE ABAETETUBA, com o objetivo de fazer fiscalização porta a porta na cidade de Cameté, no período de 03.03.2016 a 05.03.2016, no trecho ABAETETUBA / Cameté / ABAETETUBA.

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA 0373 DE 21 DE MARÇO DE 2016

Considerando o disposto no art. 145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, o Plano de Viagem nº 00003/2016 - CERAT

ABAETETUBA, nº 2016/062016730000340-2, AUTORIZAR de 2 e 1/2 diárias a JOSE PEDRO CALDAS, identificação funcional nº 0004678701, CPF - 023.147.382-68, FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS-C, na COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE ABAETETUBA, com o objetivo de fazer fiscalização porta a porta na cidade de Cametá, no período de 03.03.2016 a 05.03.2016, no trecho Abaetetuba / Cametá / Abaetetuba.

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA 0374 DE 21 DE MARÇO DE 2016

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 01/06/2015. Considerando o disposto no art. 145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, Plano de Viagem nº 00001/2016 - CERAT ABAETETUBA, nº 2016/062016730000472-7, AUTORIZAR de 1 e 1/2 diárias a JOAO CARLOS RIBEIRO DE PONTES, nº 0556998201, AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS-C, na COORDENAÇÃO EXEC.REG.DE ADM.TRIB./NÃO TRIBUTÁRIA DE ABAETETUBA, com o objetivo de fazer fiscalização porta a porta na cidade de Cametá, no período de 22.03.2016 a 23.03.2016, no trecho Abaetetuba/Cametá/Abaetetuba.

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA 0375 DE 21 DE MARÇO DE 2016

Considerando o disposto no art. 145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, Plano de Viagem nº 00004/2016 - CEEAT MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, nº 2016/252016730000250-5, AUTORIZAR de 4 e 1/2 diárias a CARLOS ALBERTO RODRIGUES JUNIOR, nº 0512858701, FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS-C, na COORDENAÇÃO EXEC. ESPECIAL DE ADM.TRIB. DE MICRO E PEQ.EMPRESAS, com o objetivo de participar reunião ordinária da secretaria executiva do simples nacional, no período de 28.03.2016 a 01.04.2016, no trecho Belém/Brasília/Belém.

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA 0376 DE 21 DE MARÇO DE 2016

Considerando o disposto no art. 145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, Plano de Viagem nº 00002/2016 - ORGAO CENTRAL, nº 2016/0020167300005440-4, AUTORIZAR de 2 e 1/2 diárias a MAURO AIRTON MOURA DE LIMA PONTES, nº 0512856001, FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS-C, na CÉLULA PLANEJAMENTO MONITORAMENTO E ESTUDOS TÉCNICOS DE FISCALIZAÇÃO, com o objetivo de capacitação - pacto pela educação, no período de 29.03.2016 a 31.03.2016, no trecho Belém-Curralinho-Belém.

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA 0346 DE 21 DE MARÇO DE 2016

A DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela PORTARIA nº 3.055/2015-CCG de 19.06.2015, Decreto nº 2.819 de 06.09.94, Plano de Viagem nº 00009/2016 CECOMT MERCADORIAS EM TRÂNSITO, nº 2016/372016730000541-5, AUTORIZAR 18 e 1/2 diárias a LINDEMBERG ALVINO ARAGAO, nº 0512862502, AUDITOR FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS-C, na COORD. EXEC. DE CONTROLE MERCADORIA EM TRANS.DE PORTOS E AEROPORTOS, com o objetivo de participar da operação de fiscalização de mercadorias em transito, no período de 29.03.2016 a 16.04.2016, no trecho Belém/Santar/Itait/Obido/Oriximiná/Juruti/Santarém/Belém.

Antônia Iranete Gadelha Staack
Diretora de Administração

PORTARIA 0337 DE 16 DE MARÇO DE 2016

Considerando o disposto no art. 145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, Plano de Viagem nº 00005/2016 - CECOMT MERCADORIAS EM TRÂNSITO, nº 2016/372016730000521-0, AUTORIZAR de 10 e 1/2 diárias a GEORGE AUGUSTO DA SILVA LIMA, nº 0512895101, FISCAL DE RECEITAS ESTADUAIS-C, na UNIDADE DE EXECUÇÃO DE CONTROLE DE MERC. TRÂNSITO DO LITORAL, com o objetivo de participar da operação de fiscalização de Mercadoria em Trânsito, no período de 29.03.2016 a 08.04.2016, no trecho Bel /Sanat /Itaituba /Obidos Oriximiná /Juruti /Sanat /Bel.

Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha
Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA DE 0366 DE 29 DE MARÇO DE 2016

Considerando o disposto no art. 145 § 1º da Lei nº 5810, de 24 de janeiro de 1994, Plano de Viagem nº 00002/2016 - CEEAT IPVA E ITCD, nº 2016/192016730000683-9, AUTORIZAR 4 e 1/2 diárias a RUY GUILHERME VINAGRE KLAUTAU, nº 0002295001, AGRONOMO, na COORDENAÇÃO EXEC. ESPECIAL DE ADM.TRIB. DO IPVA E ITCD, com o objetivo de proceder avaliações no período de 11.04.2016 a 15.04.2016, no trecho Bel-Sant-Itait-Bel.

Antônia Iranete Gadelha Staack
Diretora de Administração

Protocolo 944853

OUTRAS MATÉRIAS

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS

ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretaria Geral torna público a (s) data (s) de julgamento do (s) recurso (s) abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

SEGUNDA CÂMARA

Em 06/04/2016, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10454, AINF nº 022012510000148-1, contribuinte AIKY COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, Insc. Estadual nº. 15106126-2.

Em 06/04/2016, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 11778, PROCESSO Nº 092015730003448-4, contribuinte FEIRÃO COMÉRCIO DE FERRO LTDA, Insc. Estadual nº. 15250015-4.

Em 07/04/2016, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 11412, AINF nº 352013510000885-7, contribuinte DEURIVAL AZANCOT JUNIOR, Insc. Estadual nº. 15376346-9, advogado: LUCIANA DE MENEZES PINHEIRO, OAB/PA-12478.

Em 07/04/2016, às 08:30h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 11118, AINF nº 092011510000275-3, contribuinte INDUFEX INDUSTRIA FURLANETO E EXPORTACAO LTDA, Insc. Estadual nº. 15218291-8.

Protocolo 944692

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE IPVA - CAT

PORTARIA N.º 201604001228, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005730/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Janilson Nunes de Souza - CPF: 619.979.512-15

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/WEEKENDTREKKING/Pas/Automovel/9BD37415TF5076781

PORTARIA N.º 201604001230, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006038/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Carlos da Costa Batista - CPF: 094.353.602-20

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/UNO WAY 1.4/Pas/Automovel/9BD195A6MF0689125

PORTARIA N.º 201604001232, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005743/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Andre Luis Duarte da Costa - CPF: 606.436.682-68

Marca/Tipo/Chassi

CHEV/PRISMA 1.0MT LT/Pas/Automovel/9BGKS69B0DG256984

PORTARIA N.º 201604001234, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006107/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Eugenio Jose Cecim da Silva - CPF: 081.118.802-78

Marca/Tipo/Chassi

CHEVROLET/CLASSIC LS/Pas/Automovel/9BGSU19F0CC208105

PORTARIA N.º 201604001238, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006099/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Cesar Eduardo Medeiros Canelas - CPF: 015.545.732-20

Marca/Tipo/Chassi

CHEVROLET/COBALT 1.4 LTZ/Pas/Automovel/9BGJC69X0CB247692

PORTARIA N.º 201604001240, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006108/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Mario Fernandes da Costa Junior - CPF:

334.232.372-87

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/COROLLA

XEI20FLEX/Pas/

Automovel/9BRBDWHE7G0261791

PORTARIA N.º 201604001242, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005605/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Antonio Carlos Almeida Rodrigues - CPF: 099.272.392-20

Marca/Tipo/Chassi

GM/MERIVA MAXX/Pas/Automovel/9BGXH75X0AC218602

PORTARIA N.º 201604001244, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005706/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jacob Barros Botelho - CPF: 145.394.702-72

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/ETIOS

SD

PLATINUM/Pas/

Automovel/9BRB29BT2F2077022

PORTARIA N.º 201604001246, DE 30/03/2016 - PROC N.º 122016730000341/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Pedro Geraldo Gonçalves Nogueira - CPF: 167.152.922-72

Marca/Tipo/Chassi

CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ/Pas/Automovel/9BGJC75Z0DB291520

PORTARIA N.º 201604001248, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006013/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Alves de Araujo - CPF: 040.025.472-72

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/IDEA

ATTRACTIVE

1.4/Pas/

Automovel/9BD13501YF2279106

PORTARIA N.º 201604001250, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006022/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Joao Evangelista Chaves - CPF: 175.065.902-63

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/IDEA ELX FLEX/Pas/Automovel/9BD135613A2148550

PORTARIA N.º 201604001252, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005993/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Ronivaldo Souza de Andrade - CPF: 175.930.932-04

Marca/Tipo/Chassi

TOYOTA/ETIOS

SD

PLATINUM/Pas/

Automovel/9BRB29BTXF2072876

PORTARIA N.º 201604001254, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005624/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Paulo Roberto Gaia da Rocha - CPF: 036.271.012-00

Marca/Tipo/Chassi

FORD/FIESTA 1.6 FLEX/Pas/Automovel/9BFZF55P7C8325121

PORTARIA N.º 201604001256, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005613/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Edmilson Alves da Silva - CPF: 105.350.982-00

Marca/Tipo/Chassi

FIAT/IDEA

ATTRACTIVE

1.4/Pas/

Automovel/9BD135019D2237610

PORTARIA N.º 201604001258, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005711/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016

Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Gleison dos Santos Correa - CPF: 936.299.822-04
 Marca/Tipo/Chassi
 HONDA/CITY DX FLEX/Pas/Automovel/93HGM2510DZ128840
PORTARIA N.º 201604001260, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005709/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Madson Pereira da Silva - CPF: 379.366.622-00
 Marca/Tipo/Chassi
 VW/VOYAGE CL MB/Pas/Automovel/9BWDB45U7FT112547
PORTARIA N.º 201604001262, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005712/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Juracy Ernandes do Amaral Albuquerque - CPF: 056.522.862-53
 Marca/Tipo/Chassi
 TOYOTA/ETIOS SD XLS/Pas/Automovel/9BRB29BT2F2075271
PORTARIA N.º 201604001264, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005771/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Antonio Chaves Areas - CPF: 166.131.982-34
 Marca/Tipo/Chassi
 FIAT/PALIO WK ATTRAC 1.4/Pas/
 Automovel/9BD17307MB4349976

PORTARIA N.º 201604001266, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005813/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Ribamar Bezerra de Moraes - CPF: 165.657.892-15
 Marca/Tipo/Chassi
 FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/
 Automovel/9BD19713MF3254665

PORTARIA N.º 201604001268, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005815/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Tadashi Seto - CPF: 527.910.092-72
 Marca/Tipo/Chassi
 GM/MERIVA JOY/Pas/Automovel/9BGXL75X0CC210093
PORTARIA N.º 201604001270, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005812/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Aldenor Serrão dos Santos - CPF: 049.339.742-68
 Marca/Tipo/Chassi
 FIAT/SIENA EL FLEX/Pas/Automovel/9BD372111C4011357
PORTARIA N.º 201604001272, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006006/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Manoel da Costa Filho - CPF: 592.941.162-04
 Marca/Tipo/Chassi
 VW/NOVO CROSSFOX MA/Pas/Automovel/9BWAL45Z8F4061260
PORTARIA N.º 201604001274, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006004/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Raimundo Nonato dos Santos - CPF: 092.546.922-04
 Marca/Tipo/Chassi
 CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ/Pas/Automovel/9BGKT69R0FG388622
PORTARIA N.º 201604001276, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005713/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Antonio Hygino Rodrigues Alves Filho - CPF: 049.131.832-49
 Marca/Tipo/Chassi
 FIAT/SIENA FIRE FLEX/Pas/Automovel/9BD17206G73313636

PORTARIA N.º 201604001278, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006100/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jose Luis Lima de Sousa - CPF: 159.032.812-49
 Marca/Tipo/Chassi
 CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ/Pas/Automovel/9BGKT69R0GG221314
PORTARIA N.º 201604001280, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006160/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Raimundo Jose Serrao Baleiro - CPF: 181.226.712-68
 Marca/Tipo/Chassi
 VW/VOYAGE CL SB/Pas/Automovel/9BWDB45U7GT066073
PORTARIA N.º 201604001282, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006085/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Jorge Sales da Costa - CPF: 159.439.332-04
 Marca/Tipo/Chassi
 FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4/Pas/
 Automovel/9BD197132D3066939

PORTARIA N.º 201604001284, DE 30/03/2016 - PROC N.º 42016730002039/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Graciel Sa Meireles - CPF: 099.010.862-72
 Marca/Tipo/Chassi
 CHEV/PRISMA 1.4MT LTZ/Pas/Automovel/9BGKT69R0FG408176
PORTARIA N.º 201604001286, DE 30/03/2016 - PROC N.º 122016730000340/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Reginaldo Cruz de Aragao - CPF: 592.143.842-15
 Marca/Tipo/Chassi
 FIAT/DOBLO ADV 1.8 FLEX/Pas/Automovel/9BD11940SF1127993
PORTARIA N.º 201604001288, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006142/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Rodrigo Correa Cabanillas - CPF: 526.845.632-68
 Marca/Tipo/Chassi
 TOYOTA/COROLLA GLI18 CVT/Pas/
 Automovel/9BRBLWHE9H0063993

PORTARIA N.º 201604001290, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006163/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Assuero Lopes do Nascimento Junior - CPF: 333.945.122-20
 Marca/Tipo/Chassi
 CHEV/PRISMA 1.4MT LT/Pas/Automovel/9BGKS69R0GG219956
PORTARIA N.º 201604001292, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005747/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Weliton Albuquerque dos Santos - CPF: 630.572.472-53
 Marca/Tipo/Chassi
 TOYOTA/ETIOS SD X/Pas/Automovel/9BRB29BT1F2074645
PORTARIA N.º 201604001294, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730005864/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei 6427/01

Interessado: Taynan de Maria Lobato Cardias - CPF: 657.619.442-00
 Marca/Tipo/Chassi
 FIAT/SIENA EL 1.4 FLEX/Pas/Automovel/9BD37217MG4063316
PORTARIA N.º 201604001296, DE 30/03/2016 - PROC N.º 2016730006048/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do IPVA ao veículo para o ano de 2016
 Base Legal: art.3º inc. VIII da Lei 6.017/96, alterada pela Lei

6427/01

Interessado: Marcio Edmilton de Almeida Correa - CPF: 430.376.402-78
 Marca/Tipo/Chassi
 TOYOTA/ETIOS SD PLATINUM/Pas/

Automovel/9BRB29BT5F2072994

Protocolo 944753

BANCO DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 023/2016

O **BANPARÁ S/A** comunica a publicação do Edital da licitação em epígrafe, conforme abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de transporte de materiais de expediente, informática, móveis, equipamentos, utensílios em geral, doravante denominados de cargas, que serão transportados, pela CONTRATADA, de Belém para as Unidades do CONTRATANTE localizadas nas mesorregiões do Estado do Pará e vice-versa, conforme especificado no Anexo I-A, conforme especificações técnicas, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital e demais anexos.

Data: 13.04.2016 Hora: 14h (Horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br UASG: 925803

OBS: O EDITAL encontra-se disponível nos sites www.banpara.br / www.compraspara.pa.gov.br / www.comprasnet.gov.br. Na impossibilidade de obtenção pela internet, o mesmo estará disponível na CPL situada na Av. Presidente Vargas, 251 - 1º andar - Comércio - Belém-Pará, em dias úteis, podendo ser solicitado também pelo e-mail: cpl@banparanet.com.br.

Edilamar Pantoja

Pregoeira

Protocolo 944828

OUTRAS MATÉRIAS

Concurso Público Edital 001/2015

Convocamos o candidato abaixo relacionado, para comparecer ao BANPARÁ, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar desta divulgação, para tratar de assunto referente à sua contratação, para o cargo de Técnico Nível Superior:

Município: Belém

Cargo: Médico do Trabalho

Nome	Colocação	Local de Apresentação
João Fabrício Mesquita Sousa	2º	Av. Presidente Vargas, 251-2º Andar - Belém/PA

Município: Belém

Cargo: Técnico em Informática - Área de Desenvolvimento de Sistema e Acompanhamento de Projetos

Nome	Colocação	Local de Apresentação
Daniel Benchimol Nicácio	8º	Av. Presidente Vargas, 251-2º Andar - Belém/PA

Obs: O não comparecimento do candidato, no prazo acima estabelecido, será considerado como desistência.

Protocolo 944762

Concurso Público edital 001/2015

Convocamos o candidato abaixo relacionado, para comparecer ao BANPARÁ, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar desta divulgação, para tratar de assunto referente à sua contratação, para o cargo de Técnico Bancário:

Município: Xinguara

Nome	Colocação	Local de Apresentação
Tiago da Silva de Oliveira	1º	Av. Xingu, S/N - Centro - Xinguara/PA /PA

Obs: O não comparecimento do candidato, no prazo acima estabelecido, será considerado como desistência.

Protocolo 944764

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2016

o Banpará S/A informa aos interessados que promoveu as seguintes alterações:

1. Anexo II do Edital

Considerar as seguintes redações:

2.13. A *CONTRATADA* responderá perante o *BANPARA* e terceiros por atos, falhas ou omissões suas e de seus subcontratados na *EXECUÇÃO DO CONTRATO*. Todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas e danos ou

indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA na execução do contrato serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do **BANPARA**.

2.14. No caso em que a CONTRATADA venha, como resultado das suas operações na EXECUÇÃO DO CONTRATO, danificar áreas públicas ou de terceiros, ela as deverá recuperar deixando-as em conformidade com o seu estado original.

4.6.5 A Instalação do Sistema de Gerenciamento de Tráfego dos 02 (dois) elevadores deverão ser concluídas em até 15 (quinze) dias corridos, após agendamento com a Gerencia De Engenharia GEENG que dará a autorização para início da etapa de serviços.
A Comissão

Protocolo 944877

Concorrência nº 002/2015

Resultado da Fase de Habilitação

O **BANPARÁ S/A**, por meio da CPL, informa aos interessados o resultado da fase de habilitação conforme abaixo:

- 1- Empresas habilitadas:
- 1.1 4MX Construções Ltda - ME
- 1.2 Pecel Serviços de Instalação e manutenção Elétrica Ltda - ME
- 1.3 Antocar Engenharia Eireli
- 1.4 Mippe Construções e Comércio Eireli - ME
- 1.5 B & M Construtora Ltda
- 1.6 Cactus Construções Indústria e Incorporação Ltda
- 1.7 Nova Prática Engenharia Ltda - EPP
- 1.8 Engefix Construções Ltda
- 1.9 Oliva Ltda EPP
- 1.10 Eco Engenharia Ltda EPP
- 1.11 Amazon Service Serviços de Construção Ltda - EPP
- 1.12 Norte Brasil Construções Ltda - EPP

Abre-se o prazo de recurso e contra recurso, conforme legislação vigente.

A Comissão.

Protocolo 944898

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE RESOLUÇÃO 004/2016

Artigo 1º APROVAR a instalação de uma Unidade Desconcentrada no Município de Tailândia, com o objetivo de desconcentração dos serviços de registro público de empresas mercantis e atividades afins por intermédio de Convênio com a Prefeitura Municipal de Tailândia. Artigo 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Pará. Assinaturas: Presidente e Colegiado de Vogais.

Protocolo 944821

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

Termo Aditivo: **4º**
Convênio: **082/2014**
Processo: 176894/2014
Objeto: Prorrogar "de ofício" o Prazo de Vigência
Data da Assinatura: 30/03/2016
Vigência: 01/04/2016 a 31/08/2016
Partes:
Beneficiário ente Público: Município de **Aurora do Pará**
Concedente: SEPLAN
Ordenadora: Maria Cristina Maués da Costa

Protocolo 944533

Termo Aditivo: **3º**
Convênio: **156/2014**
Processo: 216895/2014
Objeto: Prorrogar "de ofício" o Prazo de Vigência
Data da Assinatura: 30/03/2016
Vigência: 01/04/2016 a 31/08/2016
Partes:
Beneficiário ente Público: Município de **Santa Bárbara do Pará**
Concedente: SEPLAN
Ordenadora: Maria Cristina Maués da Costa

Protocolo 944534

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 017/SESPA/2016

A Secretaria de Estado de Saúde Pública, através de sua Pregoeira, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônica, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", conforme abaixo:
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos padronizados no 1º CRS/SESPA, por período de 12 (doze) meses.

DATA DA ABERTURA: 25/04/2016.

HORÁRIO: 09:00 hs. (Horário de Brasília).

LOCAL: www.comprasnet.gov.br.

UASG: 925856

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 908300

ELEMENTO DE DESPESA: 339030

FONTE: 0103

ENTREGAS DO EDITAL: Os interessados poderão retirar o edital nos sítios: www.comprasnet.gov.br, www.compraspara.pa.gov.br.

OBSERVAÇÃO: Dúvidas poderão ser dirimidas diretamente com o pregoeiro responsável, através do email cpl.sespa@gmail.com. Belém (PA), 30 de março de 2016.

JULIANA SILVA PAIVA

PREGOEIRA/SESPA

Protocolo 944628

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 127/SESPA/2015

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de Equipamentos Coletores de Ostomia, para atender ao Programa de Atenção à Pessoa Ostomizada, no que tange a necessidade da URE Presidente Vargas, de abrangência do 1º CRS/SESPA.

FIRMA(S) VENCEDORA(S):

1. BRIUTE COMÉRCIO DE PRODUTOS E QUIPAMENTOS HOSPITALARES, CNPJ Nº 00.890.752/0001-75, foi a vencedora dos itens 04, 07, 08, 12, 14, 15, 21, 22, 24, 28, 29, 31, 35, 36, 37, 42, 43, 44 e 45, pelo critério de menor preço por item, num total de R\$ 4.945.680,39 (Quatro milhões novecentos e quarenta e cinco mil seiscentos e oitenta reais e trinta e nove centavos).

2. MEDICAL SUTURE COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA., CNPJ Nº 02.376.490/0001-50, foi a vencedora do item 38 pelo critério de menor preço por item, num total de R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais).

3. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES PRADO LTDA., CNPJ Nº 05.049.432/0001-00, foi a vencedora dos itens 01, 02, 03, 05, 06, 09, 10, 11, 13, 19, 20, 23, 25, 26, 32, 33, 34, 49, 50 e 51, pelo critério de menor preço por item, num total de R\$ 8.129.292,75 (Oito milhões cento e vinte e nove mil duzentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos).

4. VIVA SAÚDE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - ME, CNPJ Nº 15.383.101/0001-66, foi a vencedora dos itens 16, 17, 18, 30, 39, 40, 41, 46 e 47 pelo critério de menor preço por item, num total de R\$ 205.268,00 (Duzentos e cinco mil duzentos e sessenta e oito reais).

TOTAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 127/SESPA/2015: R\$ 13.540.241,14 (Treze milhões quinhentos e quarenta mil duzentos e quarenta e um reais e quatorze centavos).

Belém (Pa), 30/03/2015.

VITOR MANUEL JESUS MATEUS

Secretário de Estado de Saúde Pública.

Protocolo 944812

OUTRAS MATÉRIAS

AVISO DE SUSPENSÃO DA ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 133/SESPA/2015.

A Pregoeira/SESPA, comunica aos interessados no PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 133/SESPA/2015, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual aquisição de material permanente (Ambulância tipo D) para atendimento da Secretária Estadual de Saúde Pública/SESPA, por período de 12 (doze) meses, que foi suspensa a abertura marcada para o dia 24/03/2016 às 09:00 horas (horário de Brasília) no site: www.comprasnet.gov.br, devido a impugnação impetrada ao Edital. Outrossim, informa que posteriormente será publicada uma nova data de abertura. Belém (PA), 30 de março de 2016.

EDILZA FARIAS AZEVEDO

Pregoeira/SESPA

Protocolo 944691

ESCOLA TÉCNICA DO SUS

CONTRATO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA ESCOLA TÉCNICA DO SUS DO PARÁ - "DR. MANUEL AYRES"

Contrato nº: 042

Exercício: 2016

Classificação do objeto: Outros

Objetivo: Prestação de serviços docentes no Curso de Qualificação para Agente Comunitário de Saúde - Módulo III, no município de Gurupá, no período de 04 a 08/04/2016. Totalizando 50 horas-aula.

Valor Total: 3.000,00

Data da Assinatura: 28/03/2016

Vigência: 28/03/2016 a 23/04/2016

Credenciamento: 001/2015

Orçamento: NE nº 00088/2016

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do

Recurso Origem do Recurso

10128142783070000 33903600 0349002041

Federal

Contratado: Rosa de Fátima Freitas de Carvalho - CPF.

Nº 673.144.812-53

Endereço: Rua Nova Primeira nº 234- Bairro: Condor - Belém - PA

Complemento: -

CEP: 66.033-570 Telefone: (91)98217-3968

Ordenador: RAIMUNDO NONATO BITENCOURT DE SENA

Protocolo 944609

LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO PARÁ

ERRATA

APOSTILA DE PORTARIA Nº 45 DE 14 DE MARÇO DE 2016

O Diretor do Laboratório Central no uso de suas atribuições legais, delegadas através da Portaria nº 035/06.01. 2011, publicada no D.O.E., nº 31.829 de 10 de janeiro de 2011.

RESOLVE:

RETIFICAR, a Portaria nº 45 de 14.03.2016, publicada no D.O.E. nº 33.088 de 15.03.2016, que concedeu Licença Prêmio ao servidor **IGOR TELES DE MENEZES MACEDO**, matrícula nº 57190387-2, ocupante do cargo de **FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO**.

Onde se lê: Triênio: 22 de setembro de 2008 a 21 de setembro de 2011

Leia-se: Triênio: 22 de setembro de 2011 a 21 de setembro de 2014

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SEBASTIÃO LICÍNIO LIRA DOS SANTOS

Diretor do LACEN/PARÁ

Protocolo 944549

APOSTILA DE PORTARIA Nº 412 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015

O Diretor do Laboratório Central no uso de suas atribuições legais, delegadas através da Portaria nº 035/06.01. 2011, publicada no D.O.E., nº 31.829 de 10 de janeiro de 2011.

RESOLVE:

RETIFICAR, a Portaria nº 412 de 18.11.2015, publicada no D.O.E. nº 33.014 de 18.11.2015, que concedeu Licença Prêmio ao servidor **MARIA EUNICE DE MANEZES**, matrícula nº 723185-1, ocupante do cargo de **AGENTE DE PORTARIA**.

Onde se lê: Triênio: 13 de junho de 2012 a 12 de junho de 2015

Leia-se: Triênio: 24 de janeiro de 2012 a 23 de janeiro de 2015

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SEBASTIÃO LICÍNIO LIRA DOS SANTOS

Diretor do LACEN/PARÁ

Protocolo 944551

**SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE PÚBLICA - 1ª REGIONAL**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologação

A Diretora do 1º Centro Regional de Saúde no uso de suas atribuições legais Resolve:

1-Com base no, Artigo 9º inciso V do Decreto Estadual nº 2.069 de 20 de Fevereiro de 2006:

1-1) Homologar o PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2016 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE RECARGA DE BOTIJÕES DE GÁS BUTANO 13KG E 45KG PARA ATENDER O 1º CRS E SUAS UNIDADES DE ABRANGÊNCIA, PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES.

1-2) EMPRESA VENCEDORA:

- **DJ COMÉRCIO DE GÁS LTDA EPP-ME** - CNPJ: 06.963.296/0001-22

Total do Fornecedor:	R\$ 167.319,12
----------------------	----------------

(Cento e sessenta e sete mil trezentos e dezanove reais e doze centavos)

BELÉM, 30 DE MARÇO DE 2016.
ANA AMÉLIA SANTOS RAMOS DE OLIVEIRA
DIRETORA DO 1º CRS/SESPA

Protocolo 944826

**SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE PÚBLICA - 3ª REGIONAL**

DIÁRIA

Port. Nº 212 e 213 de Diárias de 30/03/16

Objetivo: Prestar apoio técnico ao sistema de informação SINANNET no município.

Servidores: César Augusto A. de Oliveira Ag. de saúde pública mat:0498875

Elso G. de Meneses motorista mat:572064041

Origem: Castanhal/São D. do Capim Período: 29/03/16

Ordenador: Etevaldo José M. da Paixão

Protocolo 944518

**SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE PÚBLICA - 4ª REGIONAL**

DIÁRIA

PORTARIA Nº 114 DE 09 DE MARÇO DE 2016

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94

Objetivo: Realizar monitoramento da qualidade sanitária de produtos alimentícios - DCQA.

Origem: Capanema/PA

Destino(s): Cachoeira do Piriá, Santa Luzia do Pará e Viseu/PA

Nome do servidor (a): Jorge Miguel Cecim Coelho

Cargo: Médico Veterinário

Matricula: 5466180-2

Data início: 05/04/2016

Data término: 08/04/2016

Quantidade: 3,5 (três e meia) diárias

Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva

DIÁRIA

PORTARIA Nº 147 DE 09 DE MARÇO DE 2016

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94

Objetivo: Realizar monitoramento da qualidade sanitária de produtos alimentícios - DCQA.

Origem: Capanema/PA

Destino(s): Cachoeira do Piriá, Santa Luzia do Pará e Viseu/PA

Nome do servidor (a): Itamar Lima da Silva

Cargo: Agente de Portaria

Matricula: 108804-1

Data início: 05/04/2016

Data término: 08/04/2016

Quantidade: 3,5 (três e meia) diárias

Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva

DIÁRIA

PORTARIA Nº 148 DE 09 DE MARÇO DE 2016

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94

Objetivo: Conduzir veículos com técnicos da VISA/4ºCRS, para realizar monitoramento da qualidade sanitária de produtos alimentícios - DCQA.

Origem: Capanema/PA

Destino(s): Cachoeira do Piriá, Santa Luzia do Pará e Viseu/PA

Nome do servidor (a): João Sousa da Silva

Cargo: Motorista

Matricula: 0505236

Data início: 05/04/2016

Data término: 08/04/2016

Quantidade: 3,5 (três e meia) diárias

Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva

DIÁRIA

PORTARIA Nº 228 DE 23 DE MARÇO DE 2016

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94

Objetivo: Dar apoio técnico operacional na revisão da PPI do município.

Origem: Capanema/PA

Destino(s): Nova Timboteua/PA

Nome do servidor (a): Vera Lúcia Almeida Damous

Cargo: Odontólogo

Matricula: 119032-1

Data início: 28/03/2016

Data término: 29/03/2016

Quantidade: 1,5 (uma e meia) diárias

Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva

DIÁRIA

PORTARIA Nº 229 DE 23 DE MARÇO DE 2016

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94

Objetivo: Dar apoio técnico operacional na revisão da PPI do município.

Origem: Capanema/PA

Destino(s): Nova Timboteua/PA

Nome do servidor (a): Carmen Lucia Pinheiro de Oliveira

Cargo: Comissionado

Matricula: 5521491-2

Data início: 28/03/2016

Data término: 29/03/2016

Quantidade: 1,5 (uma e meia) diárias

Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva

DIÁRIA

PORTARIA Nº 230 DE 23 DE MARÇO DE 2016

Fundamento legal: Lei nº 5.810/94

Objetivo: Conduzir veículo com técnicas da DOCA/4ºCRS que irão dar apoio técnico operacional na revisão da PPI do município.

Origem: Capanema/PA

Destino(s): Nova Timboteua/PA

Nome do servidor (a): Ávila Junior de Souza Amaral

Cargo: Motorista

Matricula: 57207813-1

Data início: 28/03/2016

Data término: 29/03/2016

Quantidade: 1,5 (uma e meia) diárias

Ordenador: Patrícia de Fátima Lima da Silva

Protocolo 944754

**SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE PÚBLICA - 10ª REGIONAL**

ERRATA

ERRATA

Portaria nº 0045/2016, de 23/03/2016.
Publicada no Diário Oficial nº 33097 30 de Março de 2016. Protocolo: 943944

Portaria Coletiva:

Objetivo: Disponibilização das vacinas anti-rábicas animal e insumos (seringas agulhadas) - repasse de orientações pertinentes a operacionalização da campanha anti-rábica 2016 - repasse da Planilha do Programa de Profilaxia da Raiva 2016, com as devidas orientações de preenchimento e envio.

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira

Destino (s): Anapú/Pacajá

ONDE SE LÊ: Servidor: 57206443/1 / EDILSON BILHAR MOREIRA (Agente de Controle de Endemias) / 1,5 diárias (completa) de 30/03/2016 a 31/03/2016

ONDE SE LÊ: Servidor: 5143527/1 / CLÁUDIO MAURÍCIO

CABREIRA FERREIRA (Médico Veterinário

) / 1,5 diárias (completa) de 04/05/2016 a 31/03/2016

LÊ- SE: Servidor: 57206443/1 / EDILSON BILHAR MOREIRA (Agente de Controle de Endemias) / 1,5 diárias (completa) de 04/04/2016 a 05/04/2016

LÊ- SE: Servidor: 5143527/1 / CLÁUDIO MAURÍCIO CABREIRA FERREIRA (Médico Veterinário

) / 1,5 diárias (completa) de 04/04/2016 a 05/04/2016.

Ordenador de Despesa:

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DO CARMO

Diretora do 10º CRS/SESPA

327.653.122-49

Protocolo 944629

ERRATA

Portaria nº 0044/2016, de 23/03/2016.
Publicada no Diário Oficial nº 33097 30 de Março de 2016. Protocolo: 943948

Portaria Individual

Objetivo: Conduzir Viatura Oficial com Técnicos Supervisores de Endemias do 10º CRS/SESPA.

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira

Destino (s): Anapú/Pacajá

ONDE SE LÊ: Servidor: 0505756/ MANOEL DE LIMA FERREIRA (Agente de Saúde Pública) / 1,5 diárias (completa) de 04/05/2016 a 31/03/2016

LÊ- SE: Servidor: 0505756/ MANOEL DE LIMA FERREIRA (Agente de Saúde Pública) / 1,5 diárias (completa) de 04/04/2016 a 05/04/2016.

Ordenador de Despesa:

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DO CARMO

Diretora do 10º CRS/SESPA

327.653.122-49

Protocolo 944632

DIÁRIA

PORTARIA Nº 0097/2016, DE 30/03/2016 15:25:25

Portaria Individual

Objetivo: Resolver assuntos administrativos junto ao FES e DAS /TFD/2015.

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira

Destino (s): Belém

Servidor: 5918384/1/ GISELE CASTRO DE BRITO (diretora administrativo) / 2,5 diárias (completa) de 31/03/2016 a 02/04/2016

Ordenador de Despesa:

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DO CARMO

Diretora do 10º CRS/SESPA

327.653.122-49

Protocolo 944835

PORTARIA Nº 0100/2016, DE 30/03/2016 15:36:41

Portaria coletiva

Objetivo: Realizar avaliação da coleta do PCCU nos serviços de atenção básica de saúde deste Município.

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira

Destino (s): Porto de Moz

Servidor: 57234881 / HELANE CONCEIÇÃO DAMASCENO (Enfermeira) / 2,5 diárias (completa) de 04/04/2016 a 06/04/2016

Servidor: 5753082-1 / FRANCIMARY GOMES DA SILVA (Nutricionista) / 2,5 diárias (completa) de 04/04/2016 a 06/04/2016

Ordenador de Despesa:

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DO CARMO

Diretora do 10º CRS/SESPA

327.653.122-49

Protocolo 944848

PORTARIA Nº 0099/2016, DE 30/03/2016 15:54:31

Portaria Individual

Objetivo: Conduzir o veículo do estado com equipe técnica em trabalhos a ser realizado nestes municípios.

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira

Destino (s): Brasil Novo, Medicilandia e Uruará.

Servidor: 57206438-1/ MARCO ANTÔNIO BENATHAR MALATO (Motorista) / 4,5 diárias (completa) de 11/04/2016 a 15/04/2016

Ordenador de Despesa:

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DO CARMO

Diretora do 10º CRS/SESPA

327.653.122-49

Protocolo 944861

PORTARIA Nº 0098/2016, DE 30/03/2016 15:48:38

Portaria Coletiva

Objetivo: Realizar monitoramento das ações da rede assistência psicossocial destes municípios.

Fundamento legal: Art.145 da lei 5.810 do RJU

Origem: Altamira

Destino (s): Brasil Novo, Medicilandia e Uruará.

Servidor: 54190012-1 / CLAUROILENE LACERDA LOIOLA (Enfermeira) / 4,5 diárias (completa) de 11/04/2016 a 15/04/2016

Servidor: 5426421 / GELCIDES SOARES MODESTO (Técnica Pat. Clínica) / 4,5 diárias (completa) de 11/04/2016 a 15/04/2016

Servidor: 54193608-1 / FRANCISCO ELSON ARAÚJO (Agente Administrativo) / 4,5 diárias (completa) de 11/04/2016 a 15/04/2016

Ordenadora de Despesa:

MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DO CARMO

Diretora do 10º CRS/SESPA

327.653.122-49

Protocolo 944863

SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE PÚBLICA - 12ª REGIONAL

DIÁRIA

Portaria nº 113 de 30 de Março de 2016.

Nome: Fernando Rodrigues Ferreira

Cargo: Agente de Arte Práticas

Matrícula/Siape: 54252122

CPF: 265.935.642-49

Período: 04 a 09.04.2016

Nº de Diárias: 5,5 (cinco e meia)

Origem: Conceição do Araguaia-PA

Destino: Cumaru do Norte Banache Santana do Araguaia

Objetivo: Monitorar o Plano de Vigilância Sanitária

Ordenado de Despesa: Regina Maria Lopes Branco.

Protocolo 944521

SECRETARIA DE ESTADO
DE SAÚDE PÚBLICA - 13ª REGIONAL

DIÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 60/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

OBJETIVO: PARTICIPAR DO IV ENCONTRO DA ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

Fundamento Legal: LEI 5.810/1994-ART.145

Origem: CAMETÁ/PA-BRASIL

Destino(s): BELÉM/PA-BRASIL

Servidor(es): 5850940-3/DENILTON DE CASTRO TAVARES (FARMACÊUTICO) /4,5 diárias (completa) / de 08 a 12/03/2016
5265983-2/ARIALDO JOÃO SANCHES DE OLIVEIRA (TÉC. ENFERMAGEM) /4,5 diárias (completa) / de 08 a 12/03/2016.

Ordenadora de Despesa

TÂNIA LÚCIA DE SOUZA PAES

Diretora do 13º CRS/SESPA

Protocolo 944528

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 61/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016. .

OBJETIVO: PARTICIPAR DO CURSO DE GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO

Fundamento Legal: LEI 5.810/1994-ART.145

Origem: CAMETÁ/PA-BRASIL

Destino(s): BELÉM/PA-BRASIL

Servidor(es): 5913127-1/ELIELSON JUNIOR MOTA CORREA (AG. PORTARIA) /5,5 diárias (completa) / de 28/03 a 02/04/2016.

Ordenadora de Despesa

TÂNIA LÚCIA DE SOUZA PAES

Diretora do 13º CRS/SESPA

Protocolo 944531

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

DIÁRIA

PORTARIA Nº 62/2016 DE 23 DE MARÇO DE 2016.

OBJETIVO: REALIZAR MONITORAMENTO DA ESTRUTURA DE REGULAÇÃO DO ACESSO NO MUNICÍPIO.

Fundamento Legal: LEI 5.810/1994-ART.145

Origem: CAMETÁ/PA-BRASIL

Destino(s): BAIÃO/PA-BRASIL

Servidor(es): 57205402-2/ FABIANE TOCANTINS SOUZA DOS SANTOS (ASSISTENTE SOCIAL) /2,5 diárias (completa) / de 30/03 a 01/04/2016.

5908089-1/SIMONE DE NAZARÉ LISBOA CLARINDO (CHEFE DIVISÃO) /2,5 diárias (completa) / de 30/03 a 01/04/2016.

Ordenadora de Despesa

TÂNIA LÚCIA DE SOUZA PAES

Diretora do 13º CRS/SESPA

Protocolo 944532

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

DIÁRIA

PORTARIA Nº 63/2015 DE 23 DE MARÇO DE 2016.

OBJETIVO: SUPERVISIONAR O PROGRAMA ESTADUAL DE CONTROLE DE DENGUE - PECD, BEM COMO REALIZAR SUPERVISÃO DIRETA E INDIRETA DAS AÇÕES DE CONTROLE E VIGILÂNCIA DA DENGUE DESENVOLVIDAS PELA SMS LOCAL.

Fundamento Legal: LEI 5.810/1994-ART.145

Origem: CAMETÁ/PA-BRASIL

Destino(s): BAIÃO/PA-BRASIL

Servidor(es):0505204/JOÃO BATISTA PINHEIRO (AG. SAÚDE PÚBLICA) /3,5 diárias (completa) / de 30/03 a 02/04/2016.

57206623-1 /JONAS DO CARMO PEREIRA JUNIOR (AG. CONT. ENDEMIAS) /3,5 diárias (completa) /de 30/03 a 02/04/2016.

Ordenadora de Despesa

TÂNIA LÚCIA DE SOUZA PAES

Diretora do 13º CRS/SESPA

Protocolo 944537

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

DIÁRIA

PORTARIA Nº 64/2016 DE 23 DE MARÇO DE 2016.

OBJETIVO: CONDUZIR E ACOMPANHAR OS TÉCNICOS DESTA REGIONAL QUE IRÃO SUPERVISIONAR O PECD, BEM COMO REUNIR COM A GESTÃO LOCAL PARA PO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLE E VIGILÂNCIA DA DENGUE.

Fundamento Legal: LEI 5.810/1994-ART.145

Origem: CAMETÁ/PA-BRASIL

Destino(s): BAIÃO/PA-BRASIL

Servidor(es): 5108411-2/JOSÉ MARIA PITEIRA DE CARVALHO (MOTORISTA) /3,5 diárias (completa) / de 30/03 a 02/04/2016

Ordenadora de Despesa

TÂNIA LÚCIA DE SOUZA PAES

Diretora do 13º CRS/SESPA

Protocolo 944541

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

DIÁRIA

PORTARIA Nº 65/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

OBJETIVO: REALIZAR MONITORAMENTO/AVALIAÇÃO DO BANCO DE DADOS DO SINAM NET RELATIVO ÀS NOTIFICAÇÕES DAS HEPATITES VIRAIS NOS MUNICÍPIOS.

Fundamento Legal: LEI 5.810/1994-ART.145

Origem: CAMETÁ/PA-BRASIL

Destino(s): BAIÃO E MOCAJUBA/PA-BRASIL

Servidor(es): 5913791-1/ THYAGO DA COSTA VILHENA (FARMACÊUTICO) /3,5 diárias (completa) / de 30/03 a 02/04/2016

Ordenadora de Despesa

TÂNIA LÚCIA DE SOUZA PAES

Diretora do 13º CRS/SESPA

Protocolo 944553

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

DIÁRIA

PORTARIA Nº 66/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

OBJETIVO: REALIZAR MONITORAMENTO DO PROGRMA DE CONTROLE DO COLO DO UTERO NAS UNIDADES NOTIFICADORAS E AVALIAÇÃO DO SISCAM.

Fundamento Legal: LEI 5.810/1994-ART.145

Origem: CAMETÁ/PA-BRASIL

Destino(s): BAIÃO/PA-BRASIL

Servidor(es): 5108420-1/FRANCISCA SOLANGE A. DOS SANTOS (AG. ADMINISTRATIVO) /2,5 diárias (completa) / de 31/03 a 02/04/2016.

6400917-1/JOSILENE DIAS TENÓRIO (CHEFE DIVISÃO) /2,5 diárias (completa) / de 31/03 a 02/04/2016.

Ordenadora de Despesa

TÂNIA LÚCIA DE SOUZA PAES

Diretora do 13º CRS/SESPA

Protocolo 944561

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

DIÁRIA

PORTARIA Nº 67/2016 DE 22 DE MARÇO DE 2016.

OBJETIVO: REALIZAR PALESTRA PARA OS PROFISSIONAIS SOBRE O AEDES, ORIENTAR SOB A IMPORTÂNCIA DA NOTIFICAÇÃO E REUNIR COM GESTORES E EQUIPE TÉCNICA DA SMS LOCAL PARA O PLANEJAMENTO E ESECUÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E VIGILÂNCIA DA DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA.

Fundamento Legal: LEI 5.810/1994-ART.145

Origem: CAMETÁ/PA-BRASIL

Destino(s): OEIRAS DO PARÁ/PA-BRASIL

Servidor(es): 5265916-1 EDICLEUZA ANDRADE DOS SANTOS (CHEFE DIVISÃO DE ENDEMIAS) /3,5 diárias (completa) /de 30/03 a 02/04/2016.

57205608-3/MAIRLEY ALBUQUERQUE SERRÃO (CHEFE DIVISÃO ADMINISTRATIVA) 3,5 diárias (completa) /de 30/03 a 02/04/2016.

5901849-2/TÂNIA LÚCIA DE SOUZA PAES (DIRETORA) / 3,5 diárias (completa) /de 30/03 a 02/04/2016.

Ordenadora de Despesa

TÂNIA LÚCIA DE SOUZA PAES

Diretora do 13º CRS/SESPA

Protocolo 944569

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
13º CENTRO REGIONAL DE SAÚDE

DIÁRIA

PORTARIA Nº 68/2016 DE 23 DE MARÇO DE 2016.

OBJETIVO: REUNIR JUNTO AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E COM O RESPONSÁVEL PELA SUB REDE DE OUVIDORIA PARA ENTREGA DO RELATÓRIO GERENCIAL DO ANO DE 2015, ALÉM DE ORIENTAÇÃO A RESPEITO DA IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC/PA.

Fundamento Legal: LEI 5.810/1994-ART.145

Origem: CAMETÁ/PA-BRASIL

Destino(s): OEIRAS DO PARÁ/PA-BRASIL

Servidor(es): 57233230-1/VICENTE FILHO ASSUNÇÃO DA CRUZ (TÉCNICO DA OUVIDORIA) /2,5 diárias (completa) /de 31/03 a 02/04/2016.

Ordenador de Despesa

TÂNIA LÚCIA DE SOUZA PAES

Diretora do 13º CRS/SESPA

Protocolo 944572

FUNDAÇÃO CENTRO DE
HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA
DO PARÁ

PORTARIA

Portaria nº 141/2016 - GEAPE/GAPRE/HEMOPA, 14 de março de 2016.

A Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, no uso de suas atribuições legais, Considerando o Processo nº 2016/4037 - Ofício nº 15/2016 - GRH/FASEPA, de 05/01/2015, o qual trata da cessão da servidora Thais Campos Iketani;

Considerando o Art. 31 da Lei nº 5810/94 e sua regulamentação por meio do Decreto nº 648/2013 que dispõe acerca da cessão de servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências;

RESOLVE:

I - CEDER, à Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará - FASEPA, a contar de 08 de abril de 2016, a servidora Thais Campos Iketani, Procuradora Fundacional, matrícula nº 5902973/1, de acordo com a autorização da Secretaria de Estado de Administração / SEAD - Decreto nº 648/2013 (art. 4º, inciso II) com ônus para o Órgão Cessionário, conforme art. 5º, §§ 1º e 2º do Decreto supracitado.

II - Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Gabinete da Presidência da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA, 04 de março de 2016.
Ana Suely Leite Saraiva
Presidente da Fundação Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará - HEMOPA

Protocolo 944868**ADMISSÃO DE SERVIDOR**

Orgão: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ
Modalidade de Admissão: Temporário
Processo de Autorização: 2015/514531
Ato: Contrato nº 022/2016
Nome: David Felipe Santos Licá
Cargo: Agente Administrativo
Data da admissão: 10/03/2016
Término de Vínculo: 09/03/2017

Protocolo 944849

Orgão: FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA DO PARÁ
Modalidade de Admissão: Temporário
Processo de Autorização: 2016/27669
Ato: Contrato nº 023/2016
Nome: Otavio Henrique de Queiroz da Silva
Cargo: Agente Administrativo
Data da admissão: 21/03/2016
Término de Vínculo: 20/03/2017

Protocolo 944850**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2015**

OBJETO: Aquisição de Material de Limpeza de Superfícies, Material para Limpeza e Conservação de Artigo Médico Odontológico Hospitalares, Tratamento de Piso e processamento de Roupas.
Edital disponível em: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br no Mural de Licitações.

UASG da Fundação HEMOPA: 925452**SESSÃO PÚBLICA:** 15/04/2016**Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br**Hora:** 09:00 Horas. (Horário de Brasília)**Unidade Orçamentária:** 62201**Programa de Trabalho:** 10122129783380000**Fonte de Recurso:** 0269001022 e 0261000000**Natureza de Despesa:** 339030**Ordenador da despesa:** Ana Suely Leite Saraiva**Protocolo 944818**

**FUNDAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL
HOSPITAL DE CLÍNICAS
GASPAR VIANNA**

PORTARIA**PORTARIA Nº 108, DE 23 DE MARÇO DE 2016.**

A Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 27 de janeiro de 2012, publicado no DOE nº 32.087 de 30.01.2012.

RESOLVE:

EXCLUIR, o nome da servidora **RENATA MARIA COUTINHO ALVES**, MÉDICO, matrícula nº 5636450/1, da Portaria nº 463, de 10.09.2015, publicada no DOE nº 32970 de 14.09.2015, que homologa o resultado do relatório da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Estágio Probatório dos servidores lotados na Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

Presidente / FPEHCGV

Protocolo 944565**PORTARIA Nº 251, DE 08 DE JUNHO DE 2015***

A Presidente da Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, usando das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 27 de Janeiro de 2012, publicado no DOE nº 32.087 de 30/01/2012.

Considerando a política de gestão de pessoas da FHC GV.

Considerando o programa de valorização do servidor

Considerando o processo de avaliação definido para indicação do servidor destaque da FPEHCGV, que visa reconhecer publicamente aquele que se destaca no desenvolvimento de suas atividades no setor.

RESOLVE:

ELOGIAR os servidores abaixo relacionados, em reconhecimento à dedicação e desempenho de suas atribuições, ao interesse no aperfeiçoamento pessoal, a responsabilidade e a presteza na execução das tarefas.

- ANDREA COELHO REIMÃO - SEFAH
- CILENE MATOS SILVA - AGENCIA TRANSFUSIONAL
- ELIZABETH DAS DORES SILVA - SBPS
- FELIPE RIBEIRO MONTEIRO - ENGENHARIA CLÍNICA
- LEONARDO RODRIGUES GEMAQUE - SEFAR
- MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA DA SILVA - SPR
- MARIA DO SOCORRO OLIVA SILVA - CCIH
- OCYR CARVALHO PEREIRA - SEMAP
- RODRIGO SILVA MARQUES - GTI
- ROSENILDA XAVIER LOPES - CLÍNICA PEDIÁTRICA
- SILVIA BERNADETE DA SILVA SIMÕES - SEPES
- SONIA MARIA VICENTE DA PIEDADE - UTI NEO E BERÇÁRIO
DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.
ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA
Presidente/FPEHCGV

* Republicada devido ter sido publicada com incorreção no DOE nº 32906 de 16/05/15.

Protocolo 944634**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Inexigibilidade: 013/2016

Valor: R\$ 392.712,85

Objeto: Aquisição de acessórios para as máquinas de anestesia da marca DRAGER modelo Fabius.

Data de Ratificação: 22/03/2016

Fundamento Legal: Art. 25, inciso I, da Lei nº. 8.666/93.

Orçamento:

Programa de Trabalho: 648288 e/ou 908288

Natureza da Despesa: 339030

Fonte do Recurso: 0269 e/ou 0103

Origem do Recurso Estadual

Contratado(s):

Nome: DRAGER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Endereço: Av. Pucurui 51, Tamboré Barueri-SP.

CEP . 06.460-010

Telefone: (11) 4689-4900

E-mail: jessica.presmedica@outlook.com

Ordenador: ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

Protocolo 944707**INEXIGIBILIDADE: 009/2016**

Valor: 18.446,44

Objeto: Contratação de serviço externo especializado para prestação de serviço de manutenção corretiva com inclusão de peças em 01 (uma) FONTE DE LUZ, marca OLYMPUS, mod. CLV-S40, NS: 7703687, pertencente a esta Fundação Pública Estadual Hospital de Clínicas Gaspar Vianna (FPEHCGV).

Data de Ratificação: 22/11/2015

Fundamento Legal: Art. 25, inciso I, da Lei nº. 8.666/93.

Orçamento:

Programa de Trabalho: 648288 e/ou 908288

Natureza da Despesa: 339030 e 309039

Fonte do Recurso: 0269 e/ou 0103

Origem do Recurso Estadual

Contratado(s):

Nome: INSTRUMENTAÇÃO CIENTÍFICA ASSISTEC LTDA

Endereço: Rua Amazônia, 198, Jardim Brasil, Olinda-PE

CEP . 53.230-430

Telefone: (81) 3241- 5391

E-mail: dislayne@assisecltda.com.br

Ordenador: ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

Protocolo 944822**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 014/2016**

Valor: R\$ 129.600,00

Objeto: Contratação de empresa para ministrar o curso ACLS - ADVANCED CARDIAC LIFE SUPPORT (Suporte Avançado de Vida em Cardiologia), aos clientes da FHC GV.

Data de Ratificação: 22/03/2016

Fundamento Legal: Art. 25, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Orçamento:

Programa de Trabalho: 648307

Natureza da Despesa: 339039

Fonte do Recurso: 0269

Origem do Recurso: Estadual

Contratado(s):

Nome: **IPATRE - INSTITUTO PAULISTA DE TREINAMENTO E ENSINO LTDA.**

Endereço: Rua Araés, nº 237, Jd Cambuí

CEP . 09.185-550 - Santo André-SP

Telefone: (11) 4423 -1541 / (11) 9445 -7506

Ordenador: ANA LYDIA LEDO DE CASTRO RIBEIRO CABEÇA

Protocolo 944843**HOSPITAL REGIONAL DE CAMETÁ****DIÁRIA****CONCESSÃO DE DIARIAS**

PORTARIA Nº 017/2016

NOME: JEAN CARLOS DE ARAUJO BARBOSA

C.P. F: 39637069291

MATRICULA: 54193798/1

FUNÇÃO: TÉCNICO EM PATOLOGIA/HRC

OBJETIVO: Conclusão do Curso Técnico em Hemoterapia na Escola Técnica do SUS "Dr.Manuel Ayres" ETSUS PARÁ."TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC"

ORIGEM: Cametá

DESTINO: Belém

PERÍODO: 30/03 a 02/04/2016

Nº DE DIÁRIAS: 3,5 (Três e Meia Diária)

VALOR DA DIÁRIA: R\$: 472,50(Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos)

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMpra-SE.

CARMELINO AUGUSTO NUNES E SILVA

DIRETOR/HRC

Protocolo 944592

**HOSPITAL REGIONAL DE
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA**

DIÁRIA**PORTARIA: 46/2016**

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):

CLEYDSON AMORIM DE SOUSA - Mat. 54184847-1

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 03 à 04/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 118/2016

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):

CLEYDSON AMORIM DE SOUSA - Mat. 54184847-1

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 03/03/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 48/2016

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):

CLEYDSON AMORIM DE SOUSA - Mat. 54184847-1

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 06/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 118/2016

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):

CLEYDSON AMORIM DE SOUSA - Mat. 54184847-1

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 03/03/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):

ARQUIMEDES TEIXEIRA DE OLIVEIRA - Mat. 57206672-1

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 25/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 99/2016

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):

ARQUIMEDES TEIXEIRA DE OLIVEIRA - Mat. 57206672-1

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 11/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 76/2016

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):

ARQUIMEDES TEIXEIRA DE OLIVEIRA - Mat. 57206672-1

Nº 2.0 diárias (Completa)

Período: de 04 à 05/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 90/2016

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):

ARQUIMEDES TEIXEIRA DE OLIVEIRA - Mat. 57206672-1

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 07/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 117/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

GRACY GUSMÃO ALVES - Mat. 5793904-3

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 01 à 02/03/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 65/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

GRACY GUSMÃO ALVES - Mat. 5793904-3

Nº 1.0 diárias (Completa)

Período: de 07/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 70/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

GRACY GUSMÃO ALVES - Mat. 5793904-3

Nº 1.0 diárias (Completa)

Período: de 15/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 77/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

GERSON PIRES DOS SANTOS - Mat. 54186133

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 04 à 05/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 69/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

GERSON PIRES DOS SANTOS - Mat. 54186133

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 13 à 14/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 60/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

FERNANDO TENREIRO DOS SANTOS - Mat. 57231100-2

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 05/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 63/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

NEURILENE SOARES NUNES - Mat. 57197016-2

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 05/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 102/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

PABLO FABIANO DAMASCENO FERREIRA - Mat. 57197023-2

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 22 à 23/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 95/2016

Conduzir e acompanhar o conserto do veículo L200, placa: JUP-1895 deste HRCA até a cidade de Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

CARLOS DE SOUZA CRUZ - Mat. 57196888-2

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 01 à 02/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 59/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

MARINEIS SOARES FREITAS - Mat. 54186084-3

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 03 à 04/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 66/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

MARINEIS SOARES FREITAS - Mat. 54186084-3

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 08/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 72/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

MARINEIS SOARES FREITAS - Mat. 54186084-3

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 18 à 19/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 112/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

MARINEIS SOARES FREITAS - Mat. 54186084-3

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 20/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 114/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

MARINEIS SOARES FREITAS - Mat. 54186084-3

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 23/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 113/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

MARINEIS SOARES FREITAS - Mat. 54186084-3

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 21 à 22/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 82/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

MARINEIS SOARES FREITAS - Mat. 54186084-3

Nº 1.0 diárias (Completa)

Período: de 15/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 34/2016

Objetivo: Acompanhar paciente contra-referenciado deste HR de Conceição do Araguaia em retorno do Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):

MARINEIS SOARES FREITAS - Mat. 54186084-3

Nº 1.0 diárias (Completa)

Período: de 23/01/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 38/2016

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):

LEONAN DOS SANTOS BENTO - Mat. 57206685-1

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 23 à 24/01/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 87/2016

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):

LEONAN DOS SANTOS BENTO - Mat. 57206685-1

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 14 à 15/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 98/2016

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital São Vicente em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):
LEONAN DOS SANTOS BENTO - Mat. 57206685-1

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 18/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 85/2016

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):
LEONAN DOS SANTOS BENTO - Mat. 57206685-1

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 05/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 92/2016

Objetivo: CONDUZIR MATERIAL ADMINISTRATIVO DESTE HRCA PARA RESOLVER ASSUNTOS INERENTES A ESTE ÓRGÃO, E RETORNAR COM O FATOR XIII, NA CIDADE DE REDENÇÃO - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):
LEONAN DOS SANTOS BENTO - Mat. 57206685-1

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 11/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 28/2016

Objetivo: Conduzir paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA.

Servidor (es):
LEONAN DOS SANTOS BENTO - Mat. 57206685-1

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 20 à 21/01/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 37/2016

Objetivo: Conduzir servidora deste HRCA até a cidade de Araguaína/TO, para tratamento com quimioterapia.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Araguaína/TO.

Servidor (es):
LEONAN DOS SANTOS BENTO - Mat. 57206685-1

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 22/01/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 68/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 11 à 12/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 64/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 06/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 71/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 16 à 17/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 84/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 13 à 14/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 80/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 08 à 09/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 91/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 07/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 109/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 20/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 108/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 15/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 110/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 25/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 111/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 2.5 diárias (Completa)

Período: de 27 à 28/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 78/2016

Objetivo: Acompanhar paciente contra-referenciado deste HR de Conceição do Araguaia em retorno do Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.

Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL

Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 0.5 diárias (Completa)

Período: de 05/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 88/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 18 à 19/02/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

PORTARIA: 29/2016

Objetivo: Acompanhar paciente do HR de Conceição do Araguaia ao Hospital Público do Araguaia em Redenção - PA.
Fundamento Legal: DECRETO Nº 2819 DE 06 DE SETEMBRO DE 1994.

Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA - BRASIL
Destino(s): Redenção/PA

Servidor (es):
IVÂNIA DE NAZARÉ DOS SANTOS MARTINS - Mat. 54186135-3

Nº 1.5 diárias (Completa)

Período: de 20 à 21/01/2016

Ordenador: WILSON BRANCO FILHO

Protocolo 944737

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

Nº. do Contrato:019/2013 **Processo:** 2013/114035

Nº. do termo: 4º Ad. Pz. **Data de Assinatura:** 16/03/2016.

Justificativa: O aditivo de prazo é necessário devido o período de chuvas que impossibilita o andamento da obra, fundamentado no art.57, da lei nº 8.666/93.

Inic. de Vig.: 18/03/2016 **T. de Vig.:**18/06/2016.

Prazo: 03 (três) meses

PARTES:

Nome:SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN - CNPJ Nº. 04.953.717/0001-09 E A EMPRESA ENGETERRA - ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM LTDA - CNPJ Nº 01.100.046/0001-45

CEP: 67.110-440 **Logradouro:**Rua da Providência **Bairro:** Coqueiro

Cidade: Ananindeua **UF:** PA **Nº:** 1001-B

E-mail: www.engeterra.eng.br

Tel.: (91) 3245-0759

ORDENADOR

HÉLIO NUNES CARDOSO- SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRANSPORTES.

Protocolo 944796

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DE SERVIÇOS COM REFLEXO FINANCEIRO NEGATIVO

Nº. do Contrato: 019/2013 **Nº. do termo:** 1º **Data de Assinatura:** 16/03/2016.

Processo: 2013/114.035

Justificativa: Acréscimo e Supressão de serviços, com reflexo financeiro negativo ao contrato, devido à necessidade de readequação de alguns itens da planilha, devidamente acolhida pelo Diretor do setor técnico de obras da SETRAN, através do despacho às fls. 851 datado de 18/02/2016, devido à necessidade de adequação dos itens estabelecidos na planilha anexada nos autos, com reflexo financeiro negativo de R\$216.907,45

(duzentos e dezesseis mil, novecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos).

Valor do Termo: R\$62.555.397,45

PARTES

Nome: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES - SETRAN - CNPJ Nº. 04.953.717/0001-09 E A EMPRESA ENGETERRA - ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM LTDA - CNPJ Nº 01.100.046/0001-45

CEP: 67.110-440 **Logradouro:** Rua da Providência **Bairro:** Coqueiro

Cidade: Ananindeua **UF:** PA **Nº:** 1001-B

E-mail: www.engeterra.eng.br

Tel.: (91) 3245-0759

ORDENADOR

HÉLIO NUNES CARDOSO - SECRETÁRIO ADJUNTO DE TRANSPORTES

Protocolo 944807

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO DE CONVÊNIO Nº. do Convênio: 04/2014 - Processo nº. 2014/196.725

Nº. do termo: 9º **Data de Assinatura:** 14/03/2016

Justificativa: De acordo com a Cláusula V, item I, alínea "h" do referido convênio conjuntamente com a instrução Normativa n. 1/1997, art. 7º, inc. IV.

Objeto: O presente Convênio tem como objeto o repasse financeiro da CONVENIENTE à CONVENIADA, objetivando a execução dos serviços de terraplanagem para a recuperação de 85,03 Km da estrada PA-167, localizadas entre o Município de Anapú e Município de Senador José Porfírio, no Estado do Pará, incluindo obras de artes correntes e especiais (bueiros e pontes) revestimento primário e abertura de saídas d'água laterais (bigodes).

Possui repasse de recursos? Sim

Inic. de Vig.: 16/03/2016 **T. Vig:** 14/05/2016

Prazo: 60 dias

Parte: Prefeitura de Anapú

CNPJ: 01613194/0001-73

Razão social: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPÚ

Dados do Responsável:

CPF: 546.778.581-87 **Nome:** JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA

CEP: 68.635-000 **Logradouro:** Rua Santo Antônio **Bairro:** São Luiz.

Cidade: Anapú **UF:** PA **Nº:** s/n

ORDENADOR:

HÉLIO NUNES CARDOSO - Secretário Adjunto de Transportes

Protocolo 944783

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONVÊNIO

Nº. do Convênio: 03/2014 - Processo nº. 2014/202.550

Nº Termo: 9º **Data de Assinatura:** 16/03/2016

Justificativa: Prorrogação de Prazo, com fundamento no artigo 57, § 1º inciso VI, da Lei 8666/93.

Objeto: O presente Convênio tem como objeto o repasse financeiro da CONVENIENTE à CONVENIADA, objetivando a Recuperação da PA - 449, que liga Conceição do Araguaia a Floresta do Araguaia, sub-trecho Km 0 ao Km 72, conforme consta do Plano De Trabalho.

Inic. de Vig.: 16/03/2016 **T. Vig:** 14/05/2016 **Prazo:** 60 dias

Participação:

CNPJ: 05. 070.404/0001-75

Razão social: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Dados do Responsável pela Parte

CPF: 220.089.691-34 **Nome:** VALTER RODRIGUES PEIXOTO

CEP: 68.540-000 **Logradouro:** Tv. Vereadora Virgúlia Coelho

Bairro: São Luiz II

Cidade: Conceição do Araguaia **UF:** PA **Nº:** 1145

ORDENADOR:

HÉLIO NUNES CARDOSO - Secretário Adjunto de Transportes

Protocolo 944791

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

PORTARIA

PORTARIA Nº 065 DE 30 DE MARÇO DE 2016

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pelo Decreto Governamental de 01 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº 32.798 de 01 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o processo nº. 2015/38811, **CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 870 de 04/10/2013; **CONSIDERANDO** o disposto no art.58, inciso III e o art.67, parágrafos 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 - Licitações e Contratos Administrativos, com as alterações introduzidas.

R E S O L V E:

Art. 1º - **DESIGNAR** a contar de 30/11/2015 o servidor **CARLOS MARCELO NASCIMENTO CONCEIÇÃO**, matrícula nº. 3280241/1 para acompanhar e fiscalizar os Contratos de nºs. 015/2015 - EMPRESA J. E. DE OLIVEIRA RODRIGUES e 016/2015 - EMPRESA J. R. MARQUES DE AZEVEDO REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO - ME.

Art. 3º - São atribuições do FISCAL DO CONTRATO: Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato; Fiscalizar o cumprimento, pelo contratado, das normas, objeto e cláusulas contratuais; Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato; Confrontar se o valor a ser pago mensalmete ao contratado está em conformidade com o valor estabelecido no contrato, atestando a fatura de pagamento na unidade financeira, juntando, inclusive, termo declaratório que o serviço foi satisfatoriamente executado; Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade; Apresentar relatórios mensais consolidados sobre a execução do contrato.

Art. 4º - Fica estabelecido que as determinações que ultrapassarem as atribuições do Fiscal deverão ser solicitadas à Diretoria de Administração e Finanças em tempo hábil, para a adoção dos procedimentos necessários, com vista ao estrito cumprimento da execução do contrato.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES

Secretário de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

Protocolo 944769

CONTRATO

Contrato nº 005/2016-SEDAP

Objeto: 49 (quarenta e nove) toneladas de sementes de feijão caupi, cultivar br-3, tracueteua, categoria s2; safra 2014/2015.

Valor Global: R\$ 328.571,00

Dotação Orçamentária: Projeto Atividade 6394; Natureza da Despesa 339030; Fonte 0101.

Data Assinatura: 30/03/2016

Vigência: 30/03/2016 a 29/03/2017

Contratado: BENEDITO DUTRA LUZ DE SOUZA -ME

Endereço: PA 242, KM 25, Vila Fátima, s/nº, Ramal do Braço Grande.

CEP: 68.260-405 - Tracueteua - PA

Ordenador: HILDEGARDO DE FIGUEIREDO NUNES

Protocolo 944806

DIÁRIA

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 52/2016

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 5.810/94, Art. 145.

OBJETIVO: Participar de reuniões com produtores rurais para o apoio ao SINPRUM, na organização do evento Cavalgada Cross.

DESTINO: Mocajuba **PERÍODO:** 05 a 10/04/2016

Nº DE DIÁRIAS: 5 e ½ (cinco e meia) diária

VALOR: R\$ 742,50 (Setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

BENEFICIÁRIO: Rogério Borges Zardo

MATRÍCULA: 5913955 **CPF:** 31026168104

CARGO: Coordenador **ORIGEM:** Belém/PA

ORDENADOR: Ana Paula de Lima Sandoval Bezerra

Protocolo 944637

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 0219/2016

O Presidente do **INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e;

CONSIDERANDO o Requerimento S/N- datado de 22.03.2016.

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o Art. 98, da Lei nº 5.810 de 24.01.94, 30 (Trinta) dias de Licença Prêmio a servidora **ANA LINDINALVA VELOZO**, matrícula nº 3169260/1, Datilografo, no período de 11.04.2016 a 10.05.2016, correspondente ao período aquisitivo de 11.07.2005 a 10.07.2008

Publique-se.

Daniel Nunes Lopes

Presidente

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará - ITERPA,

em 22 de março de 2016

Protocolo 944545

PORTARIA Nº 0221/16

O Presidente do **INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e;

CONSIDERANDO o Requerimento S/N, datado de 16.03.2016.

R E S O L V E:

CONCEDER de acordo com o Art. 98, da Lei nº 5.810 de 24.01.94, 30 (trinta) dias

de Licença Prêmio ao servidor, **ASDRUBAL MENDES BENTES JÚNIOR**, matrícula nº 3167488/1, Contador, no período de 18.04.2016 a 17.05.2016, correspondente ao período aquisitivo de 09.06.1986 a 08.06.1989.

Publique-se.

Daniel Nunes Lopes

Presidente

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará - ITERPA,

em 22 de março de 2016.

Protocolo 944546

PORTARIA Nº 0222/16

O Presidente do **INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e;

Considerando o Memorando nº 04/2016 - APR, datado de 03.03.2016;

R E S O L V E:

TRANSFERIR, o período de férias da servidora **MARCLI ARAUJO ZAIRE**, Engenheira, matrícula nº 3168905/1, programadas para 01.03.2016 a 30.03.2016, concedida através da Portaria nº 0152, de 02 de março de 2016, publicada no DOE nº nº 33090 de 17.03.2016, ficando o referido período em aberto.

Publique-se.

Daniel Nunes Lopes

Presidente

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará-ITERPA,em

22 de março de 2016.

Protocolo 944558

PORTARIA Nº 0220/2016

O Presidente do **INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e;

CONSIDERANDO o Memorando nº 014/2016 - PG, datado de 18.03.2016.

R E S O L V E:

TRANSFERIR, o período de férias da servidora **NAZARÉ IBIAPINA CAVALEIRO DE MACEDO SOUZA**, datilografa, matrícula nº 3168875/1, programadas para 04.01.2016 a 02.02.2016, concedida através da Portaria nº 0843/16, de 29 de outubro de 2015, publicada no DOE nº 33042 de 04.01.2016, ficando o referido gozo para 01.08.2016 a 30.08.2016.

Publique-se.

Daniel Nunes Lopes

Presidente

Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará - ITERPA,

em 22 de março de 2016.

Protocolo 944564

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº: 005 - **CONTRATO Nº:** 003/2011

CONTRATANTE: INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ-ITERPA -

CNPJ: 05.089.495/0001-90

CONTRATADO: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ-IOE/PA - **CNPJ:** 04.835.476/0001-01

OBJETO: TRÊS ASSINATURAS DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ
VIGÊNCIA: 30/03/2016 A 29/03/2017
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: CLÁUSULA SÉTIMA NO ITEM 7.1. DO CONTRATO.
JUSTIFICATIVA: TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
VALOR GLOBAL: R\$1.200,00 (MIL E DUZENTOS REIAS).
EXERCÍCIO: 2016 - **PROJETO** **ATIVIDADE:** 56.201.21.122.1297.8338 - **NATUREZA DE DESPESA:** 339039 - **FONTE:** 0261/0661
DATA ASSINATURA: 29/03/2016 - **ORDENADOR**
RESPONSÁVEL: DANIEL NUNES LOPES - PRESIDENTE ITERPA.
rotocolo 944523

APOSTILAMENTO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº: 003/2016 - CONTRATO Nº: 003/2015
CONTRATANTE: INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA
CNPJ: 05.089.495/0001-90
JUSTIFICATIVA: PARA CORREÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016, FIRMADA NO CONTRATO Nº 014/2015, COM FULCRO NO ART. 65, § 8º, DA LEI Nº 8.666/93.
EXERCÍCIO: 2016 - **PROJETO** **ATIVIDADE:** 56.201.21.122.1297.8338
NATUREZA DE DESPESA: 339037
FONTE: 0101/0261/0661
CONTRATADA: SERVI-SAN LTDA. **CNPJ:** 08.855.175/007-52
DATA ASSINATURA: 30/03/2016 - **ORDENADOR:** DANIEL NUNES LOPES **CPF:** 014.574.382-91
Protocolo 944612

DIÁRIA

PORTARIA Nº 235/2016
 O Presidente do **INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 5º, alínea "b" da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e;
CONSIDERANDO o Processo nº 2016/122993, datado de 29/03/2016.
RESOLVE:
CONCEDER, diárias aos servidores abaixo mencionados, para participar de audiência no Fórum da Comarca do município de Acará/Pa.
Protocolo 944570

MAT.	NOME	CARGO	PERÍODO	DIÁRIAS	VALOR TOTAL R\$
5558.9694-2	Tiago de Lima Ferreira	Procur. Autárquico	31/03/2016	0,5	67,50
8084.5160-1	Everton Cordeiro Farias	Motorista	31/03/2016	0,5	67,50

Publique-se.

Daniel Nunes Lopes
 Presidente
 Gabinete da Presidência do Instituto de Terras do Pará - ITERPA,
 em 30 de março de 2016.

Protocolo 944570

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 007/2016
PARTES: ADEPARÁ E WADILLA DA COSTA COUTINHO
CPF Nº 026.967.652-00
CARGO: AUXILIAR DE CAMPO
VIGÊNCIA: 28 DE MARÇO DE 2016 A 27 DE MARÇO DE 2017
ORDENADOR: LUCIANO GUEDES - Diretor Geral
Protocolo 944830

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 008/2016
PARTES: ADEPARÁ E POLYANA SANTOS DINIZ
CPF Nº 033.117.151-10
CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO
VIGÊNCIA: 28 DE MARÇO DE 2016 A 27 DE MARÇO DE 2017
ORDENADOR: LUCIANO GUEDES - Diretor Geral
Protocolo 944833

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 010/2016
PARTES: ADEPARÁ E WYLMARA COSTA DE SOUZA
CPF Nº 797.876.061-87
CARGO: AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO
VIGÊNCIA: 30 DE MARÇO DE 2016 A 29 DE MARÇO DE 2017
ORDENADOR: LUCIANO GUEDES - Diretor Geral
Protocolo 944839

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 011/2016
PARTES: ADEPARÁ E PAULO OLIVEIRA DE SOUZA
CPF Nº 879.683.472-20
CARGO: AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO
VIGÊNCIA: 30 DE MARÇO DE 2016 A 29 DE MARÇO DE 2017
ORDENADOR: LUCIANO GUEDES - Diretor Geral
Protocolo 944840

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 012/2016
PARTES: ADEPARÁ E BRUNO CESAR MARQUES MATTOS
CPF Nº 632.081.641-49
CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO
VIGÊNCIA: 31 DE MARÇO DE 2016 A 30 DE MARÇO DE 2017
ORDENADOR: LUCIANO GUEDES - Diretor Geral
Protocolo 944841

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 013/2016
PARTES: ADEPARÁ E CARLOS ACASSIO GOMES DE OLIVEIRA
CPF Nº 912.443.072-20
CARGO: AGENTE FISCAL AGROPECUÁRIO
VIGÊNCIA: 30 DE MARÇO DE 2016 A 29 DE MARÇO DE 2017
ORDENADOR: LUCIANO GUEDES - Diretor Geral
Protocolo 944842

ERRATA

PUBLICAÇÃO Nº 934180, DE 03/03/2016
PORTARIA Nº 6368/2016
SERVIDOR: 541966921/SUMAYA EMÍLIA PAULINO GORDO (MÉDICO VETERINÁRIO)
Onde se lê: "PERÍODO: 07/03/2016 A 12/03/2016"
Leia-se "PERÍODO: 28/03 A 02/04/2016"
Protocolo 944606

ERRATA DE PUBLICAÇÃO Nº 943919, DOE 33.096 DE 29/03/2016;
Onde se lê: "O servidor Daniel Cappellari, Matrícula de nº 588414/1, ocupante do cargo de Fiscal Agropecuário, lotado (a) na Regional de Xinguara".
Leia-se: "A servidora Graziela Soares de Oliveira, Matrícula de nº 5882753/3, ocupante do cargo de Fiscal Agropecuário, lotado (a) na Regional de São Geraldo do Araguaia".
Ordenador: LUCIANO GUEDES
Protocolo 944619

TERMO ADITIVO A CONTRATO

TERMO ADITIVO: 06 / 2015
Contrato: 019/2011
Processo: 2011/44741 - Adepará
Classificação do Objeto: Tecnologia/Conectividade
Objeto: Prorrogação do Contrato para mais 02 (Dois) Meses
Data Assinatura: 29/03/2016
Vigência: 01/04/2016 a 31/05/2016
Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.
Orçamento:
Projeto Atividade: 928238
Natureza da Despesa 339139
Fonte do Recurso : 0261
Origem do Recurso: Estadual
Contratado (a): EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA
CNPJ: 05.059.613/0001-18
Endereço Completo: Rodovia Augusto Montenegro, km 10, Centro Administrativo do Estado, Icoaraci.
CEP: 66820-000
Telefone:
Ordenador: LUCIANO GUEDES
Protocolo 944539

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria: 6805/2016
Prazo de Aplicação (em dias): 60
Prazo de prestação de contas (em dias): 15
Servidor:
 57218173/RITA SILVANA ELIAS ASSEF (GERENTE)
Natureza da Despesa / Valor:
 33.90.30/R\$ 4.000,00
 TOTAL: R\$ 4.000,00
Observação: Decreto Nº 1.180, de 12/08/2008
Ordenador: WEBERSON GONÇALVES LUCAS
Protocolo 944856

DIÁRIA

Portaria: 6806/2016
Objetivo: Prestar serviços junto a Assessoria de Comunicação, no Planejamento e Execução da Comunicação Institucional.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: BRASÍLIA/DF
Destino: BELÉM/PA.
Servidor:
 Maria Teresa Ivanicska Costa Garcia (COLABORADOR EVENTUAL) / 13,5 DIÁRIA / 04/04 A 16/04/2016.
Ordenador: WEBERSON GONÇALVES LUCAS
Protocolo 944896

Portaria: 6807/2016
Objetivo: Dar apoio às ações técnicas e administrativas nas áreas de defesa agropecuária dos escritórios elencados anteriormente, análise técnica dos relatórios técnicos mensais, atendimento ao público, educação sanitária nas regiões com foco a enfermidade de interesse epidemiológico, e acompanhar os termos de compromisso das empresas registrados na produção artesanal, nos municípios de Conceição do Araguaia, Xinguara, Tucumã e Santa Maria das Barreiras-Pa.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA
Destino: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/SANTA MARIA DAS BARREIRAS/TUCUMÃ/XINGUARA/PA
Servidor:
 010101/CAMILA OLIVEIRA CAMARA FERREIRA (MÉDICO VETERINÁRIO) / 10,5 DIÁRIAS / 01/04/2016 A 11/04/2016.
Ordenador: WEBERSON GONÇALVES LUCAS.
Protocolo 944906

Portaria: 6808/2016
Objetivo: Dar apoio às ações técnicas e administrativas nas áreas de defesa agropecuária dos escritórios elencados anteriormente, análise técnica dos relatórios técnicos mensais, atendimento ao público, educação sanitária nas regiões com foco a enfermidade de interesse epidemiológico, e acompanhar os termos de compromisso das empresas registrados na produção artesanal, nos municípios de Conceição do Araguaia, Xinguara, Tucumã e Santa Maria das Barreiras-Pa.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: XINGUARA/PA
Destino: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/SANTA MARIA DAS BARREIRAS/TUCUMÃ/XINGUARA/PA
Servidor:
 572200106/APOLIANA MARQUES SOBRAL (ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) / 10,5 DIÁRIAS / 01/04/2016 A 11/04/2016.
Ordenador: WEBERSON GONÇALVES LUCAS.
Protocolo 944907

Portaria: 6809/2016
Objetivo: Dar apoio às ações técnicas e administrativas nas áreas de defesa agropecuária dos escritórios elencados anteriormente, análise técnica dos relatórios técnicos mensais, atendimento ao público, educação sanitária nas regiões com foco a enfermidade de interesse epidemiológico, e acompanhar os termos de compromisso das empresas registrados na produção artesanal, nos municípios de Conceição do Araguaia, Xinguara, Tucumã e Santa Maria das Barreiras-Pa.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: SANTANA DO ARAGUAIA/PA
Destino: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/SANTA MARIA DAS BARREIRAS/TUCUMÃ/XINGUARA/PA
Servidor:
 59043371/LUDMILHA DIAS DE SOUZA (FISCAL ESTADUAL AGROPECUARIA) / 10,5 DIÁRIAS / 01/04/2016 A 11/04/2016.
Ordenador: WEBERSON GONÇALVES LUCAS.
Protocolo 944908

Portaria: 6810/2016
Objetivo: Dar apoio às ações técnicas e administrativas nas áreas de defesa agropecuária dos escritórios elencados anteriormente, análise técnica dos relatórios técnicos mensais, atendimento ao público, educação sanitária nas regiões com foco a enfermidade de interesse epidemiológico, e acompanhar os termos de compromisso das empresas registrados na produção artesanal, nos municípios de Conceição do Araguaia, Xinguara, Tucumã e Santa Maria das Barreiras-Pa.
Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.
Origem: TUCUMÃ/PA
Destino: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/SANTA MARIA DAS BARREIRAS/TUCUMÃ/XINGUARA/PA
Servidor:
 58695792/IRMA RODRIGUES MONTAY (TÉCNICO AGRÍCOLA) / 10,5 DIÁRIAS / 01/04/2016 A 11/04/2016.
Ordenador: WEBERSON GONÇALVES LUCAS.
Protocolo 944909

Portaria: 6811/2016
Objetivo: Dar apoio às ações técnicas e administrativas nas áreas de defesa agropecuária dos escritórios elencados anteriormente, análise técnica dos relatórios técnicos mensais, atendimento ao público, educação sanitária nas regiões com foco

a enfermidade de interesse epidemiológico, e acompanhar os termos de compromisso das empresas registrados na produção artesanal, nos municípios de Conceição do Araguaia, Xinguara, Tucumã e Santa Maria das Barreiras-Pa.

Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.

Origem: SÃO FÉLIX DO XINGU/PA

Destino: CONCEIÇÃO DOA RAGUAIA/SANTA MARIA DAS BARREIRAS/TUCUMÃ/XINGUARA/PA

Servidor:

1212121/TANIENE TIAGO SILVA E SOUSA (TÉCNICO AGRÍCOLA) / 10,5 DIÁRIAS / 01/04/2016 A 11/04/2016.

Ordenador: WEBERSON GONÇALVES LUCAS.

Protocolo 944910

TORNAR SEM EFEITO

Portaria: 6387/2016

Objetivo: Realizar fiscalização móvel de produtos vegetais nas mediações do município de Breu Branco.

Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149.

Origem: NOVO REPARTIMENTO/PA

Destino: BREU BRANCO/PA

Servidor:

5901322/RENATA TRINDADE DE LIMA (ENGENHEIRO AGRÔNOMO) / 1,5 DIÁRIAS / 11/03/2016 A 12/03/2016.

Ordenador: WEBERSON GONÇALVES LUCAS.

Protocolo 944607

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA INSTITUCIONAL

EXERCÍCIO: 2016

PARTES: **AGENCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ- ADEPARÁ**, CNPJ n. 05.470.347/0001-11, **FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO PARÁ-FAEPA**, CNPJ 04.976.437.0001.16, **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL-SENAR**, CNPJ 04.309.367.0001.42 **E O FUNDO DO DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ-FUNDEPEC**, CNPJ 03.030.497.0001.89.

CLASS. DO OBJETO: Parceria Institucional

OBJETO: O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto estabelecer uma parceria institucional entre o poder público e a iniciativa privada, visando criar condições que viabilizem, de forma objetiva, o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à realização do inquérito soro-epidemiológico da brucelose e da tuberculose, no rebanho bovino do Pará, sem envolver Repasse Financeiro.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal n. 8666/93, Art. 116 C/C Lei Estadual n. 6712/05, Art. 4, Inciso XXX.

VIGÊNCIA: 24 Meses a contar da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 09/03/2016

VALOR: As Ações propostas com base neste Termo de Cooperação e financeiro, quando for o caso, ocorrerão por conta dos recursos orçamentários de cada instituição, de acordo com as suas respectivas ações.

Foro: Comarca de Belém, Estado do Pará.

RESPONSÁVEIS: CARLOS FERNANDES XAVIER, WALTER CARDOSO E LUCIANO GUEDES.

Protocolo 944656

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº0161/2016 - 21.03.2016.

O PRESIDENTE DA EMATER - PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

DESIGNAR, a contar de 01.04.2016 a 06.05.2016, a Auxiliar de Administrativa **GIZELA CARLA RAIOL FURTADO DRAGO** - Matrícula nº571.75852/1, para responder pela Chefia da Seção de Contabilidade/COAFI, em virtude do titular encontra-se em gozo de férias.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ,

PAULO AMAZONAS PEDROSO

PORTARIA Nº0162/2016 - 21.03.2016.

O PRESIDENTE DA EMATER - PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

DESIGNAR, a contar de 01.04.2016 a 06.05.2016, a Extensionista Rural I Socióloga **MARGARETH OLIVEIRA DO NASCIMENTO**

- Matrícula nº5194997/1, para responder pela Unidade Didática de Conceição do Araguaia/Escritório Regional de Conceição do Araguaia, em virtude do titular encontra-se em gozo de férias.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ,

PAULO AMAZONAS PEDROSO

PORTARIA Nº0173/2016 - 28.03.2016.

O PRESIDENTE DA EMATER - PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

DESIGNAR, a contar de 01.04.2016 a 30.04.2016, a Extensionista Rural II Técnico em Agropecuária **EDERLAN CORREA PEREIRA** - Matrícula nº57189839/2, para responder pela Chefia do Escritório Local de Óbidos/Escritório Regional de Santarém, em virtude do titular encontra-se em gozo de Licença Prêmio.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ,

PAULO AMAZONAS PEDROSO

PORTARIA Nº0164/2016 - 22.03.2016.

O PRESIDENTE DA EMATER - PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

DESIGNAR, a contar de 01.04.2016 a 06.05.2016, o Operador de Rádio **ELIAS PAULINO DE MELO** - Matrícula nº 3173739/1, para responder pela Chefia Seção de Serviços Gráficos/COTEC, em virtude do titular encontra-se em gozo de Licença Prêmio.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ESTADO DO PARÁ,

PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944677

TERMO ADITIVO A CONTRATO

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2011

Data da Assinatura: 09/03/2016

Justificativa: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar quantitativamente o valor mensal do contrato de prestação de serviços nº 032/2011, tendo em vista a repactuação em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2017 firmada entre SEAC (Sindicato das Empresas de Serviço Terceirizáveis, Trabalho Temporário, Limpeza e Conservação Ambiental do Estado do Pará) x SINELPA (Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Asseio, Conservação, Higiene e Similares do Estado do Pará) e do Decreto 70.541/2012.

Orçamento:

Fonte: 0101

Programa: 1297

Projeto Atividade: 8338

Elemento de Despesa: 3390-39

PI: 4200008338C

Valor Mensal: R\$ 39.627,44

Valor Global: R\$ 39.627,44

Contratado: PROJEBEL SERVIÇO COMERCIO LTDA

Endereço: Trav. Dr. Moraes, nº 740 Bairro: Batista Campos, CEP. 66.045-590 - Belém/PA

Telefone: 91 3222.3537

Ordenador: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE

Protocolo 944599

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 61/2016; BENEFICIÁRIO: MARINALDO CARDOSO LOBATO; MATRÍCULA: 57210199; FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL II; OBJETIVO: ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC; MUNICÍPIO: BAGRE; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA: 339030=R\$ 500,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944621

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 62/2016; BENEFICIÁRIO: WALDEMIRO DE OLIVEIRA ROSA JUNIOR; MATRÍCULA: 55588416; FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL I; OBJETIVO: ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC; MUNICÍPIO: BREVES; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA: 339030=R\$ 300,00; 339039=R\$ 200,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944641

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 63/2016; BENEFICIÁRIO: MILTON NUNES DA COSTA; MATRÍCULA: 57189671; FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL I; OBJETIVO: ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC; MUNICÍPIO: PORTEL; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA: 339030=R\$ 260,00;

339036=R\$ 200,00; 339047=R\$ 40,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944642

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 64/2016; BENEFICIÁRIO: FABIANA DE SOUSA VIEIRA; MATRÍCULA: 5912410; FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL I; OBJETIVO: ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC; MUNICÍPIO: MELGAÇO; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA: 339030=R\$ 140,00; 339036=R\$ 300,00; 339047=R\$ 60,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944644

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 65/2016; BENEFICIÁRIO: ANTONIO RAFAEL DA SILVA ALMEIDA; MATRÍCULA: 80846000; FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL II; OBJETIVO: ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC; MUNICÍPIO: CURRALINHO; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA: 339030=R\$ 500,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944647

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 66/2016; BENEFICIÁRIO: DARCILEIDE TRINDADE CORRÊA; MATRÍCULA: 55589479; FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL II; OBJETIVO: ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC; MUNICÍPIO: AFUÁ; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA: 339030=R\$ 500,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944650

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 67/2016; BENEFICIÁRIO: BRUNA PAULA COSTA DOS SANTOS; MATRÍCULA: 57190819; FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL II; OBJETIVO: ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC; MUNICÍPIO: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA: 339030=R\$ 200,00; 339036=R\$ 250,00; 339036=R\$ 50,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944655

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 68/2016; BENEFICIÁRIO: JOSÉ NILTON PEREIRA DA SILVA; MATRÍCULA: 57175854; FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL I; OBJETIVO: ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC; MUNICÍPIO: ANAJÁS; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA: 339030=R\$ 300,00; 339039=R\$ 200,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944657

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 69/2016; BENEFICIÁRIO: TED QUEMEL DA FONSECA; MATRÍCULA: 80845109; FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL I; OBJETIVO: ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC; MUNICÍPIO: GURUPÁ; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA: 339030=R\$ 200,00; 339033=R\$ 300,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944659

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 70/2016; BENEFICIÁRIO: FRANCISCO WELITON MENDES VASQUES; MATRÍCULA: 73504285; FUNÇÃO: EXTENSIONISTA RURAL II; OBJETIVO: ATENDER DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ESLOC; MUNICÍPIO: OEIRAS DO PARÁ; PROGRAMA: 1449; PROJETO ATIVIDADE: 8502; FONTE: 0261; ELEMENTO DE DESPESA: 339030=R\$ 500,00; PRAZO DE APLICAÇÃO: 60 DIAS-COMPROVAÇÃO: 15 DIAS. ORDENADOR DE DESPESAS: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944660

PORTARIA Nº 003/2016

Liberação de Recursos Financeiros

O Ordenador da Unidade Gestora de Castanhal / Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - **EMATER-PARÁ**.

RESOLVE:

Conceder Suprimento de Fundo em favor de: Ricardo Silva Freire

Matrícula: 55585955	CPF: 657.518.252-68
---------------------	---------------------

Lotado: Escritório Castanhal R-

Cargo ou Função: Extensionista Rural I

PROGRAMA: 1449 -Agricultura Familiar

PROJETO-ATIVIDADE: 8502 - Apoio às cadeias Produtivas de Origem Animal e Vegetal com Serviços de ATER.

FONTE: 0261 -Recurso Próprio

MUNICÍPIO(S): Castanhal-R

OBJETIVO: Liberação de Recurso para realização de dois

eventos visando a orientação dos coordenadores locais dos 19 município que abrangem o Regional de Castanhal sobre mudanças no ambiente institucional.

Prazo para Aplicação do Recurso: Até 60 dias após o recebimento.
Prazo para Prestação de Contas: 15 dias após o período de aplicação

Valor do Suprimento: R\$ 2.500.,00 (Dois mil e quinhentos reais)

Elemento de Despesa:

33903096 = R\$

33903396 = R-

33903696 = R\$

33903996 = R\$ 2.500,00

Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Unidade Gestora de Castanhal, 30 de Março de 2016

Ordenador UG Castanhal

Norma Iracema Silva da Rosa

Supervisora Regional Castanhal

Protocolo 944693

TORNAR SEM EFEITO

TORNAR SEM EFEITO PORTARIA DE DIÁRIA Nº 023/2016; BENEFICIÁRIOS: NAZARACI MACEDO NATIVIDADE; PROTOCOLO Nº 942171. ORDENADOR: PAULO AMAZONAS PEDROSO

Protocolo 944750

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº 000551/2016-DGAF/GAB/SEMAS
BELÉM, 28 DE MARÇO DE 2016.

A Diretora de Gestão Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições conferidas em lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 88, da Lei nº. 5810, de 24.01.1994;

CONSIDERANDO apresentação o Documento nº 3262/2016 e atestado médico;

RESOLVE:

I - Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade a servidora **ELIANE FRANCISCA DE ALMEIDA**, matrícula 57215510/ 1, ocupante do cargo de Engenheiro Florestal, lotada no Núcleo Regional de Gestão e Regularidade Ambiental, no período de 28/01/2016 a 25/07/2016.

II - Determinar à Coordenadoria de Gestão de Pessoal - CGP, que através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAQUEL SEABRA SIMOES DE OLIVEIRA

Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo 944552

ERRATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (CAIXAS BOX) E MATERIAL DE SEGURANÇA INDIVIDUAL (LUVAS DE PROCEDIMENTO).

Onde se lê: PTRES: 274534; Fonte: 0316; Elemento: 339030; P.I: 0000004534C; AÇÃO: 183714.

Lê-se: PTRES: 278338; Fonte: 0316; Elemento: 339030; P.I: 4200008338C; AÇÃO: 183714.

Belém, 31 de Março de 2016

Wellington Rodrigues dos Santos

Pregoeiro Semas/Pa

Protocolo 944550

DIÁRIA

PORTARIA Nº 574/2016-GAB/SEMAS DE 30 DE MARÇO DE 2016

OBJETIVO: REALIZAR VISTORIA EM EMPREENDIMENTO NO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: MARABÁ/PA

DESTINO: ITUPIRANGA/PA.

PERÍODO: 30/03/2016 - (½) DIÁRIAS

SERVIDORES:

- 8001313/1- ERIKA LUIZA SOUZA DE ARAUJO- (ENGENHEIRO

FLORESTAL)

- 6400910/1 - MARLENE SOUSA SANTOS - (TECNICO EM GESTAO DE AGROPECUARIA)

- 5914602/1- CLAYTON DO ESPIRITO SANTO PANTOJA- (MOTORISTA)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 944556

PORTARIA Nº 573/2016-GAB/SEMAS DE 30 DE MARÇO DE 2016

OBJETIVO: REALIZAR VISTORIA TÉCNICA NOS MUNICIPIOS CITADOS.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: INHANGAPI/PA, IGARAPÉ-AÇU/PA E SANTA LUZIA DO PARÁ/PA.

PERÍODO: 13/04 A 15/04/2016 - (02 E ½) DIÁRIAS

SERVIDOR:

- 5904211/2- RODOLFO SHINJI SATO SOARES- (ENGENHEIRO SANITARISTA)

- 57233944/2- EVANDRO DOUGLAS NEVES BARRETO -(ENGENHEIRO SANITARISTA)

- 5654823/ 1- CLEO FERNANDO DE SOUZA CRUZ- (MOTORISTA)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 944591

PORTARIA Nº 571/2016-GAB/SEMAS DE 30 DE MARÇO DE 2016

OBJETIVO: REALIZAREM VISTORIA TÉCNICA EM PROCESSO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: CASTANHAL/PA.

PERÍODO: 08/04/2016 - (½) DIÁRIA

SERVIDORES:

- 5923737/1 - ANDRE DA SILVA MONTEIRO - (ENGENHEIRO FLORESTAL)

- 5923743/1- MARICELIA GONCALVES BARBOSA - (ENGENHEIRO FLORESTAL)

- 57193847/1- JAIRO FARIAS DA SILVA - (MOTORISTA)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 944610

PORTARIA Nº 572/2016-GAB/SEMAS DE 30 DE MARÇO DE 2016

OBJETIVO: REALIZAR SUPORTE TÉCNICO PARA INSTALAÇÃO DO SOFTWARE ARCGIS E ATUALIZAÇÃO NO SISTEMA OPERACIONAL NA UNIDADE REGIONAL.

FUNDAMENTO LEGAL: DECRETO Nº 734/1992, LEI 5.810/1994, ART.145 A 149 E ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 01/2008-AGE/PA. PRAZO PARA ENTREGA DE RELATÓRIOS DE VIAGEM: 05 (CINCO) DIAS APÓS RETORNO DE VIAGEM.

ORIGEM: BELÉM/PA

DESTINO: ALTAMIRA/PA E SANTARÉM/PA.

PERÍODO: 04/04 A 12/04/2016 - (08 e ½) DIÁRIAS

SERVIDOR:

-8001261/ 1- FABIO SANTANA DE OLIVEIRA -(TECNICO EM GESTAO DE INFORMATICA)

ORDENADOR: CLAUDIO JORGE DA COSTA LIMA

Protocolo 944620

FÉRIAS

PORTARIA Nº 00519/2016-DGAF/GAB/SEMAS

BELÉM, 22 DE MARÇO DE 2016

RAQUEL SEABRA SIMÕES DE OLIVEIRA, Diretora de Gestão Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO o Memo. 139244/2016/GRH/GEPROF/COGEF/DGFLOR/SAGRA e o disposto no art. 74 da Lei nº 5.810 de 24.01.1994;

RESOLVE:

Conceder o restante de 14 (quatorze) dias das férias regulamentares, interrompidas através da Portaria 01016/2015-DGAF/GAB/SEMAS, de 30/07/2015, publicado no DOE 32941 de 03/08/2015, para a servidora abaixo:

NOME	MATRICULA	EXERCICIO	PERÍODO
S H I R L E Y C A T A R I N A DOS SANTOS GUIMARÃES	57191044/3	2013/2014	14/03/2016 A 27/03/2016

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAQUEL SEABRA SIMÕES DE OLIVEIRA

Diretora de Gestão Administrativa e Financeira/SEMAS

Protocolo 944517

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO Nº. : 85095/GERAD/COFISC/DIFISC/SAGRA/2016

Á

DOMINGOS SAVIO CALCUCHIMAC DE ALENCAR FERNANDEZ

End: AV. CONSELHEIRO FURTADO N 606

BAIRRO: BATISTA CAMPOS

CEP: 66036-350 Belém-PA

Pelo presente instrumento, fica o Sr. **Domingos Savio Calcuchimac de Alencar Fernandez**, notificado de acordo com o que consta nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 38444/2015, no qual foi lavrado o Auto de Infração nº

3305/2015/GERAD, na sede desta Secretaria, por operar atividade de construção civil, em face de construir condomínio (Porto de Odivelas) com piscina, trapiche e ancoradouro em solo não edificável (mangue), sem autorização ou licença ambiental do órgão ambiental competente, local da infração, Rua General

Gurjão, s/n, Centro, São Caetano de Odivelas, próximo as coordenadas geográficas: S 0º44'38.5" e W 48º01'03.9", as margens do Rio Mojuim, contrariando Art. 93 da Lei Estadual 5887/95; Arts. 66 e 74 do Decreto Federal 6514/2008, enquadrando -se Art. 118, incisos I e VI da Lei Estadual 5887/1995, em consonância Art. 70 da Lei Federal 9605/98; Art. 255 da Constituição Estadual do Pará, o autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a publicação, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

Protocolo 944499

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE DECISÃO

PROCESSO: 8537/2013

NOME DO INFRATOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO PARÁ

INFRAÇÃO: O interessado enquadrou-se no Art. 118, inciso VI da Lei Estadual nº 5.887/1995.

DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS: Art. 80 do Decreto Federal nº 6.514/2008.

PENALIDADE: A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, através de seu titular, julgou o auto de Infração nº 2058/2013 INCAPAZ DE PRODUIR EFEITOS, sendo esse arquivado, consonância com a Súmula 473/STF, em tudo observadas as formalidades legais.

Protocolo 944498

PORTARIA Nº 00563/2016-DGAF/GAB/SEMAS

BELÉM, 29 DE MARÇO DE 2016.

A Diretora de Gestão Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições conferidas em lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 72, inciso II, da Lei nº. 5810, de 24.01.1994;

CONSIDERANDO o Documento nº 9096/2016;

RESOLVE:

I - Conceder 08 (oito) dias de Licença Nojo ao servidor CHARLES AUGUSTO DE FREITAS GOMES, matrícula 5919531/ 1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira, no período de 05/02/2016 a 12/02/2016.

II - Determinar à Coordenadoria de Gestão de Pessoal - CGP, que através do setor competente, tome as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RAQUEL SEABRA SIMOES DE OLIVEIRA

Diretora de Gestão Administrativa e Financeira

Protocolo 944520

COMUNICADO

A Diretoria de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos - DIREH, usando das suas atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber por este edital expedido em conformidade com os termos da Instrução Normativa nº 003/2014, INFORMA aos proprietários ou representantes legais de empresas abaixo mencionadas, que os processos de solicitação de Outorga de Direito de Usos dos Recursos Hídricos, Declaração de Dispensa de Outorga ou de Outorga Prévia foram INDEFERIDOS ou ARQUIVADOS. Os usos de recursos hídricos sem a devida autorização deste órgão gestor estão sujeitos às penalidades previstas na Legislação em vigor (Lei Estadual nº 6.381/2011 e Decreto Estadual nº 1.367/2008).

Diretora Responsável: Luciene Mota de Leão Chaves.

PROCESSOS INDEFERIDOS E ARQUIVADOS NO MÊS DE FEVEREIRO DE 2016					
EMPREENHIMENTO	MUNICÍPIO	TIPO DE SOLICITAÇÃO	PROCESSO Nº	ANO	Nº DO TÍTULO EMITIDO
A M PEREIRA CARVOARIA - ME	JACUNDÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	26332	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº83655/2016
A MIRANDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARVÃO VEGETAL - ME	SÃO GERALDO DO ARAGUAIA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	9711	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82774/2016
ÁGUAS DE MATÃO S.A	BARCARENA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	21856	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82680/2016
ÁGUAS DE MATÃO S.A	BARCARENA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	21858	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82889/2016
ÁGUAS DE MATÃO S.A	BARCARENA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	21864	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82664/2016
ÁGUAS DE MATÃO S.A	BARCARENA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	21862	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº83752/2016
ALUBAR METAIS E CABOS S/A	BARCARENA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	18758	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82608/2016
ALVES E RAMALHO LTDA - ME	PARAUPEBAS	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	23584	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 83105/2016
ASSOC. DOS TRABALHADORES AUTONOMOS EM COLETA E RECICLAGEM DE LIXO DE CAPANEMA	CAPANEMA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	10960	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82754/2016
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES PRODUTORES E PRODUTORAS RURAIS DE SÃO BENTO	SÃO JOÃO DE PIRABAS	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	9408	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82961/2016
AUTO POSTO SOL LTDA	BELÉM	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	25634	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº83642/2016
BETEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP	URUARÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	5670	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82544/2016
BONARDI AMAZÔNIA LTDA - EPP	NOVO PROGRESSO	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	24294	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82860/2016
BORGHI IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA - ME	GOIANÉSIA DO PARÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	5137	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82757/2016
BUNGE ALIMENTOS S.A	BARCARENA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	25225	2014	NOT. DE ARQUIVAMENTO Nº82432/2016
C A M BRAGA	ITAITUBA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	17281	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82541/2016
CARVOARIA OURO PRETO LTDA - EPP	JACUNDÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	14881	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82850/2016
CERÂMICA CONSTULAR LTDA	BRASIL NOVO	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	26798	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82796/2016
CLÍNICA DE NEFROLOGIA DE CASTANHAL LTDA - ME	CASTANHAL	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	22129	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº83059/2016
COLONIA DOS PESCADORES Z 88 PRIMAVERA - PARÁ	PRIMAVERA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	9424	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº83492/2016
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA	CASTANHAL	LANÇAMENTO DE EFLUENTES	22508	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº81983/2016
CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RIO MENDONZA	BELÉM	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	27708	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 83377/2016

CONDOMÍNIO FIT MIRANTE DO PARQUE	BELÉM	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	12738	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82901/2016
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A	BOM JESUS DO TOCANTINS	CAPTAÇÃO SUPERFICIAL	7427	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº83417/2016
CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A	PARAUPEBAS	CAPTAÇÃO SUPERFICIAL	7417	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 83226/2016
COOPERATIVA MINERADORA DOS GARIMPEIROS DE ARIQUEMES - COOMIGA	SÃO FÉLIX DO XINGU	CAPTAÇÃO SUPERFICIAL	25159	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82857/2016
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A	MARITUBA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	12442	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82891/2016
DOM MANUEL AGROINDUSTRIAL LTDA	BELÉM	CAPTAÇÃO SUPERFICIAL	16203	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 81822/2016
E DAS C SOARES - ME	ANANINDEUA	CAPTAÇÃO SUPERFICIAL	1777	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82732/2016
FAZENDA PONTAL	REDEÇÃO	CAPTAÇÃO SUPERFICIAL	251	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82716/2016
GOIÁS SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA	MARABÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	37032	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82827/2016
INDÚSTRIA AMAZÔNIA LTDA	ABAETETUBA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	699	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº83521/2016
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONSERVAS ALTEROZA LTDA - ME	BARCARENA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	15647	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº83090/2016
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS CATARINENSE LTDA	TAILÂNDIA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	22173	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82055/2016
INDÚSTRIA MADEIREIRA ACAIME TRANS-URUARA LTDA	SANTARÉM	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	26409	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82717/2016
JARDIM IMPERIAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÃO LTDA	MARABÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	34360	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82807/2016
JJP CONSTRUTORA LTDA	ITAITUBA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	13768	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 80484/2016
L I CARVOARIA E TRANSPORTES LTDA - EPP	RONDON DO PARÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	20019	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº83516/2016
LAJE CONSTRUÇÕES LTDA	ANANINDEUA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	12936	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82795/2016
LAMINADOS DE MADEIRA PARÁ EIRELI - ME - LAMIPAR	SANTARÉM	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	26801	2015	NOT. DE ARQUIVAMENTO Nº 83460/2016
M. M. COMÉRCIO DE MADEIRAS EIRELI - EPP	DOM ELISEU	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	19115	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82431/2016
MADEIREIRA CAPELLI LTDA - ME	TAILÂNDIA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	30419	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº83054/2016
MADEIREIRA JACARÉ GRANDE INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	BREVES	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	10385	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82739/2016
MADEIREIRA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA - EPP	PACAJÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	10746	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82723/2016

MADEIREIRA PARICÁ LTDA - ME	RONDON DO PARÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	28453	2015	NOT. DE ARQUIVAMENTO Nº 83364/2016
MARFRIBE INDÚSTRIA LTDA - EPP - MFB - MATADOURO E FRIGORÍFICO BEZERRA	MÃE DO RIO	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	27759	2015	NOT. DE ARQUIVAMENTO Nº83449/2016
MAGRO COMERCIO VAREJISTA DE MADEIRA LTDA - ME	PLACAS	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	2172	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82911/2016
N S NAZARÉ SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA	MARABÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	34073	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 83071/2016
PICA-PAU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA - EPP	TAILÂNDIA	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	36679	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82735/2016
POSTO DO BOLINHA LTDA	MARABÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	12610	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82885/2016
REAL NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	28353	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº83435/2016
REGINA LUCIA FARIAS DOS SANTOS	BELÉM	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	15576	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82772/2016
RESIDENCIAL PARIS INCORPORAÇÃO LTDA	MARABÁ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	25891	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 83062/2016
ROBSON CLAYTON DA SILVA GOMES	MÃE DO RIO	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	30097	2015	NOT. DE ARQUIVAMENTO Nº82291/2016
RODRIGO CAMPOS MELLI	BELTERRA	CAPTAÇÃO SUPERFICIAL	17417	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº81988/2016
SANTARÉM COMÉRCIO E IND. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - EPP	SANTARÉM	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	11168	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº82728/2016
SHOPPING DA MADEIRA LTDA - EPP	TUCURUÍ	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	4864	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82740/2016
TOP PRIME - MARIA GOMES NORONHA FERREIRA	BELÉM	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	12089	2015	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82059/2016
TRANSLOCMM LTDA - ME	PARAUPEBAS	CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA	6715	2014	NOT. DE INDEFERIMENTO Nº 82930/2016

LUCIENE MOTA DE LEÃO CHAVES

Diretoria de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos
Protocolo 944536

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no uso de suas atribuições legais, comunica aos órgãos, instituições governamentais e não governamentais e à população, que em **29/02/2016**, foi protocolado sob o nº **6263/2016**, para análise nesta Secretaria, objetivando a concessão de licença ambiental, o Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, referentes ao projeto de **Estação de Transbordo de Cargas - ETC, Terminal LDC Tapajós**, a ser localizado no município de **Rurópolis**, de interesse da empresa Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A. Informa, ainda, que a documentação referente ao Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, encontra-se a disposição dos interessados para consulta na biblioteca desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, sito à Trav. Lomas Valentinas, 2717 - Marco e através do site www.semam.pa.gov.br.

Comunica, finalmente, que de acordo com o Art. 106, da Lei nº 5887, de 09 de maio de 1995, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, esta Secretaria determina o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para solicitação de Audiência Pública, a contar da data de publicação. Belém, 23 de março de 2016.

Luiz Fernandes Rocha
 Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Protocolo 944865

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 146 DE 30 DE MARÇO DE 2016

O Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 01 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº. 32.798, de 01 de janeiro de 2015. RESOLVE:

Conceder 3,5 (Três e meia) diárias aos servidores Cleberson da Silva Salomão, matrícula nº. 57204725, ocupante do cargo de Gerente de Escritório Regional/ Carajás-Engenheiro Florestal, Emmanuell Carrolo Sobrinho, matrícula nº. 57200772, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Ambiental - Agronomia e Fábio Henrique Oliveira Alves, matrícula nº.5917943, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Ambiental, a cada servidor, para atender as despesas de viagem a Nova Ipixuna. Objetivo: Montagem de viveiro de mudas na Comunidade do PAEX Praia Alta Piranhira, no período de 05 a 08/04/2016, conforme o processo nº. 2016/121270, Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

THIAGO VALENTE NOVAES

Protocolo 944652

PORTARIA Nº. 147 DE 30 DE MARÇO DE 2016

O Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 01 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº. 32.798, de 01 de janeiro de 2015. RESOLVE:

Conceder 5,5 (cinco e meia) diárias aos servidores Antônio Luiz Pereira Campos, matrícula nº. 54190874, ocupante do cargo de Técnico em Gestão Ambiental-Biólogo, Benito Barbosa Calzavara, matrícula nº5684340, ocupante do cargo de Diretor de Desenvolvimento da Cadeia Florestal, Estevam Jorge Cavalcante Coqueiro, matrícula: 57230920, ocupante do cargo de Gerente Técnico, Hanoia Jennings Caceres, Matrícula:5891267, ocupante do cargo de Gerente Técnico/Bióloga, Karina dos Santos Cardoso, matrícula: 57189985, ocupante do cargo de Gerente Técnico/Agronomia, a cada servidor, para atender as despesas de viagem a Acará. Objetivo: Montagem e instalação de um viveiro de produção de mudas, no PA Benedito Alves Bandeira, no período 10 a 15/04/2016, conforme o processo nº. 2016/120075, Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE

THIAGO VALENTE NOVAES

Protocolo 944654

PORTARIA Nº.149 DE 30 DE MARÇO DE 2016

O Presidente do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Estadual de 01 de janeiro de 2015, publicado no Diário Oficial nº. 32.798, de 01 de janeiro de 2015. RESOLVE:

Conceder 06 e ½ (seis e meia) diárias à servidora Jossandra Carvalho da Rocha Pinheiro, matrícula nº.55585772, ocupante do cargo de Técnica em Gestão de Pesca e Aquicultura, para atender as despesas de viagem a Tucuruí, para coordenar a equipe de elaboração do Plano Emergencial de povoamento do Parque Aquícola Breu Branco III, no período de 03 a 09/04/2016, conforme o processo nº. 2016/117576, Art.145 da Lei Estadual nº. 5.810 de 24/01/1994.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

THIAGO VALENTE NOVAES

Protocolo 944768

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA Nº488/2016-SAGA/SEGUP BELÉM, 17 DE MARÇO DE 2016.

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, no uso de suas atribuições legais. CONSIDERANDO: Os artigos 81 e 83 da Lei Estadual nº. 5.810/94, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da

Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará. **CONSIDERANDO:** O Laudo Médico nº 177558A/1 expedido pela Perícia Médica da SEAD em 15 de março de 2016. **RESOLVE:** Prorrogar por Licença Saúde da servidora **MARIA DO SOCORRO ARAUJO MIRANDA**, MF nº 352101/1, Agente Administrativo, de 22 de fevereiro a 21 de abril de 2016. **REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.** **JOSÉ EDMILSON LOBATO JUNIOR** Secretário Adjunto de Gestão Administrativa/SEGUP

Protocolo 944583

SUPRIMENTO DE FUNDO

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 0483/2016 de 18 de Março de 2016

Prazo para Aplicação (em dias): 60

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

Nome do Servidor: FATIMA LIDIA GOMES RODRIGUES

Cargo do Servidor: (Assistente Administrativo)

Matrícula: 3158527/1

Programa de Trabalho: 218279

Fonte do Recurso: 0101000000

Natureza da Despesa: 339030. Valor: R\$ 2.000,00

Ordenador: JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 0451/2016 de 11 de Março de 2016

Prazo para Aplicação (em dias): 60

Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15

Nome do Servidor: REGINALDO PINHEIRO DOS SANTOS

Cargo do Servidor: (TEN.CEL.QO/BM)

Matrícula: 5618088/1

Programa de Trabalho: 218264

Fonte do Recurso: 0101000000

Natureza da Despesa: 339030. Valor: R\$ 2.000,00

Ordenador: JOSÉ EDMILSON LOBATO JÚNIOR

Protocolo 944623

FÉRIAS

PORTARIA Nº 471/2016-SAGA/SEGUP

Belém, 15 de março de 2016.

O Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, no uso de suas atribuições legais e...

CONSIDERANDO: O art. 74 cc o inciso I do art. 75 da Lei 5.810/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará. **CONSIDERANDO:** O Plano de Férias 2016 da SEGUP. **RESOLVE:** Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Cleobaldo Lima de Azevedo	Vigilante	2015	04.04 a 03.05.2016
Lucidalva Vieira da Silva	Datilografo	2015	04.04 a 03.05.2016
Rosângela Nazaré Lima Mouzinho	Assistente Administrativo	2015	04.04 a 03.05.2016
Syntia Helaine da Silva Braga	Assistente Administrativo	2015/2016	04.04 a 03.05.2016

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE JOSÉ EDMILSON LOBATO JUNIOR Secretário Adjunto de Gestão Administrativa

Protocolo 944857

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO

Termo Aditivo: 1º

Data da Assinatura: 23/03/2016

Justificativa: O presente Termo Aditivo tem como escopo a alteração da Cláusula Quinta do Termo de Cooperação Técnica, cujo objeto é a formação de guarda e inspetor da guarda municipal de Parauapebas/PA. Os participantes resolvem de comum acordo prorrogar a vigência por mais 148 (cento e quarenta e oito) dias, vigorando de **27/03/2016** até **31/08/2016**.

JEANNOT JANSEN DA SILVA FILHO

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

VALMIR QUEIROZ MARIANO

Prefeito do Município de Parauapebas/PA.

Protocolo 944690

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

PORTARIA

Portaria nº 008/2016 - CCC.

A DIRETORA DE APOIO LOGÍSTICO DA PMPA, no exercício de suas atribuições legais previstas no Art. 30, da Lei Complementar nº 053 de 07 de fevereiro de 2006 e na Portaria nº 006/2014 - GAB CMDO;

Considerando o Decreto estadual Nº. 870, de 04 de outubro de 2013 que dispõe sobre a supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução dos Contratos, Convênios e Termos de Cooperação, firmados pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado do Pará;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a 1º TEN QOPM RG 35513 ÉRICA AMANDA DA SILVA BATISTA, **FISCAL** do Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2016, celebrado entre a Polícia Militar do Estado do Pará e a Prefeitura Municipal de Cametá, por Interveniência da Secretaria Municipal de Educação de Cametá, com prazo de vigência para o período de 22 de março de 2016 a 21 de março de 2017, cujo objeto é a orientação e a capacitação dos estudantes do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Cametá-PA nas questões referentes ao enfrentamento primário ao uso de drogas por meio da metodologia do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD.

Art. 2º - Cabe ao Oficial acima qualificado além das obrigações previstas na legislação pertinente:

I - Acompanhar a execução do Termo de Cooperação, conforme previsto nas cláusulas da Cooperação e no seu Plano de Trabalho;

II - Apresentar ao Centro de Convênios e Contratos, Relatório de Fiscalização bimestral sobre o cumprimento das obrigações das partes;

III - Apresentar ao final do Termo de Cooperação o relatório do cumprimento do objeto que comporá a prestação de contas;

IV - Determinar o que for necessário a sua regular execução, solicitando aos seus superiores, em tempo hábil, caso necessário, providências que ultrapassem a sua competência, para adoção de medidas convenientes.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belém - PA, 30 de março de 2016.

RAQUEL MENDES FRANÇA - TEN CEL QOPM

Diretora de Apoio Logístico da PMPA

Protocolo 944698

DIÁRIA

PORTARIA Nº 1200-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: CAPANEMA - PA

DESTINO(S): PARAGOMINAS - PA

PERÍODO: 25 A 26/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): SD PM JOAQUIM VALDECI VASCONCELOS

JUNIOR CPF: 962.472.152-15.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 943964

PORTARIA Nº 1201-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE DETENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: SALINAS - PA

DESTINO(S): SÃO JOÃO DE PIRABAS - PA

PERÍODO: 26/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): CB PM FABELINO CARVALHO

BRANDÃO CPF: 453.010.773-68;

CB PM LUIZ ALTEMAR SILVA DOS REIS

CPF: 363.173.572-34.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 943965

PORTARIA Nº 1202-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE DETENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: SALINAS - PA

DESTINO(S): NOVA TIMBOTEUA - PA

PERÍODO: 26/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): CB PM HÉLIO DOS SANTOS PAIXÃO

CPF: 327.840.902-72;

SD PM WELLINGTON DA SILVA BRAGA

CPF: 022.385.483-27.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 943967

PORTARIA Nº 1203-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SALINAS - PA
DESTINO(S): SANTA ISABEL - PA
PERÍODO: 20/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): MAJ PM JOSIMAR LEÃO QUEIROZ
CPF: 444.367.362-72.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943969

PORTARIA Nº 1204-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BRAGANÇA - PA
DESTINO(S): VISEU - PA
PERÍODO: 28/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): CB PM ROSYNALDO SARMENTO BARBOSA
CPF: 381.074.142-68.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943971

PORTARIA Nº 1205-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ALTAMIRA - PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 20 A 22/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SD PM GILBERTO FILHO DA SILVA
CPF: 875.498.322-34.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943972

PORTARIA Nº 1206-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ABAETUBA - PA
DESTINO(S): BARCARENA - PA
PERÍODO: 28/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SD PM RAFAEL LEE SILVA VILAR
CPF: 735.656.872-15.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943973

PORTARIA Nº 1207-DC-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ITAITUBA - PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 24 A 26/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM RAIMUNDO ALTAMIRO MACEDO MIRANDA **CPF:** 323.935.122-68;
 CB PM RIVALDO FERNANDES
CPF: 269.853.732-91;
 CB PM AGAMENON DA SILVA SOUSA
CPF: 512.071.092-15;
 SD PM ALEX JHONATA DA SILVA
CPF: 004.498.682-30;
 SD PM ANDRÉ MIRANDA DE SOUSA
CPF: 001.513.982-40.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943974

PORTARIA Nº 1208-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ITAITUBA - PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 30/01 A 02/02/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CAP PM ANTONIO JOSÉ DA SILVA MOURA **CPF:** 252.732.722-20.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943976

PORTARIA Nº 1209-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ITAITUBA - PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 24 A 27/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM ABRAÃO RODRIGUES TAPAJÓS
CPF: 961.966.962-20.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943977

PORTARIA Nº 1210-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ITAITUBA - PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 14 A 17/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM LUIS CLAUDIO TAVARES CARVALHO **CPF:** 392.673.262-87.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943979

PORTARIA Nº 1211-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA E PARTICIPAR DA REUNIÃO DO PREC.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 23 A 27/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 04 DE ALIMENTAÇÃO E 04 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CEL PM MAURO ALVES PINHEIRO
CPF: 379.031.952-04.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943980

PORTARIA Nº 1212-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ANAJÁS - PA
DESTINO(S): SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA - PA
PERÍODO: 25 A 28/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM LOURIVAL AMARAL DOS SANTOS
CPF: 318.460.172-20.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943981

PORTARIA Nº 1213-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: GURUPÁ - PA
DESTINO(S): MELGAÇO - PA
PERÍODO: 19 A 22/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM FÉLIX DA SILVA LIMA
CPF: 148.380.442-91.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943983

PORTARIA Nº 1214-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ANAJÁS - PA
DESTINO(S): BREVES - PA
PERÍODO: 01 A 03/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM RICHARD DE SOUZA MOURA
CPF: 429.543.552-04.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943984

PORTARIA Nº 1215-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO(S): CURRALINHO/SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA - PA
PERÍODO: 01 A 04/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM ERALDO GOMES DO AMARAL
CPF: 721.285.342-91.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943986

PORTARIA Nº 1216-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ - PA
PERÍODO: 20 A 21/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM SANDRO NASCIMENTO MIRANDA
CPF: 775.502.772-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943988

PORTARIA Nº 1217-DI-DF-16

OBJETIVO: ATENDER CHAMADO DE JUSTIÇA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): PARAGOMINAS - PA
PERÍODO: 25 A 26/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SD PM CRINSON POTIGUARA DE SOUZA
CPF: 885.949.552-00.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943989

PORTARIA Nº 1218-DC-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR TRANSFERENCIA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 08 A 10/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM BENEDITO SILVA AZEVEDO
CPF: 367.173.472-87;
 CB PM CLÉCIO NAHUM ALVES
CPF: 329.729.542-20;
 CB PM DORALICE SILVA DE ANDRADE NAVEGANTE
CPF: 431.395.312-49;
 SD PM IWISSON BRUNO DA SILVA DE OLIVEIRA
CPF: 937.869.722-49;
 SD PM DANILO DA SILVA PINTO
CPF: 018.345.572-08;
 SD PM VÍCTOR SANTANA BRASIL
CPF: 000.408.742-90.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943992

PORTARIA Nº 1219-DC-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR TRANSFERENCIA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 15 A 17/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM JORGE AMARAL DE LIMA
CPF: 429.601.342-49;
 CB PM LUCIANO BRITO DOS SANTOS
CPF: 598.381.672-15;
 SD PM DERICK COSTA LEÃO
CPF: 005.832.252-33;
 SD PM ADRIANO CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO
CPF: 002.999.842-57;
 SD PM BENEDITO PAULO BARBOZA DA COSTA
CPF: 894.886.362-20;
 SD PM STEFANIE MAYARA MELO MIRANDA DE VASCONCELOS
CPF: 000.745.632-89.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943997

PORTARIA Nº 1220-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO(S): PORTEL - PA
PERÍODO: 18 A 20/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM HÉLIO SOUZA NETO
CPF: 789.803.132-68;
 CB PM PAULO ROBERTO DE JESUS NOGUEIRA
CPF: 758.570.732-00.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 943998

PORTARIA Nº 1221-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO(S): AFUÁ - PA
PERÍODO: 25 A 30/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 DE ALIMENTAÇÃO E 05 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ MARIA COSTA DE AZEVEDO **CPF:** 380.200.762-04;
 CB PM JOILSON MAGNO DE SOUZA
CPF: 801.152.682-00.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 944000

PORTARIA Nº 1222-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA
DESTINO(S): PORTEL - PA
PERÍODO: 20 A 22/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM PAULO ROBERTO DE JESUS NOGUEIRA **CPF:** 758.570.732-00;

SD PM PAULO EDERSON MARQUES LOBATO
CPF: 789.150.312-53.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944003

PORTARIA Nº 1224-DC-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR TRANSFERÊNCIA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA

DESTINO(S): BELÉM - PA

PERÍODO: 25 A 30/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): SGT PM PAULO ROBERTO DA SILVA

QUARESMA CPF: 379.445.092-20;

SGT PM CLEBER MARCIO ARAGÃO DIAS

CPF: 488.498.982-15;

SD PM ODANILSON AREIAS MORAES CABRAL

CPF: 920.616.642-53;

SD PM STEFANIE MAYARA MELO MIRANDA DE VASCONCELOS

CPF: 000.745.632-89;

SD PM PAULO EDERSON MARQUES LOBATO

CPF: 789.150.312-53.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944004

PORTARIA Nº 1225-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA

DESTINO(S): GURUPÁ - PA

PERÍODO: 25 A 29/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): CB PM MARCOS DE JESUS RODRIGUES

FARIAS CPF: 685.335.942-91;

SD PM ADAYLTON SANTOS DA COSTA

CPF: 852.921.412-91.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944005

PORTARIA Nº 1226-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA

DESTINO(S): ANAJÁS - PA

PERÍODO: 26 À 29/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): CB PM DEILTON LIMA DE MORAES

CPF: 886.618.902-25;

SD PM EDMILSON RODRIGUES DE OLIVEIRA

CPF: 885.056.002-82.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944006

PORTARIA Nº 1227-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA

DESTINO(S): BELÉM - PA

PERÍODO: 11 À 13/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): CB PM PAULO ROBERTO DE JESUS

NOGUEIRA CPF: 758.570.732-00;

SD PM PAULO EDERSON MARQUES LOBATO

CPF: 789.150.312-53.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944008

PORTARIA Nº 1228-DC-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: ANAJÁS - PA

DESTINO(S): BREVES E BELÉM - PA

PERÍODO: 13 À 16/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): SGT PM LOURIVAL AMARAL DOS SANTOS

CPF: 318.460.172-20;

CB PM MÁRIO OLIVEIRA DE OBRAS

CPF: 303.239.402-34;

CB PM VANDERSON FAVACHO DA SILVA

CPF: 395.298.862-68;

CB PM RICHARD DE SOUZA MOURA

CPF: 429.543.552-04.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944010

PORTARIA Nº 1229-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA

DESTINO(S): GURUPÁ - PA

PERÍODO: 31/01 À 04/02/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 04 DE ALIMENTAÇÃO E 04 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): SGT PM LUIZ ROBERTO AMADOR

CABRAL CPF: 454.576.382-00;

SD PM WAGNER MELO MIRANDA

CPF: 828.054.662-68;

SD PM IVANILDO DE SOUZA E SILVA JUNIOR

CPF: 716.118.602-10.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944011

PORTARIA Nº 1230-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BREVES - PA

DESTINO(S): BELÉM - PA

PERÍODO: 28 À 30/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): SGT PM ANTONIO BENON RIBEIRO

MONTEIRO CPF: 425.980.012-49;

SGT PM MANOEL DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS

CPF: 370.607.832-53;

SD PM JOSÉ FLAVIO BAIA LOBO

CPF: 689.791.002-30.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944012

PORTARIA Nº 1231-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: MOCAJUBA - PA

DESTINO(S): BAIÃO - PA

PERÍODO: 28/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): SGT PM RONALD MEIRELES VARELA

CPF: 356.972.452-20;

SD PM RAIMUNDO FREDSON CORRÊA OLIVEIRA

CPF: 915.843.962-53.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944014

PORTARIA Nº 1232-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: MOCAJUBA - PA

DESTINO(S): ANANINDEUA - PA

PERÍODO: 29/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): CB PM JAIR AUGUSTO FARIAS RAMOS

CPF: 578.708.292-34;

SD PM DIEGO CARDOSO LOPES

CPF: 006.624.182-04.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944015

PORTARIA Nº 1233-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BRAGANÇA - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 22/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): SGT PM VANDER LUIZ OLIVEIRA

DA SILVA CPF: 585.533.392-20;

CB PM EDINALDO RODRIGUES RAMOS

CPF: 656.882.442-91;

SD PM FABRÍCIO DA SILVA LIMA

CPF: 828.175.452-49.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944016

PORTARIA Nº 1234-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: SALINÓPOLIS - PA

DESTINO(S): CAPANEMA - PA

PERÍODO: 20/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): CB PM ANTÔNIO MIGUEL TEIXEIRA

MESQUITA CPF: 318.225.252-68;

CB PM MARIO FELIPE DE OLIVEIRA ROSSY

CPF: 746.214.242-20.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944018

PORTARIA Nº 1235-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: SALINÓPOLIS - PA

DESTINO(S): NOVA TIMBOTEUA - PA

PERÍODO: 20/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): CB PM MARCOS NASCIMENTO DE SOUZA

CPF: 640.639.842-49;

CB PM ELMO DA SILVA MACHADO

CPF: 153.501.182-34.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944019

PORTARIA Nº 1236-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: CAPANEMA - PA

DESTINO(S): BELÉM - PA

PERÍODO: 14/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): CB PM FRANCISCO ALMIR LIMA SILVA

CPF: 835.932.502-25;

SD PM JACKSON HERMES MENEZES FERNANDES

CPF: 018.111.542-55.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944020

PORTARIA Nº 1238-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PA

DESTINO(S): MARABÁ - PA

PERÍODO: 12/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): SGT PM VALDECI ANTUNES FRANCO

CPF: 318.595.422-04;

CB PM REGINALDO BUCHER DA SILVA

CPF: 886.258.852-68;

SD PM CARLOS CRISTIANO S. DE OLIVEIRA

CPF: 000.348.952-30;

SD PM RESYLEN DE LIMA SOUZA

CPF: 043.154.373-95.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944021

PORTARIA Nº 1239-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: TUCURUÍ - PA

DESTINO(S): CAMETÁ - PA

PERÍODO: 07 À 08/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 01 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): CB PM GILLENKO KURKS MOTA LYRA

CPF: 657.026.202-59;

SD PM JEDSON DA CRUZ MARQUES

CPF: 967.173.952-87.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944023

PORTARIA Nº 1240-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: TUCURUÍ - PA

DESTINO(S): BREU BRANCO - PA

PERÍODO: 25/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): CB PM JOSIEL MENDES COELHO

CPF: 930.503.992-87;

SD PM MAYLON JOSÉ DE SOUSA VIANA

CPF: 012.406.862-69.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944024

PORTARIA Nº 1241-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: TUCURUÍ - PA

DESTINO(S): NOVO REPARTIMENTO - PA

PERÍODO: 21/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): CB PM MAC STEVEN PERSOLO COSTA

UMBUZEIRO CPF: 725.945.192-00;

SD PM ADRIANO LOPES FREITAS

CPF: 785.220.132-68.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS

MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): DOM ELISEU - PA
PERÍODO: 14/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): CB PM MOISES LOURENÇO PEREIRA
 CPF: 695.656.432-72;
 SD PM RAFAEL DE SOUZA DOS SANTOS
 CPF: 869.824.272-34.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944028

PORTARIA Nº 1244-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): ITUPIRANGA - PA
PERÍODO: 14/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM EDIMAR BERNARDINO DE SOUSA
 CPF: 251.656.152-00;
 SD PM JOÃO HENRIQUE MONTEIRO COSTA
 CPF: 048.057.943-13.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944031

PORTARIA Nº 1245-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): ULIANÓPOLIS - PA
PERÍODO: 19/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SD PM VALNEI PEREIRA CHAVES DE OLIVEIRA
 CPF: 797.065.682-04;
 SD PM CHARLES POLICARPIO DO NASCIMENTO
 CPF: 995.007.792-34.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944033

PORTARIA Nº 1247-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): TAILÂNDIA - PA
PERÍODO: 21/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM SEBASTIÃO ALVES BOTELHO
 CPF: 328.937.602-87;
 SD PM CHARLES DE AZEVEDO BARBOSA
 CPF: 707.209.162-91.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944035

PORTARIA Nº 1248-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): DOM ELISEU - PA
PERÍODO: 21/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SD PM RICARDO PEREIRA IZOTON
 CPF: 729.697.762-00;
 SD PM ANTONIO GUIMARÃES
 CPF: 667.007.522-72.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944036

PORTARIA Nº 1249-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): SÃO JOÃO DO ARAGUAIA - PA
PERÍODO: 21/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SD PM KOUTE MARRONE SANTOS E SILVA
 CPF: 928.467.182-53;
 SD PM AGILMAR DO NASCIMENTO DIAS
 CPF: 806.463.102-59.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944037

PORTARIA Nº 1250-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): CANÃA DOS CARAJÁS - PA
PERÍODO: 26/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM ANTONIO MARCELO COSTA
 PORTELA CPF: 268.271.903-15;
 SD PM RENATO RODRIGUES DA COSTA
 CPF: 425.739.552-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944039

PORTARIA Nº 1251-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): RONDON DO PARÁ - PA
PERÍODO: 26/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SD PM FÁBIO MONTEIRO COSTA
 CPF: 025.453.453-85;
 SD PM RAILLON BOTELHO SILVA
 CPF: 010.470.501-96.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944041

PORTARIA Nº 1252-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): TUCURUI - PA
PERÍODO: 20/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM EDIMAR BERNARDINO DE SOUSA
 CPF: 251.656.152-00;
 SD PM LEONARDO NUNES RODRIGUES
 CPF: 958.004.842-87.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944042

PORTARIA Nº 1253-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): TAILÂNDIA - PA
PERÍODO: 26/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SD PM MARCIO DA SILVA NORONHA
 CPF: 716.177.792-53;
 SD PM DIONES DA SILVA MORAES
 CPF: 840.082.372-91.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944043

PORTARIA Nº 1254-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA
DESTINO(S): ULIANÓPOLIS - PA
PERÍODO: 26/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): CB PM ROBSON ROCHA DOS SANTOS
 CPF: 911.535.902-63;
 SD PM EDI PAULO RIBEIRO DE SOUSA
 CPF: 770.556.912-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944047

PORTARIA Nº 1256-DC-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO(S): ÓBIDOS - PA
PERÍODO: 18 À 21/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM RAIMUNDO GILBERTO GAMA ALVES
 CPF: 442.362.712-49;
 SGT PM MARIA ROSINETE COSTA SILVA
 CPF: 205.496.012-87;
 CB PM RUBSON WALKIR BRITO DIAS
 CPF: 671.212.842-00;
 CB PM MOACIR DE ALMEIDA SILVA
 CPF: 394.718.102-72;
 SD PM CLAUDECIR FREITAS DA SILVA
 CPF: 944.898.662-91;
 SD PM MOACIR GENTIL PEDROSO
 CPF: 769.354.932-34.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944049

PORTARIA Nº 1257-DC-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO(S): ÓBIDOS - PA
PERÍODO: 19 À 22/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM JARDSON OLIVEIRA REIS
 CPF: 231.914.142-15;
 CB PM RAIMUNDO SOCORRO PANTOJA HAMBURGO
 CPF: 338.454.762-49;
 CB PM ELIAS DA SILVA MELO
 CPF: 648.508.892-04;
 SD PM JACKMILLER JACKSON DO AMARAL COSTA
 CPF: 742.500.512-34.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944050

PORTARIA Nº 1258-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO(S): MONTE ALEGRE - PA
PERÍODO: 13 À 15/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM CARLSON ROBERTO PINTO SILVA
 CPF: 403.354.702-97;
 SD PM JULIO JEFFERSON DA SILVA
 CPF: 000.439.332-54.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944051

PORTARIA Nº 1259-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO(S): MONTE ALEGRE - PA
PERÍODO: 13 À 15/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM BERNARDINO REGO DA SILVA
 CPF: 206.359.312-49;
 CB PM EMANUEL WAGNER SILVA DAS NEVES
 CPF: 678.877.322-04.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944054

PORTARIA Nº 1260-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO(S): ÓBIDOS - PA
PERÍODO: 12 À 14/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM IDARLON DE SOUSA FELIX
 CPF: 588.183.912-91;
 CB PM PAULO JÚNIOR TAVARES DA SILVEIRA
 CPF: 877.183.912-91.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944055

PORTARIA Nº 1261-DC-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 12 À 17/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 DE ALIMENTAÇÃO E 05 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM ELIEL LIMA PAIVA
 CPF: 414.120.012-34;
 CB PM DERLISSON DE ARAÚJO GONÇALVES
 CPF: 588.082.642-20;
 CB PM ELIANOR PEDROSO DE QUEIROZ
 CPF: 439.486.692-87;
 CB PM NELSON MOREIRA DINIZ NETO
 CPF: 860.833.502-63;
 SD PM IURI LUIS COSTA DA ROCHA
 CPF: 002.931.452-61;
 SD PM RUSEMBERG CARVALHO DE QUEIROZ
 CPF: 964.769.822-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944056

PORTARIA Nº 1262-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO(S): MONTE ALEGRE - PA
PERÍODO: 12 À 14/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM FRANCISCO ANTENOR DE LIMA E SILVA
 CPF: 590.366.722-87;
 SD PM ITALO KENNEDY SANTOS SOUSA
 CPF: 005.373.262-60.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944058

PORTARIA Nº 1263-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO(S): MONTE ALEGRE - PA
PERÍODO: 11 À 13/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM ANDSON DOS SANTOS DA COSTA
 CPF: 580.082.092-91;
 SGT PM JOEL DOS SANTOS CORRÊA
 CPF: 458.018.512-91.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944060

PORTARIA Nº 1264-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR ESCOLTA DE PRESOS.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ANAJÁS - PA
DESTINO(S): BREVES - PA
PERÍODO: 27 À 29/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM JOSE AUGUSTO COSTA DA CONCEIÇÃO CPF: 487.604.472-49;
 CB PM REINALDO MARTINS
 CPF: 426.031.022-49;
 CB PM VANDERSON FAVACHO DA SILVA
 CPF: 395.298.862-68.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944061

PORTARIA Nº 1268-DI-DF-16

OBJETIVO: PARTICIPAR DO VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): BELO HORIZONTE - MG
PERÍODO: 24 À 27/02/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 03 DE ALIMENTAÇÃO E 03 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CAP PM DIÓGENES ARAÚJO COUTO BRAGA CPF: 583.927.772-04;
 SGT PM RENATO EMANO DE SOUZA DOS SANTOS
 CPF: 379.053.092-15.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944062

PORTARIA Nº 1271-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR DILIGÊNCIA DE IPM.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): SOURE - PA
PERÍODO: 22 À 28/02/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 06 DE ALIMENTAÇÃO E 06 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): MAJ PM EDIMAR MARCELO COELHO COSTA CPF: 581.118.752-15.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944065

PORTARIA Nº 1272-DI-DF-16

OBJETIVO: REALIZAR DILIGÊNCIA DE IPM.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): BREVES - PA
PERÍODO: 29/02 À 06/03/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 06 DE ALIMENTAÇÃO E 06 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): MAJ PM EDIMAR MARCELO COELHO COSTA CPF: 581.118.752-15.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944067

PORTARIA Nº 1273-DC-DF-16

OBJETIVO: OP. REINTEGRAÇÃO DE POSSE.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): REDENÇÃO E MARABÁ - PA
PERÍODO: 25/01 À 07/02/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 14 DE ALIMENTAÇÃO E 13 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM ROBSON SANTANA FERREIRA CPF: 425.866.232-15;
 SGT PM JAIR DE JESUS AMADOR CUIMAR
 CPF: 392.621.112-15;
 SGT PM ANTONIO MARCELO BORGES DO NASCIMENTO
 CPF: 306.999.832-15;
 SGT PM JAILSON ROBERTO NUNES DA SILVA
 CPF: 576.925.482-34;
 CB PM FÁBIO LISBÔA DA SILVA
 CPF: 517.294.822-87;
 CB PM ALEXANDRE COSTA DOS SANTOS
 CPF: 835.761.502-34;
 CB PM MÁRCIO GLEISON BASTOS DE OLIVEIRA
 CPF: 689.043.392-00;
 CB PM LEANDRO MEIRELES DA SILVA
 CPF: 908.736.292-72;
 CB PM JUARES DO SOCORRO SOUSA
 CPF: 458.207.242-91;
 CB PM JOSE NILSON SILVA DOS SANTOS
 CPF: 761.408.812-34;
 CB PM JOÃO FORTES CUNHA
 CPF: 575.470.842-49;
 CB PM WAGNER LUIZ MAIA MESQUITA
 CPF: 424.085.632-91;
 CB PM ALEXANDRE DOS SANTOS OLIVEIRA
 CPF: 593.403.632-72;
 SD PM JOSÉ CLEYSON SOUZA DOS SANTOS

CPF: 716.474.142-53;
 SD PM ALDAIR JUNIOR FRANCO DA CONCEIÇÃO
 CPF: 712.404.202-00;
 SD PM MARCELO CHUCRE DOS REIS
 CPF: 747.556.252-20;
 SD PM ELDER VILHENA DOS SANTOS
 CPF: 782.135.412-00;
 SD PM CARLOS RODOLFO DE SOUSA VINAGRE
 CPF: 943.569.982-00;
 SD PM DAVISSON HENRIQUE RAMOS BATISTA
 CPF: 980.981.522-00;
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944070

PORTARIA Nº 1274-DC-DF-16

OBJETIVO: OP. REINTEGRAÇÃO DE POSSE.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): REDENÇÃO - PA
PERÍODO: 27 À 29/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): MAJ PM ANTÔNIO MAURICIO SANTANA SILVA CPF: 634.610.802-68;
 CB PM GENILSON DA SILVA COSTA
 CPF: 889.165.702-63;
 CB PM LUIS FERNANDO CAVALCANTE DIAS
 CPF: 846.327.632-68;
 SD PM LUCIENE NEPOMUCENO VALENTE
 CPF: 931.969.462-15.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944072

PORTARIA Nº 1275-DC-DF-16

OBJETIVO: OP. REINTEGRAÇÃO DE POSSE.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): REDENÇÃO - PA
PERÍODO: 27 À 29/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): TEN CEL PM MAURO MOREIRA MATOS
 CPF: 395.234.382-04;
 SGT PM JEREMIAS DA SILVA DE BRITO
 CPF: 392.435.082-53;
 CB PM JADSON ALEIXO FERREIRA
 CPF: 573.037.382-15;
 CB PM AMAURI CORRÊA ALCANTARA
 CPF: 844.796.632-15.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944076

PORTARIA Nº 1276-DC-DF-16

OBJETIVO: OP. REINTEGRAÇÃO DE POSSE.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): REDENÇÃO - PA
PERÍODO: 27 À 29/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 02 DE ALIMENTAÇÃO E 02 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CEL PM EMANNUEL QUEIROZ LEÃO BRAGA CPF: 352.414.972-34;
 SGT PM EDILSON TEIXEIRA DOS SANTOS
 CPF: 443.603.802-59;
 CB PM JAILSON ZEFERINO DAS CHAGAS
 CPF: 411.092.102-30;
 CB PM ANDERSON SOARES DA SILVEIRA
 CPF: 639.333.492-49.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944077

PORTARIA Nº 1277-DC-DF-16

OBJETIVO: OP. REPRERBAN.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: REDENÇÃO - PA
DESTINO(S): OURILÂNDIA DO NORTE E TUCUMÃ - PA
PERÍODO: 25 À 29/01/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 DE ALIMENTAÇÃO E 04 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM UILSON ALVES DA SILVA
 CPF: 392.789.132-00;
 CB PM WELITON DA SILVA LIRA
 CPF: 668.520.722-15;
 CB PM ÉRICON FERNANDES DE MORAIS
 CPF: 896.989.751-87;
 SD PM VALDINEY PEREIRA DE SOUSA
 CPF: 674.430.282-53.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944078

PORTARIA Nº 1278-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLICIAMENTO OP. REPRERBAN.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: ABAETETUBA - PA
DESTINO(S): BAIÃO - PA

PERÍODO: 28/01 À 12/02/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 15 DE ALIMENTAÇÃO E 14 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM IVANIL QUARESMA PANTOJA
 CPF: 565.134.102-15;
 CB PM ELVIS CLÉZIO PEREIRA SOARES
 CPF: 789.696.462-72;
 SD PM RÔMULO LOPES BRITO
 CPF: 934.909.252-20;
 SD PM ELIELSON FONSECA DOS SANTOS
 CPF: 793.372.012-91.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944085

PORTARIA Nº 1279-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLICIAMENTO OP. REPRERBAN.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SANTARÉM - PA
DESTINO(S): PLAÇAS - PA
PERÍODO: 25/01 À 13/02/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 20 DE ALIMENTAÇÃO E 19 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM GILDSON DOS SANTOS SOARES
 CPF: 512.444.892-04;
 CB PM DIEGO LIMA DE OLIVEIRA
 CPF: 011.434.103-60;
 CB PM PAULO CESAR GUIMARÃES PRATA
 CPF: 519.085.062-53;
 CB PM WASHINGTON MARCELLO COELHO SANTIAGO
 CPF: 608.350.102-44.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944088

PORTARIA Nº 1280-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLICIAMENTO OP. REPRERBAN.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: TAILÂNDIA - PA
DESTINO(S): JACUNDÁ - PA
PERÍODO: 25/01 À 13/02/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 20 DE ALIMENTAÇÃO E 19 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): CB PM SIDCLEY BARRETO SANTANA
 CPF: 635.508.732-04;
 CB PM EDUARDO GONÇALVES RODRIGUES
 CPF: 883.613.062-34;
 CB PM EULLER CICERO LOUREIRO DOS SANTOS
 CPF: 667.069.392-34;
 CB PM NEOMAR SILVIO DOS REIS
 CPF: 903.746.222-72.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944091

PORTARIA Nº 1281-DC-DF-16

OBJETIVO: OP. CARNAVAL 2016.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): MOSQUEIRO - PA
PERÍODO: 10/02/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.
SERVIDOR (ES): SGT PM EUCLIDES ARAGÃO DA SILVA
 CPF: 609.302.762-72;
 CB PM ANA SILVA FARIAS DE VASCONCELOS
 CPF: 582.918.572-53;
 CB PM MAX FRANCO RODRIGUES
 CPF: 303.785.402-20;
 CB PM RUAN CARLOS ALVES DE SOUZA
 CPF: 710.140.802-82;
 CB PM HERSON RODRIGO CORRÊA DO NASCIMENTO
 CPF: 835.625.322-53;
 SD PM ADRIANO LOUREIRO DOS SANTOS
 CPF: 909.512.392-87;
 SD PM ALAN ROGERIO FERREIRA GARCIA
 CPF: 924.684.112-34;
 SD PM JOSÉ CARLOS DA COSTA MACÊDO JUNIOR
 CPF: 759.458.002-87.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944111

PORTARIA Nº 1282-DI-DF-16

OBJETIVO: DILIGÊNCIA DE SINDICÂNCIA.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO(S): BREVES - PA
PERÍODO: 25 À 29/02/16
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 05 DE ALIMENTAÇÃO E 04 DE POUSADA.
SERVIDOR (ES): SGT PM GUILHERME SIQUEIRA TEIXEIRA
 CPF: 488.832.982-68.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944114

PORTARIA Nº 1283-DI-DF-16

OBJETIVO: FREQUENTAR CURSO SUPERIOR DE POLÍCIA 2016.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: SALVATERRA - PA
DESTINO(S): BELÉM - PA
PERÍODO: 31/01 À 06/02/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 06 DE ALIMENTAÇÃO E 06 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): TEN CEL PM FRANCISCO MIGUEL DA SILVA FREITAS CPF: 189.358.932-34;
TEN CEL PM OSCAR DE PAULA GUIMARÃES SOBRINHO CPF: 379.256.792-04.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 944116

PORTARIA Nº 1284-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): MOSQUEIRO - PA

PERÍODO: 21/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): SGT PM MÁRCIO JORGE FURTADO

MARÇAL CPF: 400.853.842-91;

CB PM TEO FERREIRA DE SOUSA

CPF: 577.417.512-04;

SD PM WANDERSON ALEXANDRINO VIANA

CPF: 754.723.252-34;

SD PM ANA CLAUDIA BRITO COIMBRA

CPF: 518.333.012-34.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944117

PORTARIA Nº 1285-DI-DF-16

OBJETIVO: PARTICIPAR DE CURSO CSP.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: MARABÁ - PA

DESTINO(S): BELÉM - PA

PERÍODO: 31/01 À 06/02/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 06 DE ALIMENTAÇÃO E 06 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): TEN CEL PM MAURO SÉRGIO MARQUES SILVA CPF: 226.744.542-53.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.
Protocolo 944119

PORTARIA Nº 1286-DC-DF-16

OBJETIVO: À SERVIÇO DA PMPA.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: ALTAMIRA - PA

DESTINO(S): SENADOR JOSÉ PORFÍRIO - PA

PERÍODO: 14/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): TEN CEL PM MARCOS JOSÉ ANDRADE

DA SILVA CPF: 430.388.672-68;

CAP PM EDINEI GOMES DOS SANTOS

CPF: 404.297.842-87;

TEN PM JORGE LUIS LIMA TAVARES

CPF: 330.528.592-34;

SGT PM ROGERIO DE OLIVEIRA PINTO

CPF: 589.788.602-49;

CB PM MANOEL FRANCINALDO DOS SANTOS FILHO

CPF: 783.854.312-68;

CB PM JOSUÉ DE JESUS MADURO SAMPAIO

CPF: 357.734.212-91.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944120

PORTARIA Nº 1287-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: AURORA DO PARÁ - PA

DESTINO(S): PARAGOMINAS - PA

PERÍODO: 23/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): SD PM JOSÉ SULIVAN VILHENA

DA SILVA CPF: 777.173.252-68;

SD PM ELDENBERG PEREIRA BARROSO

CPF: 982.687.242-34.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944121

PORTARIA Nº 1288-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 26/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): CB PM BRÁULIO SARAIVA

CPF: 372.540.572-72;

SD PM MARCO ANTONIO DE CASTRO FURTADO

CPF: 647.666.672-04;

SD PM WELLINGTON ROBERTO DA SILVA REIS

CPF: 007.440.622-17;

SD PM MIZIAEL MIRANDA LOBATO

PCF: 007.888.962-61.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944122

PORTARIA Nº 1289-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 28 À 29/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): CB PM JORGE FREIRE PARAGUASSU

CPF: 467.536.302-44;

CB PM CLENATO CUNHA DE ARAÚJO

CPF: 722.584.701-53;

SD PM HERNAN JOSE SILVA DA SILVA

CPF: 912.539.342-15;

SD PM MIQUÉIAS MONTEIRO CABRAL

PCF: 947.042.442-53.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944124

PORTARIA Nº 1290-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 27/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): CB PM GEDILSON CHAVES QUARESMA

CPF: 455.502.392-72;

CB PM MARCELO SANTIAGO SANTANA

CPF: 671.140.162-04;

SD PM CARLOS HENRIQUE SALES RODRIGUES

CPF: 981.742.662-91;

SD PM FREDSON HOLANDA NUNES

PCF: 787.031.662-87.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944126

PORTARIA Nº 1291-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 26 À 27/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): SGT PM JOSÉ LUIS FIGUEIREDO

DA SILVA CPF: 395.590.252-87;

CB PM BRUNO DACIEL CUNHA DA SILVA

CPF: 831.664.242-53;

CB PM EDIVALDO DA COSTA E SILVA FILHO

CPF: 860.370.302-78;

SD PM MARINEI SANTOS E SANTOS

PCF: 887.540.302-34.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944127

PORTARIA Nº 1292-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 29 À 30/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE POUSADA.

SERVIDOR (ES): CB PM MÁRCIO ANDRÉ FEITOSA

MALCHER CPF: 377.406.872-00;

CB PM FLÁVIO SILVA PENSADOR

CPF: 583.771.902-49;

SD PM GERSON PEDRO DE OLIVEIRA BRITO

CPF: 941.672.572-20;

SD PM JEFFERSON FARIAS DOS SANTOS

PCF: 761.684.762-53.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944128

PORTARIA Nº 1293-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 29/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): SGT PM LOURIVAL NEVES CEREJA

JÚNIOR CPF: 379.280.152-34;

CB PM CLEBER POTHER PEREIRA

CPF: 689.683.702-06;

SD PM GERSON PEDRO DE OLIVEIRA BRITO

CPF: 941.672.572-20;

SD PM ANDREZZA DE ARGOLLO MOREIRA

PCF: 917.342.822-15.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944129

PORTARIA Nº 1294-DI-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 26, 28, 29/01 E 01/02/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 04 DE ALIMENTAÇÃO.

SERVIDOR (ES): SD PM ALAN DIAS SILVA

CPF: 812.568.332-15.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944134

PORTARIA Nº 1295-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 19 À 20/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE POUSADA

SERVIDOR (ES): CB PM RONALDO PINHEIRO MOURA

CPF: 679.147.562-53;

SD PM ABNER MOISES VIEIRA DA CONCEIÇÃO

CPF: 012.808.492-82;

SD PM MAURICÍO MENDES SANTIAGO RUTKOWSKI

CPF: 002.998.242-17;

SD PM DANYLO CHRISTIAN GONÇALVES DA CONCEIÇÃO

CPF: 016.213.552-17.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944137

PORTARIA Nº 1296-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 20 À 21/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE POUSADA

SERVIDOR (ES): SGT PM LUIZ CLAUDIO OLIVEIRA

DA SILVA CPF: 294.716.212-91;

CB PM CARLOS ELANO SANTOS MAGALHÃES

CPF: 597.702.872-53;

CB PM CLEITON COUTO DE VILHENA

CPF: 690.151.202-34;

SD PM TIAGO LUIZ QUADROS DA COSTA

CPF: 938.839.862-91.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944140

PORTARIA Nº 1297-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 21 À 22/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE POUSADA

SERVIDOR (ES): SGT PM FABIANO PINTO DA SILVA

CPF: 467.011.502-25;

CB PM MAURO LIMA DA SILVA

CPF: 690.318.192-04;

SD PM PAULO EDUARDO QUARESMA

CPF: 896.224.482-91;

SD PM LUIZ ANTONIO PACHECO PEREIRA

CPF: 981.924.342-49.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944143

PORTARIA Nº 1298-DC-DF-16

OBJETIVO: REFORÇO DE POLÍCIAMENTO.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84

MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA

DESTINO(S): SANTA IZABEL - PA

PERÍODO: 22 À 23/01/16

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 01 DE POUSADA

SERVIDOR (ES): SGT PM ALAIN JOSE CAMPOS

DA SILVA CPF: 174.042.232-53;

SD PM THIAGO LEAL RAMALHO

CPF: 986.104.812-04;

SD PM THIAGO HOLANDA LISBOA

CPF: 005.533.022-30;

SD PM HUGO PEREIRA CARVALHO

CPF: 001.484.302-10.

ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS.

Protocolo 944147

PORTARIA Nº 1299-DC-DF-16

PORTARIA Nº 8064-DI-DF-15
OBJETIVO: REALIZAR DILIGÊNCIA DE IPM.
FUNDAMENTO LEGAL: Nº 5.119/84
MUNICÍPIO DE ORIGEM: BELÉM - PA
DESTINO: ABAETETUBA - PA
QUANTIDADE DE DIARIAS: 10 DE ALIMENTAÇÃO E 10 DE POUSADA
PERÍODO: 10 A 20/01/2016.
SERVIDOR (ES): MAJ PM GÉTÚLIO CÂNDIDO ROCHA
JUNIOR CPF: 640.518.972-49;
TEN PM ELKE JOSIANY SERIQUE PANTOJA
CPF: 457.928.102-06.
ORDENADOR: ROBERTO LUIZ DE FREITAS CAMPOS
Protocolo 944666



PORTARIA

PORTARIA Nº. 282/2016-GAB/DG/CEDÊNCIA BELÉM, 17 DE MARÇO DE 2016.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94. CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 648/2013, publicado no DOE nº 32.321 de 18/01/2013; CONSIDERANDO os termos do Ofício 056/2016 -GP/DGPC-AL de 01/03/2016, da lavra do Deputado Marcio Miranda, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, por meio do qual solicita a prorrogação da cessão do servidor Papiloscopista de Polícia Civil Pedro Araújo Coelho, para o referido Órgão;
R E S O L V E: I - PRORROGAR a cessão do servidor PEDRO ARAUJO COELHO, Papiloscopista de Polícia Civil, Matrícula nº 70564, a contar de 01/04/2016, pelo período de 01 (um) ano, à Assembléia Legislativa do Estado do Pará, com ônus para o Órgão Cessionário, mediante reembolso da remuneração mensal do referido servidor, devidamente acrescido dos Encargos Sociais. Ressaltando que o valor a ser reembolsado deverá ser apresentado mensalmente ao cessionário por esta Instituição, por meio de planilha com as respectivas parcelas remuneratórias discriminadas, acompanhado da frequência mensal, atestada pela chefia imediata e ratificada pela área de Recursos Humanos da Cessionária, nos termos do art. 5º, § 1º do Decreto nº 648/13.
 II - Determinar às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato;
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
 Delegado Geral da Polícia Civil
Protocolo 944522

PORTARIA Nº. 300/16-DIF/DRH/DGPC Belém, 15 de Março de 2016.
O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94 (Lei Orgânica da Polícia Civil).
CONSIDERANDO: O Requerimento nº 2016/30478, onde é solicitado **Licença Sem Vencimento** para o (a) servidor (a) **IPC ANDRE PESSOA BARROS**, matrícula nº **57233594**.
R E S O L V E: **CONCEDER** ao servidor **IPC ANDRE PESSOA BARROS**, matrícula nº **57233594**, 02 anos (720 dias), de Licença Sem Vencimento, conforme disposto no artigo 93, da Lei nº 5.810/94, de 24.01.94, a serem gozados no período de **02.03.16 a 19.02.18**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
 DELEGADO GERAL
Protocolo 944627

ERRATA

Protocolo 943956
 Onde se lê: Contrato 001/2016-PCE/PA;
 Leia-se: Contrato 008/2016 -PCE/PA
Protocolo 944827

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 009 /2016-DGPC/DRF/SF BELÉM, 30 DE MARÇO DE 2016.
 O Delegado Geral da Polícia Civil / Ordenador da Unidade Orçamentária da Polícia Civil **Dr. RILMAR FIRMINO DE SOUSA**, no uso de suas atribuições legais...
RESOLVE:
I- Conceder suprimento de fundo ao servidor **JOÃO RICARDO SOUSA DA COSTA - CPF nº 246.141.142-53**, Matrícula nº

3157334/1, Assistente Administrativo, lotado na Diretoria de Administração.

II - O valor do suprimento de fundos corresponde a quantia de **R\$ 1.000,00 (mil reais)**, destina-se a atender as despesas eventuais que não possam ocorrer pelo processo normal de pagamento.

III - A despesa que se refere o item anterior ocorrerá por conta de recursos próprios do Estado e terá a seguinte classificação:

CLASSIFICAÇÃO	VALOR R\$
339030 - Material de Consumo	R\$ 1.000,00

IV - O valor referido no item II, vincula-se aos seguintes prazos: Para aplicação **30 (TRINTA) dias**, a contar da data de emissão da Ordem Bancária - OB. Para prestação de contas **15 (QUINZE) dias** após o prazo de aplicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
RILMAR FIRMINO DE SOUSA
 Delegado Geral / Ordenador de Despesas
Protocolo 944571



PORTARIA

PORTARIA Nº 099/16 DE 30 DE MARÇO DE 2016 - GAB/DGPCRC

O DIRETOR GERAL DO CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES", usando das atribuições legais.
CONSIDERANDO a Lei nº 5.810 de 24.01.94 e a Lei nº 6.282 de 19.01.00 e o ofício 180/2016 - CCC/GOVERNADORIA
RESOLVE:
 REVOGAR a Portaria nº 042/2011-GAB/DGPCRC de 24.02.11 publicada no D.O.E 31.684 de 28.02.2011 que cedeu o servidor JUVENAL DE ARAÚJO LIMA JUNIOR, Perito Médico Legista, matrícula nº 5839653/ 1 à Casa Civil da Governadoria do Estado.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES", 30 DE MARÇO DE 2016.

ORLANDO SALGADO GOUVÊA
 Diretor Geral
Protocolo 944729

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 098/2016-GAB/DGPCRC DE 30 DE MARÇO DE 2016

O DIRETOR GERAL DO CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES", no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO, e os termos da Lei nº 5.810 de 24.01.94 e Lei Complementar nº 07/91, de 28.09.91.

R E S O L V E:
DISTRATAR os servidores temporários, abaixo, lotados neste Centro de Perícias Científicas, a contar da data de publicação.

Motorista:
 MANUEL JOSE DA CONCEICAO NEGRAO.
Auxiliar Técnico de Pericias:
 AMADEU NEGRAO SILVA JUNIOR
Auxiliar Operacional:
 MANOEL VICTOR DOS SANTOS GOMES
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
CENTRO DE PERÍCIAS CIENTÍFICAS "RENATO CHAVES", 30 DE MARÇO DE 2016.

ORLANDO SALGADO GOUVÊA
 Diretor Geral
Protocolo 944730

DIÁRIA

PORTARIA Nº. 077/ 2016

OBJETIVO: Realizar perícias de insanidade mental.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Elizabeth Maria Pereira Ferreira
MATRÍCULA: 5463645/3 / Psiquiatra;
Origem: BELÉM - PA **Destino:** ALTAMIRA - PA.
DIÁRIA: 1.5 (Uma e meia) **PERÍODO:** 03/03/2016 a 04/03/2016.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA Nº. 082/ 2016

OBJETIVO: Realizarem diversas perícias veiculares.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Alan de Jesus Castro Costa
MATRÍCULA: 5914934 / Motorista;
SERVIDOR: Rildo Moraes Platino da Silva
MATRÍCULA: 5858275/2 / Perito Criminal;
SERVIDOR: Ronaldo Silva da Costa
MATRÍCULA: 5890502 / Auxiliar Operacional;

Origem: BELÉM - PA **Destino:** TUCURUÍ - PA.
DIARIAS: 3.5 (Três e meia) **PERÍODO:** 15/03/2016 a 18/03/2016.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

PORTARIA Nº. 094/ 2016

OBJETIVO: Ficar a disposição do Núcleo Avançado.
Fundamento Legal : LEI:5.810/94.
SERVIDOR: Stael Rejane Sousa da Silva
MATRÍCULA: 5233070/1 / Perito Criminal;
Origem: SANTARÉM - PA **Destino:** ITAITUBA - PA.
DIÁRIA: 7.5 (Sete e meia) **PERÍODO:** 08/03/2016 a 15/03/2016.
Ordenador: Dr. Orlando Salgado Gouvêa.

Protocolo 944566



PORTARIA

PORTARIA Nº 1037/2016-DG/CCCLIN, DE 29/03/2016

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - Detran/Pa, no uso da competência que lhe confere o artigo 22 da Lei 9.503 de 23 de Setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

Considerando o teor da Portaria nº3280/2014 do DETRAN/PA que regulamenta o Credenciamento de Clínicas Médicas e Psicológicas e Instituições Públicas e/ou Privadas de ensino Superior, para realização de Exames de Aptidão Física e Mental e Avaliação Psicológica em candidatos a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação - CNH, Autorização para conduzir Ciclomotores - ACC, renovação de Exames, Mudança e Adição de categoria e outros exigidos pelo DETRAN/PA, bem como, as disposições das resoluções dos Conselhos Federais de Medicina e de Psicologia;

Considerando o Requerimento Protocolado sob o nº 2015/456284 pela TOP CLÍNICA MEDICINA E PSICOLOGIA DO TRAFEGO LTDA, CNPJ 23.217.826/0001-02 localizada na TV Timbo Nº 2105, Bairro MARCO CEP 66.095-128 -Belém/Pa;

Considerando que o requerimento foi autuado e processado consoante os preceitos da Portaria 3280/2014/DG, e que a requerente TOP CLÍNICA MEDICINA E PSICOLOGIA DO TRAFEGO LTDA cumpriu com todas as formalidades legais para o seu credenciamento, conforme Parecer emitido pela Comissão Permanente de Licitação, Comissão de Credenciamento de Clínicas, Coordenadorias do Núcleo do Controle Interno deste Detran/Pa

R E S O L V E :
I - CREDENCIAR pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação desta Portaria, a TOP CLÍNICA MEDICINA E PSICOLOGIA DO TRAFEGO LTDA - EPP, CNPJ 23.217.826/0001-02, localizada na TV TIMBO Nº 2105 Bairro MARCO, CEP 66.095-128 Belém/Pa, sob a responsabilidade técnica médica de Maria do Céu Cardoso da Silva e responsabilidade técnica psicológica de Nathalia Otero Batista, para prestação de serviços de exame de aptidão física e mental e avaliação psicológica, no município de BELEM/PA;

II. À Comissão de Credenciamento De Clínicas/CCCLIN, para que adotem as providências para o pleno cumprimento do presente ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Andrea Yared De Oliveira Hass
 Diretora Geral
 DOE 33.040

Protocolo 944884

ADMISSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 1033/2016-DG/CGP, DE 28/03/2016

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO a Portaria 941/2016-DG/CGP, que rescindiu o Contrato de Trabalho da servidora LILIAN GARCIA CAMPOS RIBEIRO, ocupante da função de *Assistente Administrativo*, matrícula 5918597/1, lotada na Chefia de Gabinete deste Departamento, firmado em *11/05/2015*, publicado no DOE nº 32.881, de 08/05/2015, com base na Lei Complementar nº 07/1991, de 28/08/1991, alterada pela Lei 077/2011, de 28/12/2011.
ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS
 Diretora Geral

PORTARIA Nº 1047/2016-DG/CGP, DE 30/03/2016

A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E:
NOMEAR a senhora NAJLA NAYARA DA SILVA, para exercer o Cargo em Comissão, DAS-03, de Gerente da CIRETRAN "B" de Bragança.
 Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor em 31/03/2016.
ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS
 Diretora Geral

PORTARIA Nº 1046/2016-DG/CGP, DE 30/03/2016
A Diretora Geral do Departamento de Trânsito do Estado do Pará - DETRAN/PA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
EXONERAR o senhor HELENO LISBOA DE MATOS, matrícula 54186902/2, do Cargo em Comissão, DAS-03, de Gerente da CIRETRAN "B" de Bragança.
Os efeitos desta Portaria entrarão em vigor em 31/03/2016.
ANDREA YARED DE OLIVEIRA HASS
Diretora Geral

Protocolo 944914

**ERRATA
NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 900088**

ERRATA DA PORTARIA Nº 3261/2015/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33014 edição do dia 18/11/2015
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar da data da publicação desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar de 05/12/2015 à 04/02/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944711

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 917504
ERRATA DA PORTARIA Nº 063/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33048 edição do dia 14/01/2016.
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar de 05/02/2016 à 04/05/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944712

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 900086
ERRATA DA PORTARIA Nº 3260/2015/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33014 edição do dia 18/11/2015
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar da data da publicação desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar de 05/12/2015 à 04/02/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944714

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 917501
ERRATA DA PORTARIA Nº 062/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33048 edição do dia 14/01/2016
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar de 05/02/2016 à 04/05/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944715

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 900081
ERRATA DA PORTARIA Nº 3256/2015/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33014 edição do dia 18/11/2015.
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar da data de publicação desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar de 05/12/2015 à 04/02/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944718

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 917478
ERRATA DA PORTARIA Nº 058/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33048 edição do dia 14/01/2016
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar de 05/02/2016 à 04/05/2016

Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944719

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 899281
ERRATA DA PORTARIA Nº 3227/2015/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33013 edição do dia 17/11/2015.
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar da data da publicação desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar de 14/11/2015 à 13/01/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944721

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 917514
ERRATA DA PORTARIA Nº 067/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33048 edição do dia 14/01/2016
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar de 14/01/2016 à 13/04/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944722

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 900083
ERRATA DA PORTARIA Nº 3258/2015/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33014 edição do dia 18/11/15.
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar da data da publicação desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar de 05/12/2015 à 04/02/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944723

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 917486
ERRATA DA PORTARIA Nº 060/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33048 edição do dia 14/01/16
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar de 05/02/2016 à 04/05/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944726

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 900085
ERRATA DA PORTARIA Nº 3259/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33014 edição do dia 18/11/2015.
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar da data da publicação desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar de 05/12/2015 à 04/02/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944727

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 917491
ERRATA DA PORTARIA Nº 061/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33048 edição do dia 14/01/2016
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar de 05/02/2016 à 04/05/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944728

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 904410
ERRATA DA PORTARIA Nº 3393/2015/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33021 edição do dia 27/11/2015.
Onde se lê no item I:

Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar de 27/11/2015 à 26/01/2016.
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944731

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 917517
ERRATA DA PORTARIA Nº 068/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33048 edição do dia 14/01/2016
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento pelo período de 12 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento pelo período de 12 meses, a contar de 27/01/16 à 26/01/2017.
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944732

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 900094
ERRATA DA PORTARIA Nº 3264/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33014 edição do dia 18/11/2015.
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar da data de publicação desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar de 05/12/2015 à 04/02/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944734

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 917512
ERRATA DA PORTARIA Nº 066/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33048 edição do dia 14/01/2016
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento pelo período de 12 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento pelo período de 12 meses, a contar de 05/02/2016 à 04/02/2017.
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944735

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 900089
ERRATA DA PORTARIA Nº 3262/2015/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33014 edição do dia 18/11/15.
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar da data da publicação desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar de 05/12/2015 à 04/02/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944738

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 917507
ERRATA DA PORTARIA Nº 064/16/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33048 edição do dia 14/01/16
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar de 05/02/2016 à 04/05/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944739

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 900093
ERRATA DA PORTARIA Nº 3263/2015/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33014 edição do dia 18/11/2015
Onde se lê no item I:
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
Leia-se
Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar de 05/12/2015 à 04/02/2016
Andrea Yared De Oliveira Hass
Diretora Geral
DOE 33.040

Protocolo 944741

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 917509
 ERRATA DA PORTARIA Nº065/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33048 edição do dia 14/01/2016.
 Onde se lê no item I:
 Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
 Leia-se
 Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar de 05/02/2016 à 04/05/2016
 Andrea Yared De Oliveira Hass
 Diretora Geral
 DOE 33.04

Protocolo 944744

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 900082
 ERRATA DA PORTARIA Nº 3257/2015/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33014 edição do dia 18/11/2015.
 Onde se lê no item I:
 Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar da data da publicação desta portaria.
 Leia-se
 Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 02 meses, a contar de 05/12/2015 à 04/02/2016
 Andrea Yared De Oliveira Hass
 Diretora Geral
 DOE 33.040

Protocolo 944747

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 917482
 ERRATA DA PORTARIA Nº 059/2016/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33048 edição do dia 14/01/2016.
 Onde se lê no item I:
 Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar da data de assinatura desta portaria...
 Leia-se
 Renovar o credenciamento provisoriamente pelo período de 03 meses, a contar de 05/02/2016 à 04/05/2016.
 Andrea Yared De Oliveira Hass
 Diretora Geral
 DOE 33.040

Protocolo 944748

ERRATA

NÚMERO DA PUBLICAÇÃO: 899280
 ERRATA DA PORTARIA Nº 3195/2015/DG/DHCRV/CHC publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 33013 edição do dia 17/11/2015.
 Onde se lê no item I:
 Renovar o credenciamento pelo período de 12 meses, a contar da data de publicação desta portaria...
 Leia-se
 Renovar o credenciamento pelo período de 12 meses, a contar de 14/11/2015 à 13/11/2016.
 Andrea Yared De Oliveira Hass
 Diretora Geral
 DOE 33.040

Protocolo 944755

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 1025/2016-DAF/CGP DE 23/03/2016

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Suprimento de Fundos constante no Processo nº 2016/93044.

RESOLVE:
ART. 1º - AUTORIZAR a concessão de suprimento de fundos ao servidor **Antonio Nazaré Alves Maciel CPF nº 094.647.002-20, MAT 5714125/2**, ocupante do cargo de Gerente, lotado em Mãe do Rio.

Art. 2º - O valor do suprimento de fundos concedido corresponde a **R\$:-1.900,00 (UM MIL E NOVECIENTOS REAIS)**, destina-se a custear despesas eventuais e emergenciais de pronto pagamento.

Art. 3º - A Despesa a que se refere o item anterior, ocorrerá por conta de recursos próprios e terá a seguinte classificação:
3339030-R\$:-700,00
3339033-R\$:-200,00
3339036-R\$:-1.000,00

Art. 4º - O valor referido art. 2º, vincula-se aos seguintes prazos, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 07 de março de 1964, e Instrução Normativa nº 01/2012-DETRAN/PA. .
 Para aplicação: **30** (trinta) dias, a contar da data do recebimento;
 Para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a aplicação;
 PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
 Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 1026/2016-DAF/CGP DE 23/03/2016

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Suprimento de Fundos constante no Processo nº 2016/88966.

RESOLVE:
ART. 1º - AUTORIZAR a concessão de suprimento de fundos ao servidor **Jean Rudstedt Gato Barros CPF nº 311.323.592-87, MAT 5430119/5**, ocupante do cargo de Gerente, lotado

em Oriximiná.

Art. 2º - O valor do suprimento de fundos concedido corresponde a **R\$:-2.000,00 (DOIS MIL REAIS)**, destina-se a custear despesas eventuais e emergenciais de pronto pagamento.

Art. 3º - A Despesa a que se refere o item anterior, ocorrerá por conta de recursos próprios e terá a seguinte classificação:
3339030-R\$:-1.500,00
3339036-R\$:-500,00

Art. 4º - O valor referido art. 2º, vincula-se aos seguintes prazos, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 07 de março de 1964, e Instrução Normativa nº 01/2012-DETRAN/PA. .
 Para aplicação: **30** (trinta) dias, a contar da data do recebimento;
 Para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a aplicação;
 PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
 Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 1027/2016-DAF/CGP DE 23/03/2016

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Suprimento de Fundos constante no Processo nº 2016/71152.

RESOLVE:
ART. 1º - AUTORIZAR a concessão de suprimento de fundos ao servidor **André José dos Santos CPF nº 120.213.501-34, MAT 5888514/3**, ocupante do cargo de Gerente, lotado em Medicilândia.

Art. 2º - O valor do suprimento de fundos concedido corresponde a **R\$:-1.100,00 (UM MIL E CEM REAIS)**, destina-se a custear despesas eventuais e emergenciais de pronto pagamento.

Art. 3º - A Despesa a que se refere o item anterior, ocorrerá por conta de recursos próprios e terá a seguinte classificação:
3339030-R\$:-300,00
3339036-R\$:-200,00
3339039-R\$:-600,00

Art. 4º - O valor referido art. 2º, vincula-se aos seguintes prazos, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 07 de março de 1964, e Instrução Normativa nº 01/2012-DETRAN/PA. .
 Para aplicação: **30** (trinta) dias, a contar da data do recebimento;
 Para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a aplicação;
 PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
 Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 1028/2016-DAF/CGP DE 23/03/2016

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Suprimento de Fundos constante no Processo nº 2016/103783.

RESOLVE:
ART. 1º - AUTORIZAR a concessão de suprimento de fundos ao servidor **Valmir Oliveira Pereira CPF nº 330.935.634-53, MAT 5895022/2**, ocupante do cargo de Gerente, lotado em Parauapebas.

Art. 2º - O valor do suprimento de fundos concedido corresponde a **R\$:-2.000,00 (DOIS MIL REAIS)**, destina-se a custear despesas eventuais e emergenciais de pronto pagamento.

Art. 3º - A Despesa a que se refere o item anterior, ocorrerá por conta de recursos próprios e terá a seguinte classificação:
3339030-R\$:-1.000,00
3339036-R\$:-1.000,00

Art. 4º - O valor referido art. 2º, vincula-se aos seguintes prazos, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 07 de março de 1964, e Instrução Normativa nº 01/2012-DETRAN/PA. .
 Para aplicação: **30** (trinta) dias, a contar da data do recebimento;
 Para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a aplicação;
 PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
 Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 1029/2016-DAF/CGP DE 23/03/2016

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Suprimento de Fundos constante no Processo nº 2016/99230.

RESOLVE:
ART. 1º - AUTORIZAR a concessão de suprimento de fundos ao servidor **Edilson Alves dos Santos CPF nº 318.753.602-63, MAT 5900136/1**, ocupante do cargo de Gerente, lotado em São Geraldo do Araguaia.

Art. 2º - O valor do suprimento de fundos concedido corresponde a **R\$:-1.000,00 (UM MIL REAIS)**, destina-se a custear despesas eventuais e emergenciais de pronto pagamento.

Art. 3º - A Despesa a que se refere o item anterior, ocorrerá por conta de recursos próprios e terá a seguinte classificação:
3339030-R\$:-600,00
3339036-R\$:-400,00

Art. 4º - O valor referido art. 2º, vincula-se aos seguintes prazos, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 07 de março de 1964, e Instrução Normativa nº 01/2012-DETRAN/PA. .
 Para aplicação: **30** (trinta) dias, a contar da data do recebimento;
 Para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a aplicação;
 PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
 Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo 944602

PORTARIA Nº 1019/2016-DAF/CGP,DE23.03.2016

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Suprimento de Fundos constante no Processo nº 2016/108546.

RESOLVE:
ART. 1º - AUTORIZAR a concessão de suprimento de fundos ao

servidor Raphael Rocha Mesquita, CPF nº 959.068.863-20, MAT 57201378 /1 do cargo de Agente de Fiscalização de Trânsito, lotado na Ciretran de Capanema.

Art. 2º - O valor do suprimento de fundos concedido corresponde a **R\$:-200,00 (DUZENTOS REAIS)**, para suprir as despesas eventuais e de pronto pagamento, no município de Santa Luzia do Pará.
Art. 3º - A Despesa a que se refere o item anterior, ocorrerá por conta de recursos próprios e terá a seguinte classificação:

3339030-R\$-100,00
3339036-R\$-100,00
Art. 4º - O valor referido art. 2º, vincula-se aos seguintes prazos, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 07 de março de 1964, e Instrução Normativa nº 01/2012-DETRAN/PA. .
 Para aplicação: No período de 31/03 à 04/04/2016.
 Para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a aplicação.
 PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
 Diretora Administrativa E Financeira

PORTARIA Nº 1020/2016-DAF/CGP,DE23.03.2016

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Suprimento de Fundos constante no Processo nº 2016/108735.

RESOLVE:
ART. 1º - AUTORIZAR a concessão de suprimento de fundos ao servidor **Marizângela Bittencourt**, CPF nº 602.189.081-72, MAT 57201741 /1 do cargo de Agente de Fiscalização de Trânsito, lotado na Ciretran de Marabá.

Art. 2º - O valor do suprimento de fundos concedido corresponde a **R\$:-300,00 (TREZENTOS REAIS)**, para suprir as despesas eventuais e de pronto pagamento, no município de São Geraldo do Araguaia.

Art. 3º - A Despesa a que se refere o item anterior, ocorrerá por conta de recursos próprios e terá a seguinte classificação:
3339030-R\$-200,00
3339036-R\$-100,00

Art. 4º - O valor referido art. 2º, vincula-se aos seguintes prazos, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 07 de março de 1964, e Instrução Normativa nº 01/2012-DETRAN/PA. .
 Para aplicação: No período de 31/03 à 14/04/2016.
 Para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a aplicação.
 PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
 Diretora Administrativa E Financeira

Protocolo 944883

DIÁRIA

PORTARIA Nº 923/2016-DAF/CGP DE 18/03/2016

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2016/94270.

RESOLVE
AUTORIZAR o pagamento de dezesseis e meia (16 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento de Belém para os municípios de Rondon do Pará - 04/04 e 05/04/2016, Dom Elizeu - 06/04 e 07/04/2016, Paragominas - 08/04 a 11/04/2016, Mãe do Rio - 12/04 e 13/04/2016, Capitão Poço - 14/04 a 18/04/2016, São Miguel do Guamá/Belém - 19/04 e 20/04/2016, a fim de recolherem os bens inservíveis, emitir relatório de recolhimento, registro fotográfico dos bens inservíveis, naqueles municípios.

NOME	Cargo	CPF	matricula
Francisco de Assis da Silva Almeida	Aux. op. Trânsito	158.092.692-49	57176332/1
Renato Gomes da Cruz Júnior	Aux. op. Trânsito	118.000.112-53	5862787/2
João Cordeiro de Castro	Motorista	038.704.722-00	5009030/1

PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
 Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 1021/2016-DAF/CGP DE 23/03/2016

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2016/108665.

RESOLVE
AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento de Marabá para o município de São Geraldo do Araguaia, no período de 31/03 a 14/04/2016, a fim de realizarem ações de fiscalização de trânsito, naquele município.

NOME	Cargo	CPF	matricula
Antonio Gilberto Alves da Costa	aq. trânsito	318.404.422-04	57201651/1
Luzinaldo Batista Franca	aq. trânsito	662.624.532-53	57201996/1
Marizângela Bittencourt	aq. trânsito	602.189.081-72	57201741/1

PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
 Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 1022/2016-DAF/CGP DE 23/03/2016

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições

que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2016/103027.

R E S O L V E

AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento de Belém para o município de Barcarena, no período de 29/03 a 12/04/2016, a fim de realizarem ações de fiscalização de trânsito em cumprimento a cronograma de ações determinadas pela DTO, naquele município.

NOME	Cargo	CPF	matricula
Ademilton Vaz de Quadros	ag. trânsito	856.428.942-34	57230538/1
Claudia dos Santos Menezes	ag. trânsito	729.943.712-00	57230594/1
Enivaldo Pardaul da Costa	ag. trânsito	392.497.602-30	57198277/1
Esmerinda Angélica Diniz Carvalho	ag. trânsito	455.278.732-20	57200231/1
Lorena Suelen de Souza Costa	ag. trânsito	829.612.802-06	57232111/1
Marcus César Rodrigues Moraes	ag. trânsito	648.663.192-91	57189262/2
Sandra Paula dos Remédios C. de Oliveira	ag. trânsito	650.969.242-20	57202190/1
Vera Márcia da Silva Paredes	ag. trânsito	155.004.032-49	57194771/2

PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 1023/2016-DAF/CGP DE 23/03/2016

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2016/105393.

R E S O L V E

AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento de Belém para os municípios de Redenção - 29/03 a 04/04/2016, Parauapebas/Belém - 05/04 a 12/04/2016, a fim de realizarem ações de fiscalização de trânsito e supervisão dos trabalhos desenvolvidos, naqueles municípios.

NOME	Cargo	CPF	matricula
Daniel Souza Campelo	ag. trânsito	670.299.302-15	57190500/2
Jorge Alberto Luz Bahia Filho	ag. trânsito	517.803.132-68	57227367/1

PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 1024/2016-DAF/CGP DE 23/03/2016

A Diretora Administrativa e Financeira do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2016/105541.

R E S O L V E

AUTORIZAR o pagamento de meia (1/2) diária, ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento de Redenção para o município de Conceição do Araguaia, no dia 29/03/2016, a fim de participar de Audiência para prestar esclarecimento quanto a fatos ocorridos em operação de fiscalização de trânsito, naquele município.

NOME	Cargo	CPF	matricula
Eder Franco Rosa	ag. trânsito	029.953.536-30	57201933/1

PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

Protocolo 944595**PORTARIA Nº 1009/2016-DAF/CGP,DE23.03.2016**

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2016/102486.

R E S O L V E

AUTORIZAR o pagamento de vinte e nove e meia (29 e 1/2) diárias, ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento de Altamira para o município de Medilândia no período de 04/04 à 03/05/2016, a fim de realizar vistorias na Ciretran "B" de Medilândia.

NOME	Cargo	CPF	matricula
Marcos de Freitas Amaral	vistoriador	759.994.552-00	57202611 /2

PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
Diretora Administrativa E Financeira

PORTARIA Nº 1010/2016-DAF/CGP,DE23.03.2016

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2016/112414.

R E S O L V E

AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias, ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento de Tucuruí para o município de São Geraldo do Araguaia no período de 31/03 à 14/04/2016, a fim de realizar ações de fiscalização de trânsito, em atendimento ao Mem. nº 44/2016-PROJUR/CONTECIOSO, conforme cópias em anexo.

NOME	Cargo	CPF	matricula
João das Mercedes Oliveira Júnior	ag.fisc.transito	476.047.513-34	57226382 /1

PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
Diretora Administrativa e Financeira

PORTARIA Nº 1015/2016-DAF/CGP,DE23.03.2016

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2016/112750.

R E S O L V E

AUTORIZAR o pagamento de quatorze e meia (14 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificados referente ao deslocamento de Belém para os municípios de Curionópolis - 04 à 06/04/2016, Canaã dos Carajás - 07 à 09/04/2016, Parauapebas - 10/04/2016, Tucumã - 11 à 13/04/2016, Ourilândia do Norte - 14/04/2016, São Félix do Xingu/Belém - 15 à 18/04/2016, a fim de realizar a troca dos equipamentos de combate à princípio de incêndio e verificar as condições de segurança das agências em questão no período diurno e noturno.

NOME	Cargo	CPF	matricula
Antonio Santos	secretário	045.380.678-30	5037689 /5
Robson Bezerra da Silva	bombeiro	664.873.402-78	54190855 /2

PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
Diretora Administrativa E Financeira

PORTARIA Nº 1016/2016-DAF/CGP,DE23.03.2016

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2016/109398.

R E S O L V E

AUTORIZAR o pagamento de doze e meia (12 e 1/2) diárias, ao servidor abaixo especificado referente ao deslocamento de Marabá para o município de São Geraldo do Araguaia no período de 02 à 14/04/2016, a fim de coordenar as ações de fiscalização de trânsito, em atendimento ao Memo. nº 44/2016-PROJUR/CONTECIOSO.

NOME	Cargo	CPF	matricula
Flávio Anísio Gonçalves Borges	Chefe de grupo	592.642.502-63	5738989 /4

PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
Diretora Administrativa E Financeira

PORTARIA Nº 1017/2016-DAF/CGP,DE23.03.2016

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2016/108474.

R E S O L V E

AUTORIZAR o pagamento de quatro e meia (04 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificado referente ao deslocamento de Santa Luíza para o município de Santa Luíza do Pará no período de 31/03 à 04/04/2016, a fim de realizar ações de fiscalização de trânsito, conforme a programação da DTO em atendimento ao compromisso firmado em reunião na Promotoria de Justiça de Santa Luíza do Pará.

NOME	Cargo	CPF	matricula
Bruno Lucas de Freitas	ag.fisc.transito	755.368.892-49	57201366 /1
Leandro Oliveira Souza	ag.fisc.transito	804.087.612-53	57201362 /1
Raphael Rocha Mesquita	ag.fisc.transito	959.068.863-20	57201378 /1
Renata Sousa da Silva	ag.fisc.transito	750.500.722-04	57201382 /1

PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
Diretora Administrativa E Financeira

PORTARIA Nº 1018/2016-DAF/CGP,DE23.03.2016

A Diretora Administrativa e Financeira, do Departamento de Trânsito do Estado do Pará-DETRAN-PA, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria 416/2016-DG/CGP;
CONSIDERANDO a solicitação de concessão de Diária constante no Processo nº 2016/97345, anexo ao Processo nº 2016/82373.

R E S O L V E

AUTORIZAR o pagamento de sete e meia (07 e 1/2) diárias, aos servidores abaixo especificado referente ao deslocamento de Belém para o município de Salinópolis no período de 12 à 19/04/2016, a fim de fazer supervisão ao Curso de Mototaxista.

NOME	Cargo	CPF	matricula
Elvis Nazareno da Silva Miranda	ag.fisc.transito	696.712.142-15	80845553 /1
Maria de Nazaré Rocha Rodrigues Dutra	Operac.transito	443.582.962-20	55587593 /1
Paulo Roberto Mendes Martins	asg	103.539.922-91	3262138 /1

PAULA IVANA FREIRE DA FONSECA
Diretora Administrativa E Financeira

Protocolo 944879

FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

RESULTADO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**EXTRATO DA DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO**

A Comissão Permanente de Licitações do Fundo de Investimento de Segurança Pública-FISP/SEGUP-PA obedecendo determinação da Autoridade Competente, **COMUNICA** a todos os licitantes que participam da Tomada de Preços nº **13/2015-FISP/SEGUP** cujo objeto é a **Reforma e Ampliação da Delegacia de Polícia Civil de Garrafão do Norte/PA**, o resultado dos **RECURSOS ADMINISTRATIVOS** impetrados pelas licitantes ATITUDE CONSTRUTORA LTDA-EPP e FACE ENGENHARIA LTDA-EPP que foram **RECEBIDOS** por tempestivos e por obedecerem os requisitos de admissibilidade e **NO MÉRITO, NÃO FORAM ACATADOS e conforme Parecer Jurídico nº 104/2016-CONJUR para o fim de reformar a decisão da Comissão Permanente de Licitações e considerar como vencedora desta licitação a empresa A3 ENGENHARIA LTDA - EPP** com o valor de **R\$ 405.843,84 (quatrocentos e cinco mil, oitocentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos)**

Cientes todos os licitantes através da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado do Pará, prossigam-se com os Autos em seus ulteriores de direito.

É a Decisão !

Belém-Pa, 22 de março de 2016

BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA
Diretora e Ordenadora de Despesa do FISP

Protocolo 944614**EXTRATO DA DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO**

A Comissão Permanente de Licitações do Fundo de Investimento de Segurança Pública-FISP/SEGUP-PA obedecendo determinação da Autoridade Competente, **COMUNICA** a todos os licitantes que participam da Tomada de Preços nº **14/2015-FISP/SEGUP** cujo objeto é a **Reforma de Ampliação da Delegacia de Polícia Civil de Nova Timboteua/PA**, o resultado do **RECURSO ADMINISTRATIVO** impetrado pela licitante A3 ENGENHARIA LTDA - EPP que foi **RECEBIDO** por tempestivo e por obedecer os requisitos de admissibilidade e **NO MÉRITO, NÃO FOI ACATADO e conforme Parecer Jurídico nº 105/2016-CONJUR para o fim de reformar a decisão da Comissão Permanente de Licitações e negar-lhe provimento.**

A data para abertura das novas propostas financeiras das empresas participantes do referido certame licitatório será informada pela CPL/FISP/SEGUP/PA via DOE, posteriormente.

Cientes todos os licitantes através da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado do Pará, prossigam-se com os Autos em seus ulteriores de direito.

É a Decisão !

Belém-Pa, 21 de março de 2016

BELARMIRA FÁTIMA SOUZA PANTOJA
Diretora e Ordenadora de Despesa do FISP

Protocolo 944695

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

TERMO ADITIVO A CONTRATO TERMO ADITIVO: 3

DATA DE ASSINATURA: 29/03/2016
VIGÊNCIA: 30/12/2015 a 30/12/2016
JUSTIFICATIVA: O presente termo aditivo tem por objeto o reajuste de 10,44% do valor do serviço contratado, conforme Índice de Serviços de Telecomunicações (IST). O valor global do contrato passará a ser R\$ 34.457,28 (trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e vinte e oito centavos), a contar de 30/12/2015.
ORÇAMENTO: PROJETO/ATIVIDADE: 8338-0101002156-339039
PTRES: 158338. AÇÃO: 230974. PI: 420008338C. FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 13.122.1297-8338.
CONTRATO: 094
EXERCÍCIO: 2012
CONTRATADO: TELEMAR NORTE LESTE S/A
ENDEREÇO: Rua General Polidoro, 99, bairro Botafogo, CEP: 22.280-001, Rio de Janeiro, RJ.
ORDENADOR: Paulo Roberto Chaves Fernandes

Protocolo 944670

TERMO ADITIVO A CONTRATO TERMO ADITIVO: 36

DATA DE ASSINATURA: 29/03/2016
VIGÊNCIA: 30/03/2016 a 27/06/2016
JUSTIFICATIVA: Prorrogação da vigência do CONTRATO DE GESTÃO pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar de 30 de março de 2016.
CONTRATO: CONTRATO DE GESTÃO
EXERCÍCIO: 2000
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO PARÁ 2000
ENDEREÇO: Av. Boulevard Castilho França, s/nº, Armazém 3, Estação das Docas, bairro Campina, CEP.: 66.010-020, cidade de Belém, Estado do Pará
ORDENADOR: Paulo Roberto Chaves Fernandes

Protocolo 944767

OUTRAS MATÉRIAS

PRORROGAÇÃO DE CESSÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 061 DE 28.03.2016
Servidor: Ana Lucidêa Rodrigues Leitão
Matrícula: 32964-1
Cargo: Auxiliar Técnico
Orgão cedente: Secretaria de Estado de Cultura
Orgão cessionário: Tribunal de Justiça do Estado do Pará-TJE
Data da prorrogação da cessão: 01.01.2016, pelo prazo de até 01 (um) ano
Ônus: Orgão de origem, **observando o reembolso pelo Órgão Cessionário, da remuneração do servidor, acrescido dos valores dos encargos sociais**, nos termos do art. 5º, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 648/2013, de 17.01.2013.

Protocolo 944625

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA COLETIVA Nº 093 DE 30 DE MARÇO DE 2016
A Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 3 de setembro de 2003, alterada pela Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015 e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no D.O.E. nº 32.798, de 1º de janeiro de 2015 e,
CONSIDERANDO, o que dispõe o art. 98 da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO, ainda os termos dos Processos 2016/100325; 2016/33259; 2016/102494; 2016/72240; 2016/93538; 2016/116377.
RESOLVE:
CONCEDER, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio:
I - Ao servidor **CELIO NASCIMENTO DA SILVA**, matrícula n.º 57175911/2, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a gozar no período de 01 a 30/04/16, correspondente ao triênio 13/12/2009 a 12/12/2012;
II - Ao servidor **EDER CAMPOS DE MORAES**, matrícula n.º 57205933/1, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, a gozar no período de 30/04/16 a 29/05/2016, correspondente ao triênio 17/10/2011 a 16/10/2014;
III - Ao servidor **FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA CARVALHO**, matrícula n.º 57217117/1, ocupante do cargo de TÉCNICO EM GESTÃO CULTURAL, a gozar no período de

25/04/16 a 23/05/2016, correspondente ao triênio 06/05/2009 a 05/05/2012;
IV - A servidora **MARIA DE FATIMA BARBI**, matrícula n.º 5333377/2, ocupante do cargo de TÉCNICO EM GESTÃO CULTURAL, a gozar no período de 04/04/16 a 03/05/2016, correspondente ao triênio 23/01/2012 a 22/01/2015;
V - Ao servidor **ROMULO DOS SANTOS SOUZA**, matrícula n.º 5900545/1, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, a gozar no período de 07/04/16 a 06/05/2016, correspondente ao triênio 26/06/2012 a 25/06/2015;
VI - A servidora **DANIELA RIBEIRO CASTILHO**, matrícula n.º 73504351/1, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, a gozar no período de 11/04/16 a 10/05/2016, correspondente ao triênio 30/07/2012 a 29/07/2015.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA

Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará /FCP.

Protocolo 944814

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 053/2016
Nº PROCESSO: 2016/98235
VALOR: R\$ 3.384,30
Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/93
Objeto: trata-se de pedido oriundo da Coordenadoria de Processos Técnicos acerca da possibilidade de aquisição de livros para a atualização dos acervos das bibliotecas desta Fundação.
Ordenador: Dina Maria César de Oliveira

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº 054/2016
Nº PROCESSO: 2016/113821
VALOR: R\$ 600,00
Artigo 25, inciso III da Lei 8.666/93
Objeto: contratação do artista José Renato Gusmão para participar do projeto A Noite é Uma Palavra, no dia 29 de março de 2016, nesta cidade.
Ordenador: Dina Maria César de Oliveira

Protocolo 944643

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA Nº 094 DE 30 DE MARÇO DE 2016

A Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 4.437, de 20 de agosto de 1986, nos termos da Lei nº 5.322, de 26 de junho de 1986, alterada pela Lei nº 6.576, de 3 de setembro de 2003, alterada pela Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015 e pelo Decreto do Governador do Estado do Pará, publicados no D.O.E. nº 32.798, de 1º de janeiro de 2015,
CONSIDERANDO o que dispõe os arts. 145 a 149, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994; e
CONSIDERANDO despacho da Diretoria Administrativa e Financeira datada de 30/03/2016,
RESOLVE:
I - **TORNAR SEM EFEITO**, a portaria 087 de 22/03/2016 publicada no DOE de 22/03/2016, que autoriza viagem aos municípios de Abaetetuba, Ananindeua e Barcarena, e concede diárias aos servidores: GISELE NUNES XAVIER e CRISTIANO DE JESUS CORREA LEITE.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
DINA MARIA CÉSAR DE OLIVEIRA
Presidente da Fundação Cultural do Estado do Pará/FCP.

Protocolo 944878

SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO

LICENÇA PRÊMIO

Portaria nº 68 de 30 de março de 2016.

O Secretário de Estado de Comunicação do Governo, no exercício de suas atribuições, estabelecidas pela Lei Estadual nº 7.056, de 19 de novembro de 2007;
RESOLVE:
1º - Conceder 30 (trinta) dias a Título de Licença Prêmio a servidora **Amanda Carolina Engelke Santana**, Matrícula nº 5890606, Assessor de Imprensa I, lotado na Diretoria de Jornalismo Pesquisa e Documentação - DJPD, correspondente ao triênio de 2011/2013, período de 01.04.2016 a 30.04.2016 (2ª etapa).
Dê-se Ciência, Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Daniel Nardin Tavares
Secretário de Estado de Comunicação

Protocolo 944789

DIÁRIA

Portaria nº 66 de 29 de Março de 2016.

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 - AGE
O Secretário Adjunto de Estado, usando de suas atribuições legais, e conforme **PROC. Nº 2016/107636/SECOM.**
RESOLVE:
I - Conceder ao servidor relacionado: 4½ (quatro diárias e meia),

para o deslocamento a cidade de **São Paulo/SP** no período de **04/04/2016 a 08/04/16**, com o objetivo participar de Reunião Técnica SUBSSECOM/SP.
NOME: MOISÉS DE OLIVEIRA WANGHON
CPF: 746.713.402-91
MATRICULA: 5892140
CARGO: COORDENADOR DO NUCLEO JURIDICO
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Samuel de Oliveira Mota
Secretário Adjunto de Estado de Comunicação

Protocolo 944880

PORTARIA Nº 64 DE 28 DE MARÇO DE 2016. ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 001/2008 - AGE

O Secretário Adjunto de Estado, usando de suas atribuições legais, e conforme **PROC. Nº 2016/120096/SECOM.**
RESOLVE:
I - Conceder a servidora relacionada: 2½ (duas diárias e meia), para o deslocamento a cidade de **São Paulo/SP** no período de **11/04/2016 a 13/04/16**, com o objetivo de treinar e participar da Primeira Sessão Pública da Concorrência 001/2016 na SUBSSECOM/SP.
NOME: JULIANA FRANCO TENAN
CPF: 353.868.782-04
MATRICULA: 5910640
CARGO: COORDENADORA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVENIOS
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Samuel de Oliveira Mota
Secretário Adjunto de Estado de Comunicação

Protocolo 944886

FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 189/2016, DE 29 DE MARÇO DE 2016.

A Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 09 de abril de 2009 e de acordo com a Lei nº. 7.215 de 03 de novembro de 2008;
RESOLVE:
CONCEDER ao servidor LUCAS PADILHA DE SOUSA, matrícula 55589529/1, ocupante do cargo de DISCOTECÁRIO PROGRAMADOR, lotado na Coordenadoria de Produção da Rádio, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 07/03/2016 a 05/04/2016, correspondente ao triênio 2007/2010.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ADELAIDE OLIVEIRA DE LIMA PONTES
Presidente da FUNTELPA

Protocolo 944844

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº 193/2016 DE 30 DE MARÇO DE 2016.

A Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 11 de Janeiro de 2011 e de acordo com a Lei nº. 7.215 de 03 de novembro de 2008;
CONSIDERANDO os termos da Comunicação Interna nº 047/2016 de 28/03/2016 da Diretoria de Rádio.
R E S O L V E:
DESIGNAR o funcionário AUGUSTO CÉSAR PINHEIRO COSTA, ocupante do cargo de Operador de Áudio, Matrícula funcional nº 7004176/1, para substituir o funcionário TICIANO KAUE ALMEIDA MIRANDA NETO, ocupante do cargo em Comissão de ASSISTENTE II, matrícula funcional nº 57235023/1, nos períodos de 07.03.2016 a 05.04.2016 e 06.04.2016 a 05.05.2016, que estará ausente de férias.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
ADELAIDE OLIVEIRA DE LIMA PONTES
Presidente da FUNTELPA

Protocolo 944846

FÉRIAS

PORTARIA Nº 192/2016 DE 29 DE MARÇO DE 2016

A Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão - FUNTELPA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Governamental de 11 de Janeiro de 2011 e de acordo com a Lei nº. 7.215 de 03 de novembro de 2008;
R E S O L V E:
CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao servidor; **WILSON PENNER JUNIOR**, ocupante do cargo de Editor/Diretor, matrícula funcional nº 3180573/2, no período de 01/04/2016 a 30/04/2016, referente ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 31/08/2015.
DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
ADELAIDE OLIVEIRA DE LIMA PONTES
Presidente da FUNTELPA

Protocolo 944589

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 128/2016-GAB/PAD. BELÉM, 29 DE MARÇO DE 2016.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 04/2016-GAB/PAD, de 11/03/2016, firmado pela Sra. Presidente do PAD instaurado nos termos da Portaria nº 276/2015-GAB/PAD de 22/09/2015, publicada no DOE nº 32.981 de 29/09/2015, prorrogada pela Portaria 422/2015-GAB/PAD de 24/11/2015, publicada no DOE nº 33.019 de 25/11/2015, redesignada pela Portaria nº 17/2016 de 25.01.2016, publicada no DOE nº 33.056 de 26.01.2016, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos para formar sua convicção.

RESOLVE:

I - **REDESIGNAR**, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida, a contar da data subsequente no termo final do prazo original concedido;

II - **CONVALIDAR** os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Patrícia Miralha Leandro

Ouvidora

Protocolo 944509

PORTARIA Nº 129/2016-GAB/PAD BELÉM, 29 DE MARÇO DE 2016.

À OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria 281/2015-GAB/PAD, de 28/09/2015, publicada no DOE nº 32.985 de 05/10/2015, fora sobrestado pela Portaria nº 471/2015-GAB/PAD, de 03/12/2015, publicada no DOE nº 33.026 de 04/12/2015;

CONSIDERANDO que cessaram os motivos do referido sobrestamento;

CONSIDERANDO Ofício nº 02/2016 de 28/03/2016;
CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

RESOLVE:

I - **DESSOBRESTAR** o Processo Administrativo Disciplinar 281/2015-GAB/PAD, de 28/09/2015, para que a Comissão proceda à continuidade dos trabalhos na apuração dos fatos.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Patrícia Miralha Leandro

Ouvidora.

Protocolo 944510

PORTARIA Nº 130/2016-GAB/PAD. BELÉM, 29 DE MARÇO DE 2016.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO a instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** através da Portaria nº 50/2016-GAB/PAD de 04 de fevereiro de 2016, publicada no DOE nº 33.064 de 05 de fevereiro de 2016;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 40/2016-GAB/PAD, de 28 de março de 2016, da lavra da Presidente da Comissão em que solicita prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos processantes;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos para formar sua convicção.

RESOLVE:

I - **PRORROGAR**, de acordo com o disposto no art. 208 da Lei Estadual nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Patrícia Miralha Leandro

Ouvidora

Protocolo 944511

PORTARIA Nº 131/2016-GAB/PAD. BELÉM, 29 DE MARÇO DE 2016.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 02/2016-GAB/PAD, de 28/03/2016, firmado pela Sra. Presidente do PAD instaurado nos termos da Portaria nº 262/2015-GAB/PAD de 24/09/2015, publicada no DOE nº 32.981 de 29/09/2015, prorrogada pela Portaria 426/2015-GAB/PAD de 26/11/2015, publicada no DOE nº 33.022 de 30/11/2015, redesignada pela Portaria nº 31/2016 de 28.01.2016, publicada no DOE nº 33.061 de 02.02.2016, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos indispensáveis à busca da verdade real dos fatos para formar sua convicção.

RESOLVE:

I - **REDESIGNAR**, de acordo com o disposto no art. 208, da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante, de que trata a Portaria acima referida;

II - **CONVALIDAR** os atos praticados pela Comissão Processante.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Patrícia Miralha Leandro

Ouvidora

Protocolo 944512

PORTARIA Nº 54/2016-GAB/SIND. BELÉM, 29 DE MARÇO DE 2016.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 02/2016-GAB/SIND, de 21/01/2016, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória instaurada nos termos da Portaria nº 17/2016-GAB/SIND de 25/01/2016, publicada no DOE, edição nº 33.056 de 26/01/2016, prorrogada pela Portaria nº 34/2016-GAB/SIND de 25/02/2016, publicada no DOE, edição nº 33.076 de 26/02/2016, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que, embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos indispensáveis para formar sua convicção.

RESOLVE:

I - **REDESIGNAR**, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a Portaria acima referida;

II - **CONVALIDAR** os atos praticados pela Comissão Sindicante;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Patrícia Miralha Leandro

Ouvidora.

Protocolo 944513

PORTARIA Nº 55/2016-GAB/SIND. BELÉM, 29 DE MARÇO DE 2016.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 02/2016-GAB/SIND, de 21/03/2016, firmado pela Sra. Presidente da Sindicância Investigatória instaurada nos termos da Portaria nº 18/2016-GAB/SIND de 25/01/2016, publicada no DOE, edição nº 33.056 de 26/01/2016, prorrogada pela Portaria nº 35/2016-GAB/SIND de 25/02/2016, publicada no DOE, edição nº 33.076 de 26/02/2016, requerendo o prosseguimento dos trabalhos processuais referenciados;

CONSIDERANDO ainda, que, embora a dedicação da Comissão designada, o Processo não foi concluído no prazo legal, dada a necessidade de realização de procedimentos necessários na busca da verdade real dos fatos indispensáveis para formar sua convicção.

RESOLVE:

I - **REDESIGNAR**, de acordo com o disposto no art. 201 § único da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante, de que trata a Portaria acima referida;

II - **CONVALIDAR** os atos praticados pela Comissão Sindicante;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Patrícia Miralha Leandro

Ouvidora.

Protocolo 944514

PORTARIA Nº 132/2016-GAB/PAD. BELÉM, 30 DE MARÇO DE 2016.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO o Julgamento proferido com base no teor do Relatório Final da Comissão de SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA instaurada através da Portaria nº. 15/2015-GAB/SIND, de 02/02/2015, publicada no DOE edição nº 32.823 de 10/03/2015, bem como os fatos denunciados nos autos dos Processos nº 791987/2014;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

RESOLVE:

I - **DETERMINAR** a instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO** em desfavor dos servidores J.A.P.M., matrícula nº 5246318-3, R.S.G.M., matrícula nº 57189680-1 e G.F.C., matrícula nº 5845947-2, pelo cometimento de transgressões, em tese, tipificadas nos arts. 177, VI; 178, V, e VI, e art. 190, IV e XIII, da Lei 5.810/1994;

II - **CONSTITUIR** Comissão composta pelos servidores MARIA JOSÉ SILVA DO NASCIMENTO, Mat. Nº 5090580-4, DAYSE RUTH TAVARES DA SILVA, Mat. nº 454680-1 e GEORGINA TAVARES SARMANHO, Mat. Nº 301973-1, para sob a Presidência da primeira, apurarem no prazo inicial de 60 (sessenta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período por conveniência e necessidade da Administração Pública;

III - **DELIBERAR** que a Comissão Processante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente a Autoridades e Órgãos da Administração Pública ou proceder às diligências indispensáveis à instrução processual;

IV - **DETERMINAR** que os setores competentes adotem as providências de estilo, para o pleno cumprimento do presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Patrícia Miralha Leandro

Ouvidora

Protocolo 944680

PORTARIA Nº 133/2016-GAB/PAD BELÉM, 30 DE MARÇO DE 2016.

A OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO O Julgamento proferido com base no teor do Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 332/2015-GAB/PAD, de 07/10/2015, publicada no DOE edição nº 32.997 de 22/10/2015.;

RESOLVE:

I - **ARQUIVAR** com fundamento no art. 201, I, da Lei Estadual nº 5.810/94, o Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe, por não restar provada a ocorrência de infração disciplinar por parte do servidor U.R.S., matrícula nº 386243-6;

II - **DETERMINAR** que os setores competentes adotem as providências pertinentes quanto ao competente registro;

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Patrícia Miralha Leandro

Ouvidora

Protocolo 944776

PORTARIA Nº 56/2016-GAB/SIND. BELÉM, 30 DE MARÇO DE 2016.

À OUVIDORA DESTA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC, usando a competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 704/2015 - GS/SEDUC de 28 de outubro de 2015.

CONSIDERANDO os fatos constantes nos autos do Processo nº 953091/2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 199, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

RESOLVE:

I - **DETERMINAR** a instauração de SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA para apurar denúncias constantes nos autos do Processo acima referenciado;

II - **CONSTITUIR** Comissão composta pelas servidoras BRUNA CAROLINA AZEVEDO DO NASCIMENTO, Mat. nº 57213997-1 e SUELI BRASIL BRAGA DOS SANTOS, Mat. nº 240842-1, para, sob a Presidência da primeira, apurarem no prazo inicial de 30 (trinta) dias, o qual poderá ser prorrogado por igual período por conveniência e necessidade da Administração Pública;

III - **DELIBERAR** que a Comissão Sindicante terá dedicação exclusiva aos trabalhos apuratórios e, ainda, poderá reportar-se diretamente a Autoridades e Órgãos da Administração Pública ou proceder às diligências indispensáveis à instrução processual;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Patrícia Miralha Leandro

Ouvidora

Protocolo 944810

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR**Ato: Portaria nº 107/2016-CPSP**

Término de vínculo: 01/03/2016

Motivo: A Pedido

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: ALDANI BRAZ CARVALHO

Cargo: Professor

Forma de admissão: Temporário

Ordenador: DAYSE ANA BATISTA SANTOS

Ato: Portaria nº 108/2016-CPSP

Término de vínculo: 05/01/2016

Motivo: Distrato

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: JULIANA TAMIRIS PAIVA MARQUES

Cargo: Merendeira

Forma de admissão: Temporário

Ordenador: DAYSE ANA BATISTA SANTOS

Ato: Portaria nº 109/2016-CPSP

Término de vínculo: 01/02/2016

Motivo: A Pedido

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: ANGELICA FREIRE SILVA

Cargo: Merendeira

Forma de admissão: Temporário

Ordenador: DAYSE ANA BATISTA SANTOS

Ato: Portaria nº 110/2016-CPSP

Término de vínculo: 01/02/2016

Motivo: Distrato

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: MARIA DO SOCORRO MENEZES PANTOJA ROSA

Cargo: Professor

Forma de admissão: Temporário

Ordenador: DAYSE ANA BATISTA SANTOS

Ato: Portaria nº 111/2016-CPSP

Término de vínculo: 18/02/2016

Motivo: Distrato

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: MARCOS FABRICIO SALDANHA DA SILVA DOS SANTOS

Cargo: Vigia

Forma de admissão: Temporário

Ordenador: DAYSE ANA BATISTA SANTOS

Ato: Portaria nº 112/2016-CPSP

Término de vínculo: 01/03/2016

Motivo: Distrato

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: MARCIA MARINA SANTOS DE ABREU

Cargo: Professor

Forma de admissão: Temporário

Ordenador: DAYSE ANA BATISTA SANTOS

Ato: Portaria nº 113/2016-CPSP

Término de vínculo: 01/03/2016

Motivo: Distrato

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: ALESSANDRA PEREIRA LUCENA

Cargo: Professor

Forma de admissão: Temporário

Ordenador: DAYSE ANA BATISTA SANTOS

Ato: Portaria nº 114/2016-CPSP

Término de vínculo: 01/03/2016

Motivo: Distrato

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: RIZIANE VIANA DO AMARAL

Cargo: Professor

Forma de admissão: Temporário

Ordenador: DAYSE ANA BATISTA SANTOS

Ato: Portaria nº 115/2016-CPSP

Término de vínculo: 01/03/2016

Motivo: A Pedido

Órgão: Secretaria de Estado de Educação

Nome do servidor: MARIA LUCIA DOS SANTOS MACIEL

Cargo: Professor

Forma de admissão: Temporário

Ordenador: DAYSE ANA BATISTA SANTOS

Protocolo 944577

MATRICULA: 80845222/1 CARGO: PROF.
 LOT: CENTRO DE INFOR. DA EDUCACAO/BELEM
 LAUDO MEDICO: 26866
NOME: ADRIANO JOSE BORGES DE MESQUITA
 CONCESSAO: 09 DIAS
 PERIODO: 11/02/16 A 19/02/16
 MATRICULA: 57211679/1 CARGO: SERVENTE
 LOT: EE JOAO PAULO II/BRAGANCA
 LAUDO MEDICO: 724116
NOME: ALCIDES AUGUSTO DE MOURA SOBRINHO
 CONCESSAO: 30 DIAS
 PERIODO: 15/02/16 A 15/03/16
 MATRICULA: 54188422/1 CARGO: PROF.
 LOT: EE BERNARDINO P. BARROS/ABAETETUBA
 LAUDO MEDICO: 046/16
NOME: ALLAN DA SILVA DIAS
 CONCESSAO: 35 DIAS
 PERIODO: 15/02/16 A 20/03/16
 MATRICULA: 5897041/2 CARGO: ESPEC. EDUC.
 LOT: EE ANTONIO SAMPAIO/ANANINDEUA
 LAUDO MEDICO: 26859
NOME: ANA LUCIA COSTA MARQUES
 CONCESSAO: 16 DIAS
 PERIODO: 03/02/16 A 18/02/16
 MATRICULA: 57210475/1 CARGO: MERENDEIRA
 LOT: EE RIO CAETE/BRAGANCA
 LAUDO MEDICO: 722/16
NOME: ANA MARIA FEITOSA DA SILVA
 CONCESSAO: 60 DIAS
 PERIODO: 17/12/15 A 14/02/16
 MATRICULA: 476471/1 CARGO: PROF.
 LOT: EE GETULIO VARGAS/ALTAMIRA
 LAUDO MEDICO: 050/16
NOME: ANTONIA MARIA DA SILVA
 CONCESSAO: 15 DIAS
 PERIODO: 18/01/16 A 01/02/16
 MATRICULA: 5287804/3 CARGO: PROF.
 LOT: EE ARGENTINA PEREIRA/BRAGANCA
 LAUDO MEDICO: 719116
NOME: BENEDITA DE JESUS LOBATO RODRIGUES
 CONCESSAO: 61 DIAS
 PERIODO: 22/02/16 A 22/04/16
 MATRICULA: 5897839/1 CARGO: SERVENTE
 LOT: EE SANTO AGOSTINHO/BREVES
 LAUDO MEDICO: 030/16
NOME: EDENILZA DE SOUSA ALMEIDA
 CONCESSAO: 15 DIAS
 PERIODO: 29/02/16 A 14/03/16
 MATRICULA: 57209137/1 CARGO: ESPEC. EDUC.
 LOT: EE CORDEIRO DE FARIAS/BELEM
 LAUDO MEDICO: 177382A/1
NOME: EDNEUZA BEZERRA DE LIMA
 CONCESSAO: 21 DIAS
 PERIODO: 26/02/16 A 17/03/16
 MATRICULA: 765945/1 CARGO: ESCRIV. DATIL.
 LOT: EE COSTA E SILVA/BELEM
 LAUDO MEDICO: 177422A/1
NOME: JOAQUIM JOSE DE SOUZA ALMEIDA
 CONCESSAO: 25 DIAS
 PERIODO: 17/02/16 A 12/03/16
 MATRICULA: 517755/1 CARGO: PROF.
 LOT: EE PAULINO DE BRITO/PORTEL
 LAUDO MEDICO: 177325A/1
NOME: JILVANE BARBOSA DA SILVA
 CONCESSAO: 60 DIAS
 PERIODO: 24/02/16 A 23/04/16
 MATRICULA: 57209842/1 CARGO: MERENDEIRA
 LOT: EE DEUSARINA S. RODRIGUES/CASTANHAL
 LAUDO MEDICO: 177161A/1
NOME: JOSE JORGE ALVES COSTA
 CONCESSAO: 15 DIAS
 PERIODO: 22/02/16 A 07/03/16
 MATRICULA: 5738202/1 CARGO: ESPEC. EDUC.
 LOT: DIRETORIA DE ENSINO/BELEM
 LAUDO MEDICO: 177292A/1
NOME: KARINA FLORES MENEZES
 CONCESSAO: 05 DIAS
 PERIODO: 15/02/16 A 19/02/16
 MATRICULA: 57174561/1 CARGO: PROF.
 LOT: ERC FELIPE SMALDONE/BELEM
 LAUDO MEDICO: 177338A/1
NOME: LUCIANA CLAUDIA TEIXEIRA PESSOA
 CONCESSAO: 15 DIAS
 PERIODO: 26/02/16 A 11/03/16
 MATRICULA: 5899388/1 CARGO: ESPEC. EDUC.
 LOT: EE SAO JOAO BATISTA/BELEM

LAUDO MEDICO: 177424A/1
NOME: LUZIA FARIAS DOS SANTOS
 CONCESSAO: 15 DIAS
 PERIODO: 02/02/16 A 16/02/16
 MATRICULA: 5543509/2 CARGO: PROF.
 LOT: EE LUZIA C. PAES/BREVES
 LAUDO MEDICO: 177319A/1
NOME: MAIRA DE BARROS SANTOS
 CONCESSAO: 17 DIAS
 PERIODO: 15/02/16 A 02/03/16
 MATRICULA: 57208223/2 CARGO: PROF.
 LOT: EE SANTO AGOSTINHO/BELEM
 LAUDO MEDICO: 177180A/2
NOME: MARCIA MARTINS BOULHOSA
 CONCESSAO: 43 DIAS
 PERIODO: 23/02/16 A 05/04/16
 MATRICULA: 54181357/2 CARGO: ASS. ADM.
 LOT: EE MARIO CHERMONT/BELEM
 LAUDO MEDICO: 177318A/1
NOME: MARCIA SULEMA DA SILVA CALADO
 CONCESSAO: 10 DIAS
 PERIODO: 23/02/16 A 03/03/16
 MATRICULA: 5901067/1 CARGO: ESPEC. EDUC.
 LOT: EE ARMANDO CORREA/ANANINDEUA
 LAUDO MEDICO: 177344A/1
NOME: MARCILENE PINHEIRO LEAL
 CONCESSAO: 14 DIAS
 PERIODO: 11/02/16 A 24/02/16
 MATRICULA: 57190008/1 CARGO: PROF.
 LOT: EE VERA SIMPLICIO/BELEM
 LAUDO MEDICO: 177198A/1
NOME: MARIA DE NAZARE ARRUDA RIO BRANCO
 CONCESSAO: 30 DIAS
 PERIODO: 16/02/16 A 16/03/16
 MATRICULA: 446971/1 CARGO: PROF.
 LOT: ERC NS. SRA. DO CARMO/ICOARACI
 LAUDO MEDICO: 177230A/1
NOME: MARY ANNE MONTEIRO DA GAMA
 CONCESSAO: 60 DIAS
 PERIODO: 25/01/16 A 24/03/16
 MATRICULA: 5840236/3 CARGO: PROF.
 LOT: EE SANTANA MARQUES/BELEM
 LAUDO MEDICO: 177387A
NOME: MILENA FERREIRA REGO BARROS
 CONCESSAO: 10 DIAS
 PERIODO: 15/02/16 A 24/02/16
 MATRICULA: 57208683/1 CARGO: ESPEC. EDUC.
 LOT: EE SANTANA MARQUES/BELEM
 LAUDO MEDICO: 177362A/1
NOME: NAICE DE FRANCA MESQUITA
 CONCESSAO: 40 DIAS
 PERIODO: 31/01/16 A 10/03/16
 MATRICULA: 57215815/1 CARGO: VIGIA
 LOT: EE ANIZIO TEIXEIRA/MARABA
 LAUDO MEDICO: 9229/16
NOME: NELMA STELLA DA COSTA GUEDES
 CONCESSAO: 10 DIAS
 PERIODO: 18/02/16 A 27/02/16
 MATRICULA: 5273145/2 CARGO: PROF.
 LOT: EE ALM. GUILLOBEL/BELEM
 LAUDO MEDICO: 177196A/1
NOME: NEUSA DE OLIVEIRA SANTOS
 CONCESSAO: 30 DIAS
 PERIODO: 03/02/16 A 03/03/16
 MATRICULA: 944653/1 CARGO: PROF.
 LOT: EE MARIA I. R. DA SILVA/NOVA IPIXUNA
 LAUDO MEDICO: 9236/16
NOME: SUZANA FERREIRA SANTA BRIGIDA
 CONCESSAO: 45 DIAS
 PERIODO: 24/02/16 A 08/04/16
 MATRICULA: 54190453/2 CARGO: PROF.
 LOT: EE ARMANDO CORREA/ANANINDEUA
 LAUDO MEDICO: 177410A/1
NOME: TANIA SUELY MARTINS NASCIMENTO
 CONCESSAO: 15 DIAS
 PERIODO: 16/02/16 A 01/03/16
 MATRICULA: 54186710/2 CARGO: PROF.
 LOT: EE PAULO F. DE LIMA/PARAUPEBAS
 LAUDO MEDICO: 9247/16
NOME: THINATHREICY FLEXA DOS SANTOS
 CONCESSAO: 45 DIAS
 PERIODO: 25/01/16 A 09/03/16
 MATRICULA: 57214827/1 CARGO: SERVENTE
 LOT: UEE JOSE T. D. BASTOS/SANTAREM
 LAUDO MEDICO: 2048/16

Protocolo 944653**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE****LICENÇA SAÚDE****NOME:** ADERILSON JOSE RIBEIRO PARENTE

CONCESSAO: 20 DIAS

PERIODO: 16/02/16 A 06/03/16

LICENÇA PARA CURSO**LICENÇA PARA CURSO/CCVS****PORTARIA Nº 002500-2016-SAGEP DE 21/03/2016.**

Prorrogar a Licença para participar do Curso de Doutorado em Sociologia e Antropologia, na Universidade Federal do Pará/UFPA, do(a) servidor(a) Edivania Santos Alves, matrícula nº 54192408-3, Cargo de Professor Classe I, lotada na Divisão de Legislação e Enquadramento/Belém-PA, no período de 01/03/2016 a 27/08/2016.

Portaria nº 002805-2016-SAGEP DE 29/03/2016.

Conceder Licença para participar do Curso de Mestrado em Educação, na Universidade do Estado do Pará/UEPA, a(o) servidor(a) Paulo Cesar Carvalho Ribeiro, matrícula nº 5889623-1, Cargo de Especialista em Educação Classe II, lotado na EEF Joao Carlos Batista/Ananindeua-PA, no período de 22/02/2016 a 20/02/2018.

Portaria nº 002804-2016-SAGEP DE 29/03/2016.

Conceder Licença para participar do Curso de Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica, na Universidade Federal do Pará, a(o) servidor(a) Paulo Sergio de Oliveira Alvares, matrícula nº 54183254-2, Cargo de Especialista em Educação Classe I, lotado na EE Paulino de Brito Sede Vinc/Portel-PA, no período de 01/03/2016 a 28/02/2018.

Protocolo 944864**SUPRIMENTO DE FUNDO****PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDOS - NO. 25294/2016****PRAZO APLICAÇÃO:** 60 dias**PRAZO PRESTAÇÃO DE CONTAS:** 15 dias**OBSERVAÇÃO:** para compra de uma fechadura para porta da assessoria de comunicação social/ascom.**CARGO/FUNÇÃO:**

ESCR. DATILOG. REF.III / ATIV AUX INTERMED

CPF: 12726885268**NOME:** MARIA DO SOCORRO SANTOS E SILVA**MATRÍCULA:** 447854**PROGRAMA DE TRABALHO:** 1297**FONTE DE RECURSO:** 102**NATUREZA DESPESA:** 339030**VALOR:** R\$ 200,00**ORDENADOR:** LUCIRENE FARIAS TAVARES **CPF:** 12186015234 **Protocolo 944705****DIÁRIA****PORTARIA DE DIARIAS NO. 25190/2016****OBJETIVO:** CONDUZIR TÉCNICOS DA DRTI PARA REALIZAR VISTORIA.**ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:**BELEM / CASTANHAL / 21/03/2016 - 21/03/2016 **Nº Diárias:** 0CASTANHAL / CAPANEMA / 21/03/2016 - 21/03/2016 **Nº****Diárias:** 0CAPANEMA / BELEM / 21/03/2016 - 21/03/2016 **Nº Diárias:** 0.5**NOME:** HERCULES GARCIA SANTANA**MATRÍCULA:** 674869 **CPF:** 29167620272**CARGO/FUNÇÃO:** MOTORISTA / ATIV APOIO OPERAC**ORDENADOR:** LUCIRENE FARIAS TAVARES **CPF:** 12186015234**Protocolo 944696****PORTARIA DE DIARIAS NO. 25299/2016****OBJETIVO:** participar do encontro formativo para uses, ures e especialistas em educação das escolas de educação integral da rede estadual de ensino, em belém no dia 07/04/2016.**ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:**CASTANHAL / BELEM / 07/04/2016 - 07/04/2016 **Nº Diárias:** 0BELEM / CASTANHAL / 07/04/2016 - 07/04/2016 **Nº Diárias:** 0.5**NOME:** HELIANA PENICHE DE ALMEIDA**MATRÍCULA:** 6305393 **CPF:** 26264773204**CARGO/FUNÇÃO:** PROFESSOR CLASSE ESPECIAL / DOCENTE**ORDENADOR:** LUCIRENE FARIAS TAVARES **CPF:** 12186015234**Protocolo 944736****PORTARIA DE DIARIAS NO. 25300/2016****OBJETIVO:** participar do acompanhamento da coordenação do programa jovem de futuro nos municípios de santarém e marabá.**ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:**BELEM / SANTAREM / 13/04/2016 - 14/04/2016 **Nº Diárias:** 1SANTAREM / BELEM / 14/04/2016 - 14/04/2016 **Nº Diárias:** 0.5**NOME:** KAIRE MICHELY ALVES ALCANTARA**MATRÍCULA:** 5901763 **CPF:** 68951442268**CARGO/FUNÇÃO:** ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA**ORDENADOR:** LUCIRENE FARIAS TAVARES **CPF:** 12186015234**Protocolo 944740****PORTARIA DE DIARIAS NO. 25301/2016****OBJETIVO:** participar do acompanhamento da coordenação do programa jovem de futuro nos municípios de santarém e marabá.**ORIGEM/DESTINO/PERÍODO:**BELEM / MARABA / 13/04/2016 - 14/04/2016 **Nº Diárias:** 1MARABA / BELEM / 14/04/2016 - 14/04/2016 **Nº Diárias:** 0.5**NOME:** CARLOS ALBERTO SALDANHA DA SILVA JUNIOR**MATRÍCULA:** 57190958 **CPF:** 88118703215**CARGO/FUNÇÃO:** ESPECIALISTA EM EDUCACAO CLASSE I / ESPECIALISTA**ORDENADOR:** LUCIRENE FARIAS TAVARES **CPF:** 12186015234**Protocolo 944745****TORNAR SEM EFEITO**

A Diretora Administrativa e Financeira, no uso de suas atribuições; resolve tornar sem efeito as publicações conforme abaixo relacionadas.

Nome : FUAD SARMANHO FRAIHA

Portaria nº 25233/2016, publicada no DOE nº 942937 de 23/03/2016

A Diretora Administrativa e Financeira/SEDUC

Protocolo 944704

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 009/2016 - SAGEP/SEDUC**

A SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das suas atribuições que lhe foram conferidas por Lei nº 8.096 de 01/01/2015 e,**Considerando** o que dispõe o Decreto Estadual nº 249/2011 e nº 1338/2015, em observância aos Art. 32 a 34 da Lei 5810/94-RJU/Pa., e no Art. 41 §4º da Constituição Federal;**Considerando** ainda o Parecer Conclusivo da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho - CESAD, instituída pela SEDUC;**RESOLVE:****HOMOLOGAR** o resultado da Avaliação Especial de Desempenho, que considerou aprovados no estágio probatório os servidores abaixo relacionados, reconhecendo-os aptos para o exercício do cargo de provimento efetivo para o qual foram nomeados:

SERVIDOR	DATA DE EXERCÍCIO	MATRÍCULA	UNIDADE ADMINISTRATIVA	CARGO	CONCEITO
HELDER EDUARDO DOS SANTOS PEREIRA	17/02/09	57215240-1	SEDE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BOM
IRAN EDSON NASCIMENTO DA SILVA	28/07/11	5891317-1	SEDE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BOM
ANA CRISTINA PEREIRA TEIXEIRA DE MORAES	27/04/11	5889205-1	SEDE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE I	EXCELENTE
MIRIAM DE MORAIS FONTES	06/08/12	57217764-2	SEDE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE I	EXCELENTE
KELLY KRYSYTHIANNE NEVES SANTOS	25/07/12	54189849-3	SEDE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE I	EXCELENTE
LOUISE MILLENE COUTO PINTO SHIRLEY	27/08/12	5901924-1	SEDE	FONOAUDIOLOGO	EXCELENTE
DE MORAES FREITAS	13/12/11	5896312-1	SEDE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXCELENTE

MONICA MONTEIRO DE OLIVEIRA	04/09/08	57204260-1	1ª URE	PROFESSOR CLASSE I	BOM
DILCIENE GARCIA CARDOSO	12/02/09	54185427-2	1ª URE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXCELENTE
FRANCISCA CASTRO DE JESUS	12/11/08	54183609-3	1ª URE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE II	BOM
EDINOORA DOS SANTOS PANTOJA	19/06/09	57218404-1	3ª URE	SERVENTE	EXCELENTE
DJALMA CRUZ PARAENSE	18/12/08	57210483-1	3ª URE	VIGIA	EXCELENTE
ANGELO GOES RIBEIRO	26/05/03	5508690-3	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
ANTONILDO CARDOSO XAVIER	23/10/03	54182224-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
ALDECIR DE ALMEIDA COSTA	16/02/04	5841631-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
ROSA DE ARAUJO GOMES	17/11/08	54180281-2	3ª URE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE II	BOM
ANDRELINO VASCONCELOS SANTOS	29/08/08	57204063-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE III	BOM
BRUNA MARIA DA COSTA ABREU	03/09/08	54182226-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
LUCILENE DO SOCORRO VIEGAS DA SILVA	22/05/03	5838100-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
VICENTE DE PAULO RODRIGUES DOS SANTOS	16/11/09	5799694-3	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
TERESA ADRIANA SALES DA SILVA MACEDO	03/02/09	57214722-1	3ª URE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXCELENTE
NAZARENO VALENTE CUNHA	16/02/09	57214707-1	3ª URE	VIGIA	EXCELENTE
MARIUZA PANTOJA DA SILVA	12/02/09	57214689-1	3ª URE	SERVENTE	EXCELENTE
LEOCY CARDOSO MACEDO	28/08/08	57205353-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
RENATO ARAUJO DA COSTA	04/09/08	57204544-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	BOM
LUCIANE MAUES GOMES	27/02/09	57214399-1	3ª URE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXCELENTE
ROSENILDA DIAS BAIÁ	22/06/09	54192172-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
FRANK CARLOS CORREA DE ARAUJO	25/06/09	57220186-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	BOM
EDINALDO COSTA DA SILVA	02/06/09	57198604-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
SANDRA MARIA FERREIRA MONTEIRO	04/09/08	54192291-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
ROSTIVALDO SENA	03/02/09	57216634-1	3ª URE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXCELENTE
REGIANE DO SOCORRO PASSOS FERREIRA	24/04/03	5842336-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS, 29 DE MARÇO DE 2016.

DAYSE ANA BATISTA SANTOS

Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Protocolo 944524

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 010/2016 - SAGEP/SEDUC**

A SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das suas atribuições que lhe foram conferidas por Lei nº 8.096 de 01/01/2015 e,

Considerando o que dispõe o Decreto Estadual nº 249/2011 e nº 1338/2015, em observância aos Art. 32 a 34 da Lei 5810/94-RJU/Pa., e no Art. 41 §4º da Constituição Federal;
Considerando ainda o Parecer Conclusivo da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho - CESAD, instituída pela SEDUC;

RESOLVE:
HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Especial de Desempenho, que considerou aprovados no estágio probatório os servidores abaixo relacionados, reconhecendo-os aptos para o exercício do cargo de provimento efetivo para o qual foram nomeados:

SERVIDOR	DATA DE EXERCÍCIO	MATRÍCULA	UNIDADE ADMINISTRATIVA	CARGO	CONCEITO
SERGIO TEIXEIRA DA SILVA	10/06/09	5876729-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
RAIMUNDA MONICA DA SILVA IWABUCHI	04/09/08	5735629-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
PAULA MARCIENE GOMES BRANDÃO	21/11/08	57208315-1	3ª URE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE II	EXCELENTE
RAIMUNDA CARDOSO RIBEIRO	16/11/04	599301-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
NAGILA DO SOCORRO MESQUITA RODRIGUES VIANA	16/10/04	54188230-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
MARLENE RODRIGUES DOS PASSOS	22/12/08	57210468-1	3ª URE	SERVENTE	EXCELENTE
MARIO JOSE SILVA DA COSTA	22/12/08	57210524-1	3ª URE	SERVENTE	EXCELENTE
MARCELO AUGUSTO LOUREIRO DA SILVA	17/11/08	57208297-1	3ª URE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE II	EXCELENTE
JOELMA PEIXOTO DA SILVA	28/08/08	5865115-3	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
MARIA ROSILENE MAUES GOMES	18/11/08	57209866-1	3ª URE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE II	EXCELENTE
ANA CRISTINA MONTEIRO SILVA	11/02/09	5110327-1	3ª URE	MERENDEIRA	EXCELENTE
LAURINDO CAMPOS DE LIMA	16/02/04	5750342-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
JOSILENE DO SOCORRO SANTOS QUARESMA	16/02/04	5803160-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
JOÃO CARLOS ESTEVAM DE CARVALHO	04/11/05	54193700-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
HELBEN ALBUQUERQUE ALVES	04/09/08	57203668-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
LUCIANE DA SILVA COSTA	23/10/03	54182156-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE

LUCILEA DO SOCORRO RODRIGUES RIBEIRO	16/10/04	54188235-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
MARCELO MACEDO LIMA	23/10/03	5822033-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
ANA NICE LIMA RODRIGUES	18/11/08	5735661-2	3ª URE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE II	EXCELENTE
MILTON BRAZ DE SOUZA LOBATO	27/08/08	57203558-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
RITA DE CÁSSIA PINHEIRO FARIAS	21/12/07	54183381-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
CLEMERSON SANTOS DA SILVA	16/02/09	57214949-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
CLEA DA SILVA E SILVA	03/02/09	57212444-1	3ª URE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXCELENTE
MARIA JOSE NONATO PINHEIRO	21/11/08	57208288-1	3ª URE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE II	EXCELENTE
RITA OLIVEIRA DA COSTA	29/12/08	57210540-1	3ª URE	SERVENTE	EXCELENTE
ELIEL DE JESUS PENNA CARDOSO	16/02/04	972355-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
JOSÉ MARIA DIAS LIMA	23/05/03	5564808-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
RAIMUNDA DO LIVRAMENTO DOS SANTOS	21/11/08	5489148-1	3ª URE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE II	EXCELENTE
DIANE DE JESUS DA SILVA NUNES	03/02/08	57212489-1	3ª URE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXCELENTE
ELOI PINHEIRO NEGRÃO	30/12/08	57211970-1	3ª URE	VIGIA	EXCELENTE
MARILIA DA SILVA PONTES	23/05/03	5838118-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
LEODIANA BAIÁ FERREIRA	03/02/09	57207326-2	3ª URE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXCELENTE

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS, 29 DE MARÇO DE 2016.
DAYSE ANA BATISTA SANTOS
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Protocolo 944525
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 011/2016 - SAGEP/SEDUC
A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das suas atribuições que lhe foram conferidas por Lei nº 8.096 de 01/01/2015 e,
Considerando o que dispõe o Decreto Estadual nº 249/2011 e nº 1338/2015, em observância aos Art. 32 a 34 da Lei 5810/94-RJU/Pa., e no Art. 41 §4º da Constituição Federal;

Considerando ainda o Parecer Conclusivo da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho - CESAD, instituída pela SEDUC;
RESOLVE:
HOMOLOGAR o resultado da Avaliação Especial de Desempenho, que considerou aprovados no estágio probatório os servidores abaixo relacionados, reconhecendo-os aptos para o exercício do cargo de provimento efetivo para o qual foram nomeados:

SERVIDOR	DATA DE EXERCÍCIO	MATRÍCULA	UNIDADE ADMINISTRATIVA	CARGO	CONCEITO
FRANCINALDA DO SOCORRO PEREIRA COSTA	25/08/08	57204097-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
RAIMUNDA BENEDITA DO SOCORRO PANTOJA LIMA	23/12/08	57211346-1	3ª URE	SERVENTE	EXCELENTE
JUCIMARA BARBOSA RODRIGUES	20/08/09	57220160-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
RONALDO MARGALHO CARVALHO	23/10/03	54182223-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
JANETE RODRIGUES BOTELHO	23/12/08	57211354-1	3ª URE	SERVENTE	BOM
RAIMUNDA DIAS DA COSTA	30/12/08	57212808-1	3ª URE	SERVENTE	EXCELENTE
MARCIO CONCEIÇÃO PANTOJA	04/09/08	57204178-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
MAURO VALENTE RIBEIRO	23/12/08	57212435-1	3ª URE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXCELENTE
ORLANDO DA SILVA PIRES	17/05/06	5838126-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
ANDREIA DE OLIVEIRA AMORIM ROSA	22/12/08	57210552-1	3ª URE	SERVENTE	EXCELENTE
MARIA DO SOCORRO RIBEIRO DE AZEVEDO	17/05/06	5239583-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
SAMANTHA BARBOSA PANTOJA	29/08/08	54194722-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
ADRIANA MAIA LOBATO	07/08/07	57188524-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
IVANEI PEREIRA RODRIGUES	13/02/04	54184298-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
EDICINEY GONÇALVES BECHIR	03/02/09	57212484-1	3ª URE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	BOM
JOSÉ MARIA RIBEIRO GOES	09/02/04	5821177-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE III	EXCELENTE
HORACIO FERREIRA CARDOSO	26/04/03	5286824-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE

RAI-MUNDA DO SOCORRO ARAUJO DE SOUZA	23/10/03	5239575-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
VANIA CLAUDIA BARRETO FERREIRA	18/02/04	5822912-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
ROSIANE BARROS FERREIRA	27/08/08	57204092-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
LANAIDE LOBATO VIANA	20/08/09	57220187-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
LUCILENE VAZ LOPES	17/11/08	57208290-1	3ª URE	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO CLASSE II	EXCELENTE
ODIRLEY FERREIRA DA SILVA	17/08/09	57220152-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
GLEISE FARIAS SANTOS	16/10/04	54188232-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
LUIZ NAZARENO NERY FELIX	04/09/08	57203577-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
RAFAELA TABARANA LOBATO	03/02/09	57212452-1	3ª URE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	EXCELENTE
ELI-SANGELA MEDEIROS DA SILVA	16/04/09	57216180-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
JOSÉ RAUL LOUZADA DO COUTO	27/08/09	55588264-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
JOSÉ CARLOS FERREIRA COSTA	16/11/09	57222842-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
MARIA ALICE LIMA FERREIRA	23/12/08	57210504-1	3ª URE	SERVENTE	EXCELENTE
MARILEA RIBEIRO FERREIRA	29/08/08	5239907-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE II	EXCELENTE
FRANCISCO DE ASSIS OLIVEIRA	04/09/08	193151-2	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
KATIA CILENE BAILÃO COSTA	16/02/04	54184028-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
FRANCISCO FERREIRA DA COSTA	04/09/08	57203588-1	3ª URE	PROFESSOR CLASSE I	EXCELENTE
ELZA CRISTINA VIEGAS MUNIZ	23/12/08	57210453-1	3ª URE	SERVENTE	EXCELENTE

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DE PESSOAS, 29 DE MARÇO DE 2016.

DAYSE ANA BATISTA SANTOS
Secretária Adjunta de Gestão de Pessoas

Protocolo 944526

OUTRAS MATÉRIAS

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO NÚCLEO DE LICITAÇÃO COMUNICAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016-NLIC/SEDUC PROCESSO Nº 935.036/2015-SIIG

A Secretaria de Estado de Educação / SEDUC, através do Núcleo de Licitação - NLIC comunica aos interessados na CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016-NLIC/SEDUC, que o subitem 8.2.2.2, foi remanejado para a letra H do subitem 2.1 do item II - DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 1), mantendo-se inalterado os demais itens do edital, inclusive a data de abertura do certame, o edital com a referida alteração já está disponível no sítio eletrônico da SEDUC, sítio eletrônico COMPRASPARA e no Núcleo de Licitação da SEDUC.

Belém, 30 de março de 2016
Comissão Especial de Licitação

Protocolo 944834

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO NÚCLEO DE LICITAÇÃO COMUNICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2016-NLIC/SEDUC PROCESSO Nº 952.561/2015 -SIIG

A Secretaria de Estado de Educação / SEDUC, através do Núcleo de Licitação - NLIC comunica aos interessados no PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2016-NLIC/SEDUC o seguinte:

AVISO COMPRASNET - PE SRP 08/2016 MERENDA ESCOLAR
Prezados licitantes, considerando análise do Núcleo de Licitação desta SEDUC/PA, será exigida LICENÇA DE FUNCIONAMENTO nos termos especificados na alínea "b" incluída na subseção "14.3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA" pertencente à Seção "14. DA HABILITAÇÃO", à saber:

" 14. DA HABILITAÇÃO 14.3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (...)

b) Licença de Funcionamento da sede da Associação, Cooperativa ou dos locais de armazenamento dos gêneros, emitido pelo Órgão competente que comprove que a Associação, Cooperativa ou locais de armazenamento foram vistoriados pelo Serviço de Vigilância Sanitária, Municipal, Estadual ou Federal e que está com a atividade apta ao funcionamento e comercialização dos produtos relacionados a esta chamada".

Imperioso ressaltar que a inclusão de tal documento será efetivada via Aviso de Licitação e sítios do www.seduc.pa.gov.br e www.compraspara.pa.gov.br, mantendo-se inalterado os itens do Edital, inclusive a data de abertura do certame, pois não há modificação nas condições de credenciamento, participação ou conteúdo da Proposta.

Belém, 30 de março de 2016
Yasmhin Bernardes de Almeida Friaça
Pregoeira

Protocolo 944837

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO CEDENCIA

PORTARIA N.º: 2667/2016 DE 28/03/2016

Ceder a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ,, o servidor VANDERLEI MACIEL PINHEIRO, matrícula nº 57189814/5, Especialista em Educação, lotado nesta Secretaria, com ônus para o Órgão cessionário, mediante reembolso, no período de 01/02/2016 a 30/01/2017.

DESIGNAR

Portaria n.º: 2718/2016 de 28/03/2016

Designar ADRIENNE DA CUNHA LISBOA, Matrícula nº 57213470/1, Assistente Administrativo, para exercer, até ulterior deliberação, a função de Secretária (GED-1) da EEEFM Dom Joao VI/Capanema, a partir de 01/07/2015.

PORTARIA N.º: 2716/2016 DE 28/03/2016

Designar ANA CECILIA DE ALMEIDA SANTOS, Matrícula nº 5346169/2, Especialista em Educação, para responder interinamente pela função de Diretor II (GED-3.1) da EEEM Jose Maria Machado/Barcarena, a partir de 28/03/2016.

PORTARIA N.º: 2717/2016 DE 28/03/2016

Designar EDVALDO FERREIRA DOS SANTOS, Matrícula nº 5706262/3, Especialista em Educação, para responder interinamente pela função de Vice-Diretor (GED-2) da EEEM Jose Maria Machado/Barcarena, a partir de 28/03/2016.

PORTARIA N.º: 2710/2016 DE 28/03/2016

Designar DANILLO SANTOS DA FONSECA, Matrícula nº 57212425/1, Assistente Administrativo, para exercer, até ulterior deliberação, a função de Secretário (GED-1) da EEEM

Francisco da Silva Nunes/SEDE/São Joao de Pirabas, a partir de 28/03/2016.

PORTARIA N.º: 2711/2016 DE 28/03/2016

Designar HELENA DO SOCORRO SANTOS DE CASTRO, Matrícula nº 57227611/2, Especialista em Educação, para responder interinamente pela função de Vice-Diretor (GED-2) da EEEFM Profª Jorge Lopes Raposo/Icoaraci/Belém, a partir de 28/03/2016.

PORTARIA N.º: 2709/2016 DE 28/03/2016

Designar RONALDO FERREIRA DA SILVA, Matrícula nº 5318483/3, Especialista em Educação, para responder interinamente pela função de Diretor I (GED-3) da EEEFM Augusto Correa/Bragança, a partir de 28/03/2016.

PORTARIA N.º: 2719/2016 DE 28/03/2016

Designar ARLENE COSTA DA CONCEIÇÃO, Matrícula nº 5450527/3, Espec. Educação, para responder pela função de Diretor I (GED-3) da EEEF. Candido Horacio Evelin/Ananindeua, durante o impedimento do titular. No período de 20/11/2015 a 03/01/2016.

PORTARIA N.º: 2803/2016 DE 29/03/2016

Designar ANDERSON NEYLON DE FREITAS CALDAS, Matrícula nº 5902048/1, Espec. Educação, para responder interinamente pela função de Vice-Diretor (GED-2) da EEEFM Osvaldina Muniz/Cametá, a partir de 29/03/2016.

DISPENSA DE FUNÇÃO

PORTARIA N.º: 2714/2016 DE 28/03/2016

Dispensar, a pedido, MARIA MADALENA DE OLIVEIRA MESQUITA, Matrícula nº 424595/1, Escrevente Datilografo, da função de Secretária (GED-1) da EEEF Inocêncio Soares/SEDE/Primavera, a partir de 28/03/2016.

PORTARIA N.º: 2713/2016 DE 28/03/2016

Formalizar a Dispensa, a pedido, da servidora IZABEL CHRISTINA DA SILVA, Matrícula nº 57208500/1, Especialista em Educação, da função de Vice-Diretor (GED-2) da EEEFM Jornalista Romulo Maiorana/Ananindeua, a partir de 17/10/2013, para fins de regularização funcional.

PORTARIA N.º: 2712/2016 DE 28/03/2016

Dispensar, a pedido, ANITA DA CRUZ SILVA, Matrícula nº 54182916/2, Professor, da função de Secretária (GED-1) da EEEM Lenilson Luiz Miranda/São Geraldo do Araguaia, a partir de 28/03/2016.

PORTARIA N.º: 2715/2016 DE 28/03/2016

Dispensar ANA CECILIA DE ALMEIDA SANTOS, Matrícula nº 5346169/2, Especialista em Educação, da função de Vice-Diretor (GED-2) da EEEM Jose Maria Machado/Barcarena, a partir de 28/03/2016.

PORTARIA N.º: 2708/2016 DE 28/03/2016

Dispensar MARCIA ELI MAGINA MONTEIRO, Matrícula nº 57208582/1, Especialista em Educação, da função de Vice-Diretor (GED-2) da EEEFM Prof Jorge Lopes Raposo/Icoaraci/Belém, a partir de 28/03/2016.

PORTARIA N.º: 2706/2016 DE 28/03/2016

Dispensar SIMONE DE CASSIA GOMES PIRES, Matrícula nº 57211387/1, Especialista em Educação, da função de Diretor I (GED-3) da EEEFM Augusto Correa/Bragança, a partir de 28/03/2016.

CANCELAR LICENÇA INTERESSE PARTICULAR

PORTARIA N.º: 2528/2016 DE 29/03/2016

Cancelar, contar de 17/03/2016, a Licença para Tratar de Interesse Particular, concedida através da Portaria nº 12809/2015 de 12/11/2015, do servidor GERBSON CORDEIRO NASCIMENTO, matrícula nº 55587256/3, Tec. em G. Publica, lotado na Corregedoria/Belém.

REVOGAR

PORTARIA N.º: 2666/2016 DE 28/03/2016

Revogar, a contar de 01/02/2016, a cessão para a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, do servidor VANDERLEI MACIEL PINHEIRO, matrícula nº 57189814/5, Especialista em Educação, concedida através da portaria nº 6386/2015 de 22/05/2015, com ônus para o Órgão de origem.

ADMISSÃO

PORTARIA N.º: 1760/2016 DE 28/03/2016

Formalizar a Admissão, do servidor JOSE ELIEZI ALVES VIEIRA, para exercer a função de Professor, na EE de 1ª Grau Presidente Kennedy/Vigia, no período de 17/03/1987 a 28/02/1989, para fins de regularização funcional.

LICENÇA ESPECIAL

PORTARIA N.º: 2698/2016 DE 28/03/2016

Nome: CREUSA PEREIRA DOS REIS
Matrícula: 264016/2 Cargo: Professor
Lotação: EE Waldemar Maues/Belterra
Período: 01/03 a 29/04/16 - 30/04 a 28/06/16
Triênios: 24/08/09 a 23/08/12 - 24/08/12 a 23/08/15

PORTARIA N.º: 2696/2016 DE 28/03/2016

Nome: MARIDALVA COSTA NASCIMENTO
Matrícula: 5235898/3 Cargo: Professor

Lotação:Div. de Legislação e Enquadramento/Belém
Período: 14/03 a 12/05/16 - 13/05 a 11/07/16
Triênios:02/10/04 a 01/10/07 - 02/10/07 a 01/10/10

PORTARIA Nº.: 2704/2016 DE 28/03/2016

Nome: WILSON FERREIRA BARBOSA
Matrícula:57218693/1 Cargo:Professor
Lotação: Div. de Legislação e Enquadramento/Belém
Período: 29/04/16 a 27/06/16
Triênios:29/06/09 a 28/06/12

PORTARIA Nº.: 2697/2016 DE 28/03/2016

Nome: LUCIANO DEMETRIUS BARBOSA LIMA
Matrícula:5841526/2 Cargo:Professor
Lotação:EE Dom Joao VI/Capanema
Período: 30/04 a 28/06/16 - 29/06 a 30/06/16 - 31/07 a 26/09/16
Triênios:26/09/03 a 25/09/06 - 26/09/06 a 25/09/09

PORTARIA Nº.: 2699/2016 DE 28/03/2016

Nome: ETHIENNE LOBATO DOS SANTOS
Matrícula:57233018/1 Cargo:Professor
Lotação:EE Barao do Rio Branco/Belém
Período: 11/03/16 a 09/05/16
Triênios:20/08/10 a 19/08/13

PORTARIA Nº.: 2700/2016 DE 28/03/2016

Nome: MARADEI BORGES DOS SANTOS
Matrícula:5778514/2 Cargo:Professor
Lotação: Div. de Legislação e Enquadramento/Belém
Período: 29/10 a 27/12/15 - 28/12/15 a 25/02/16
Triênios:15/05/06 a 14/05/09 - 15/05/09 a 14/05/12

PORTARIA Nº.: 2701/2016 DE 28/03/2016

Nome: MARIA PARECIDA DE OLIVEIRA ALMEIDA
Matrícula:5611261/2 Cargo:Professor
Lotação:EEEM Prof Tereza Donato Araujo/Maraba
Período: 01/03/16 a 29/04/16
Triênios:17/08/07 a 16/08/10

PORTARIA Nº.: 2702/2016 DE 28/03/2016

Nome: VANDA GLORIA DAMASCENO
Matrícula:54190921/2 Cargo:Espec. em Educação
Lotação:EE Laurindo C Azeitona/Ananindeua
Período: 01/06 a 30/06/16 - 01/11/16 a 30/11/16
Triênios:26/11/11 a 25/11/14

PORTARIA Nº.: 2703/2016 DE 28/03/2016

Nome: MANOEL AUGUSTO DE SOUSA JUNIOR
Matrícula: 5850274/3 Cargo:Tecn. em G Publica
Lotação:Depto. de Educação Especial/Belém
Período: 04/01/16 a 03/03/16
Triênios:10/02/12 a 09/02/15

PORTARIA Nº.: 2705/2016 DE 28/03/2016

Nome: MARIA DO ROSARIO MIRANDA CARDOSO
Matrícula:6390129/1 Cargo:Servente
Lotação:EE Frei Ambrosio/Santarem
Período: 02/05/16 a 30/06/16
Triênios:12/03/11 a 11/03/14

PORTARIA Nº.:2751/2016 DE 29/03/2016

Nome: MARIA OLIVEIRA DOS SANTOS
Matrícula:57210447/1 Cargo:Espec. em Educação
Lotação:EEEM.Wilson Dias Fonseca/Santarém
Período:02/05/16 a 30/06/16
Triênios:21/11/08 a 20/11/11

PORTARIA Nº.:2762/2016 DE 29/03/2016

Nome:NADIEGE DO SOCORRO JARDIM DA SILVA
Matrícula:522864/1 Cargo:Professor
Lotação:UT. Yolanda Martins/Belém
Período:02/05/16 a 30/06/16
Triênios:08/06/11 a 07/06/14

PORTARIA Nº.:2763/2016 DE 29/03/2016

Nome:IZETE BENEDITA SARMENTO DA COSTA
Matrícula:493805/1 Cargo:Assist. Administrativo
Lotação:UT. Yolanda Martins/Belém
Período:02/05/16 a 30/06/16
Triênios:22/09/94 a 21/09/97

PORTARIA Nº.:2764/2016 DE 29/03/2016

Nome:LUCIA GOMES DA SILVA
Matrícula:459550/1 Cargo:Servente
Lotação:EE. Venscelau Bras/Anapu
Período:02/05/16 a 30/06/16
Triênios:05/05/10 a 04/05/13

PORTARIA Nº.:2765/2016 DE 29/03/2016

Nome:MARIA DA CONCEIÇÃO TORRES DE SOUZA
Matrícula:453226/1 Cargo:Ag. de Portaria
Lotação:EE. Visc. de Souza Franco/Belém
Período:02/05/16 a 30/06/16
Triênios:11/03/93 a 10/03/96

PORTARIA Nº.:2752/2016 DE 29/03/2016

Nome:MARIA DO SOCORRO MESQUITA MATNI MATOS
Matrícula:188336/1 Cargo:Professor
Lotação:Depto Educacional de Ativ. Fisicas/Belém
Período:21/03/16 a 19/05/16
Triênios:16/04/95 a 15/04/98

PORTARIA Nº.:2753/2016 DE 29/03/2016

Nome:ANDREA NASCIMENTO EWERTON
Matrícula:5778980/1 Cargo:Professor
Lotação:Depto Educacional de Ativ. Fisicas/Belém
Período:01/04/16 a 30/05/16
Triênios:12/05/10 A 11/05/13

PORTARIA Nº.:2754/2016 DE 29/03/2016

Nome: VALTERMIL COSTA TAVARES
Matrícula:396001/1 Cargo:Ag. de Portaria
Lotação:EE.Greg. de Almeida Brito/Ananindeua
Período:13/04/16 a 11/06/16-12/06/16 a 10/08/16
Triênios:02/05/08 a 01/05/11-02/05/11 a 01/05/14

PORTARIA Nº.:2755/2016 DE 29/03/2016

Nome:ANA DE LIMA COSTA
Matrícula:730408/1 Cargo:Servente
Lotação:EEEEF. Santa Barbara/Belém
Período:01/03/16 a 29/04/16
Triênios:17/04/10 a 16/04/13

PORTARIA Nº.: 2578/2016 DE 22/03/2016

Nome:ACRISIA DA SILVA MARCIANO
Matrícula:760412/1 Cargo:Assist. administrativo
Lotação:EE. Prof. José Assis Ribeiro/Ananindeua
Período:05/01/16 a 04/03/16
Triênios:13/05/97 a 12/05/00

PORTARIA Nº.: 2747/2016 DE 29/03/2016

Nome:ISAURA DO SOCORRO BRAGA DE SOUSA
Matrícula:5054621/1 Cargo:Professor
Lotação:EE.Dom Angelo Frosi/Bujaru
Período:01/04/16 a 30/05/16
Triênios:14/04/06 a 13/04/09

PORTARIA Nº.: 2748/2016 DE 29/03/2016

Nome: LUCIANE DA SILVA COSTA
Matrícula:54182156/1 Cargo:Professor
Lotação:EE. Pedro Teixeira/Abaetetuba
Período:09/12/15 a 06/02/16
Triênios:23/10/12 a 22/10/15

PORTARIA Nº.: 2664/2016 DE 28/03/2016

Nome:ELIANE CRISTINA RIGHETE BOM
Matrícula:57204145/1 Cargo:Professor
Lotação:ERC.Pequeno Principe/Marabá
Período:05/10/15 a 03/12/15-04/12/15 a 01/02/16
Triênios:23/09/08 a 22/09/11-23/09/11 a 22/09/14

PORTARIA Nº.: 2639/2016 DE 22/03/2016

Nome: RUTILENA LEITE RIBEIRO
Matrícula:776637/1 Cargo:Servente
Lotação:EE. Ana Pontes Francez/Tucuruí
Período:02/05/16 a 30/06/16
Triênios:12/05/98 a 11/05/11

PORTARIA Nº.:2663/2016 DE 28/03/2016

Nome:TELMA LUCIA OLIVEIRA DA COSTA
Matrícula:55586370/2 Cargo:Assist. Administrativo
Lotação:EE. Augusto Meira/Belém
Período:11/01/16 a 10/03/16
Triênios:27/01/09 a 26/01/12

PORTARIA Nº.: 2668/2016 DE 28/03/2016

Nome:DALVA DE CASSIA SAMPAIO DOS SANTOS
Matrícula:225045/1 Cargo:Professor
Lotação:Divisão de Legisl. e Enquadramento/Belém
Período:16/06/16 a 14/08/16-15/08/16 a 13/10/16
Triênios:09/04/95 a 08/04/98-09/04/10 a 08/04/13

LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº.:2756/2016 DE 29/03/2016

Conceder Licença Maternidade a ANGELITA PANTOJA DA COSTA, matricula nº 5896400/1, Assist. Administrativo, lotada na EE. Eng. Palma Muniz Sede/Redenção, no período de 11/01/16 a 08/07/16

PORTARIA Nº.:2757/2016 DE 29/03/2016

Conceder Licença Maternidade a JUDITH MENDES DA SILVA FILHA, matricula nº 5900548/1, Servente, lotada na EEEM. Deusalina da Cunha e S. Carneiro/Acara, no período de 07/11/16 a 04/05/16

PORTARIA Nº.:2669/2016 DE 28/03/2016

Conceder Licença Maternidade a DAYSE CARLA DO VALE PALHETA, matricula nº 57202633/2, Assist. Administrativo, lotada na EE. Eduardo Angelim/Barcarena, no período de 11/11/15 a 08/05/16

PORTARIA Nº.:2749/2016 DE 29/03/2016

Conceder Licença Maternidade a MAIRA DE BARROS SANTOS, matricula nº 57208223/1, Espec. em Educação, lotada na EEEF. Santos Agostinho/Belém, no período de 03/03/16 a 29/08/16.

PORTARIA Nº.:2750/2016 DE 29/03/2016

Conceder Licença Maternidade a MAIRA DE BARROS SANTOS, matricula nº 57208223/2, Professor, lotada na EEEF. Santos Agostinho/Belém, no período de 03/03/16 a 29/08/16.

PORTARIA Nº.:2759/2016 DE 29/03/2016

Conceder Licença Maternidade a KRISNA DA COSTA VILCHES, matricula nº 57203146/1, Professor, lotada na EE. Frei Daniel/Belém, no período de 26/02/16 a 23/08/16.

LICENÇA LUTO

PORTARIA Nº.:2758/2016 DE 29/03/2016

Conceder Licença Luto a MARIA BERNADETE DE OLIVEIRA BEZERRA, matricula nº 333484/1, Professor, lotada na EEEF. Santa Terezinha/Belém, no período de 02/01/16 a 09/01/16.

APROVAÇÃO ESCALA DE FÉRIAS

PORTARIA Nº.: 2722/2016 DE 28/03/2016

Nome: CLEONICE ALVES PANTOJA DA SILVA
Matrícula:57215281/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EEEEF.Novo Horizonte/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 2723/2016 DE 28/03/2016

Nome: RITA DE JESUS CORREA
Matrícula:57213435/1 Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EEEEF.Novo Horizonte/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 2724/2016 DE 28/03/2016

Nome: SORAYA DE JESUS CASTRO BATISTA
Matrícula:5899966/1Período:01/07 à 14/08/16 Exercício:2016
Unidade:EEEEF.Novo Horizonte/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 2725/2016 DE 28/03/2016

Nome: IRANILDES PAULINO DA SILVA XAVIER
Matrícula:57215576/1 Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EEEEF.Novo Horizonte/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 2726/2016 DE 28/03/2016

Nome: MAX ELOI COELHO SANTANA
Matrícula:501522/1 Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EEEEF.Novo Horizonte/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 2727/2016 DE 28/03/2016

Nome: ARTUR FERNANDES CALS
Matrícula:745146/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EE Tiradentes II/Belém

PORTARIA Nº.: 2728/2016 DE 28/03/2016

Nome: MARCOS ANTONIO COSTA MAUES
Matrícula:57224824/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EE Tiradentes II/Belém

PORTARIA Nº.: 2729/2016 DE 28/03/2016

Nome: JOVELINA GAMA E GAMA
Matrícula:345768/1 Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EE Tiradentes II/Belém

PORTARIA Nº.: 2730/2016 DE 28/03/2016

Nome: RUBENITA DA CONCEIÇÃO D PACHECO
Matrícula:402214/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EE Tiradentes II/Belém

PORTARIA Nº.: 2731/2016 DE 28/03/2016

Nome: LUIZ FERNANDO NERY SAMPAIO
Matrícula:313840/1 Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EE Tiradentes II/Belém

PORTARIA Nº.: 2732/2016 DE 28/03/2016

Nome: CARLA DO SOCORRO LIMA DE MORAES
Matrícula:5560942/1 Período:01/07 à 14/08/16 Exercício:2015
Unidade:EE Tiradentes II/Belém

PORTARIA Nº.: 2733/2016 DE 28/03/2016

Nome: CRISTINA MARIA ALMEIDA DE ASSUNÇÃO
Matrícula:5401127/2 Período:01/07 à 14/08/16 Exercício:2016
Unidade:EE Tiradentes II/Belém

PORTARIA Nº.: 2734/2016 DE 28/03/2016

Nome: MARIA VANIA COSTA DA SILVA
Matrícula:57214396/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EEE Nossa Senhora da Conceição/Belém

PORTARIA Nº.: 2735/2016 DE 28/03/2016

Nome: ANA MARIA LOBO DE QUEIROS
Matrícula:225363/2 Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EEEEF Nossa Senhora da Conceição/Belém

PORTARIA Nº.: 2736/2016 DE 28/03/2016

Nome: ALMIR SANTOS GALUCIO
Matrícula:402834/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EEEEF Nossa Senhora da Conceição/Belém

PORTARIA Nº.: 2737/2016 DE 28/03/2016

Nome: MARIA EDILENA DA CONCEIÇÃO BATISTA
Matrícula:5192404/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EEEEF Nossa Senhora da Conceição/Belém

PORTARIA Nº.: 2738/2016 DE 28/03/2016

Nome: RAMIQUELE SANTOS SILVA
Matrícula:57214385/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EEEM Dr Jose Marcio Ayres/Icoaraci

PORTARIA Nº.: 2739/2016 DE 28/03/2016

Nome: MARINEIDE MONTE SILVA
Matrícula:394564/3Período:01/07 à 14/08/16 Exercício:2016
Unidade: EEEM Dr Jose Marcio Ayres/Icoaraci

PORTARIA Nº.: 2740/2016 DE 28/03/2016

Nome: AUDILENE DO SOCORRO CARDOSO MONTEIRO
Matrícula:5899978/1Período:01/07 à 14/08/16 Exercício:2016
Unidade:EE Tiradentes II/Belém

PORTARIA Nº.: 2741/2016 DE 28/03/2016

Nome: IZABEL LEAL BARBOSA
Matrícula:468223/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
Unidade:EE Dom Pedro I/Belém

PORTARIA Nº.: 2742/2016 DE 28/03/2016
 Nome: ELISINETE RABELO
 Matrícula:453919/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
 Unidade:EE Centro de Ens Suplet. Luis O Pereira/Belém

PORTARIA Nº.: 2743/2016 DE 28/03/2016
 Nome: CLEIDIONOR RIBEIRO DE SOUZA
 Matrícula:307572/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
 Unidade:EE Prof Zulima Vergolino Dias/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 2744/2016 DE 28/03/2016
 Nome: KRYSSIA TAINA FERNANDES SANTOS
 Matrícula:57234784/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2015
 Unidade:EEEF Rosa Gattorno/Belém

PORTARIA Nº.: 2745/2016 DE 28/03/2016
 Nome: ANTONIO CARLOS CEREJA GREIJAL
 Matrícula:324710/1 Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
 Unidade:ERC Lourenço Filho/Belém

PORTARIA Nº.: 2746/2016 DE 28/03/2016
 Nome: EDILENE COSTA BELFOR
 Matrícula:6013490/1Período:30/05 à 28/06/16 Exercício:2016
 Unidade:EE Paulo Fontelles/Icoaraci

PORTARIA Nº.: 2772/2016 DE 29/03/2016
 Nome: MYLENA MICHELE MENEZES DE LIMA
 Matrícula:57217450/1 Período:01/04 à 30/04/16 Exercício:2015
 Unidade:EEEFM.Barao de Igarape Miri/Belém

PORTARIA Nº.: 2771/2016 DE 29/03/2016
 Nome: KAREN DE NAZARE RODRIGUES PENA
 Matrícula:57224220/1Período:01/04 à 30/04/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEFM.Barao de Igarape Miri/Belém

PORTARIA Nº.: 2779/2016 DE 29/03/2016
 Nome: ADRIANO PINHO DA SILVA
 Matrícula:57212061/1Período:01/04 à 30/04/16 Exercício:2015
 Unidade:EE Dr Agostinho Monteiro/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 2776/2016 DE 29/03/2016
 Nome: PATRICIA OLIVEIRA RAMANOLI PAIVA
 Matrícula:5819342/3 Período:02/05 à 15/06/16 Exercício:2015
 Unidade:EE Gal Gurjão/Belém

PORTARIA Nº.: 2782/2016 DE 29/03/2016
 Nome: JORGINA BARROS DE SOUZA MIRANDA
 Matrícula:461865/1Período:01/07 à 14/08/16 Exercício:2016
 Unidade:EE Gal Gurjão/Belém

PORTARIA Nº.: 2778/2016 DE 29/03/2016
 Nome: DEBORAH SOCORRO FIGUEIREDO E SILVA FERREIRA
 Matrícula:562777/1 Período:02/05 à 31/05/16 Exercício:2014
 Unidade:EE Augusto Montenegro/Belém

PORTARIA Nº.: 2777/2016 DE 29/03/2016
 Nome: ANDREEA SILVA VIEIRA
 Matrícula:57196297/2Período:02/05 à 15/06/16 Exercício:2015
 Unidade:EE Santa Maria de Belem Grao Pará/Belém

PORTARIA Nº.: 2775/2016 DE 29/03/2016
 Nome: VERA LUCIA DA CONCEIÇÃO
 Matrícula:198242/3 Período:18/03 à 01/05/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEF Assoc dos Moradores do Jardim Res Jaderlar/Belém

PORTARIA Nº.: 2774/2016 DE 29/03/2016
 Nome: JOSIANE DE NAZARE FERREIRA PEREIRA
 Matrícula:57201867/2 Período:01/04 à 15/05/16 Exercício:2015
 Unidade:EEEFM.Min Alcides Carneiro/Ananindeua

PORTARIA Nº.: 2773/2016 DE 29/03/2016
 Nome: MARLUCE COLARES MATOS
 Matrícula:537977/2 Período:01/04 à 15/05/16 Exercício:2015
 Unidade:EE Prof Maria Luiza da Costa Rego/Icoaraci

PORTARIA Nº.: 2784/2016 DE 29/03/2016
 Nome: MILENA BESSA COSTA
 Matrícula:57196394/2 Período:02/05 à 15/06/16 Exercício:2015
 Unidade:EE XV de Novembro/Icoaraci

PORTARIA Nº.: 2783/2016 DE 29/03/2016
 Nome: ANGELA MARIA FIGUEIREDO PANTOJA
 Matrícula:571709/1Período:02/05 à 15/06/16 Exercício:2016
 Unidade:EE Prof Maria Luiza da Costa Rego/Icoaraci

PORTARIA Nº.: 2781/2016 DE 29/03/2016
 Nome: MARIA DA GLÓRIA CABRAL VIEGAS
 Matrícula:379298/1Período:01/07 à 14/08/16 Exercício:2016
 Unidade:EE Edgar Pinheiro Porto/Belém

PORTARIA Nº.: 2780/2016 DE 29/03/2016
 Nome: CLEA MARIA LEAL COIMBRA
 Matrícula:6011403/2 Período:02/05 à 15/06/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEF Santa Barbara/Belém

PORTARIA Nº.: 84/2016 DE 08/03/2016
 Nome: JOANA SELLE DO SOCORRO VIANA DA CUNHA
 Matrícula:6003222/2 Período:02/05 à 31/05/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEM.Paulino de Brito/Portel

PORTARIA Nº.: 85/2016 DE 08/03/2016
 Nome: JOAO DE JESUS DE SOUZA BARROS
 Matrícula:5261872/2 Período:03/05 à 16/06/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEM.Paulino de Brito/Portel

PORTARIA Nº.: 86/2016 DE 08/03/2016
 Nome: LÍGIA GAMA PACHECO
 Matrícula:57215726/1Período:02/05 à 31/05/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEM.Paulino de Brito/Portel

PORTARIA Nº.: 87/2016 DE 08/03/2016
 Nome: MARIA DE NAZARE LOBATO MOREIRA
 Matrícula:57224437/1 Período:02/05 à 31/05/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEM.Paulino de Brito/Portel

PORTARIA Nº.: 88/2016 DE 08/03/2016
 Nome: NAZARE DO SOCORRO RODRIGUES
 Matrícula:545139/1 Período:02/05 à 31/05/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEM.Paulino de Brito/Portel

PORTARIA Nº.: 91/2016 DE 09/03/2016
 Nome: VANIA LUCIA DIAS MATOS
 Matrícula:3243095/4 Período:03/05 à 16/06/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEM.Paulino de Brito/Portel

PORTARIA Nº.: 92/2016 DE 09/03/2016
 Nome: JOSE MARIA LOPES DANTAS
 Matrícula:232629/1Período:03/05 à 01/06/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEM.Juliao Bertoldo de Castro/Bagre

PORTARIA Nº.: 93/2016 DE 10/03/2016
 Nome: LEILA MARIA NOGUEIRA CARVALHO
 Matrícula:778087/1Período:03/05 à 01/06/16 Exercício:2016
 Unidade: EEEM.Juliao Bertoldo de Castro/Bagre

PORTARIA Nº.: 95/2016 DE 15/03/2016
 Nome: ELIETE GOMES DA SILVA
 Matrícula:5889629/1Período:09/05 à 22/06/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEM.Maria Camara Paes/Breves

PORTARIA Nº.: 98/2016 DE 15/03/2016
 Nome: MARIA ZULEIDE GAMA DA SILVA
 Matrícula:545627/1Período:23/05 à 21/06/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEM.Maria Elizete Fona/Breves

PORTARIA Nº.: 99/2016 DE 15/03/2016
 Nome: XARLES TAVARES RAMOS
 Matrícula:5899925/1 Período:30/05 à 13/07/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEM.Tancredo de A Neves/Melgaço

PORTARIA Nº.: 103/2016 DE 08/03/2016
 Nome: LINDIANA DOS SANTOS BARROS
 Matrícula:5401313/1Período:01/04 à 15/04/16 Exercício:2015
 Unidade:EEEM.Papa Paulo VI/Novo Repartimento

PORTARIA Nº.: 105/2016 DE 08/03/2016
 Nome: EDICELMA CABRAL DE SANTA CRUZ
 Matrícula:5902336/1 Período:01/04 à 15/04/16 Exercício:2015
 Unidade: EEEM.Papa Paulo VI/Novo Repartimento

PORTARIA Nº.: 109/2016 DE 10/03/2016
 Nome: JEOVAL FARIAS CALDAS
 Matrícula:553182/1 Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
 Unidade:EE Dep Raimundo R de Souza/Tucuruí

PORTARIA Nº.: 111/2016 DE 11/03/2016
 Nome: VERUSA CARDOSO DE ALMEIDA LEAL
 Matrícula:57234065/1 Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2015
 Unidade: EE Dep Raimundo R de Souza/Tucuruí

PORTARIA Nº.: 112/2016 DE 11/03/2016
 Nome: JEFFERSON RODRIGUES GARCIA
 Matrícula:5441714/2 Período:01/07 à 14/08/16 Exercício:2016
 Unidade: EEEEM Dep Raimundo R de Souza/Tucuruí

PORTARIA Nº.: 017/2016 DE 03/03/2016
 Nome: JANIELE SOUSA STELMACHTCHUK
 Matrícula:57214375/1 Período:01/05 a 30/05/16 Exercício:2016
 Unidade: 10º URE/Altamira

PORTARIA Nº.: 020/2016 DE 08/03/2016
 Nome: VENESSA DE CARVALHO SOUSA E SILVA
 Matrícula:57214237/1 Período:01/06 a 30/06/16 Exercício:2016
 Unidade: 10º URE/Altamira

PORTARIA Nº.: 021/2016 DE 08/03/2016
 Nome: MARIA DEUSA DA SILVA BUENO
 Matrícula:5896583/1 Período:01/07 a 30/07/16 Exercício:2015
 Unidade:EEEFM. Getulio Vargas/Altamira

PORTARIA Nº.: 022/2016 DE 08/03/2016
 Nome: SAMYR TORRES MAUAD
 Matrícula:6306969/1 Período:01/07 a 30/07/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEFM. Getulio Vargas/Altamira

PORTARIA Nº.: 023/2016 DE 08/03/2016
 Nome: EULALIA ARAUJO DE SOUSA
 Matrícula:473863/1 Período:01/07 a 14/08/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEFM. Getulio Vargas/Altamira

PORTARIA Nº.: 024/2016 DE 08/03/2016
 Nome: IDAIZE MARIA GONÇALVES BEZERRA
 Matrícula:6313434/1 Período:01/07 a 30/07/16 Exercício:2016
 Unidade:EEEFM. Getulio Vargas/Altamira

PORTARIA Nº.: 025/2016 DE 08/03/2016
 Nome: MARCIA PATRICIA SOUSA DOS SANTOS
 Matrícula:57210369/1 Período:01/07 a 14/06/16 Exercício:2015
 Unidade:EEEFM. Getulio Vargas/Altamira

PORTARIA Nº.: 026/2016 DE 08/03/2016
 Nome: LUCIRENE GUIMARÃES DA SILVA SIRINO
 Matrícula:5896837/1 Período:01/07 a 30/07/16 Exercício:2015
 Unidade:EEEFM. Getulio Vargas/Altamira

PORTARIA Nº.: 027/2016 DE 09/03/2016
 Nome: MARIA DO SOCORRO BATISTA GARCIA
 Matrícula:459186/1 Período:02/05 à 31/05/16Exercício:2015
 Unidade:EEEM. Prof. Dairce Pedrosa Torres/Altamiara

PORTARIA Nº.:70/2016 DE 01/03/2016
 Nome:FLADIMIR DA SILVA COSTA
 Matrícula:57211702/1 Período:02/05 à 31/05/16Exercício:2016
 Unidade:EEEM. Nicias Ribeiro/Portel

PORTARIA Nº.:71/2016 DE 01/03/2016
 Nome: ESMERALDA NICÁCIO DE OLIVEIRA
 Matrícula:566489/1 Período:09/05 à 07/06/16Exercício:2016
 Unidade:EEEM. Nicias Ribeiro/Portel

PORTARIA Nº.: 72/2016 DE 01/03/2016
 Nome:ELENICE GOMES GUEDES
 Matrícula:766267/1 Período:16/05 à 14/06/16Exercício:2016
 Unidade:EEEM. Nicias Ribeiro/Portel

PORTARIA Nº.:73/2016 DE 01/03/2016
 Nome:CACILDA FERREIRA DE SOUZA
 Matrícula:580260/1 Período:23/05 à 21/06/16Exercício:2016
 Unidade:EEEM. Nicias Ribeiro/Portel

PORTARIA Nº.: 74/2016 DE 01/03/2016
 Nome:IZELINA FONSECA SANTANA
 Matrícula:555568/1 Período:02/05 à 31/05/16Exercício:2016
 Unidade:EEEM. Nicias Ribeiro/Portel

PORTARIA Nº.:76/2016 DE 01/03/2016
 Nome:MARIA LINDALVA DE SOUZA ARAUJO BARBOSA
 Matrícula:554740/1 Período:02/05 à 15/06/16Exercício:2016
 Unidade:EEEM. Nicias Ribeiro/Portel

PORTARIA Nº.:77/2016 DE 02/03/2016
 Nome:MARIA JOSÉ OLIVEIRA MIRANDA CALDAS
 Matrícula:6018840/1 Período:09/05 à 07/06/16Exercício:2016
 Unidade: 13ª URE/ Breves

PORTARIA Nº.:78/2016 DE 02/03/2016
 Nome:MARIZA LOUREIRO SARDINHA
 Matrícula:766232/1 Período:16/05 à 14/06/16Exercício:2016
 Unidade:EEEM. Nicias Ribeiro/Portel

PORTARIA Nº.:79/2016 DE 02/03/2016
 Nome:OZILENE PANTOJA BAIÁ
 Matrícula:57215219/1 Período:02/05 à 31/05/16Exercício:2016
 Unidade:EEEM. Nicias Ribeiro/Portel

PORTARIA Nº.:80/2016 DE 02/03/2016
 Nome:RAIMUNDA CORREA TAVARES PANTOJA
 Matrícula:555576/1 Período:02/05 à 31/05/16Exercício:2016
 Unidade:EEEM. Nicias Ribeiro/Portel

PORTARIA Nº.:82/2016 DE 02/03/2016
 Nome:TATILENE NOGUEIRA DOS PASSOS
 Matrícula:57213149/1 Período:02/05 à 31/05/16Exercício:2016
 Unidade:EEEM. Nicias Ribeiro/Portel

PORTARIA Nº.: 832016 DE 02/03/2016
 Nome:MARLON SANTOS LOBATO
 Matrícula:57215220/1 Período:02/05 à 31/05/16Exercício:2016
 Unidade:EEEM. Gerson Peres/Breves

PORTARIA Nº.: 2812/2016 DE 30/03/2016
 Nome: MARIA SUELY REIS SOUZA
 Matrícula:322750/1 Período:02/05 à 31/05/16 Exercício:2016
 Unidade:Div. de Registro e Movimentação de Pessoal/Belém

PORTARIA Nº.: 2807/2016 DE 30/03/2016
 Nome: BERNADETE DO SOCORRO RODRIGUES BATISTA DA SILVA
 Matrícula:5912313/2 Período:15/04 à 14/05/16 Exercício:2016
 Unidade: Diretoria de Assistência ao Estudante/Belém

PORTARIA Nº.: 2802/2016 DE 29/03/2016
 Nome: DENIZE DOS SANTOS DE SOUZA LOBATO
 Matrícula:5791570/2 Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
 Unidade:EE São Pedro/Icoaraci

PORTARIA Nº.: 2802/2016 DE 29/03/2016
 Nome: FATIMA DO ROSARIO NEVES ARAUJO
 Matrícula:6013040/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
 Unidade:EE São Pedro/Icoaraci

PORTARIA Nº.: 2802/2016 DE 29/03/2016
 Nome:JOANA TRINDADE GOMES
 Matrícula:239828/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
 Unidade:EE São Pedro/Icoaraci

PORTARIA Nº.: 2802/2016 DE 29/03/2016
 Nome: KARINA LUCIA DA VERA CRUZ LOPES
 Matrícula:57216837/1 Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
 Unidade:EE São Pedro/Icoaraci

PORTARIA Nº.: 2802/2016 DE 29/03/2016
 Nome: REGINA LUCIA SILVA MENDES
 Matrícula:5448212/2 Período:01/07 à 14/08/16 Exercício:2016
 Unidade:EE São Pedro/Icoaraci

PORTARIA Nº.: 2802/2016 DE 29/03/2016
 Nome: ROSICLEIDE NUNES DA SILVA
 Matrícula:57213752/1Período:01/07 à 30/07/16 Exercício:2016
 Unidade:EE São Pedro/Icoaraci

PORTARIA Nº.:2787/2016 DE 29/03/2016
 Nome:RAIMUNDO NONATO DA SILVA
 Matrícula:57213785/1 Período:01/06 à 30/05/16Exercício:2016
 Unidade:EEEF. Candido Horacio Evelin/Ananindeua

PORTARIA Nº.:2788/2016 DE 29/03/2016
 Nome:FLAVIA SUELY DE OLIVEIRA PENNA
 Matrícula:57199005/2 Período:01/07 à 30/07/16Exercício:2016
 Unidade:EEEF. Candido Horacio Evelin/Ananindeua



DIÁRIA

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 807/16 DE 22 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de reunião com Reitor desta IES.
ORIGEM: TUCURUI-PA
DESTINO: BELÉM-PA
NOME DO SERVIDOR: DACILDA NAVA DE SOUZA
CARGO: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO CAMPUS DE TUCURUI
ID. FUNCIONAL: 201863-3
DATA INÍCIO: 05.04.2016
DATA TÉRMINO: 09.04.2016
QUANTIDADE: 4 e ½ (quatro e meia)

PORTARIA Nº 860/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina
ORIGEM: BELÉM-PA
DESTINO: MARABA-PA
NOME DO SERVIDOR: MESSIAS FURTADO DA SILVA
CARGO: TECNICO B
ID. FUNCIONAL: 5719739-2
DATA INÍCIO: 20.03.2016
DATA TÉRMINO: 23.03.2016
QUANTIDADE: 3 e ½ (três e meia)

PORTARIA Nº 861/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina
ORIGEM: BELÉM-PA
DESTINO: MARABA-PA
NOME DO SERVIDOR: ANA JULIA SOARES BARBOSA
CARGO: CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AMBIENTAL
ID. FUNCIONAL: 57193188-1
DATA INÍCIO: 29.02.2016
DATA TÉRMINO: 12.03.2016
QUANTIDADE: 12 e ½ (doze e meia)

PORTARIA Nº 862/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: conduzir discentes desta IES
ORIGEM: BELÉM-PA
DESTINO: COLARES-PA
NOME DO SERVIDOR: DANIEL DA SILVA NORONHA
CARGO: MOTORISTA
ID. FUNCIONAL: 57201588-1
DATA INÍCIO: 21.03.2016
DATA TÉRMINO: 21.03.2016
QUANTIDADE: ½ (meia)

PORTARIA Nº 863/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: conduzir discentes desta IES
ORIGEM: CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA
DESTINO: CAPANEMA-PA
NOME DO SERVIDOR: DOURIVAL CARNEIRO CAVALCANTE
CARGO: MOTORISTA
ID. FUNCIONAL: 57209426-1
DATA INÍCIO: 04.03.2016
DATA TÉRMINO: 06.03.2016
QUANTIDADE: 2 e ½ (duas e meia)

PORTARIA Nº 864/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: ministrar disciplina
ORIGEM: MARABÁ-PA
DESTINO: ALTAMIRA-PA
NOME DO SERVIDOR: GLEIDSON MARQUES PEREIRA
CARGO: PROFESSOR ASSISTENTE
ID. FUNCIONAL: 5911518-1
DATA INÍCIO: 11.04.2016
DATA TÉRMINO: 23.04.2016
QUANTIDADE: 12 e ½ (doze e meia)

PORTARIA Nº 865/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: conduzir discentes desta IES
ORIGEM: BELÉM-PA
DESTINO: SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA
NOME DO SERVIDOR: JOSE MARIA PEREIRA ROCHA
CARGO: MOTORISTA

ID. FUNCIONAL: 57200856-1
DATA INÍCIO: 14.04.2016
DATA TÉRMINO: 15.04.2016
QUANTIDADE: 1 e ½ (uma e meia)

PORTARIA Nº 866/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de reunião com Reitor desta IES.
ORIGEM: VIGIA-PA
DESTINO: BELEM-PA
NOME DO SERVIDOR: CARLOS NAZARENO DA SILVA BARBOSA
CARGO: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO CAMPUS DE VIGIA
ID. FUNCIONAL: 3224996-1
DATA INÍCIO: 06.04.2016
DATA TÉRMINO: 08.04.2016
QUANTIDADE: 2 e ½ (duas e meia)

PORTARIA Nº 867/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de reunião com Reitor desta IES.
ORIGEM: CASTANHAL-PA
DESTINO: BELEM-PA
NOME DO SERVIDOR: ANDERSON JORGE SERRA DA COSTA
CARGO: COORDENADOR DE CAMPUS INTERIORIZAÇÃO - CASTANHAL
ID. FUNCIONAL: 5895118-2
DATA INÍCIO: 06.04.2016
DATA TÉRMINO: 08.04.2016
QUANTIDADE: 2 e ½ (duas e meia)

PORTARIA Nº 868/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de reunião com Reitor desta IES.
ORIGEM: SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA
DESTINO: BELEM-PA
NOME DO SERVIDOR: GEICIANE DE NAZARE COSTA DA SILVA
CARGO: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO CAMPUS DE SÃO MIGUEL DO GUAMA
ID. FUNCIONAL: 57229983-1
DATA INÍCIO: 05.04.2016
DATA TÉRMINO: 08.04.2016
QUANTIDADE: 3 e ½ (três e meia)

PORTARIA Nº 869/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de reunião com Reitor desta IES.
ORIGEM: IGARAPÉ-AÇU-PA
DESTINO: BELEM-PA
NOME DO SERVIDOR: NATALINA DOS SANTOS MEDEIROS
CARGO: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO CAMPUS DE IGARAPÉ-AÇU
ID. FUNCIONAL: 5915735-1
DATA INÍCIO: 06.04.2016
DATA TÉRMINO: 09.04.2016
QUANTIDADE: 3 e ½ (três e meia)

PORTARIA Nº 870/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de reunião com Reitor desta IES.
ORIGEM: CASTANHAL-PA
DESTINO: BELEM-PA
NOME DO SERVIDOR: MARIA ROSALBA LEAL CARVALHO
CARGO: TECNICO A
ID. FUNCIONAL: 57215452-4
DATA INÍCIO: 06.04.2016
DATA TÉRMINO: 08.04.2016
QUANTIDADE: 2 e ½ (duas e meia)

PORTARIA Nº 871/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de reunião com Reitor desta IES.
ORIGEM: SANTAREM-PA
DESTINO: BELEM-PA
NOME DO SERVIDOR: SILVANIA YUKIKO LINS TAKANASHI
CARGO: COORDENADOR DE CAMPUS DE INTERIORIZAÇÃO - SANTAREM
ID. FUNCIONAL: 5757231-3
DATA INÍCIO: 05.04.2016
DATA TÉRMINO: 09.04.2016
QUANTIDADE: 4 e ½ (quatro e meia)

PORTARIA Nº 872/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016
Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994
OBJETIVO: participar de reunião com Reitor desta IES.
ORIGEM: CAMETA-PA
DESTINO: BELEM-PA
NOME DO SERVIDOR: DIEGO AIRES DA SILVA
CARGO: COORDENADOR DE CAMPUS DE INTERIORIZAÇÃO - CAMETA
ID. FUNCIONAL: 5905479-1
DATA INÍCIO: 05.04.2016
DATA TÉRMINO: 09.04.2016
QUANTIDADE: 4 e ½ (quatro e meia)

ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº.:2442/2016 DE 18/03/2016
Nome:WALMINA MARIA LEITE CARVALHO
Onde se lê: Exercício:2015
Leia-se: Exercício:2016
Publicada no Diário Oficial nº. 33.094 de 23/03/2016
Protocolo 944855

PORTARIA Nº 873/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994

OBJETIVO: participar de reunião com Reitor desta IES.

ORIGEM: CAMETA-PA

DESTINO: BELEM-PA

NOME DO SERVIDOR: MARIA HELENA GONZAGA COSTA

CARGO: COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO CAMPUS DE CAMETA

ID. FUNCIONAL: 5056470-1

DATA INÍCIO: 05.04.2016

DATA TÉRMINO: 09.04.2016

QUANTIDADE: 4 e ½ (quatro e meia)

PORTARIA Nº 874/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994

OBJETIVO: participar de reunião com Reitor desta IES.

ORIGEM: VIGIA-PA

DESTINO: BELEM-PA

NOME DO SERVIDOR: FRANCISCO EMERSON VALE COSTA

CARGO: COORDENADOR DE CAMPUS DE INTERIORIZAÇÃO - VIGIA

ID. FUNCIONAL: 54181184-2

DATA INÍCIO: 06.04.2016

DATA TÉRMINO: 08.04.2016

QUANTIDADE: 2 e ½ (duas e meia)

PORTARIA Nº 875/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994

OBJETIVO: conduzir servidores desta IES

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: CASTANHAL-PA

NOME DO SERVIDOR: MARCIO DE ARAUJO SOUZA

CARGO: MOTORISTA

ID. FUNCIONAL: 57200616-1

DATA INÍCIO: 15.03.2016

DATA TÉRMINO: 15.03.2016

QUANTIDADE: ½ (meia)

PORTARIA Nº 876/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994

OBJETIVO: participar de Seminário

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: NATAL- RN

NOME DO SERVIDOR: PEDRO FRANCO DE SÁ

CARGO: DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

ID. FUNCIONAL: 375047-4

DATA INÍCIO: 12.05.2016

DATA TÉRMINO: 15.05.2016

QUANTIDADE: 3 e ½ (três e meia)

PORTARIA Nº 877/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994

OBJETIVO: conduzir docentes desta IES

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: VIGIA-PA

NOME DO SERVIDOR: DANIEL DA SILVA NORONHA

CARGO: MOTORISTA

ID. FUNCIONAL: 57201588-1

DATA INÍCIO: 16.03.2016

DATA TÉRMINO: 16.03.2016

QUANTIDADE: ½ (meia)

PORTARIA Nº 878/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994

OBJETIVO: ministrar disciplina do PARFOR

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: MOJU-PA

NOME DO SERVIDOR: IDERALDO JAIME DA FONSECA

CARGO: PROFESSOR AUXILIAR

ID. FUNCIONAL: 756610-2

DATA INÍCIO: 10.01.2016

DATA TÉRMINO: 16.01.2016

QUANTIDADE: 6 e ½ (seis e meia)

PORTARIA Nº 879/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994

OBJETIVO: organizar cerimonial de colação de grau

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: BARCARENA E SÃO MIGUEL DO GUAMA-PA

NOME DO SERVIDOR: EDELMIRO CONCEIÇÃO SOARES

CARGO: TÉCNICO B

ID. FUNCIONAL: 5041040-1

DATA INÍCIO: 06.04.2016

DATA TÉRMINO: 08.04.2016

QUANTIDADE: 2 e ½ (duas e meia)

PORTARIA Nº 880/16 DE 29 DE MARÇO DE 2016

Fund. Legal: art. 145, § 1º e art. nº 146 da Lei n.º 5.810, de 24.01.1994

OBJETIVO: ministrar disciplina pelo PARFOR.

ORIGEM: BELEM-PA

DESTINO: CASTANHAL-PA

NOME DO SERVIDOR: ANA PAULA CUNHA DOS SANTOS FERNANDES

CARGO: PROFESSOR AUXILIAR

ID. FUNCIONAL: 5905456-1

DATA INÍCIO: 27.01.2016

DATA TÉRMINO: 02.02.2016

QUANTIDADE: 6 e ½ (seis e meia)

GILVANIA MENDES SIROTHEAU CORREA

ORDENADOR

Protocolo 944639

NOTA DE EDITAL Nº 27 /2016 - UEPA

O Reitor da Universidade do Estado do Pará - UEPA, com base nas normas do edital nº 55/2015 do PROSEL - Processo Seletivo / 2016 e obedecendo a ordem de classificação do referido concurso, convoca para matrícula nos dias **04 e 05 de abril de 2016**, de 08h às 12h e de 14h às 18h.

A relação estará disponível no site www.uepa.br.

Belém, 30 de março de 2016.

Juarez Antônio Simões Quaresma

Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo 944669

NOTA DE EDITAL Nº 28 /2016 - UEPA

O Reitor da Universidade do Estado do Pará - UEPA, com base nas normas do Termo Aditivo ao Edital nº 49/2013 - Programa de Ingresso Seriado - **PRISE** Subprograma XVII (3ª Etapa) e obedecendo a ordem de classificação do referido concurso, convoca para matrícula nos dias **04 e 05 de abril de 2016**, de 08h às 12h e de 14h às 18h.

A relação estará disponível no site www.uepa.br.

Belém, 30 de março de 2016.

Juarez Antônio Simões Quaresma

Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo 944671

NOTA DE EDITAL Nº 29 /2016 - UEPA

O Reitor da Universidade do Estado do Pará-UEPA, com base nas normas do Programa de Ingresso Seriado **PRISE** - Subprograma XVII - 3ª Etapa e do Processo Seletivo/2016, torna público que, em virtude de não existir mais candidatos classificados para o preenchimento de vaga no **PRISE** em algumas localidades e cursos, estas foram **remanejadas para o PROSEL/2016**, obedecendo a ordem de classificação do referido concurso, e convoca para matrícula nos dias **04 e 05 de abril de 2016**, de 08h às 12h e de 14h às 18h.

A relação estará disponível no site www.uepa.br.

Belém, 30 de março de 2016.

Juarez Antônio Simões Quaresma

Reitor da Universidade do Estado do Pará

Protocolo 944674

**SECRETARIA DE ESTADO DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL,
TRABALHO, EMPREGO E RENDA**

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR**DISTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO**

PARTES: SEASTER e GIOVANNA DE ALBUQUERQUE MARÇAL

MATRÍCULA: 5923790/1

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

DATA DO CONTRATO: 01/11/2015

DATA DO DISTRATO: 14/03/2016

ORDENADOR RESPONSÁVEL: HEITOR MARCIO PINHEIRO

SANTOS

Protocolo 944889

LICENÇA PRÊMIO**PORTARIA Nº 316/2016 - SEASTER,****EM 21 DE MARÇO DE 2016.**

Nome: MARIA DE NAZARÉ DE BRITO MALHEIROS **Matrícula:**

3194078/1

Cargo: PROFESSOR **Lotação:** Diretoria de Trabalho e Emprego

- DTE

Período: 02/05/2016 a 31/05/2016 **Triênio:** 01/06/04 a

31/05/07.

(30 trinta dias) DE LICENÇA PRÊMIO

HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e

Renda - SEASTER

Protocolo 944891

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**PORTARIA Nº 322/2016 - SEASTER, EM 22 DE MARÇO****DE 2016.**

Nome: ACINDINO VIEIRA DE CAMPOS

Matrícula: 57190713/2

Lotação: DAS/SEASTER

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Período:

04/02/2016 a 18/03/2016.

(44 quarenta e quatro dias) **DE LICENÇA SAÚDE**

PORTARIA Nº 323/2016 - SEASTER, EM 22 DE MARÇO**DE 2016.**

Nome: MARIA LUIZA GONÇALVES SILVA

Matrícula: 57232168/2

Lotação: DAS/SEASTER

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM **Período:** 08/01/2016

a 14/01/2016.

(07 sete dias) **DE LICENÇA SAÚDE**

PORTARIA Nº 324/2016 - SEASTER, EM 22 DE MARÇO**DE 2016.**

Nome: SANDRA SUELY ANGELIM DOS SANTOS D AVILA

Matrícula: 57190713/2

Lotação: DAS/SEASTER

Cargo: ASSISTENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL **Período:**

04/02/2016 a 11/02/2016

(08 oito dias) **DE LICENÇA SAÚDE**

HEITOR MARCIO PINHEIRO SANTOS

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,

TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Protocolo 944892

TERMO ADITIVO A CONTRATO**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO****Nº 36/2015/SEASTER**

Objeto: Acréscimo do quantitativo do objeto no percentual de 12,5%.

Data de Assinatura: 28/03/2016

Valor: R\$ 42.750,00

Orçamento:

Funcional Programática: 4301.08.244.1443.7586

Fonte: 0101

Elemento de Despesa: 339039

Contratado: A.R.S. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP

Endereço: Rua Antonio Barreto, nº 816, Bairro de Fátima, Belém/

PA, CEP: 66.060.020

Telefone: (91) 98234-5371

Ordenador: Heitor Márcio Pinheiro Santos

Protocolo 944622

SUPRIMENTO DE FUNDO**PORTARIA Nº 194/2016 - SEASTER, EM 29 DE****FEVEREIRO DE 2016.**

Nome: VALDEREDO ROCHA DA SILVA

Cargo: SERVENTE

Matrícula Nº 3214524/1

339030: Material de Consumo: R\$ 700,00

Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.

Conceder suprimento de fundos para custear despesas de pequeno vulto e pronto pagamento.

PORTARIA Nº 346/2016 - SEASTER, EM 29 DE MARÇO**DE 2016.**

Nome: MARIA ROZETE ALEXANDRINO DE MORAES

Matrícula Nº 5842190/3

Cargo: PEDAGOGO

339030: Material de Consumo: R\$ 200,00 **339036:** Pessoa

Física: R\$ 200,00

Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das

despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.

Conceder suprimento de fundos para realizar atualização cadastral do BEPAH aos municípios de Marabá, Nova Ipixuna,

São Domingos do Araguaia e Itupiranga no período de 03/04 a 09/04/2016.

PORTARIA Nº 347/2016 - SEASTER, EM 29 DE MARÇO**DE 2016.**

Nome: MARIA JACIRENE DE SOUZA BARBOSA

Matrícula Nº 54192688/1

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

339030: Material de Consumo: R\$ 200,00

Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das

despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.

Conceder Suprimento de Fundos para realizar capacitação de Gestão do Cadúnico e Programa Bolsa Família para os municípios das Regiões de Lago do Tucuruí e Carajás em Marabá no período

de 03 a 09/04/16.

PORTARIA Nº 352/2016 - SEASTER, EM 30 DE MARÇO**DE 2016.**

Nome: VALDENI DA CONCEIÇÃO FARIAS

Matrícula Nº 5834376/2

Cargo: SOCIOLOGO

339036: Pessoa Física: R\$ 100,00

Fixar o prazo de: 60 (sessenta) dias para aplicação das despesas e 15 (quinze) dias para prestação de contas, contados a partir da expedição da ordem bancária.

Conceder suprimento de fundo a servidora que deverá se deslocar para Igarapé-Açu no período de 04 a 08/04/2016.

Heitor Márcio Pinheiro Santos

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 944897

DIÁRIA

PORTARIA N.º 318/2016 - SEASTER, EM 21 DE MARÇO DE 2016.

Nome: ALEX FERNANDO SOARES SOUZA

Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO **Matricula** N.º 1952617/1

Origem: BELÉM/PA **Destino:** Na Ilha de Paquetá - Região Metropolitana de Belém.

Período: 21 a 26/03/2016. **N.º de diárias:** 05 e ½ (cinco e meia)

Objetivo: colocar as placas de identificação nos 45 sistemas construídos de Aproveitamento de Águas Pluviais - Cisternas Implantadas, conforme Convênio nº 059/2012.

PORTARIA N.º 342/2016 - SEASTER, EM 29 DE MARÇO DE 2016.

Nome: MARIA DO SOCORRO SILVA DE MENEZES

Cargo: COORDENADORA **Matricula** N.º 3213234/1

Origem: BELÉM/PA **Destino:** BRASÍLIA /DF

Período: 07 a 08/04/2016. **N.º de diárias:** 01 e ½ (uma e meia)

Objetivo: participar da oficina das ações estratégicas do Programa de Erradicação do TRABALHO Infantil - PETI.

PORTARIA N.º 343/2016 - SEASTER, EM 29 DE MARÇO DE 2016.

Nome: WILSIANE NASCIMENTO MORAES

Cargo: GERENTE **Matricula** N.º 5922512/2

Origem: BELÉM/PA **Destino:** BRASÍLIA /DF

Período: 03/04 a 05/04/2016. **N.º de diárias:** 02 e ½ (duas e meia)

Objetivo: participar do Encontro de Administradores Estaduais do SIPA CT WEB.

PORTARIA N.º 344/2016 - SEASTER, EM 29 DE MARÇO DE 2016

Nome: VALDENI DA CONCEIÇÃO FARIAS

Cargo: SOCIOLOGO **Matricula** N.º 5834376/2

Origem: BELÉM /PA **Destino:** IGARAPÉ - AÇU /PA

Período: 04 a 08/04/2016. **N.º de diárias:** 04 e ½ (quatro e meia)

Objetivo: realizar a atualização cadastral dos Beneficiários do Benefício Estadual para a Pessoa Acometida pela Hanseníase visando sua inclusão no Cadastro Único no município.

PORTARIA N.º 345/2016 - SEASTER, EM 29 DE MARÇO DE 2016

Nome: KÁTIA REGINA FERREIRA DA SILVA

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO **Matricula:** 3212840/1

Origem: BELÉM /PA **Destino:** TUCURUI E CARAJÁS EM MARABÁ /PA

Período: 03 a 09/04/2016. **N.º de diárias:** 06 e ½ (seis e meia)

Objetivo: apoiar a realização a Capacitação de Gestão de CadÚnico e Programa Bolsa Famílias para os municípios.

PORTARIA N.º 353/2016 - SEASTER, EM 30 DE MARÇO DE 2016

Nome: FELIPE ALVES DOS SANTOS

Cargo: COLABORADOR EVENTUAL

Origem: BELÉM /PA **Destino:** CASTANHAL /PA

Período: 31/03 a 01/04/2016. **N.º de diárias:** 01 e ½ (uma e meia)

Objetivo: realizar a entrega de bens mobiliários e levantamento dos bens patrimoniais (DEAM E SINE) no município.

PORTARIA N.º 354/2016 - SEASTER, EM 30 DE MARÇO DE 2016

Nome: IMAR DOS SANTOS RODRIGUES

Cargo: AGENTE ADMINSTRATIVO **Matricula** N.º 3219135/1

Origem: BELÉM /PA **Destino:** CASTANHAL /PA

Período: 31/03 a 01/04/2016. **N.º de diárias:** 01 e ½ (uma e meia)

Objetivo: realizar o levantamento do mobiliário (DEAM E SINE), no município.

HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 944888

FÉRIAS

PORTARIA DE FÉRIAS COLETIVAS
PORTARIA N.º 332/2016 - SEASTER

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto s/n de 01 de janeiro de 2015, publicado no DOE nº 32.798 de 01 janeiro de 2015.

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias regulamentares aos servidores deste órgão, conforme escala abaixo:

Matricula	Nome	Período de Gozo	Exercício
3220249/1	Altamira Sales de Souza	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016
57197491/2	Dagma Resque	04/04/2016 a 03/05/2016	2014/2015
5898368/1	Diely Sampaio da Silva	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016
8049138/1	Edson da Silva Rodrigues	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016
5912544/1	Fabiane Araújo de Oliveira	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016
55586364/3	Fabrício Fagner Costa Maia	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016
5896120/3	Ítalo Edilson Cordovil Barreto	16/03/2016 a 14/04/2016	2015/2016
3255689/1	Jorge Teles dos Santos	01/04/2016 a 30/04/2016	2015/2016
54188098/1	Lucidéa Barbosa Margalho	04/04/2016 a 03/05/2016	2014/2015
3219399/1	Luciléia Queiroz Ferreira	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016
3220222/1	Luiz Ferreira Dias	01/04/2016 a 30/04/2016	2015/2016
57225314/2	Maria Aparecida Brito de Sousa	01/04/2016 a 30/04/2016	2015/2016
3223060/2	Maria de Fátima de Melo Paes	01/04/2016 a 30/04/2016	2015/2015
57176190/1	Maria Inês Andrade Zeferino	07/04/2016 a 06/05/2016	2014/2015
3219585/1	Maria Ivone de Oliveira Pereira	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016
8049135/1	Maria Monteiro Pereira	01/04/2016 a 30/04/2016	2015/2016
3197735/1	Maria Raimunda de Sousa Faro	01/04/2016 a 30/04/2016	2015/2016
5013844/2	Marília de Fátima Tavares Cardoso de Albuquerque	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016
5661250/2	Mariza Calandrini Muribeca	08/04/2016 a 07/05/2016	2014/2015
57176183/1	Marli Vinagre da Costa	04/04/2016 a 03/05/2016	2014/2015
3225151/1	Miguel Pereira da Conceição Neto	01/04/2016 a 30/04/2016	2014/2015
3224465/1	Mônica Valéria dos Santos Lourenço Bastos	04/04/2016 a 03/05/2016	2014/2015
3196194/1	Nádia Maria do Socorro Charchar de Oliveira Lima	11/04/2016 a 10/05/2016	2014/2015
3222047/1	Nazaré do Socorro Silva Charchar	07/04/2016 a 06/05/2016	2015/2016
5336600/2	Neuza Meireles da Silva Xavier	01/04/2016 a 30/04/2016	2015/2016
5434599/5	Odete Vanzeler Sabá	05/04/2016 a 04/05/2016	2015/2016
5816696/5	Priscilla Scerne Bezerra de Azevedo	04/04/2016 a 03/05/2016	2014/2015
3207552/1	Raimunda Oliveira da Silva	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016
3220745/1	Raimunda Sueli das Neves Mendonça	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016
3255727/1	Regina Lúcia de Barros Braga	01/04/2016 a 30/04/2016	2011/2012
5910632/1	Roseane Sá de Souza Brito	01/04/2016 a 30/04/2016	2015/2016
8014424/2	Sandra Maria Gonçalves da Silva	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016
3212696/1	Sílvia Lídia Barbosa da Silva	25/04/2016 a 24/05/2016	2015/2016
3219879/1	Solange Barata da Silva	01/04/2016 a 30/04/2016	2015/2016
3197433/1	Suzany Belém Ribeiro	04/04/2016 a 03/05/2016	2015/2016

3240410/1	Telma Rosy Freitas Pereira Lima	01/04/2016 a 30/04/2016	2015/2016
3219860/1	Terezinha de Jesus Monteiro Torres	01/04/2016 a 30/04/2016	2015/2016
5834376/2	Valdeni da Conceição Farias	11/04/2016 a 10/05/2016	2014/2015

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se. Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, em 28 de março de 2016.

HEITOR MÁRCIO PINHEIRO SANTOS

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 944893

TORNAR SEM EFEITO

PORTARIA N.º 330/2016

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do Decreto de 01 de janeiro de 2015, Publicado no DOE nº 44886/2015.

Considerando o disposto no art. 98.da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Processo nº 116212/2016.

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO, a Portaria n.º 100/2016 - SEASTER, 05 de fevereiro de 2016

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda em 28 de março de 2016

Heitor Márcio Pinheiro Santos

Secretário de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Protocolo 944894

OUTRAS MATÉRIAS

RESOLUÇÃO N.º 002/2016/CEEPA, DE 16 DE MARÇO DE 2016.

Delibera quanto à aprovação dos cursos de qualificação apresentados pela Diretoria de Qualificação Profissional e Empreendedorismo - DQPE da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER a serem executados no Estado do Pará pelo PRONATEC/Trabalho.

A **COMISSÃO DE EMPREGO DO ESTADO DO PARÁ - CEEPA**, instituída pelo Decreto nº. 2.918, de 27 de outubro de 1994, no uso das atribuições legais e atendendo ao disposto no art. 8º, do Regimento Interno do colegiado;

CONSIDERANDO a necessidade de análise e apreciação dos cursos de qualificação a serem executados pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, conforme critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, para posterior aprovação pela Comissão de Emprego do Estado do Pará;

CONSIDERANDO as demandas de cursos de qualificação apresentadas em reunião ordinária da CEEPA no dia 15 de março de 2016, resultantes dos Seminários Regionais de Planejamento para Identificação de Demandas de Qualificação Social e Profissional realizados em municípios polos do Estado do Pará pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER, através da Diretoria de Qualificação Profissional e Empreendedorismo - DQPE, com participação da Comissão de Emprego do Estado do Pará e Comissões Municipais de Emprego;

CONSIDERANDO que os cursos de qualificação ofertados serão executados pelo Sistema "S" e atenderão prioritariamente os municípios que não foram contemplados no PPA do Estado;

CONSIDERANDO a necessidade de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de formação inicial e continuada no Estado do Pará.

RESOLVE:

Art. 1º. APROVAR as demandas de cursos de qualificação apresentadas pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER para execução através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, conforme critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS, a teor da deliberação adotada na reunião ordinária do dia 15 de março de 2016.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém (PA), 16 de março de 2016.

Antônio Martins Fonseca

Presidente da CEEPA, em Exercício.

Protocolo 944832

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

PORTARIA

EXCLUIR ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

PORTARIA Nº. 305 DE 16 DE MARÇO DE 2016

Considerando o dispositivo da Lei Federal nº 8.270/1991 Lei Estadual nº 5.810/1994 Art.129, Parágrafo Único.

Considerando Parecer Jurídico nº 042/2016- PROJUR.

RESOLVE:

I - **EXCLUIR** dos servidores abaixo relacionados, o Adicional de Insalubridade, a contar da data do afastamento para aguardar aposentadoria.

NOME	MATRICULA	CARGO	DATA DA EXCLUSÃO
NAUDY MARIA MOURA DE FIGUEIREDO	03200230/1	ATENDENTE DE ENFERMAGEM	22.07.2014
RAIMUNDO NONATO SANTOS GOMES	3193446/1	MEDICO	04.03.2015

SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS-Presidente da FASEPA
Protocolo 944779

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 359, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

PROCESSO Nº 119587/2016.

OBJETIVO: Custear despesas de pequeno vulto com hospedagem da genitora do adolescente, custodiado no CSEBA, durante visita familiar ao mesmo, no período de 04 a 06/04/2016.

Programa de Trabalho 08.243.1443.8393

Projeto Atividade: 68.8393

Ação: 183824

Fonte de Recurso: 0101

Natureza da Despesa: 339039 - P. Jurídica (hospedagem) - R\$ 120,00

SERVIDORES: LUZIMAR SILVA DE SOUSA, ASSISTENTE SOCIAL, Matrícula 5920942/1.

PAZO PARA REALIZAÇÃO DA DESPESA: 08 (oito) DIAS.

PAZO PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS: 05 (cinco) DIAS

ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo 944775

DIÁRIA

PORTARIA: 361/2015- DO DIA 30/03/2016

OBJETIVO: ACOMPANHAR ADOLESCENTE CUSTODIADO NO CENTRO DE INTERNAÇÃO MASCULINA- CIAM, PARA SER OUVIDO EM AUDIENCIA, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL. (Processo 112583/2016-Mem 462/2016-CIAM)

SERVIDOR: MONICA TAPAJO DA SILVA

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

MATRICULA: 57218121/ 4

CPF: 91591422272

SERVIDOR: ALMIR CARLOS SILVA BOTELHO

CARGO: MONITOR

MATRICULA: 5919607/ 1

CPF: 12608939287

SERVIDOR: KARTE LEANDRO BRITO DE SOUSA

CARGO: MONITOR

MATRICULA: 5923942/ 1

CPF: 70837066204

SERVIDOR: RICARDO FONSECA REZENDE

CARGO: MONITOR

MATRICULA: 5923957/ 1

CPF: 00769519288

SERVIDOR: JOSE ARIOSVALDO LOBO MONTEIRO

CARGO: MOTORISTA

MATRICULA: 3169227/ 1

CPF: 17592321220

ORIGEM: BELEM/PA

DESTINO: BARCARENA/PA

PERÍODO DE VIAGEM: 22/03/2016

DIÁRIAS-0,5

ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo 944576

PORTARIA Nº 360, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

Processo nº 121894/2016.

OBJETIVO: Transferir e escoltar adolescente, custodiado no CSEBA, para UASE/BELÉM em cumprimento a determinação judicial.

ORIGEM: SANTARÉM/PA - DESTINO: BELÉM/PA - (0,5) DIÁRIA

PERÍODO: 01/04/2016 a 01/04/2016.

SERVIDORES: SONIA MARA DE OLIVEIRA MENDES, GERENTE III, Matrícula 5898215/2, AMARILDO SANTOS PEREIRA, MONITOR, Matrícula 57191849/3, NEUCICLEY CONCEIÇÃO SILVA, 1º SGT/PM, Matrícula 5575117/1, e PAULO SÉRGIO PANTOJA FERREIRA, 2º SGT/PM, Matrícula 5621593/1.

ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo 944581

PORTARIA: 362/2015- DO DIA 30/03/2016

OBJETIVO: ACOMPANHAR ADOLESCENTE CUSTODIADO NA UNIDADE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE ANANIDEUA, PARA SER OUVIDO EM AUDIENCIA, CONFORME (Processo 117848/2015-Mem 122/2016-UASE ANANIDEUA)

SERVIDOR: ALFREDO GUSTAVO DOS SANTOS SILVA

CARGO: MONITOR

MATRICULA: 5893330/ 2

CPF: 38086468291

SERVIDOR: MANOEL NAZARENO MORAES RODRIGUES

CARGO: MOTORISTA

MATRICULA: 5892697/ 2

CPF: 39440370220

SERVIDOR: KATYA SANTOS BARROS DA SILVA

CARGO: PSICOLOGO

MATRICULA: 5825202/ 1

CPF: 29673615268

ORIGEM: BELEM/PA

DESTINO: CASTANHAL/PA

PERÍODO DE VIAGEM: 28/03/2015

DIÁRIAS-0,5

ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo 944582

PORTARIA: 358- DO DIA 30/03/2016

OBJETIVO: Participar de audiência com o Judiciário de Marabá (Processo 117531/2016-Mem 99/2015-DAS)

SERVIDORA: ERONDINA SOUTO BATISTA

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO - MATRICULA: 3222268/ 1

ORIGEM: BELEM/PA - DESTINO: MARABÁ/PA

PERÍODO DE VIAGEM: 29 A 30/03/2016 - DIÁRIAS-1,5

ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo 944633

PORTARIA: 363/2015- DO DIA 30/03/2016

OBJETIVO: REALIZAR VISITA DOMICILIAR AOS FAMILIARES DE ADOLESCENTE CUSTODIADO NA UNIDADE DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE ANANIDEUA, CONFORME (Processo 114950/2015-Mem 115/2016-UASE ANANIDEUA)

SERVIDOR: RAFAELA COSTA ARAUJO

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

MATRICULA: 5920426/ 1

CPF: 99514397215

ORIGEM: BELEM/PA

DESTINO: MACAPÁ/AP

PERÍODO DE VIAGEM: 05 A 06/04/2016

DIÁRIAS-1,5

ORDENADOR DE DESPESAS: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo 944699

PORTARIA Nº 364, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

PROCESSO Nº 119987/2016.

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de adolescente, custodiado na UASE/ANANIDEUA, e nas redes de serviço assistenciais, conforme justificado.

ORIGEM: ANANIDEUA/PA - DESTINO: REDENÇÃO/PA - (2,5) DIÁRIAS

PERÍODO: 18/04/2016 a 20/04/2016.

SERVIDORES: KATYA SANTOS BARROS DA SILVA, PSICÓLOGA, 5825202/1, e JOSE ARIOSVALDO LOBO MONTEIRO, MOTORISTA, Matrícula 3169227/1.

ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo 944802

PORTARIA Nº 372, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

PROCESSO Nº 114570/2016

OBJETIVO: Realizar visita domiciliar aos familiares de adolescente, custodiado na UASE/BNV, e nas redes de serviço assistenciais.

ORIGEM: BENEVIDES/PA - DESTINO: PARAGOMINAS/PA - (0,5) DIÁRIA

PERÍODO: 31/03/2016 a 31/03/2016.

SERVIDORES: ANA GISELLE DE ARAÚJO SANTOS, ASSISTENTE SOCIAL, Matrícula 55586708/6, e AILTON DA SILVA SOUSA, MOTORISTA, Matrícula 5913996/1.

ORDENADOR DE DESPESA: SIMÃO PEDRO MARTINS BASTOS
Protocolo 944890

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDCIDADÃO

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 040/2016 - DE 30 DE MARÇO DE 2016.

A Diretora Geral do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito CREDCIDADÃO, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto publicado no DOE nº 32.843 de 10 de Março de 2015.

CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2016/117251,

RESOLVE:

I - CONCEDER ao servidor Anderson Carlos Flores Vera Cruz, matrícula 5910680/1, CPF 646.926.472-72 ocupante do cargo de Gerente Regional, lotado neste Núcleo de Gerenciamento de Microcrédito - CREDCIDADÃO, Suprimento de Fundos no valor total de R\$ 100,00 (cem reais), a qual deverá observar a classificação orçamentária abaixo:

Programa de Trabalho	Fonte do Recurso	Natureza da Despesa	Valor
8338	0101	339033	100,00

II- ESTABELECE o prazo para aplicação do suprimento de fundo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão da Ordem Bancária e para prestação de contas, 15 (quinze) dias subsequentes ao término do prazo estabelecido para aplicação dos recursos.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Maria Alves dos Santos

Diretora Geral
NGPM-CREDCIDADÃO

Protocolo 944851

DIÁRIA

PORTARIA Nº 041/2016 - DE 30 DE MARÇO DE 2016.

A Diretora Geral do Núcleo de Gerenciamento do Programa de Microcrédito CREDCIDADÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas no Art. 3º da Lei 7.774, de 23/12/2013.

RESOLVE:

I - CONCEDER diárias ao servidor abaixo de acordo com as bases vigentes, referente ao deslocamento no trecho Paragominas/ Mãe do Rio/Paragominas, com o objetivo de ministrar palestra, visitas e cadastrar os microempreendedores no Programa de Microcréditos do Governo do Estado.

Nome	Matrícula / CPF	Cargo	Período	Nº de Diárias
Anderson Carlos Flores Vera Cruz	5910680/1	Gerente Regional	11 a 13/04/16	2 ½

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Maria Alves dos Santos

Diretora Geral
NGPM-CREDCIDADÃO

Protocolo 944847

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

PORTARIA

PORTARIA Nº 064/2016-GGP/SEJUDH

BELÉM (PA), 28 DE MARÇO DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e, **CONSIDERANDO** o processo nº. 2015/152715, **RESOLVE:**

DESIGNAR os servidores **EVA ELIANA DE SOUZA ROCHA**, matrícula funcional nº. 43249/ 1, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, **ALLENE LUCIA PINHO ARAUJO**, matrícula nº. 57216174/ 1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo e **MARIA ANGELA DA SILVA BRITO**, matrícula nº. 3221768/ 2, ocupante do cargo de Técnico em Gestão de Direitos e Cidadania

e, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinada à apuração dos fatos constantes no processo acima citado.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
MICHELL MENDES DURANS DA SILVA

Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos.
Protocolo 944786

**SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA
PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ**

PORTARIA

**PORTARIA Nº 150/2016 - CGP/SUSIPE
BELÉM, 14 DE MARÇO DE 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO: O DISPOSTO PELA PORTARIA Nº 496/2015 - CGP/SUSIPE E A LEI ESTADUAL Nº 5.810/94-RJU.**

CONSIDERANDO: Os autos da Sindicância Administrativa Investigativa nº 3542/2015-CGP/SUSIPE, que apurou suposta irregularidade administrativa no Centro de Recuperação Regional de Itaituba - CRRI, conforme narrado no Memorando nº 325/2015 - CRRI, de 19/05/21015.

CONSIDERANDO: Que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, vislumbrou a ocorrência de irregularidade funcional por parte dos servidores **MARCIO FERREIRA DA SILVA** e **ALNECY MELO LOPES**. Todavia, em razão da exoneração daquele, recomendou a instauração de procedimento disciplinar em desfavor tão somente desta última. **CONSIDERANDO:** Que da análise dos fatos, se trata de infração a que se poderia aplicar penalidade de conversão de exoneração em destituição, com supedâneo nos termos do art. 192, § único, razão pela qual é possível a instauração de procedimento disciplinar.

RESOLVE: I - Acatar, em parte, o Relatório da Autoridade Sindicante, e determinar a instauração de **Processo Administrativo Disciplinar** em desfavor de **MARCIO FERREIRA DA SILVA** e **ALNECY MELO LOPES**, por haverem eles cometido, em tese, infração ao disposto no artigo 177, inciso VI, c/c art. 189, art. 178, inciso XVII, e art. 190, inciso IV, todos da Lei Nº. 5.810/1994 - RJU;

II - Remeter cópia do Relatório Conclusivo, da Decisão deste signatário e da presente Portaria a Diretoria de Gestão de Pessoas desta Autarquia, para fins de registro nos assentamentos funcionais dos servidores citados;

III - Remeter cópia integral dos autos ao Ministério Público de Itaituba, bem como a Delegacia de Crimes Funcionais - DCRIF.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado
Protocolo 944663

**PORTARIA Nº 151/2016 - CGP/SUSIPE
BELÉM, 17 DE MARÇO DE 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO** o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 - Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I - Determinar a instauração de **Sindicância Administrativa Investigativa**, objetivando apurar a fuga do preso **CARLOS ALBERTO LIMA COELHO**, ocorrida no dia 13/03/2016 no Centro de Recuperação Especial Cel. "Anastácio das Neves" - CRECAN.

II - Designar **IDEMAR CORDEIRO PERACCHI**, Procurador Autárquico, para conduzir a investigação.

III - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado
Protocolo 944664

**PORTARIA Nº 152/2016 - CGP/SUSIPE
BELÉM, 17 DE MARÇO DE 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO** o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 - Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I - Determinar a instauração de **Sindicância Administrativa Investigativa**, objetivando apurar o óbito do preso **CARLOS ALBERTO COSTA LUZ**, ocorrido no dia 14/03/2016 no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III - CRPP III.

II - Designar **ROSANGELA REBELLO DA SILVEIRA PINTO**, Assessora, para conduzir a investigação.

III - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado
Protocolo 944667

**PORTARIA Nº 153/2016 - CGP/SUSIPE
BELÉM, 17 DE MARÇO DE 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO** o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 - Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I - Determinar a instauração de **Sindicância Administrativa Investigativa**, objetivando apurar a fuga dos presos **VALDECIO SANTOS VIANA**, **CLAUDIO DOS SANTOS MENDES** e **CLEONI CRUZ DA SILVA**, ocorrida no dia 10/03/2016, do Centro de Recuperação Regional de Altamira - CRRALT.

II - Designar **NATANAEL FURTADO DE ARAÚJO**, Consultor Jurídico, para conduzir a investigação.

III - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado
Protocolo 944668

**PORTARIA Nº 154/2016 - CGP/SUSIPE
BELÉM, 17 DE MARÇO DE 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO** o disposto no art. 12 do Decreto Estadual nº 2.199/2010 - Regimento Interno da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU).

RESOLVE:

I - Determinar a instauração de **Sindicância Administrativa Investigativa**, objetivando apurar a fuga dos presos **MATEUS FERREIRA DOS SANTOS** e **DIONE DE SOUZA LOBATO**, ocorrida no dia 14/03/2016 no Centro de Recuperação Regional de Altamira - CRRALT.

II - Designar **NATANAEL FURTADO DE ARAÚJO**, Consultor Jurídico, para conduzir a investigação.

III - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado
Protocolo 944673

**PORTARIA Nº 155/2016 - CGP/SUSIPE
BELÉM, 17 DE MARÇO DE 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO** a necessidade de equalização dos feitos em trâmite no âmbito da Corregedoria-Geral Penitenciária, ou seja, distribuição equitativa entre os Membros do órgão.

CONSIDERANDO o princípio constitucional da celeridade processual, definido como norteador da atividade administrativa.

RESOLVE:

REDISTRIBUIR o feito em tramitação na Corregedoria-Geral Penitenciária e, para tanto, **DESIGNAR Idemar Cordeiro Peracchi, Procurador Autárquico do Estado, como Presidente da Sindicância Administrativa Investigativa nº 3673/2016 - CGP/SUSIPE**, em substituição ao Dr. Jaymerson Carlos Pereira Marques.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado
Protocolo 944675

**PORTARIA Nº 156/2016 - CGP/SUSIPE
BELÉM, 17 DE MARÇO DE 2016.**

GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS, Corregedor-Geral Penitenciário do Estado, no uso de suas atribuições legais e **CONSIDERANDO** a necessidade de equalização dos feitos em trâmite no âmbito da Corregedoria-Geral Penitenciária, ou seja, distribuição equitativa entre os Membros do órgão.

CONSIDERANDO o princípio constitucional da celeridade processual, definido como norteador da atividade administrativa.

RESOLVE:

REDISTRIBUIR o feito em tramitação na Corregedoria-Geral Penitenciária e, para tanto, **DESIGNAR Idemar Cordeiro Peracchi, Procurador Autárquico do Estado, como Presidente da Sindicância Administrativa Investigativa nº 3657/2016 - CGP/SUSIPE**, em substituição ao Dr. Jaymerson Carlos Pereira Marques.

Dê-se ciência, Publique-se e Cumpra-se.
GUSTAVO HENRIQUE HOLANDA DIAS

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado
Protocolo 944678

**PORTARIA Nº 318/2016 - DGP/SUSIPE BELÉM/PA,
18/03/2016**

Nome: ROSIVALDO SACRAMENTO DIAS, Matrícula nº. 5868300, AGENTE PRISONAL

Assunto: Licença Paternidade

Período: 04/03/2016 13/03/2016

Protocolo 944859

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

ATO: TERMO DE DISTRATO

Término Vínculo: 01/02/2016

Motivo: ENCERRAMENTO DE CONTRATO

Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA

Servidor Temporário: FERNANDO AUGUSTO BARRA - AGENTE PRISONAL

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo 944679

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

ATO: TERMO DE DISTRATO

Término Vínculo: 02/04/2016

Motivo: ENCERRAMENTO DE CONTRATO

Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA

Servidor Temporário: MARCELO MACHADO QUEIROZ - AGENTE PRISONAL

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo 944681

TÉRMINO DE VÍNCULO DE SERVIDOR

ATO: TERMO DE DISTRATO

Término Vínculo: 31/03/2016

Motivo: ENCERRAMENTO DE CONTRATO

Órgão: SUPERINT DO SIST PENITENCIARIO DO EST DO PARA

Servidor Temporário: THIAGO DE FREITAS FERREIRA - AGENTE PRISONAL

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo 944683

LICENÇA PRÊMIO

**PORTARIA Nº 143/2016-GAB/SUSIPE
BELÉM, 17 DE MARÇO DE 2016.**

Nome: ALNECY MELO LOPES, Matrícula nº 5889299.

Cargo: Gerente.

Período Aquisitivo: 2011/2014.

Período de Gozo: 14/03/2016 a 12/04/2016.

Protocolo 944685

**CONTRATO 006
EXERCÍCIO: 2016**

Objeto: CONTRATO DE ALUGUEL DO IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL, localizado na Rua Dr. Moraes, nº 565, Ed. Dr. Moraes, bairro Nazaré, CEP: 66.035-080, na Cidade de Belém/PA.

Valor Total: R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais)

Data da Assinatura: 22/03/2016 - **Vigência:** 22/03/2016 a 21/05/2016.

Orçamento: Funcional Programática: 03.122.1297.8338
Natureza da Despesa: 339036

Fonte/Origem da despesa: 0101000000/Estadual

Contratado: NELSON RIBEIRO DE MAGALHÃES E SOUZA.

Endereço: Rua Dr. Moraes, nº 565, Ed. Dr. Moraes, bairro Nazaré CEP: 66.035-080 - Belém/PA

Ordenador: ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA E CUNHA

Protocolo 944770

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA

DIÁRIA**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 068/2016-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 29 DE MARÇO DE 2016.**

Nome: ARTUR FERNANDO SILVA MASCARENHAS /Cargo: Coordenador /Matrícula: 5057639/4 /Nº DE DIÁRIAS: 0,5(meia) /ORIGEM: Belém/PA /DESTINO: Barcarena/PA /PERÍODO: 04/04/2016 /OBJETIVO: a fim de visita técnica do Grupo de Avaliação e Análise - GAAP às instalações industriais da empresa **Aço Pará Indústrias de Perfilados de Aço LTDA**, para dar continuidade aos trabalhos e avaliação e análise do projeto da empresa pleiteante de incentivos fiscais do Governo do Estado.

Protocolo 944858

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 069/2016-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 29 DE MARÇO DE 2016.**

Nome: CRISTOVÃO FIGUEIREDO DE MORAES /Cargo: Motorista /Matrícula: 55586542/2 /Nº DE DIÁRIAS: 0,5(meia) /ORIGEM: Belém/PA /DESTINO: Barcarena/PA /PERÍODO: 04/04/2016 /OBJETIVO: a fim de conduzir o servidor Artur Fernando Silva Mascarenhas e Renato Araújo da Conceição.

Protocolo 944860

**PORTARIA DE DIÁRIA Nº 070/2016-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 29 DE MARÇO DE 2016.**

Nome: RENATO ARAÚJO DA CONCEIÇÃO /Cargo: Assessor II /Matrícula: 5907355/3 /Nº DE DIÁRIAS: 0,5(meia) /ORIGEM: Belém/PA /DESTINO: Barcarena/PA /PERÍODO: 04/04/2016 /OBJETIVO: a fim de visita técnica do Grupo de Avaliação e Análise - GAAP às instalações industriais da empresa **Aço Pará Indústrias de Perfilados de Aço LTDA**, para dar continuidade aos trabalhos e avaliação e análise do projeto da empresa pleiteante de incentivos fiscais do Governo do Estado.

Protocolo 944866

**PORTARIA Nº 071/2016-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 30 DE MARÇO DE 2016.**

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto datado de 01/01/2015, publicado no DOE Nº 32.805 de 12/01/2015 e PORTARIA Nº 06/2015 - GS/SEDEME de 13/01/2015, publicado no DOE nº 32.808 de 15/01/2015, RESOLVE

TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 020/2016-DIRAF/SEDEME, de 12/02/2016, publicado no DOE 33.067, de 15/02/2016 que concedeu 4,5 (quatro e meia) diárias ao servidor NILTON JOSÉ SILVA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista, Identidade funcional 5912733/1, lotado nesta SEDEME, para custear despesas com a viagem à São Miguel do Guamá/PA e Irituia/PA, no período de 29/02 a 04/03/2016. A fim de conduzir o servidor José Maria do Nascimento Pastana.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

DYJANE CHAVES DOS SANTOS AMARAL

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa

Protocolo 944869

**PORTARIA Nº 072/2016-DIRAF/SEDEME
BELÉM, 30 DE MARÇO DE 2016.**

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME, no uso de suas atribuições que lhe são

conferidas pelo Decreto datado de 01/01/2015, publicado no DOE Nº 32.805 de 12/01/2015 e PORTARIA Nº 06/2015 - GS/SEDEME de 13/01/2015, publicado no DOE nº 32.808 de 15/01/2015, RESOLVE

TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 049/2016-DIRAF/SEDEME, de 08/03/2016, publicado no DOE 33.084, de 09/03/2016 que concedeu 0,5 (meia) diária ao servidor WILTON MARCELLO SANTOS TEIXEIRA, ocupante do cargo de Coordenador, Identidade funcional 57175685/1, lotado nesta SEDEME, para custear despesas com a viagem à Altamira/PA, no dia 14/03/2016. A fim de representar o Secretária Adnan Demachki no Seminário de regularização ambiental.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

DYJANE CHAVES DOS SANTOS AMARAL

Secretária Adjunta de Gestão Administrativa

Protocolo 944873

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ

DESIGNAR SERVIDOR**PORTARIA Nº 032/2016 - RH/DAF**

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará - CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto e, considerando os termos do Processo 2016/120841. RESOLVE: DESIGNAR, o servidor HELVIO MOREIRA ARRUDA, matrícula nº 5921161/1, Diretor Administrativo e Financeiro, para responder interinamente pela Presidência desta Companhia no período de 28 à 29/03/2016, durante a ausência do titular. Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se. Belém, 29 de março de 2016. OLAVO ROGÉRIO BASTOS DAS NEVES/Presidente.

Protocolo 944503

AVISO DE LICITAÇÃO**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016**

A Comissão Permanente de Licitação - CPL da CODEC, por intermédio de sua presidente, no uso das atribuições, DESIGNA para o dia 05/04/2016, às 10h, na sede da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PARÁ - CODEC/PA, localizada na Av. Duque de Caxias, nº 277, 2º andar, Bairro: Fátima, CEP: 66.093-400, Belém - Pará - Brasil, o prosseguimento do certame licitatório acima identificado e que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento eletrônico de documentos exclusivos da CODEC, em conformidade com as disposições, especificações, condições e exigências do edital e seus anexos. Helena Lucia Mansur Saria Muller-Presidente da CPL.

Protocolo 944555

OUTRAS MATÉRIAS**AVISO AOS ACIONISTAS
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
DO PARÁ - CODEC****CNPJ Nº 05.416.839/0001-29**

Em atenção às disposições legais e estatutárias pertinentes, comunico que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas na sede social da Companhia, na Avenida Duque de Caxias, nº 277, 2º andar, Bairro de Fátima, CEP: 66.093-400, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Adnan Demachki

Presidente do Conselho de Administração

Protocolo 943477

**AVISO AOS ACIONISTAS
COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE
PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÕES DE BARCARENA
-CAZBAR****CNPJ Nº 13.095.405/0001**

Em atenção às disposições legais e estatutárias pertinentes, comunico que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas na sede social da Companhia, na Avenida Duque de Caxias, nº 277, 2º andar, Sala 02, Bairro de Fátima, CEP: 66.093-400, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Olavo Rogério Bastos das Neves

Presidente do Conselho de Administração

Protocolo 943484

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**PORTARIA Nº. 179/2016, DE 30 DE MARÇO DE 2016.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG de 01/01/2015 publicada no DOE nº 32.798 de 01/01/2015.

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 83 da Lei nº. 5810 de 24 de janeiro de 1994 e ainda o Laudo Médico nº 177870A/1, de 28/03/2016;

RESOLVE:

CONCEDER à servidora REGINA CLEIDE DE SOUZA LIMA; matrícula nº. 6599/1, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo; Licença para Tratamento de Saúde, 60 (sessenta) dias de Licença para Tratamento de Saúde, no período de **01/03/2016 a 29/04/2016.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

NOÊMIA DE SOUSA JACOB

Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas.

Protocolo 944543

TERMO ADITIVO A CONTRATO**8º TAC Nº 113/2013 - TP 015/2013****PARTES:**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - CNPJ 03.137.985/0001-90

Ditron Engenharia Ltda - CNPJ 03.832.803/0001-09

OBJETO: Construção de unidade integrada da Policia Propaz, no Município de Ponta de Pedras, neste Estado.

JUSTIFICATIVA: Acréscimos de serviços, cfe. art. 65, §1º da Lei 8.666/93.

VALOR DO ACRÉSCIMO: R\$ 240.736,81

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 21.101-06181.1425.7558 449051 0101

DATA DA ASSINATURA: 29/03/2016

ORDENADOR RESPONSÁVEL:

Noêmia de Sousa Jacob

Protocolo 944872

3º TAC Nº 021/2014 - CV 01/2014 (ENTÃO SEIDURB)**PARTES:**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - CNPJ 03.137.985/0001-90.

Phaz Construtora Ltda- EPP - CNPJ 12.143.487/0001-40.

OBJETO DO CONTRATO: Execução de serviços remanescentes do contrato 037/2013- SEIDURB, Projetos de implantação do sistema de abastecimento de água, na vila jenipapo, Município de Santa Cruz do Arari, neste Estado.

JUSTIFICATIVA: Prorrogação de prazo, cfe. art. 57, § 1º, II, Lei nº 8.666/93.

VIGÊNCIA: 25/03/2016 à 21/09/2016

DATA DA ASSINATURA: 23/10/2015

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Noêmia de Sousa Jacob

Protocolo 944885

APOSTILAMENTO**3º TERMO DE APOSTILAMENTO**

Contrato: 113/2013 - TP 15/2013 (ENTÃO SEOP) - Construção de Unidade Integrada de Policia Propaz, no Município de Ponta de Pedras, neste Estado.

Justificativa: Reajustar os valores do Instrumento nº 113/2013 cfe. art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93.

Percentual do Reajuste: 7,23%

Dotação Orçamentária: 21.101.06.181.1425.7558 449051 0101

Data de Assinatura: 29/03/2016

Contratada: Ditron Engenharia e Incorporações Ltda

Ordenadora: Noêmia de Sousa Jacob

Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo 944875

DIÁRIA**PORTARIA Nº. 183/2016, DE 30 DE MARÇO DE 2016.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E,

CONSIDERANDO os arts. 12 e 42 do Regimento Interno do Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES/PA, aprovado pela Resolução CONCIDADES Nº 01/2008 e homologada pelo Decreto nº 1.287/2008

CONSIDERANDO o art. 3º da Lei nº 8.096, de 01/01/2015, CONSIDERANDO OS TERMOS DO PROCESSO Nº 2016/122650 DE 29/03/2016,

RESOLVE:

I - AUTORIZAR ao Colaborador Eventual **ADAMOR DA SILVA NUNES**, CPF. nº 607.672.602-44, a viajar ao município de Concórdia do Pará, no período de 31/03 a 01/04/2016, com objetivo de participar da conferência municipal, no referido município.

II - CONCEDER de acordo com as bases legais vigentes 1.½ (uma e meia) diária ao colaborador acima, que se deslocará conforme item I.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

NOÊMIA DE SOUSA JACOB

Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo 944845

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 181 DE 30 DE MARÇO DE 2016

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto- CCG de 01/01/2015 publicada no DOE nº 32.798 de 01/01/2015 e, CONSIDERANDO OS TERMOS DOS PROCESSOS Nº 2015/55488, DE 15/02/2016;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 078/2016, DE 19/02/2016, PUBLICADA NO DOE Nº 33.072 DE 22/02/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

NOÊMIA DE SOUSA JACOB

Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo 944816

PORTARIA Nº 182 DE 30 DE MARÇO DE 2016

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto- CCG de 01/01/2015 publicada no DOE nº 32.798 de 01/01/2015 e,

CONSIDERANDO OS TERMOS DOS PROCESSOS Nº 2015/113960, DE 22/03/2016;

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO A PORTARIA Nº 166/2016, DE 22/03/2016, PUBLICADA NO DOE Nº 33.095 DE 28/03/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

NOÊMIA DE SOUSA JACOB

Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Protocolo 944817

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

No Diário Oficial do Estado Nº 33.094, Edição do dia 23.03.2016, Publicação: 942016.

Onde se lê: Vigência: 27.03.2016 a 23.09.2016

Leia-se: Vigência: 23.03.2016 a 23.09.2016

Protocolo 944585

No Diário Oficial do Estado Nº 33.096, Edição do dia 29.03.2016, Publicação: 943902.

Onde se lê: Valor do Acréscimo: R\$ 6.666,67 (seis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)

Leia-se: Valor do Acréscimo: R\$ 10.666,67 (dez mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) devido a inclusão do Empreendimento Comunidade JJB.

Protocolo 944905

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Nº DO CONTRATO: 03/2010

Nº DO TERMO ADITIVO: 13

DATA DE ASSINATURA: 23/03/2016

VALOR: R\$ 901.885,44 (novecentos e um mil oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Acrescentar o valor de R\$ 901.885,44 (novecentos e um mil oitocentos e oitenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), referente ao item 1.5 - Administração residente da obra no período de 16/05/2015 a 15/05/2017, o que corresponde a 1,896% do valor do contrato original.

ORÇAMENTO:

PROGRAMA DE TRABALHO|NATUREZA DE DESPESA|FONTE DE RECURSO

48.101.19.571.1452.7621	449051	0101
48.101.19.571.1452.7621	449051	0130
48.101.19.571.1452.7621	449051	4101

ORIGEM DO RECURSO: Estadual

CONTRATADO: COPEM - CONSTRUTORA PARAENSE DE ESTRUTURAS METÁLICAS S/A

ENDEREÇO: Estrada Icuí - Guajará, s/n - Quarenta Horas, Coqueiro, Ananindeua.

CEP: 67.125-000

ORDENADOR: ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELLO

Protocolo 944529

Nº DO CONTRATO: 03/2012

Nº DO TERMO ADITIVO: 02

DATA DE ASSINATURA: 21/03/2016

VIGÊNCIA: 22/03/2016 a 21/03/2017

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogar por 12 (doze) meses, a contar de 22.03.2016 a 21.03.2017 o prazo de vigência do contrato nº 03/2012, atendendo a conveniência administrativa da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica, de acordo com o que prevê a Cláusula Décima Nona - DA VIGÊNCIA.

ORÇAMENTO:

PROGRAMA DE TRABALHO|NATUREZA DE DESPESA|FONTE DE RECURSO

48.101.19.122.1297.4668	339030	0101002169
-------------------------	--------	------------

CONTRATADO: DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA

ENDEREÇO: Rodovia Arthur Bernades nº151

CEP: 66.115-000

ORDENADOR: ALEX BOLONHA FIÚZA DE MELLO

Protocolo 944598

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 070/2016 - GABINETE, DE 30 DE MARÇO DE 2016.

O Diretor-Presidente da FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na seção III, do art. 8º, da Lei Complementar Estadual n. 061, de 24 de julho de 2007, e alterações posteriores.

CONSIDERANDO a Lei 8.666/93 e o que norteia o Decreto Estadual nº 870/2013, dispondo sobre a supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos, convênios e termo de cooperação firmados pelos Órgãos e Entidades do Poder executivo do Estado do Pará.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora **Alessa Caroline Prazeres da Costa**, matrícula nº 5923686/1, para exercer o encargo de Fiscal do Contrato nº 005/2016, firmado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA com a Empresa FERNANDO A PENNA DE CARVALHO ME, CNPJ Nº 34.677.047/0001-06, que tem por objeto a Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço na área de Difusão de Tecnologia para atender a demanda do Arranjo de Núcleos de

Inovação Tecnológica Amazônia Oriental (REDENAMOR), sediada no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Região Metropolitana de Belém, para produção de 5 (cinco) vídeos Tecnológicos.

Art. 2º Designar a servidora **Michelle Tavares Malcher**, matrícula nº 5924182/1, para, na ausência da titular, exercer o encargo de substituta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se quaisquer outras em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Diretor Presidente, 30 de Março de 2016.

Alberto Cardoso Arruda

Diretor-Presidente, em exercício

Protocolo 944871

ERRATA

Errata de publicação do Termo de Outorga e Aceitação de Bolsa, publicado no D.O.E n. 33091 de 18 de março de 2016, protocolo 940110.

Onde se lê:

Extrato do Termo Aditivo ao Termo de Outorga e Aceitação de Bolsa - Edital 006/2014

Leia-se:

Extrato do Termo de Outorga e Aceitação de Bolsa - Edital 006/2014

Protocolo 944568

CONTRATO

CONTRATO: 05/2016

Data da Assinatura: 30/03/2016

Vigência: 30/03/2016 a 14/04/2016

Justificativa: Contrato tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços na área de Difusão de Tecnologia para atender a demanda do Arranjo de Núcleos de Inovação Tecnológica Amazônia Oriental- REDENAMOR.

Valor Global: R\$ 7.200,00

Exercício: 2016

Dotação Orçamentária: 19.571.1452.7467

Fonte: 0660

Natureza de Despesa: 339039

Contratada: Fernando A. Penna de Carvalho -ME

CNPJ: 34.677.047/0001-06

Endereço: Rua Aristides Lobo, 1237 - Belém/Pará

Diretor Presidente, em Exercício: Alberto Cardoso Arruda.

Protocolo 944831

OUTRAS MATÉRIAS

A Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas vem por meio desta Retificar a Natureza de Despesa publicado no Diário Oficial nº 33.094 de 23 de março de 2016 referente ao Edital 01/2015 - Concessão de Quotas de Bolsas de Iniciação Científica para Instituições de Ensino Superior - IES a ser assinado entre a FAPESPA e a UEPA, para liberação de 44 (quarenta e quatro) Bolsas de Iniciação Científica-Graduação.

Onde se lê:

NATUREZA DE DESPESA: 333041

Leia-se:

NATUREZA DE DESPESA: 339018

Protocolo 944895

EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA A APOSTILA Nº. 071/2016

Nº DE PUBLICAÇÃO: 936584

DATA PARA PUBLICAÇÃO: 09/03/2016.

Nº DO CONTRATO: 049/2013.

PARTES: PRODEPA e AGROPECUÁRIA IRMÃOS AVELINO LTDA.

ONDE LÊ-SE: " 23.126.1435.8344-339039 "

LEIA-SE: "23.126.1435.8344-339039

23.126.1435.8344-339036 "

ORDENADOR RESPONSÁVEL: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires.

Protocolo 944887

TERMO ADITIVO A CONTRATO

Nº DO TERMO ADITIVO: 1º
Nº DO CONTRATO: 004/2015.

OBJETO CONTRATUAL: Contratação de empresa especializada p/ exec. de serv. necessários p/ a construção de redes de fibra óptica p/ o Programa NAVEGAPARÁ, com fornec. de materiais e acessórios, exceto quando explicitamente dispensado pela CONTRATANTE, conforme as especific. constantes do Anexo - Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico n.º 018/2014. VALOR DO CONTRATO ORIGINAL (R\$): 160.000,00. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico n.º 018/2014. PARTES: PRODEPA e CONSTRUCOES E CONECCOES TELEFONICAS LIMITADA - CONECTEL. OBJETO E JUSTIFICATIVA DO ADITAMENTO: Renovar o Prazo Contratual; Do Valor e da Dotação Orçamentária. VALOR (R\$): 26.453,23. DATA DA ASSINATURA: 23/03/2016 - VIGÊNCIA DO ADITAMENTO: 26/03/2016 a 25/03/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23.126.1435.8344 - 449039 - FONTE DE RECURSO: 0101. ORDENADOR RESPONSÁVEL: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES. END. DO CONTRATADO: Nova Lima, Est. de Minas Gerais, sito à R: Weston, n.º 85, bairro Jardim Canada, CEP: 34.000-000. **Protocolo 944535**

TORNAR SEM EFEITO**TORNAR SEM EFEITO PUBLICAÇÃO**

Tornar sem efeito a publicação referente a " Apostila nº 075/2016, entre PRODEPA/AGROPECUÁRIA IRMÃOS AVELINO LTDA, Publicado em 17/03/2016 - **Protocolo 939980.** THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES Presidente

Protocolo 944882**OUTRAS MATÉRIAS**

ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2016
PROCESSO Nº 36.912/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE RÁDIO PONTO-MULTIPONTO PARA EXPANSÃO DE UNIDADES ATENDIDAS PELO NAVEGAPARÁ, ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇOS

Informamos que a referida licitação foi adiada devido ao agendamento do comprasnet para o dia 12.04 na mesma hora e local

Adenice M. Mattos- Pregoeira

Protocolo 944706

AVISO DE REVOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº03/2016
PROCESSO Nº 41.952/2016

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de telecomunicações das cidades digitais que compõem a rede estadual do Governo do Estado do Pará A referida Dispensa com a empresa IR TECNOLOGIA LTDA foi revogada pela recusa em assinar o contrato A PREGOEIRA

Protocolo 944876

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

PORTARIA

PORTARIA Nº 75/2016
INSTAURAR COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

A Secretária de Estado de Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o que dispõe o art. 50 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Lei Complementar nº. 81/2012), resolve:

Art. 1º. Instaurar Comissão de Tomada de Contas Especial, com o objetivo de apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar os danos ao erário no âmbito dos convênios celebrados nos autos dos processos administrativos de nº 2011/244139, 2013/353639, 2013/353638, 2013/483464, 2013/146222, 2012/323159 e 2012/132211.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos seguintes servidores: MAURÍCIO BARRETO DA SILVA, Matrícula nº 5901256, que irá presidir a Comissão, DIEGO DA SILVA COSTA, MATRÍCULA 5911911, Assistente, ADOLFO DOS SANTOS MEIRELES, Matrícula nº 2015170, Assistente, sendo todos servidores integrantes da SEEL.

Art. 3º. A comissão fica desde logo autorizada a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções, devendo os órgãos vinculados a esta autoridade prestar colaboração necessária que lhes for requerida.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para concluir a apuração dos fatos e quantificação dos danos.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Pará.

Ordenado por: **Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo**
 Secretária de Estado de Esporte e Lazer
Protocolo 944788

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA Nº. 074/2016-SEEL,
DE 29 DE MARÇO DE 2016.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas pela Lei nº 6.215 de 28 de Abril de 1999, alterada pela Lei nº 6.879 de 29 de Junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714 de 30/06/2006, e considerando o Memo. 010/2016-Setor de Licitação/SEEL,

RESOLVE:

Designar os servidores **CLAUDIA MARIA MAGALHÃES MOURA** (Presidente) **MARGARIDA MARIA RIBEIRO TAVARES** e **ELBER JOSÉ OLIVEIRA MAIA** (membros da comissão), para comporem a **Comissão Especial de Licitação** que licitará os serviços através da Carta Convite nº 02/2016 da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, para contratação de empresa de engenharia para adequação e reforma das dependências do Estádio Olímpico do Pará "Jornalista Edgar Proença - Mangueirão".

I - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.**II - REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 29 DE MARÇO DE 2016.

RENILCE CONCEIÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NICODEMOS LOBO
 Secretária de Estado de Esporte e Lazer
Protocolo 944579

APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO
Nº. 10/2014-SEEL/PA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/603733

Objeto e Justificativa do aditamento: Adequação da funcional programática

Dotação Orçamentária:

Funcional Programática: 08101.27.122.1297.8338c

Fonte de Recursos: 0101000000

Elemento de Despesa: 339092

Assinatura: 30/03/2016

Contratado: Coresma Comércio e Representações LTDA

Ordenadora de Despesa: Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo, CPF Nº. 637.583.772-34

Protocolo 944527

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO
Nº. 09/2015-SEEL/PA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/92805

Objeto e Justificativa: Apostilamento da funcional programática

Dotação Orçamentária:

Funcional Programática: 08101.27.812.1433.8317c

Fonte de Recursos: 0101000000

Elemento de Despesa: 339039

Assinatura: 30/03/2016

Contratado: Donna j Eventos Eireli ME

Ordenadora de Despesa: Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo, CPF Nº. 637.583.772-34

Protocolo 944771

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO
Nº. 038/2014-SEEL/PA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/332875

Objeto e Justificativa do aditamento: Adequação da funcional programática

Dotação Orçamentária:

Funcional Programática: 08101.27.812.1433.8321c

Fonte de Recursos: 0101000000

Elemento de Despesa: 339092

Contratado: Roberto Malan Guimarães Freire

Assinatura: 30/03/2016

Ordenadora de Despesa: Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo, CPF Nº. 637.583.772-34

Protocolo 944809

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO nº.
037/2014-SEEL/PA

Processo Administrativo nº. 2014/334942

Objeto e Justificativa: Apostilar a funcional programática

Dotação Orçamentária:

Funcional Programática: 08101.27.122.1297.8338c

Fonte de Recursos: 0101000000

Elemento de Despesa: 339092

Assinatura: 30/03/2016

Contratado: Empresa Tryssenkrupp Elevadores LTDA

Ordenadora de Despesa: Renilce Conceição do Espírito Santo Nicodemos Lobo, CPF Nº. 637.583.772-34

Protocolo 944820

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

TERMO ADITIVO A CONTRATO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2014-SETUR
CONTRATADA: S.P. UNIVERSAL SERVIÇOS E COMÉRCIO
LTDA - ME, CNPJ/MF sob o nº 04.759.782/0001-06

OBJETO: prorrogar a vigência do Contrato nº 003/2014-SETUR pelo prazo de doze meses e supressão de 20% dos valores de repasse.

VIGÊNCIA: 10/04/2016 a 10/04/2017**VALOR: R\$ 41.942,40 (quarenta e um mil, novecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos)****DATA DA ASSINATURA: 30/03/2016****ORDENADOR RESPONSÁVEL:** Adenauer Marinho de Oliveira Góes**ENDEREÇO DO CONTRATADO E CEP:** Av. Pedro Álvares Cabral, nº 5006, Bairro: Sacramento, CEP: 66.123-000**Protocolo 944682**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº 014/2014

PARTES: **SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR,**
 CNPJ/MF nº 15.488.858/0001-14B **PARVI LOCADORA LTDA,**
 CNPJ/MF sob o Nº 08.228.146/0001-09

OBJETO: O presente termo aditivo tem por finalidade a supressão de 77,12% do valor do contrato nº 014/2014

DATA DA ASSINATURA: 28/03/2016**ORDENADOR RESPONSÁVEL:** Adenauer Marinho de Oliveira Góes**Protocolo 944684****SUPRIMENTO DE FUNDO****PORTARIA Nº 113/2016/GERH/SETUR**

Proc:2016/119809 Concede suprimentos de fundos à servidora ANA CRISTINA LEÃO, mat:57206964 CPF:736.820.632-34 Ger. de Tur. de Natureza. Valor R\$350,00 Para atender despesas emergenciais. Classificação:339033 Para aplicação de 13/04 a 16/04/16 e para prestação de contas em 15 dias após sua aplicação. Ordenador de despesas ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA.

Protocolo 944516**DIÁRIA****PORTARIA Nº 112/2016/GERH/SETUR**

Proc:2016/119713 Concede 4,5 diárias à servidora TEREZA JACQUELINE RODRIGUES ALVES mat:2014890 CPF:207.604.262-87 Téc. de Plan. e Gestão em Turismo. OBJ:Realizar curso de RDC 216/2004 da ANVISA em Boas Práticas de Manipulação de Alimentos e de Técnicas Básicas de Culinária. DESTINO:Altamira-Pa. PERÍODO: 31/03 à 04/04/2016 Ordenador de despesas ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA.

Protocolo 944515**FÉRIAS**

PORTARIA DE FÉRIAS Nº 114/2016/GERH/SETUR
 O **DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, no uso das atribuições legais e **CONSIDERANDO** A programação de férias desta Setur para Maio de 2016. **RESOLVE:** Conceder férias regulamentares aos servidores conforme descrito: 01-Dimmy

Anderson Brito de Lima, 57202245/2, Analista de Sistema, 2013/2014, 02 a 31/05/16; 02-Maria José Viana Aranha, 2014173/1, Assistente de Gestão em Turismo, 2015/2016, 02 a 05/06/16, Conf. § 3º, Claus. 26ª do ACT 2014/2015; 03-Raul D'Ávila Goulart, 57176031/1, Técnico de Planejamento de Gestão em Turismo, 2014/2015, 11 a 25/05/16 e 22/08 a 05/09/16, Conf. § 3º, Claus. 26ª do ACT 2014/2015; 04-Waldemir Gonçalves do Espírito Santo, 20146337/1, Auxiliar Operacional, 2015/2016, 02 a 05/06/16, Conf. § 3º, Claus. 26ª do ACT 2014/2015. **ALBINO JOSÉ DA SILVA BARBOSA**
Protocolo 944867

OUTRAS MATÉRIAS

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº.002/2015

PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO - SETUR, CNPJ/MF nº 15.488.858/0001-14 E BANCO DA AMAZÔNIA S/A, CNPJ: 04.902.979/0001-44
OBJETO: prorrogação da vigência do Termo de Cooperação Técnica nº 002/2015 por mais 01 (um) ano, contados a partir do dia 15/04/2016
DATA DA ASSINATURA: 29/03/2016
RESPONSÁVEIS: ADENAUER MARINHO DE OLIVEIRA GÓES E LUIZ EUCLIDES BARROS FEIO
Protocolo 944686

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Extrato Cancelamento - Fica cancelada a publicação nº. 943643 do Diário Oficial nº. 33096 de 29/03/2016 que tornou sem efeito a publicação nº. 807963 do Diário Oficial nº. 32850 de 19/03/2015// Referente ao Contrato nº. 013/2015-TJ/PA// Partes: POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - 35º PELOTÃO POLICIAL DESTACADO DE INHANGAPI , por razões de interesse público.
Protocolo 944638

TRIBUNAIS DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA NO 0326/2016 - TCM, DE 29/03/2016

Conceder SUPRIMENTO DE FUNDOS ao servidor PM MAIQUEL DA SILVEIRA RODRIGUES, matrícula nº 900000035, Seção de Administração e Segurança - OFICIAL PM, no total de R\$ 600,00 (seiscentos reais), sendo R\$ 300,00 (trezentos reais) para material de consumo na rubrica 030101.01.032.1303.6260-339033 e R\$ 300,00 (trezentos reais) para passagens e despesas com locomoção na rubrica 030101.01.032.1303.6260-339033, sendo o período de aplicação de 15 (quinze) dias após o crédito, devendo a prestação de contas ser efetuada no prazo de 10 (dez) dias, após a aplicação do recurso.

PORTARIA Nº 0327/2016 - TCM, DE 29/03/2016

Conceder SUPRIMENTO DE FUNDOS ao servidor PM MANOEL ALESSANDRO VALENTE COSTA, matrícula nº 900000041, Corpo Operacional - PRAÇAS PM, no total de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), para passagens e despesas com locomoção na rubrica 030101.01.032.1303.6260-339033, sendo o período de aplicação de 15 (quinze) dias após o crédito, devendo a prestação de contas ser efetuada no prazo de 10 (dez) dias, após a aplicação do recurso.

Conselheiro **SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES**
Presidente

Protocolo 944795

DIÁRIA

PORTARIA NO 0263/2016 - TCM, DE 09/03/2016;

Autorizar o servidor LUIZ ABILIO DA SILVA OLIVEIRA, matrícula nº 700000002 para participar do 43º Congresso da Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular-SBCCV a realizar-se em Fortaleza/CE, nos dias de 07 e 08 de abril de 2016; As passagens aéreas e despesas serão custeadas pelo próprio servidor, sem maiores custos à esse Tribunal.

PORTARIA Nº 0291/2016 - TCM, DE 15/03/2016;

Conceder 01 (uma) diária na rubrica 030101.01.032.1454.6260-339014, às servidoras ROSEMARY BALDUINA DE SOUZA LOPES, matrícula nº 500000656, Assessor de Gabinete - TCM.FG.NS.5 e DEUZA LÚCIA VASCONCELOS GADELHA BARBOSA, matrícula nº 500000309, Analista de Controle Externo - TCM.ACE.E/13, como complementação da PORTARIA Nº 0209/2016, de 22/02/16.

PORTARIA Nº 0315/2016 - TCM, DE 21/03/2016;

Autorizar o servidor RAIMUNDO NONATO MONTEIRO DE MELO, matrícula nº 649511, Auxiliar de Controle Externo - TCM. AXCE.E/15, para participar dos eventos "Feira Latino-Americana de Proteção Contra Incêndios - FIREXPO" e "Feira Latino-Americana do Trabalho Seguro - EXPOWORK" e dos treinamentos "Instrutor de NR20" e "PPRA - Como Gestão em SST", a realizar-se na cidade de São Paulo/SP, no período de 25 a 29 de abril de 2016, concedendo-lhe 04 e ½ (quatro e meia) diárias na rubrica 030101.01.032.1454.6260-339014; As passagens aéreas e parte das despesas serão custeadas pelo servidor, sem maiores custos à esse Tribunal.

PORTARIA Nº 0323/2016 - TCM, DE 28/03/2016;

Designar os servidores abaixo relacionados, com período e quantidade de diárias discriminados, para participarem do evento "Gestão Fiscal Responsável em Último Ano de Mandato", a realizar-se no município de Parauapebas/PA;

SERVIDORES	PERÍODO	DIÁRIAS
CLEBER MESQUITA DOS SANTOS FACILITADOR	30/03 a 02/04/2016	03 e ½ (três e meia)
MARCUS ANTONIO DE SOUZA FACILITADOR		
PAOLA CALS DE ALBUQUERQUE DAHER FACILITADOR		
RAPHAEL MAÜES OLIVEIRA FACILITADOR		
JANDIRA MACHADO DA SILVA BORGES COORDENADORA		
BERNARDO DE OLIVEIRA ARAUJO ORIENTAÇÃO		
MARIA FABIANÉ CHAGAS BRITO ORIENTAÇÃO		
VANESSA FONSECA SODRÉ ORIENTAÇÃO		
MANOEL ALESSANDRO VALENTE COSTA SD/PM		
MAIQUEL DA SILVEIRA RODRIGUES CAP/PM	31/03 a 01/04/2016	01 e ½ (uma e meia)

Conceder as diárias aos servidores na rubrica 030101.01.032.1454.6260-339014 e aos Policiais Militares na rubrica 030101.01.032.1454.6260-339015.

PORTARIA Nº 0330/2016 - TCM, DE 29/03/2016;

CONSIDERANDO o Art. 65, inciso IV da Lei Complementar nº 35/79, de 14/03/79. Autorizar a Conselheira MARA LUCIA CRIBALHO DA CRUZ e a servidora IRACEMA DE BRITO COSTA DIAS, matrícula nº 500000086, Assistente Técnico I - TCM.CPC.102.4, para participarem do Congresso Brasileiro de Controle Interno e Externo - CONINTER, a realizar-se no Rio de Janeiro/RJ, no período de 06 a 09 de abril de 2016; Conceder à Conselheira e a servidora 04 (quatro) diárias na rubrica 030101.01.032.1454.6260-339014.

Conselheiro **SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES**
Presidente

Protocolo 944793

PUBLICAÇÃO DE DESPACHOS DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO

PROCESSO Nº 201602052-00
PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAGRE.
ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 27.936, DE 20/10/2015, QUE JULGOU IRREGULARES AS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAGRE - EX. 2009
ADVOGADO: LUI ALEXANDRE FEITOSA SANCHES (OAB/PA 15.766)

Principal Prestação de Contas Processo nº 113122009-00 (201013903-00)

Trata-se de Recurso Ordinário interposto por CLEDSON FARIAS LOBATO RODRIGUES, Ex-Prefeito, neste ato representada por seu advogado (Procuração às fls. 15), contra a decisão proferida no Acórdão nº 27.936, de 20/10/2015, que através de Decisão Plenária, julgou irregulares as contas do Fundo Municipal de Educação de Bagre, exercício 2009, de responsabilidade do recorrente.
É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 11/01/2016 e o recurso interposto em 02/02/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.
Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, bem como seu representante legal, e a seguir para distribuição.
Belém, 18 de Fevereiro de 2016.
CONS. **CEZAR COLARES**
PRESIDENTE-TCM

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO

PROCESSO Nº 201602310-00

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PARAUAPEBAS

ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 28.237, de 10/12/2015 QUE JULGOU PELA NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EX-2007

ADVOGADA: LILIANE PONTES BOTELHO DA COSTA (OAB/PA 8523)
Principal Prestação de Contas processo nº 982992007-00

Trata-se de Recurso Ordinário interposto por JOSÉ DAS DORES COUTO, Ex-ordenador, através de seu representante legal (Procuração fls.05) contra a decisão proferida no Acórdão nº 28.237 de 10/12/2015, que através de Decisão Plenária, decidiu pela reprovação da prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Parauapebas, exercício de 2007, de responsabilidade do recorrente.
É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 11/01/2016 e o recurso interposto no dia 05/02/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.
Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, bem como seu representante, e a seguir, para distribuição.
Belém, 17 de Fevereiro de 2016.
CONS. **CEZAR COLARES**
PRESIDENTE-TCM

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO

PROCESSO Nº 201602399-00
PROCEDÊNCIA: CÂMARA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS.

ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 27.382, DE 13/08/2015, QUE JULGOU IRREGULARES AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURIONÓPOLIS - EX. 2013
Principal Prestação de Contas Processo nº 910022013-00

Trata-se de Recurso Ordinário interposto por WILSON ACÁCIO NUNES, Ex-Presidente da Câmara Municipal de Curionópolis, contra a decisão proferida no Acórdão nº 27.382, de 13/08/2015, que através de Decisão Plenária, julgou irregulares as contas da Câmara Municipal de Curionópolis, exercício 2013, de responsabilidade do recorrente.
É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 11/01/2016 e o recurso interposto em 11/02/2016, consoante carimbo "Serviço de Protocolo RECEBI" do protocolo do TCM/PA à fl. 01-verso, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.
Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, e a seguir para distribuição.
Belém, 23 de Fevereiro de 2016.
CONS. **CEZAR COLARES**
PRESIDENTE-TCM

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO**PROCESSO Nº 201602571-00**

PROCEDÊNCIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BUJARU.
ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 12.118, DE 15/12/2015, QUE JULGOU IRREGULARES AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BUJARU - EX. 2011
Principal Prestação de Contas Processo nº 190012011-00
Trata-se de Recurso Ordinário interposto por LÚCIO ANTÔNIO FARO BITTENCOURT, Prefeito, contra a decisão proferida no Acórdão nº 12.118, de 15/12/2015, que através de Decisão Plenária, julgou irregulares as contas da Prefeitura Municipal de Bujaru, exercício 2011, de responsabilidade do recorrente.
É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 18/01/2016 e o recurso interposto em 17/02/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, bem como seu representante legal, e a seguir para distribuição.

Belém, 26 de Fevereiro de 2016.

CONS. **CEZAR COLARES**
PRESIDENTE-TCM

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO**PROCESSO Nº 201602573-00**

PROCEDÊNCIA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BUJARU.
ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 28.293, QUE JULGOU PELA NÃO APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL - EX. 2011

Principal Prestação de Contas processo nº 190012011-00
Trata-se de Recurso Ordinário interposto por LÚCIO ANTÔNIO FARO BITTENCOURT, Prefeito, contra a decisão proferida no Acórdão nº 28.293, de 15/12/2015, que através de Decisão Plenária, decidiu pela reprovação da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Bujaru, exercício 2011, de responsabilidade do recorrente.
É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 18/01/2016 e o recurso interposto em 17/02/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado e a seguir para distribuição.

Belém, 25 de Fevereiro de 2016.

CONS. **CEZAR COLARES**
PRESIDENTE-TCM

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO**PROCESSO Nº 201602575-00**

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BUJARU.
ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 28.239, DE 10/12/2015, QUE JULGOU IRREGULARES AS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BUJARU - EX. 2009

Principal Prestação de Contas Processo nº 193982011-00
Trata-se de Recurso Ordinário interposto por ADEMIR JORDÃO FARO, Ex-Secretário, contra a decisão proferida no Acórdão nº 28.239, de 10/12/2015, que através de Decisão Plenária, julgou irregulares as contas do Fundo Municipal de Saúde de Bujaru, exercício 2011, de responsabilidade do recorrente.
É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 18/01/2016 e o recurso interposto em 17/02/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, e a seguir para distribuição.

Belém, 26 de Fevereiro de 2016.

CONS. **CEZAR COLARES**
PRESIDENTE-TCM

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO**PROCESSO Nº 201602576-00**

PROCEDÊNCIA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BUJARU.

ASSUNTO: RECURSO ORDINÁRIO CONTRA O ACÓRDÃO Nº 28.209, DE 09/12/2015, QUE JULGOU IRREGULARES AS CONTAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BUJARU - EX. 2011

Principal Prestação de Contas Processo nº 193992011-00
Trata-se de Recurso Ordinário interposto por ROSIANE MENEZES DOS REIS, Secretária, contra a decisão proferida no Acórdão nº 28.209, de 09/12/2015, que através de Decisão Plenária, julgou irregulares as contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Bujaru, exercício 2011, de responsabilidade do recorrente.
É o relatório. Decido.

O Recurso Ordinário encontra respaldo legal no Art. 69, da Lei Complementar nº 084/2012 (Lei Orgânica do TCM/PA), publicada em 28 de Dezembro de 2012, com vigência a partir de 26 de fevereiro de 2013.

Sua interposição é tempestiva, vez que a decisão foi publicada no DOE de 18/01/2016 e o recurso interposto em 17/02/2016, obedecendo, portanto, o prazo legal de 30 dias, devendo ainda, ser recebido em seu duplo efeito, devolutivo e suspensivo, conforme §1º, do Art. 69, da lei em referência.

Por todo exposto, em apoio ao Artigo 69, da Lei Complementar 084/2012, ADMITO O RECURSO ORDINÁRIO.

À Secretaria para comunicar o interessado, e a seguir para distribuição.

Belém, 26 de Fevereiro de 2016.

CONS. **CEZAR COLARES**
PRESIDENTE-TCM

PUBLICAÇÃO DE ATOS - JULGAMENTO RESOLUÇÃO Nº 12.173, DE 01/03/2016

Processo nº 910012009-00

Origem: Prefeitura Municipal de Curionópolis

Assunto: Prestação de Contas de Governo - Exercício 2009

Responsável: Wenderson Azevedo Chamon

Relator: Conselheiro Cezar Colares

EMENTA: Prefeitura Municipal de Curionópolis. Prestação de Contas de Governo. Exercício 2009. Parecer Prévio Favorável pela Aprovação das Contas.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: I - EMITIR PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL, recomendando à Câmara Municipal de Curionópolis, a APROVAÇÃO das contas de Governo da Prefeitura Municipal de Curionópolis, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Wenderson Azevedo Chamon.

RESOLUÇÃO Nº 12.211, DE 22/03/2016**PROCESSO Nº 201603416-00**

Classe: Denúncia com Pedido Cautelar em Processo Licitatório

Referência: Prefeitura Municipal de Tucuruí

Denunciado: Prefeito Municipal Sancler Antonio Wanderley Ferreira

Denunciante: TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA

Advogado/Procurador: Rafael de Sousa Brito (OAB-PA 14.089)

Instrução: 3ª Controladoria

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: DENÚNCIA C/C MEDIDA CAUTELAR. DENUNCIADA PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUÍ. DENUNCIANTE TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA. SUPENSÃO CAUTELAR DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20160222-SEM CAS (PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2016). DESCUMPRIMENTO DO ART. 8º, §1º, IV E §2º, DA LEI N.º 12.527/11 C/C ART. 4º, V, DA LEI N.º 10.520/02. INOBSERVÂNCIA DAS RESOLUÇÕES N.º 11.535/14; 11.536/14 E 11.831/15. MEDIDA CAUTELAR MONOCRÁTICA CONCEDIDA. HOMOLOGAÇÃO PLENÁRIA. INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 144, III, §§ 1º E 2º C/C ART. 145, INCISOS II E III, PARÁGRAFO ÚNICO, DO RITCM-PA (ATO N.º 16/2013). ABERTURA DE PRAZO PARA DEFESA. ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de DENÚNCIA C/C APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR, em desfavor da Prefeitura Municipal de Tucuruí, a qual recebeu admissibilidade e concessão da cautelar pleiteada, por intermédio de decisão monocrática (fls. 91/99), acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade. Decisão: em homologar a Medida Cautelar, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às fls. 102-112, com os adendos formulados pelo Conselheiro Daniela Lavareda, que passam a integrar esta decisão.

ACÓRDÃO Nº 28.683, 03/03/2016**PROCESSO Nº 201404130-00**

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR

Assunto: Aposentadoria

Interessada: Sherley Regina da Silva Carvalho

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: PORTARIA Nº 031/2014. Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR. Aposentadoria. Art. 6º, "A", da EC nº 41/2003, com redação da EC nº 70/2012. Pelo registro do ato.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 55 dos autos.

Decisão: Registrar a PORTARIA Nº 031/2014 (fls. 34), de 16 de janeiro de 2014, do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR, que aposenta por invalidez, Sherley Regina da Silva Carvalho, no cargo de Técnica em Enfermagem, fundamentada no Art. 6º, "A", da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação da Emenda Constitucional nº 70/2012, com proventos mensais, no valor de R\$-678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

ACÓRDÃO Nº 28.752, DE 15/03/2016

Processo nº 201408277-00

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR

Assunto: Aposentadoria

Interessada: Maria da Conceição Pereira de Souza

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: PORTARIA Nº 135/2014. Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR. Aposentadoria. Art. 6º, "A", da EC nº 41/2003, com redação da EC nº 70/2012. Pelo registro do ato.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 49 dos autos.

Decisão: Registrar a PORTARIA Nº 135/2014 (fls. 36), de 26 de fevereiro de 2014, do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá - IPASEMAR, que aposenta por invalidez, Maria da Conceição Pereira de Souza, no cargo de Agente de Portaria, fundamentada no Art. 6º, "A", da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação da Emenda Constitucional nº 70/2012, com proventos mensais, no valor de R\$-724,00 (setecentos e noventa e quatro reais).

ACÓRDÃO Nº 28.753, DE 15/03/2016**PROCESSO Nº 201317599-00**

Origem: Instituto de Previdência do Município de Breves

Assunto: Aposentadoria

Interessada: Maria de Fátima Oliveira da Silva

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Registro da PORTARIA Nº 059/2013. Instituto de Previdência do Município de Breves. Aposentadoria. Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 89 e 90 dos autos.

Decisão: Registrar a PORTARIA Nº 059/2013, (fl. 06) de 10 de setembro de 2013, do Instituto de Previdência do Município de Breves, que aposenta a Sra. Maria de Fátima Oliveira da Silva, no cargo de Agente de limpeza Educacional, nos termos do Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, com percepção de proventos mensais no valor de R\$ 1.519,56 (hum mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos).

ACÓRDÃO Nº 28.754, DE 15/03/2016**PROCESSO Nº 201317601-00**

Origem: Instituto de Previdência do Município de Breves

Assunto: Aposentadoria

Interessada: Terezinha de Jesus Nemer dos Santos

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Registro da PORTARIA Nº 060/2013. Instituto de Previdência do Município de Breves. Aposentadoria. Art. 40, §1º, Inciso III, Alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 89 e 90 dos autos.

Decisão: Registrar a PORTARIA Nº 060/2013, (fl. 06) de 21 de agosto de 2013, do Instituto de Previdência do Município de Breves, que aposenta a Sra. Terezinha de Jesus Nemer dos Santos, no cargo de Professor, nos termos do Art. 40, § 1º, Inciso III, Alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com percepção de proventos mensais no valor de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), com a devida atualização ao salário mínimo vigente.

ACÓRDÃO Nº 28.809, DE 01/03/2016**PROCESSO Nº 910012009-00**

Origem: Prefeitura Municipal de Curionópolis

Assunto: Prestação de Contas de Gestão - Exercício 2009

Responsável: Wenderson Azevedo Chamon

Relator: Conselheiro Cezar Colares

EMENTA: Prefeitura Municipal de Curionópolis. Prestação de Contas de Gestão. Exercício 2009. Aprovação das Contas.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da

Sessão realizada nesta data e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.
 Decisão: I - APROVAR as contas da Prefeitura Municipal de Curionópolis, exercício financeiro de 2009, de responsabilidades de Wenderson Azevedo Chamon.

II - EXPEDIR o competente Alvará de Quitação em favor do responsável, no valor de R\$ 23.444.364,45 (vinte e três milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), onde se incluem R\$ 142.705,07 (cento e quarenta e dois mil, setecentos e cinco reais e sete centavos), de saldo para o exercício seguinte.

Protocolo 944838

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, EM SESSÃO DO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2016 TOMOU A SEGUINTE DECISÃO: ACÓRDÃO Nº. 55.398

PROCESSO Nº. 2015/51671-7

Assunto: AGRAVO REGIMENTAL

Recorrente: RENAN LOPES SOUTO - ex-Prefeito de Água Azul do Norte.

Decisão Recorrida: Acórdão nº. 53.059, de 20-03-2014.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR
 Impedimento: Conselheiro Luís da Cunha Teixeira (art. 178, § 1º do RITCE-PA).

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 270, c/c o art. 271, § 2º, do Ato 63, de 17 de dezembro de 2012, conhecer do Agravo Regimental interposto pelo Sr. RENAN LOPES SOUTO, ex-Prefeito Municipal de Água Azul do Norte, e dar-lhe o provimento necessário para determinar, *in casu*, o processamento normal do Pedido de Rescisão.

(REPUBLICADA POR RETIFICAÇÃO)

Protocolo 944697

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 069/2016/MPC/PA

O Procurador-Geral de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO os alargamentos em diversas vias públicas de Belém ocasionados pela forte chuva registrada na madrugada de 16/03/2016 e os consequentes transtornos no trânsito, o que impossibilitou a chegada e competente registro de ponto por parte dos servidores deste Ministério Público de Contas no horário normal fixado para a jornada de trabalho;

RESOLVE:

Abonar os atrasos dos servidores que registraram, nesta data, entradas no sistema de controle de ponto deste Ministério Público de Contas após o horário normal estabelecido.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Belém/PA, 16 de março de 2016

FELIPE ROSA CRUZ

Procurador-Geral de Contas do Estado

Protocolo 944823

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO NO DO TERMO ADITIVO: 6º

NO DO CONTRATO: 015/2011-MP/PA

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e o CONSÓRCIO LDN/MP/PA.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência e inclusão do item 12.2 na Cláusula Décima Segunda do Contrato.

Data de Assinatura: 23/03/2016.

Vigência do Aditamento: 31/03/2016 a 30/06/2016.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332. Elemento de despesa: 3390-39.

Fonte de Recurso: 0101.

Termos Aditivos Anteriores: 1º Termo Aditivo: acréscimo de 25% a quantidade (D.O.E. 20/12/2011); 2º Termo Aditivo: prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor (D.O.E. 29/03/2012); 3º Termo Aditivo: prorrogação de vigência e reajuste de valor (DOE: 27/02/2013); 4º Termo Aditivo: prorrogação do prazo de vigência (D.O.E.: 04/04/2014); 5º Termo Aditivo: prorrogação do prazo de vigência e alteração do item 8.10 da Cláusula Oitava (D.O.E.: 01/04/2015)

Endereço do Contratado: Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar, Centro, CEP: 22.230-070, Rio de Janeiro/RJ.

Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo 944590

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

NO DO TERMO ADITIVO: 7º

NO DO CONTRATO: 016/2011-MP/PA

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a OI MÓVEL S.A.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência e inclusão do item 12.2 na Cláusula Décima Segunda do Contrato.

Data de Assinatura: 23/03/2016.

Vigência do Aditamento: 31/03/2016 a 30/06/2016.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332. Elemento de despesa: 3390-39.

Fonte de Recurso: 0101.

Termos Aditivos Anteriores: 1º Termo Aditivo: prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor (D.O.E. 29/03/2012); 2º Termo Aditivo: prorrogação do prazo de vigência e reajuste de valor (D.O.E. 27/02/2013); 3º Termo Aditivo: prorrogação de vigência (DOE: 04/04/2014); 4º Termo Aditivo: reajuste de valor e acréscimo de 25% (D.O.E.: 16/12/2014); 5º Termo Aditivo: prorrogação do prazo de vigência e alteração do item 8.10 da Cláusula Oitava (D.O.E.: 31/03/2015); 6º Termo Aditivo: reajuste de valor (D.O.E.: 01/04/2015)

Endereço do Contratado: Setor Comercial Norte, Quadra 03, Bloco A, Edifício Estação Telefônica - Térreo - Parte 2, Asa Norte, CEP: 70.713-900, Brasília/DF.

Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo 944613

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados do resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 011/2016-MP/PA, empreitada por preço global, no tipo menor preço, que tem como objeto o Registro de preços para fornecimento de uniformes, para atender as necessidades do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

- À vista da habilitação, foi declarada vencedora a empresa com os seguintes valores:

17.151.464/0001-00 - H R DE SOUZA & CIA LTDA - EPP

- GRUPO 1----- R\$ 23.560,00;

- GRUPO 2----- R\$ 27.120,00.

Total do Fornecedor: R\$ 50.680,00.

Valor Global do Certame: R\$ 50.680,00

Belém (PA), 30 de março de 2016.

Andréa Mara Ciccio

Pregoeiro

Protocolo 944519

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA Nº 1653/2016-MP/PDJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PDJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora DARLENE DE FATIMA NEVES JARDIM, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1424, lotada na Promotoria de justiça de Breves, a importância de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 21/03/16 a 20/05/16, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 1.000,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.800,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 28 de março de 2016.

ANLYD SÉRIO FRANÇA JÚNIOR

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo 944618

PORTARIA Nº 1654/2016-MP/PDJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PDJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor RICARDO JOSÉ CABRAL DE CARVALHO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1258, lotado na Promotoria de justiça de Nova Timboteua, a importância de R\$ 1.060,00 (hum e sessenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 21/03/16 a 20/05/16, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 100,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 960,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 28 de março de 2016.

ANLYD SÉRIO FRANÇA JÚNIOR

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo 944626

PORTARIA Nº 1655/2016-MP/PDJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PDJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor PAULO FERREIRA COSTA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.980, lotado na Promotoria de justiça de Moju, a importância de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 21/03/16 a 20/05/16, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 500,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 700,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 28 de março de 2016.

ANLYD SÉRIO FRANÇA JÚNIOR

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo 944630

PORTARIA Nº 1656/2016-MP/PDJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PDJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora EURIDICE DE OLIVEIRA BRANDAO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1303, lotada na Promotoria de justiça de São Caetano de Odvelas, a importância de R\$ 1.100,00 (hum mil cem reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 16/03/16 a 15/05/16, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.8330

Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 200,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 900,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 28 de março de 2016.

ANLYD SÉRIO FRANÇA JÚNIOR

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo 944631

PORTARIA Nº 1657/2016-MP/PJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PJ.

R E S O L V E:

CONCEDER à servidora BIANCA PAIVA DE OLIVEIRA BENETTI, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.2019, lotada no Departamento de Obras e Manutenção, a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 17/03/16 a 16/05/16, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.122.1434.7573
Melhoramento da infraestrutura física do Ministério Público.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 1.500,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 1.500,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias,

subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO

ESTADO DO PARÁ, Belém, 28 de março de 2016.

ANLYD SÉRIO FRANÇA JÚNIOR

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo 944635

PORTARIA Nº 1658/2016-MP/PJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA Nº 074/2015-MP/PJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor MANUEL DE JESUS VILARINHO MONTEIRO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula nº 999.1347, lotado na Promotoria de Justiça de Tailândia, a importância de R\$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 09/03/16 a 08/05/16, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.092.1357.6463

Implementação de Atividades em Defesa da Sociedade.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 400,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.150,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias,

subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO

ESTADO DO PARÁ, Belém, 28 de março de 2016.

ANLYD SÉRIO FRANÇA JÚNIOR

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo 944640

ERRATA DE PUBLICAÇÃO : Nº 931476 DE 26/02/2016
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº. 001/2016-MP/PA
Objeto: Aquisição de Medicamentos e Materiais Médicos
ONDE SE LÊ: MEDK RES IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPI - CNPJ 09.468.387/0001-80 - Valor Total de R\$ 2.569,00

LEIA-SE : MEDK RES IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPI - CNPJ 13.217.490/0001-24 - Valor Total de R\$ 2.569,00

Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves

Protocolo 944530

PORTARIA Nº 1497/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias de Promotora de Justiça Myrna Gouveia dos Santos;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 3º cargo das Promotorias de Justiça de Criminal de Belém;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob n.º 15706/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça ROBERTO ANTONIO PEREIRA DE SOUZA para exercer nas Promotorias de Justiça Criminal de Belém, atribuições do 3º cargo, no período de 15/3 a 12/4/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 21 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

PORTARIA Nº 1499/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24

de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias do Promotor de Justiça Gilberto Valente Martins;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 103/2016-MP/CCrim, de 14/3/2016, protocolizado sob n.º 15876/2016, em 15/3/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça ARMANDO BRASIL TEIXEIRA para exercer na Promotoria de Justiça Militar, as atribuições do 1º cargo, no período de 14/3 a 12/4/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 21 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

PORTARIA Nº 1500/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a licença da Promotora de Justiça Regiane Brito Coelho Ozanan;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 4º cargo das Promotorias de Justiça de Benevides;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 042/2016-MP/PJB/Coord., datado de 9/3/2016, protocolizado sob n.º 14592/2016, em 9/3/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça ALBELY MIRANDA LOBATO TEIXEIRA para exercer nas Promotorias de Justiça de Benevides, as atribuições do 4º cargo, no período de 14 a 26/3/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 21 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

PORTARIA Nº 1501/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de julho de 2013,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

R E S O L V E:

REVOGAR, a partir de 23/3/2016, a designação do Promotor de Justiça BRUNO FERNANDES SILVA FREITAS para exercer nas Promotorias de Justiça de São Félix do Xingu, as atribuições do 1º cargo, contida na portaria n.º 1079/2016-MP/PJ, de 2/3/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 21 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

PORTARIA Nº 1502/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará) c/c art. 7º, da Resolução n.º 011/2012-CPJ;

CONSIDERANDO o afastamento do Promotor de Justiça João Batista de Araújo Cavaleiro de Macêdo Júnior para participar do XI Congresso Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente, em Florianópolis-SC;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das Promotorias de Justiça de Breves;

CONSIDERANDO o disposto no Ofício n.º 116/2016-MP/2ªPJB, datado de 7/3/2016, protocolizado sob n.º 14139/2016, em 7/3/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça CÍCERO BARBOSA MONTEIRO JUNIOR para exercer nas Promotorias de Justiça de Breves, as atribuições do 2º cargo, no período de 13 a 15/4/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 21 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL.

PORTARIA Nº 1505/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO o afastamento do Promotor de Justiça José Rui de Almeida Barboza para ministrar palestra no Curso de Formação de Novos Promotores de Justiça;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Belém;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO o disposto no expediente protocolizado sob n.º 15991/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça ROSANA CORDOVIL CORRÊA DOS SANTOS para, sem prejuízo das demais atribuições, officiar em audiências de atribuição do 1º cargo da Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Belém, no dia 17/3/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 21 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

PORTARIA Nº 1552/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de julho de 2013,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos dos expedientes protocolizados sob n.º 13872 e 14537/2016;

R E S O L V E:

REVOGAR a designação da Promotora de Justiça ANDRÉA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO para exercer nas Promotorias de Justiça Criminal de Belém, as atribuições do 18º cargo, contida na portaria n.º 1386/2016-MP/PJ, de 15/3/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 21 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

PORTARIA Nº 1553/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 18º cargo das Promotorias de Justiça Criminal de Belém;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos dos expedientes protocolizados sob n.º 13872 e 14537/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça LUIZ CLÁUDIO PINHO para exercer nas Promotorias de Justiça Criminal de Belém, as atribuições do 18º cargo, no período de 21 a 27/3/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 21 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional.

PORTARIA Nº 1554/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe

foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a licença da Promotora de Justiça Vera Lúcia Andersen Pinheiro;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo da Promotoria de Justiça de Família de Belém;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 025/2016/MP-CC, datado de 21/3/2016, protocolizado sob n.º 16755/2016, em 21/3/2016;

R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça ELIÉZER MONTEIRO LOPES para exercer na Promotoria de Justiça de Família de Belém, as atribuições do 1º cargo, no período de 11 a 30/3/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 21 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 1555/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de julho de 2013,

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a atuação do Promotor de Justiça Renato Belini de Oliveira Costa no Município de Ananindeua;

CONSIDERANDO a licença do Promotor de Justiça Rodrigo Aquino Silva;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 4º e 5º cargos das Promotorias de Justiça de Santarém;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob n.º 16575/2016;

R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça LUZIANA BARATA DANTAS para exercer nas Promotorias de Justiça de Santarém, as atribuições do 4º e 5º cargos, no período de 21 a 23/3/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 21 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 1593/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a licença da Promotora de Justiça Agar da Costa Jurema;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 4º cargo da Promotoria de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública de Belém;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça ROSÂNGELA CHAGAS DE NAZARÉ para exercer na Promotoria de Justiça de Ações Constitucionais e Fazenda Pública de Belém, as atribuições do 4º cargo, no período de 21/3 a 4/4/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 22 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 1650/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de julho de 2013,

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 129/2016-MP/3ºPJDIAT, datado de 18/3/2016, protocolizado sob n.º 16553/2016, em 18/3/2016;

R E S O L V E:
REVOGAR a designação da Promotora de Justiça ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO para exercer na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio e da Moralidade Administrativa de Belém, as atribuições do 5º cargo, contida na portaria n.º 1364/2016-MP/PJ, de 10/3/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 28 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 1651/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a licença da Promotora de Justiça Maria Cláudia Vitorino Gadelha;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da Promotoria de Justiça de Primavera;

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 016/2016-Coord., de 19/2/2016, protocolizado sob n.º 9966/2016, em 22/2/2016;

R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça MARIA JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO CUNHA para, sem prejuízo das demais atribuições e em caráter excepcional, exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Primavera, no período de 29/3 a 30/4/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 28 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 1652/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a vacância do 2º cargo das Promotorias de Justiça de Itaituba;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das Promotorias de Justiça de Itaituba;

R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça RAFAEL TREVISAN DAL BEM para, sem prejuízo das demais atribuições e em caráter excepcional, exercer nas Promotorias de Justiça de Itaituba, as atribuições do 2º cargo, no período de 29/3 a 26/5/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 28 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 1686/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a vacância do cargo da Promotoria de Justiça de São Geraldo do Araguaia;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da Promotoria de São Geraldo do Araguaia;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 171/2016/MP/CPJPSI, datado de 16/3/2016, protocolizado sob n.º 16131/2016, em 16/3/2016;

R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça ALEXSSANDRA MUNIZ MARDEGAN para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de São Geraldo do Araguaia, no período de 29/3 a 31/5/2016, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 29 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 1687/2016-MP/PJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ, de 24 de Julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias da Promotora de Justiça Silvana Nascimento Vaz de Sousa;

CONSIDERANDO a atuação da Promotora de Justiça Mariana Sousa Cavaleiro de Macêdo Dantas no 2º cargo das Promotorias de Justiça de Santarém;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da Promotoria de Justiça de Terra Santa e 1º cargo das Promotorias de Justiça de Santarém;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça ALAN JOHNNES LIRA FEITOSA para, sem prejuízo das demais atribuições e em caráter excepcional, exercer as atribuições dos seguintes cargos, no período de 29/3 a 30/4/2016:

I - do 1º cargo das Promotorias de Justiça de Santarém;

II - do cargo da Promotoria de Justiça de Terra Santa.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 29 de março de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

Protocolo 944742

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e ARG S DIST. DE EQUIP.ELETRÓ-ELETRON.EIRELE-ME.

Objeto: Aquisição de Gravador Modelo PX 240 Marca Sony para uso da Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça deste Ministério Público do Estado.

Nº. da nota de empenho: 2016NE02208.

Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.122.1434.8332; Fonte 0101. Elemento de Despesa:4490-52.

Valor: R\$ 399,00 (Trezentos e Noventa e Nove Reais).

Data da Assinatura: 29/03/2016.

Ordenador Responsável: MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES.

Protocolo 944784

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE
CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO PARÁ**

CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2016

CONTRATANTE: Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Trav Magno de Araújo, nº 424 - Telégrafo. CNPJ nº: 05.018.916/0001-92.

CONTRATADA: IMPERADOR DAS MÁQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 15.340.094/0001-15, estabelecida à Rua 28 de Setembro, nº 1072 - Reduto - CEP: 66.630-505 - Belém/PA.

OBJETO: Aquisição de 04 (quatro) aparelhos condicionadores de ar, tipo "Split".

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 002/2016.

DATA DA ASSINATURA: 23/03/2016

VIGÊNCIA: 90 dias (23/03/2016 a 21/06/2016)

VALOR GLOBAL: R\$ 7.780,00 (Sete Mil, Setecentos e Oitenta Reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de trabalho: 01122144285150000; Fonte de Recurso: 0101000000; Nat. Despesa: 44905200.

ORDENADORA RESPONSÁVEL: Elisabeth Massoud Salame da Silva.

Protocolo 944548

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA AVISO DE EXTRATO DO CONTRATO AVISO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Partes: Prefeitura Municipal de Abaetetuba e outros:

Origem: Adesão ao Pregão Presencial nº 9-014/2015 do Município de Barcarena

Objeto: registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de climatização e eletrodomésticos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba.

Empresa, Número e Valor do Contrato: R. CARDOSO DIAS - EPP; Nº 20160243; R\$ 157.240,00.

Empresa, Número e Valor do Contrato: M. M. D. PINHEIRO NETO COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME; Nº 20160244; R\$ 112.962,96.

Raimunda Rosa Rodrigues Carvalho Vouzela
Secretária Municipal de Saúde/Abaetetuba-PA

Protocolo 943464

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Comissão Permanente de Licitação do **MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA** torna público, para os devidos fins que ADERIU a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 9-014/2015 realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA-PA, tendo como fornecedores registrados, as empresas R. CARDOSO DIAS - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.245.371/0001-57 e M. M. D. PINHEIRO NETO COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 16.836.634/0001-19, para registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos de climatização e eletrodomésticos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Abaetetuba, formalizando assim os atos do Processo de Adesão.

Raimunda Rosa Rodrigues Carvalho Vouzela
Secretária Municipal de Saúde/Abaetetuba-PA

Protocolo 943465

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE-SEMEIA PORTARIA/SEMEIA Nº 002 DE 22 DE JANEIRO DE 2016

A Secretária Municipal de Meio Ambiente de Abaetetuba, Sra. ODALINA EMIKO AOKI ALVES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 642/2015.

CONSIDERANDO as resoluções 01/2012, modificada posteriormente pela nº 14/2013, ambas exaradas pelo Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes;

CONSIDERANDO a Cláusula Segunda do Acordo de Cooperação Técnica, cuja finalidade é o estabelecimento de pré-requisitos à adesão do Município de Abaetetuba ao Programa Estadual Municípios Verdes - PMV entabulado em 22 de outubro de 2012.

RESOLVE:

Criar o Grupo de Trabalho de Combate ao Desmatamento Ilegal e Poluição Sonora e Acompanhamento do CAR - Cadastro Ambiental Rural no Município de Abaetetuba, com anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente, através de Resolução nº 002/2016, tendo como objetivo definir estratégias de prevenção e combate ao desmatamento ilegal e poluição sonora, bem como o acompanhamento e desenvolvimento do cadastro ambiental rural, a partir da realidade local.

Os membros do GTDPSCAR será composta da seguinte forma:

REGINALDO CARDOSO DOS SANTOS - Titular	ARQUITUBA (Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Ramal do Piratuba)
ANTONIO SENA LOBATO - Titular	AMIA (Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba)
MAURILA IRENE DOS SANTOS FREITAS - Titulas	SOPREN (Sociedade de Preservação de Recursos Naturais e Culturais da Amazônia)

MEIRE CRISTINA FERREIRA LOBATO - Titular	SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social)
OCIMAR DE OLIVEIRA FERREIRA - Titular	SEMAGRI (Secretaria Municipal de Agricultura)
MIRENE SOARES CHAGAS	SEMEIA (Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

ODALINA EMIKO AOKI ALVES
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Protocolo 943662

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS - SRP PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016

A Comissão Permanente de Licitação do **MUNICÍPIO DE ABAETETUBA/PA** torna público que realizará Licitação na Modalidade Pregão Presencial; Sistema Registro de Preços; do tipo menor preço, considerada por lote, para aquisição parcelada de material odontológico de consumo, instrumental e permanente para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Abaetetuba/Secretaria Municipal de Saúde-SESMAB. O certame será realizado no dia 18/04/2016, às 09:00 h, na sala de licitações, sito a rua Siqueira Mendes, nº 1359, Bairro Centro - Abaetetuba/Pa. O Edital está à disposição dos interessados no endereço acima referido e no site: www.abaetetuba.pa.gov.br

Márcio Serrão da Silva
Pregoeiro/PMA

Protocolo 944215

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABEL FIGUEIREDO

AVISO DE TERMO ADITIVO

O Município de Abel Figueiredo, Torna público o 1º (primeiro) Termo Aditivo ao Contrato nº 20140274, que entre sim fazem o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAF, inscrito no CNPJ 08.665.708/0001-73 e a Empresa D G DE OLIVIERA & CIA LTDA - ME, inscrito no CNPJ 07.127.454/0001-77, objetivando a prorrogação do prazo de vigência do contrato até 23 de Março de 2015.

Abel Figueiredo - PA, 31 de Dezembro de 2014.

Protocolo 942066

AVISO DE TERMO ADITIVO

O Município de Abel Figueiredo, Torna público o 1º (primeiro) Termo Aditivo ao Contrato nº 20140260, que entre sim fazem o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAF, inscrito no CNPJ 08.665.708/0001-73 e a Empresa D G DE OLIVIERA & CIA LTDA - ME, inscrito no CNPJ 07.127.454/0001-77, objetivando a prorrogação do prazo de vigência do contrato até 20 de Junho de 2015.

Abel Figueiredo - PA, 31 de Dezembro de 2014.

Protocolo 942067

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016 - CPL - PMAF

A Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL - Torna Público que fará realizar Processo Licitatório - Modalidade Pregão Presencial nº 012/2016. Objeto: Aquisição de Equipamento e Mat. Permanente para atender a Unidade de Saude da Família Cidade Alta - conforme proposta nº 11562.805000/1140-02 /FNS/MS- Abertura: 14/04/2016 Horário as 15:00(quinze horas) horas Local: Sala de Reunião da PMAF., Pregoeira: Maria do Carmo Oliveira Silva. Disponibilidade do Edital: PMAF . Valor do Edital: R\$ 50,00 (cinquenta) reais.

Abel Figueiredo, 30 de Março de 2015.

Protocolo 944593

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016 - CPL - PMAF

A Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL - Torna Público que fará realizar Processo Licitatório - Modalidade Pregão Presencial nº 011/2016. Objeto: Aquisição de Equipamento e Mat. Permanente para atender a Unidade de Saude da Família Bela Vista - conforme proosta nº 11562.805000/1140-03 /FNS/MS- Abertura: 14/04/2016 Horário as 08:30(Oito horas e trinta

minutos) horas Local: Sala de Reunião da PMAF., Pregoeira: Maria do Carmo Oliveira Silva. Disponibilidade do Edital: PMAF . Valor do Edital: R\$ 50,00 (cinquenta) reais.

Abel Figueiredo, 30 de Março de 2015.

Protocolo 944597

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 - CPL - PMAF

A Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL - Torna Público que fará realizar Processo Licitatório - Modalidade Pregão Presencial nº 013/2016. Objeto: Aquisição de Gás Liquefeito (13 kg) para uso domestico em atendimento as secretarias e Fundos Municipais desta PMAF.. Abertura: 18/04/2016 Horário as 08:30(Oito horas e trinta minutos) horas Local: Sala de Reunião da PMAF., Pregoeira: Maria do Carmo Oliveira Silva. Disponibilidade do Edital: PMAF . Valor do Edital: R\$ 50,00 (cinquenta) reais.

Abel Figueiredo, 12 de Fevereiro de 2015.

Protocolo 944600

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016 - CPL - PMAF

A Prefeitura Municipal de Abel Figueiredo, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação - CPL - Torna Público que fará realizar Processo Licitatório - Modalidade Pregão Presencial nº 014/2016. Objeto: Aquisição de marmitex e refeições em atendimento as as secretarias e Fundos Municipais deste Município. Abertura: 18/04/2016 - Horário as 11:00(Onze) horas Local: Sala de Reunião da PMAF., Pregoeira: Maria do Carmo Oliveira Silva. Disponibilidade do Edital: PMAF . Valor do Edital: R\$ 50,00 (cinquenta) reais.

Abel Figueiredo, 30 de Março de 2016.

Protocolo 944601

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 020/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016 do PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 020/2016, para eventual fornecimento de semáforos e peças de reposição (fornecimento com prestação de serviços de Instalação, Implantação e Configuração para o LOTE - 01), conforme normas estabelecidas pelo PMA e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I.

EMPRESA E VALOR REGISTRADO: PARTES: CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA - CONTRATADO: CLÁUDIO DOS SANTOS ALVES - ME - CNPJ: 06.983.056/0001-90 valor registrado R\$: 189.890,00 (Cento e Oitenta e Nove Mil Oitocentos e Noventa Reais); SEMATEG - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E SEMAFÓRICA LTDA - ME - CNPJ: 01.584.530/0001-97 valor registrado R\$: 1.958.000,00 (Um Milhão Novecentos e Cinquenta e Oito Mil Reais); Validade da Ata: até 31/12/2016, a partir da assinatura.

INFORMAÇÕES: A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2016 vinculada ao PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 020/2016 poderá ser acessada na integra no site oficial da Prefeitura Municipal de Altamira/PA - www.altamira.pa.gov.br. Assinatura: Altamira/PA, 28 de março de 2016.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 022/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016 do PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 022/2016, para eventual fornecimento de materiais de construção, conforme normas estabelecidas pelo PMA e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I.

EMPRESA E VALOR REGISTRADO: PARTES: CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA - CONTRATADO: AVENIDA MÁRMORES E GRANITOS EIRELI - ME - CNPJ: 03.536.094/0001-06 valor registrado R\$: 95.000,00 (Noventa e Cinco Mil Reais); RODRIGUES E LIRA DISTRIBUIDORA LTDA (RDN DISTRIBUIDORA) - CNPJ: 10.466.353/0001-35 valor registrado R\$: 169.054,50 (Cento e Sessenta e Nove Mil Cinquenta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos); Validade da Ata: até 31/12/2016, a partir da assinatura.

INFORMAÇÕES: A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016 vinculada ao PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 022/2016 poderá

ser acessada na íntegra no site oficial da Prefeitura Municipal de Altamira/PA - www.altamira.pa.gov.br. Assinatura: Altamira/PA, 28 de março de 2016.

EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

PARTES: CONTRATANTE - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA - CONTRATADA: GOVTI CONEXÃO & SOLUÇÃO LTDA - ME - CNPJ: 04.568.900/0001-90 Contrato Administrativo nº. 233/2016 no valor de R\$: 79.680,00 (Setenta e Nove Mil Seiscentos e Oitenta Reais); OBJETO: prestar serviços de: manutenção de software integrado (já instalado) para gestão tributária do município, gestão do Simples Nacional, gestão do SIAFI, gestão da Nota Fiscal Eletrônica, gestão do ISS Eletrônico, gestão do IPTU on-line e gestão do Protocolo on-line, para atender as necessidades da secretaria Municipal de Finanças - SEFIN, conforme Pregão Presencial nº. 023/2016; VIGÊNCIA: 12 (doze) meses; FONTE DE RECURSOS: Tesouro Municipal - Recursos Próprios - 2.018 - 3.3..90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica; ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de março de 2016.

Protocolo 944009

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAJÁS

Extrato de Edital. A Prefeitura Municipal de Anajás/PA usando de suas atribuições legais vem através do seu Pregoeiro Oficial tornar público os extratos de editais Pregões Presenciais SRP, conforme abaixo:

Pregão Presencial SRP Nº 011/2016, Objeto. Contratação de serviços de transporte escolar fluvial (pessoa jurídica), com condutor, destinado a atender os alunos matriculados na rede estadual e municipal de ensino no município de Anajás/PA. Abertura: 12/04/2016 as 09h00min. O edital completo estará disponível a partir do dia 31/03/2016, na Sede da Prefeitura, na sala da Comissão de Licitação de segunda à sexta feira das 08h00min às 13h00min horas.

ANJÁS/PA, 31 de março de 2016.

Milton Alves Barros
Pregoeiro

Protocolo 944022

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREVES

EXTRATO DA PORTARIA N.º 093 DE 21 DE MARÇO DE 2016. O Prefeito Municipal de Breves-PA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Art. 150, da Lei Municipal N.º 1.601/92; RESOLVE:

Art1º - Determinar a instauração de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, prevista no Art.145 da Lei Municipal Nº 1.601/92, Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Breves, atribuídas ao servidor público municipal, WILLIAM FARIAS DA COSTA, Contador, matrícula 434, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, que tipifica infração sujeita a penalidade disciplinar.

Esta Portaria encontra-se na íntegra fixada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Breves.

Protocolo 944824

EXTRATO DA NOTIFICAÇÃO DE INDICAÇÃO DE PAD, DE 28/03/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, notifica o servidor público municipal WILLIAM FARIAS DA COSTA, matrícula 434, contador, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, sobre denúncia efetuada ao Poder Público Municipal de possíveis transgressões no serviço público, cometidas pelo servidor em questão no exercício de suas funções, e instaura Processo Administrativo Disciplinar por meio da Portaria nº 093 de 21 de março de 2016.

Exige-se o comparecimento do autuado, ou seu procurador, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação deste instrumento, no horário de 9 as 14 horas no Gabinete da Secretaria Municipal de Administração. Esta Notificação encontra-se na íntegra fixado no quadro de avisos da Prefeitura de Breves.

Maíla Machado Costa
Secretária Municipal de Administração

Protocolo 944825

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETÁ
AVISO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 011.01/2015-SEMED. Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 011/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: N.S. CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 12.064.241/0001-83. Objeto: aditamento de tempo 120 (cento e vinte) dias. Vigência 22/02/2016 até 20/06/2016. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 011.06/2015-SEMED. Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 011/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: N.S. CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 12.064.241/0001-83. Objeto: aditamento de tempo 120 (cento e vinte) dias. Vigência 22/02/2016 até 20/06/2016. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 012.01/2015-SEMED. Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 012/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: N.S. CONSTRUTORA LTDA - ME, CNPJ: 12.064.241/0001-83. Objeto: aditamento de tempo 90 (noventa) dias. Vigência 17/11/2015 até 14/02/2016. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 003.16/2015-SEMED. Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: TRICONSTRUCOM CONSTRUÇÕES - ME, CNPJ: 19.581.234/0001-06. Objeto: aditamento de tempo 60 (sessenta) dias. Vigência 16/11/2015 até 14/01/2016. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 003.14/2015-SEMED. Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: TRICONSTRUCOM CONSTRUÇÕES - ME, CNPJ: 19.581.234/0001-06. Objeto: aditamento de tempo 60 (sessenta) dias. Vigência 16/11/2015 até 14/01/2016. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 03.03/2015-SEMED. Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: J.M.S Construtora e Serviços LTDA-EPP, CNPJ: 13.300.152/0001-51. Objeto: aditamento de tempo 90 (noventa) dias. Vigência 17/12/2015 até 15/03/2016 Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 03.02/2015-SEMED. Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: J.M.S Construtora e Serviços LTDA-EPP, CNPJ: 13.300.152/0001-51. Objeto: aditamento de tempo 90 (noventa) dias. Vigência 16/12/2015 até 14/03/2016 Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 03.04/2015-SEMED. Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: J.M.S Construtora e Serviços LTDA-EPP, CNPJ: 13.300.152/0001-51. Objeto: aditamento de tempo 90 (noventa) dias. Vigência 17/12/2015 até 15/03/2016 Amparo

Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 03.06/2015-SEMED. Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: J.M.S Construtora e Serviços LTDA-EPP, CNPJ: 13.300.152/0001-51. Objeto: aditamento de tempo 90 (noventa) dias. Vigência 15/01/2016 até 13/04/2016 Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 03.10/2015-SEMED. Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: J.M.S Construtora e Serviços LTDA-EPP, CNPJ: 13.300.152/0001-51. Objeto: aditamento de tempo 90 (noventa) dias. Vigência 16/12/2015 até 14/03/2016 Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 003.15 /2015-SEMED. Processo: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: MEGACONST, CONTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ: 09.508.468/0001-66. Objeto: aditamento de tempo de 120 dias. Vigência: 27/10/2015 até 23/02/2016. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 003.08/2015-SEMED. Processo: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: MEGACONST, CONTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ: 09.508.468/0001-66. Objeto: aditamento de tempo de 90 dias. Vigência: 16/12/2015 até 13/04/2016. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 003.05/2015-SEMED. Processo: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: MEGACONST, CONTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ: 09.508.468/0001-66. Objeto: aditamento de tempo de 90 dias. Vigência: 16/12/2015 até 13/04/2016. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº003.12/2015-SMS. Processo: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: M.M MACIEL SERVIÇOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA CNPJ: 06.889.099/0001-03. Objeto: aditamento de tempo de 120 dias. Vigência: 01/12/2015 até 28/02/2016. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de Valor ao Contrato nº 002.01/2015-SMS. Processo: T CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Saúde. Contratada: M.M MACIEL SERVIÇOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA CNPJ: 06.889.099/0001-03. Objeto: aditamento de valor de R\$ 23.424,18. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 65 inciso I, "b". Ordenador Maurício César Soares Bezerra Secretário Municipal de Saúde de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº003.12/2015-SMS. Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 012/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: H.C GOMES SERVIÇOS CONSTRUTORA COMERCIO E SERVIÇOS-EIRELI-EPPLTDA CNPJ: 18.135.336/0001-07. Objeto: aditamento de tempo de 120 dias. Vigência: 17/12/2015 até 14/04/2016. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº003.09/2015-SMS. Processo: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2015-SEMED. Contratante: Secretaria Municipal de Educação. Contratada: A MIRANDA CAPELA CONSTRUTORA COMERCIO E SERVIÇOS-EIRELI-EPPCNPJ: 06.889.099/0001-03. Objeto: aditamento de tempo de 120 dias. Vigência: 01/12/2015 até 28/02/2016. Amparo Legal: Lei 8.666/93, Art. 61. Ordenador: Gilmar Pereira da Silva Secretário Municipal de Educação de Cametá.

Protocolo 944772

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016, tipo menor preço Unitário, para Aquisição de Materiais de Limpeza e Descartáveis, para suprir as necessidades de Diversas Secretarias Municipais, Fundos e Programas, Durante o Exercício de 2016. Abertura será realizada no dia 12/04/2016, às 09:00 h, na Sala de Licitações da Prefeitura.

Ozias Freitas Barroso
Pregoeiro.

Protocolo 944798

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
AVISOS DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL 9/2016-120401. Tipo menor preço unitário, para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes necessários para estruturação do Eixo Qualificar SUS e implantação do sistema Horus, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações do Edital e seus anexos. Abertura: 12/04/2016 às 09:00hs; **PREGÃO PRESENCIAL 9/2016-130401.** Tipo menor preço unitário, para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes referentes às Emendas cadastradas no FNS sob os números de propostas 12846.471000/1140-01 e 12846.471000/1140-02, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações do Edital e seus anexos. Abertura: dia 13/04/2016 às 09:00hs. **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016.** Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, destinado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, considerando o disposto na Lei 11.947/09 e na Resolução FNDE/CD Nº 26/2013, para o município de Ipixuna do Pará. Abertura: dia 20/04/2016 às 09:00hs, Os certames serão realizados na sala de reuniões da CPL, sito à Trav. Cristóvão Colombo s/nº. Os editais estarão disponíveis no endereço acima citado, de segunda a sexta de 08 às 12h.

Aquilino S. Neto
Pregoeiro

Fernanda F. Pimentel
Secretária de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2016. Para Nomeação e Posse do Concurso Público CPPMI Nº 001/2010 do Exmo. Senhor Salvador Chamon Sobrinho, Prefeito Municipal de Ipixuna do Pará, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais conferidas através dos Artigos 89, inciso I, VI e IX e 95, inciso I, c/c o Art. 25 e seus Parágrafos, ambos da Lei Orgânica do Município;
01 - Considerando o Concurso Público realizado no dia 25 de abril de 2010 nos termos do Edital CPMPPI-001/2010 e homologado pelo DECRETO Nº 230/2010 de 26 de novembro de 2010, Ficam Convocados pelo presente Edital os candidatos Classificados, para preenchimento de vaga, conforme ANEXO I, fazendo parte integrante desta Convocação, a comparecer no dia 04/04/2016, na Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, sito prédio da Prefeitura Municipal, no horário de 08:00 h (oito) às 13:00 h (treze) horas, afim de ser nomeado;
02 - Em hipótese alguma será prorrogada a data e prazo previsto neste Edital de Convocação;
03 - Os demais candidatos não realizaram a Terceira Fase, do Exame Documental, de caráter Eliminatório, estão Automaticamente Eliminados do certame.
Anexo I - Candidatos Considerados Aptos/Eronita Neves Oliveira - Assistente Social/Erika Bezerra Urner - Psicólogo.

CHAMON SOBRINHO
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 944799

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA
AVISO DE ADIAMENTO

Venho informar que o Pregão Presencial nº 5/20161503-01-PP-PMM-SESAU objeto é a aquisição de medicamentos para atender a demandas da Secretaria Municipal de Saúde, as Diretorias acopladas e demais Estabelecimentos de Saúde, com data de abertura para o dia 30/03/2016 as 09h30min na Secretaria municipal de saúde foi adiada sem data prevista para nova abertura em razão de ajustes no edital. Ordenadora de Despesas Helen L. M. Guimarães Begot-Secretária Municipal de Saúde.

Protocolo 944567

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA/PA RESULTADO DA LICITAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente termo, a pregoeira e equipe de apoio da Prefeitura Municipal de Marituba/PA, torna público para conhecimento dos interessados, o julgamento da proposta de preços que trata o PREGÃO PRESENCIAL nº 5/20160203-PMM-PP/SEOF, que teve como objetivo "Contratação de Serviços Gráficos para impressão de camês de IPTU, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Orçamento e Finanças do Município de Marituba/PA, para o exercício de 2016". Desse modo, satisfazendo à lei e ao mérito, HOMOLOGO e ADJUDICO a proponente vencedora: Jeder Lima Freitas 00108786102 CNPJ: 18.368.115/0001-07, item 01 com o valor global de R\$ 22.550,00. Vencedora do certame, nos termos da Ata de Sessão de julgamento. Conforme proposta consolidada. Homologo a licitação na forma da Lei nº. 8666/93 e Lei nº 10.520/2002. Data de assinatura: 22.03.16 - Ord. de Desp.:Mário Henrique de Lima Biscaro.

Protocolo 944815

PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

ESTADO DO PARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas para fornecimento de material elétrico, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Medicilândia e Secretaria Municipal de Educação; ABERTURA: 14 de abril de 2016, às 09h00min; LOCAL PARA RETIRADA E INFORMAÇÕES: Prédio da Prefeitura de Medicilândia/PA, das 08h00min às 14h00min.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas para recarga e aquisição de gás, água mineral e refrigerante, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Medicilândia e Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social; ABERTURA: 15 de abril de 2016, às 09h00min; LOCAL PARA RETIRADA E INFORMAÇÕES: Prédio da Prefeitura de Medicilândia/PA, das 08h00min às 14h00min.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas para aquisição de pneus, câmaras e fitões, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Medicilândia; ABERTURA: 18 de abril de 2016, às 09h00min; LOCAL PARA RETIRADA E INFORMAÇÕES: Prédio da Prefeitura de Medicilândia/PA, das 08h00min às 14h00min.

AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas escolas municipais que ofertam a Educação Infantil (creche), Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos e do Programa Mais Educação, no atendimento de demandas da Secretaria Municipal de Educação de Medicilândia; ABERTURA: 26 de abril de 2016, às 09h00min; LOCAL PARA RETIRADA E INFORMAÇÕES: Prédio da Prefeitura de Medicilândia/PA, das 08h00min às 14h00min.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para construção de uma CRECHE - 103245 CRECHE VILA PACAL - TERMO DE COMPROMISSO Nº PAC2 7575/2013, na Vila Pacal, Rua D, Medicilândia - PA, Projeto 2 Convencional, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação; ABERTURA: 19 de abril de 2016, às 09h00min; LOCAL PARA RETIRADA E INFORMAÇÕES: Prédio da Prefeitura de Medicilândia/PA, das 08h00min às 14h00min.

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para construção de uma CRECHE 8465-PAC2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 002 - TERMO DE COMPROMISSO Nº PAC2 7050/2013, na Rua Acesso, Medicilândia - PA. Projeto 1 Convencional, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação; ABERTURA: 04 de maio de 2016, às 09h00min; LOCAL PARA RETIRADA E INFORMAÇÕES: Prédio da Prefeitura de Medicilândia/PA, das 08h00min às 14h00min.

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para construção de uma CRECHE - 100825 CRECHE Centro - TERMO DE COMPROMISSO Nº PAC2 9058/2014, na Avenida Alcides Fredericci, Medicilândia - PA. Projeto 1 Convencional, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação; ABERTURA: 05 de maio de 2016, às 09h00min; LOCAL PARA RETIRADA E INFORMAÇÕES: Prédio da Prefeitura de Medicilândia/PA, das 08h00min às 14h00min. Medicilândia-PA, 30 de março de 2016.

Cleide Ferreira Chaves
Presidente da CPL

Protocolo 944733

PREFEITURA MUNICIPAL DE MUANÁ

Errata

A prefeitura Municipal de Muaná torna público a ERRATA de Publicação do dia 24 de novembro de 2015 neste Diário Oficial, pag. 93, de Extrato de contrato de Dispensa de Licitação/ Chamada Pública-001/2015, **ONDE SE LÊ:** "no valor global de R\$ 290.650,00, LEIA-SE: **R\$ 393.148,50. Permanecendo inalterado as demais** informações. Presidente da CPL.

Protocolo 944263

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO PROGRESSO
COMUNICADO DE PROCESSO SELETIVO. A Prefeitura Municipal de Novo Progresso/PA, por meio de seu Prefeito em exercício, Eloido José Bertollo, torna público que realizara o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016-PMNP, para Agentes Comunitários de Saúde-ACS e Agentes de Combate às Endemias-ACE, no município de Novo Progresso/PA, sob a supervisão da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, criada pela Portaria nº 187/2016-GPM/NP. As provas serão elaboradas, executadas e corrigidas por profissionais da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESP, lotados no 9ª Centro Regional de Saúde/Sespa-Santarém. Número de vagas 49 para ACS e 18 vagas para Agente de Combate às Endemias, ambos com Vencimento Base de R\$ 1.014,00 e carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Valor da Inscrição: R\$ 60,00 (sessenta reais), Local de Inscrição Setor de Arrecadação e Tributos, de forma presencial de 01/04/2015 à 01/05/2016, mais informações no site da Prefeitura Municipal de Novo Progresso/PA: www.novoprogresso.pa.gov.br, no Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2016. Eloido José Bertollo.

Protocolo 944800

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE PARAGOMINAS**

CONCORRÊNCIA nº 004/2016 - Obj: Contratação de saldo remanescente de obras de construção de quadra coberta com vestiário (25,80X38m) EMEF Terezinha Scaramussa. **Data de Abertura: 02/05/2016 às 09:00 hs.** A retirada do Edital deverá ser efetuada de 8 às 12h e das 14 às 18h na sede da PMP, sito na Rua do Contorno, 1212 - Centro, onde se realizará o certame. Pgm.31/03/2016.

CONCORRÊNCIA nº 005/2016 - Obj: Contratação de saldo remanescente de obras de construção de quadra coberta com vestiário (25,80X38m) EMEF Dom João VI. **Data de Abertura: 04/05/2016 às 09:00 hs.** A retirada do Edital deverá ser efetuada de 8 às 12h e das 14 às 18h na sede da PMP, sito na Rua do Contorno, 1212 - Centro, onde se realizará o certame. Pgm.31/03/2016.

PREGÃO PRESENCIAL nº. 024/2016. Obj.: Cont. de emp. para os serviços de impressão, disponibilizando 10 impressoras multifuncionais coloridas, em regime comodato para atender a Secretaria Municipal de Educação. **Data de Abertura: 14/04/2016 as 09:00 hs.** A retirada do Edital deverá ser efetuada de 8 às 12h e das 14 às 18h na sede da PMP, sito na Rua do Contorno, 1212 - Centro, onde se realizará o certame. Pgm.: 31/03/2016.

2º TERMO ADITIVO - 101/2016 - CONT. - 604/15, PREGÃO PRESENCIAL nº. 068/15, PMP/E & H CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME. Referente à renovação contratual por igual período e valor. Vigência: 13/03/16 à 25/05/16. Valor global R\$: 23.520,16. Ord. de Despesa: Paulo Pombo Tocantins - Prefeito Municipal.

2º TERMO ADITIVO - 102/2016 - CONT. - 070/15, PREGÃO PRESENCIAL nº 069/14, PMP/AWX ELÉTRICA LTDA-EPP. Referente ao reajuste de preços de aprox. 11,874% sobre os serviços e 19,23 % sobre os materiais. Valor global R\$: 329.242,30. Ord. de Despesa: Paulo Pombo Tocantins - Prefeito Municipal.

3º TERMO ADITIVO - 107/2016 - CONT. - 236/14, CONVITE nº 008/14, PMP/EKO COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA. Referente à renovação contratual por igual período e valor. Vigência: 26/04/16 à 21/12/16. Valor global R\$: 48.000,00. Ord. de Despesa: Paulo Pombo Tocantins - Prefeito Municipal.

4º TERMO ADITIVO - 137/2016 - CONT. - 691/15, DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 029/15, PMP/M.M.C. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Referente ao acréscimo de aproximadamente 15,8571% s/o valor do Cont. Valor global R\$: 10.010,41. Ord. de Despesa: Paulo Pombo Tocantins - Prefeito Municipal.

CONT. - 144/2016 - PROCESSO n.º 2014/523002, PREGÃO ELETRÔNICO n.º 032/14, PMP/TERACON TELEMÁTICA S.A. Obj: Aquis. de material permanente para servir de suporte e backup de equipamento do Projeto Cidade Digital, conforme adesão a Ata de Registro de Preços nº32/14 do Pregão Eletrônico nº 032/14 - SRP, que é parte integrante e indivisível deste instrumento. Valor global R\$: 8.141,48. Rec.: Próprio. Vig: 03/03/16 à 31/12/16. Ord. Desp: João Bosco Gabriel - Prefeito em Exercício.

CONT. - 173/2016 - PREGÃO PRESENCIAL nº 009/16, PMP/CBAA-COMPANHIA BRASILEIRA DE ASFALTO DA AMAZÔNIA. Obj: Aquis. de emulsões asfálticas RM-1C, cap 50/70 e cm-30 para obras de pavimentação asfáltica/correção de pavimento de vias no perímetro urbano. Valor global R\$: 4.159.000,00. Rec.: Próprio. Vig: 16/03/16 à 31/12/16. Ord. Desp: Paulo Pombo Tocantins - Prefeito Municipal.

CONT. - 176/2016 - PREGÃO PRESENCIAL nº 032/15, PMP/RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI - ME. Obj: Aquis. de material farmacológico, hospitalar

e outros materiais de consumo, para atender as neces. da Secretaria Mun. de Saúde, Seus Programas e Hospital Mun. de Paragominas. Valor global R\$: 541.332,50. Rec.: FMS, PAB. Vig: 17/03/16 à 31/12/16. Ord. Desp: Paulo Pombo Tocantins - Prefeito Municipal.

Protocolo 943995

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE PARAUPEBAS**

**ESTADO DO PARA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº: 20160213
ORIGEM: CONCORRÊNCIA Nº 3/2015-003SEHAB**
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL
CONTRATADA(O): QUALYFAST CONSTRUTORA LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de obra de Recuperação da Área Degradada do Residencial Alto Bonito, localizado na PA 160, zona urbana do Município de Parauapebas, Pará.
VALOR TOTAL: R\$ 28.905.049,44 (vinte e oito milhões, novecentos e cinco mil, quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos)
PROGRAMA DE TRABALHO: Exercício 2016 Atividade 2601.164821204.2.146 Programas Habitacionais , Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica, Subelemento 3.3.90.39.99, no valor de R\$ 28.905.049,42
VIGÊNCIA: 21 de Março de 2016 a 21 de Setembro de 2017
DATA DA ASSINATURA: 21 de Março de 2016

Protocolo 944544

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTA MARIA DO PARÁ**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO PARÁ
AVISO DE ADIAMENTO.** A Prefeitura Municipal de Santa Maria do Pará avisa aos interessados que o Pregão Presencial nº 9/2016-180302. Objeto: Aquisição de material elétrico para manutenção da iluminação pública do município de Santa Maria do Pará, com abertura prevista para o dia 01/04/2016 às 09h, fica adiado para o dia 15/04/2016 às 09:00h. O restante permanece inalterado.

Raimunda de C. Pereira
Pregoeira.

Protocolo 944803

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SANTANA DO ARAGUAIA**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ARAGUAIA
AVISOS DE LICITAÇÃO**
O Pregoeiro avisa aos interessados que realizará licitações na modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2016
No dia 14 de abril de 2016 às 08h00min horas. Objeto: Aquisição de óleo lubrificantes e filtros para a Prefeitura Municipal no ano de 2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2016
No dia 15 de abril de 2016 às 08h00min: Objeto: Aquisição de 01 Roçadeira Hidráulica para a Sec. Munic. de Agricultura no ano de 2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2016
No dia 15 de abril de 2016 às 09hmin. Objeto: Serviços de Dedetização para a Sec. Munic. de Educação no ano de 2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2016
No dia 15 de abril de 2016 às 11h00min. Objeto: Aquisição de Produtos Agropecuários para as Sec. de Agricultura e Obras no ano de 2016.
Cópias dos Editais serão obtidas através do e-mail pmsolicitacao@bol.com.br ou na sala da Comissão de Licitação, no endereço, Praça dos Três Poderes, das 8:00 às 13:00 horas - Santana do Araguaia-PA,

José Pereira Santos
Pregoeiro

Protocolo 944254

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS
RETIFICAÇÃO.** No Aviso de licitação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2016-1801001 - CPL/PMSCO, Circulada no DOE/PA, pág. 100, em 30/03/16. Objeto: Aquisição de Material de uso Laboratorial e Odontológico de Consumo, Instrumental e Permanente para atender as Demandas do Fundo Municipal de Saúde. Onde se lê: Data de Abertura: 14/04/2016 às 09:00hs. Leia-se: Data de Abertura: 13/04/2016 às 10:00hs, as demais informações permanecem inalteradas.

Marcia Leite
Pregoeira

Protocolo 944804

**PREFEITURA MUNICIPAL
DE SÃO JOÃO DE PIRABAS**

A Prefeitura Municipal de São João de Pirabas comunica para os devidos fins os EXTRATOS da Ata de Registro de Preços: Pregão Presencial nº 007/2016 - que objetiva a Aquisição de Combustíveis (Diesel e Gasolina) com fornecimento dentro do perímetro urbano do município de São João de Pirabas. Empresa Vencedora: ANTONIO AILTON DA COSTA SANTOS E CIA LTDA-ME CNPJ: 07.157.285/0001-18. Valor: item 001 (R\$ 3,98), 002 (R\$ 340). Data da Assinatura 30/03/2016. Vigência: 12 meses. Pregão Presencial nº 008/2016 - que objetiva o Fornecimento de Refeições para atender as necessidades da Prefeitura Municipal e Fundos do Município de São João de Pirabas. Empresa Vencedora: JOÃO RICARDO LOBATO DE NAZARÉ 42855187249 CNPJ: 23.907.137/0001-20. Valor: item 001 (R\$ 14,00), 002 (R\$ 14,00). Data da Assinatura 30/03/2016. Vigência: 12 meses.

Protocolo 944665

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SAPUCAIA**

**AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 - PMS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA - PA,**informa que o pregão de nº09/2016 que se realizaria às 15:30 horas do dia 31 de março de 2016, na Rua Jasmim, nº 380, Centro, licitação na modalidade Pregão, o tipo Menor Preço, visando a Contratação de Empresa para *para Fornecer Peças, Pneus e Acessórios para Veículos e Maquinas da Administração em geral.* Foi adiado para o dia 07 de ABRIL de 2016 às 15:30 horas, no mesmo endereço supracitado, não havendo qualquer alteração em seu edital e anexos., *O Edital poderá ser obtido no horário das 08h00 às 12h00 horas, de segunda à sexta-feira, na Sala de Licitações da Prefeitura, situada no endereço acima.* *Outras informações pelo telefone nº (0**94) 3382-2050, ou na Sala de Licitações.*
Sapucaia - PA, 29 de Março de 2016.

JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro

Protocolo 944766

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOURE AVISO DE LICITAÇÃO

PP Nº 11/2016-PMS Abertura: 11/04/2016, às 14h. Objeto: Sistema de Registro de Preço para Eventual Aquisição de Material de Higiene e Limpeza. Edital e seus anexos - sala da CPL, sito à Segunda Rua, nº. 351 - Centro.

João Luiz oliveira Souza Melo
Prefeito

Protocolo 944540

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAILÂNDIA AVISO DE ERRATA

A CPL da Prefeitura de Tailândia torna-se público a Errata do Aviso de extrato Ata de Registro de Preço e contratos Pregão Presencial SRP Nº 9/2016-004. Publicado no dia 29/03/2016, no jornal "Diário Oficial do Estado do Pará (IOEPA)" onde se lê: Contrato nº. 20160087 Fernandes e Santos Transp. e Com. de Combustíveis Ltda/FMAS, e Contrato nº. 20160088 Fernandes e Santos Transp. e Com. de Combustíveis Ltda/FMS: **Leia-se** Contrato nº. 20160088 Fernandes e Santos Transp. e Com. de Combustíveis Ltda/FMAS e Contrato nº. 20160089 Fernandes e Santos Transp. e Com. de Combustíveis Ltda/FMS.

TAILÂNDIA- PA 29 de Março de 2016

GESSICA SANTOS FERREIRA
PRSDENTE DA CPL

Protocolo 944069

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMÉ-AÇU

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2016. Processo Licitatório nº 7/2016-204001. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Rural Ou suas organizações, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Educação, Destinados a Garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, Necessárias ao acesso e a Permanência da Criança na Educação Infantil, Conforme Art. 4º, Parágrafo 4º da Lei nº 12.722/2012. Abertura: 20/04/2016, às 09h00min. Local: Sala da CPL. Integra dos editais e informações disponíveis na PMTA, Sala da CPL sito à Av. Três Poderes, nº 738 Centro - Tomé Açú/PA de segunda à quinta, no horário de 08:00 às 12:00.

Adriana da Silva Portilho
Presidente da CPL.

Protocolo 944808

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ

EXTRATOS DE CONTRATO. A Prefeitura M. de Uruará publica extratos de Contratos firmados com a empresa: Mundo Digital Informática Ltda - Me; Contrato nº 20169059 - FMAS no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); CONTRATO Nº 20169060 - FME no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); CONTRATO Nº 20169061 - FMS no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais); CONTRATO Nº 20169062 - FUNDEB no valor

de R\$ - 15.000,00 (quinze mil reais); CONTRATO Nº 20169063 - PMU no valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais) e CONTRATO Nº 20169064- SMMA no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Objeto: prestação de serviço de acesso à Internet, a fim de atender a demanda da Prefeitura Municipal de Uruará e demais Fundos que compõem a gleba administrativa. Data dos Contratos 30/03/2016 Vigência: 30/03/2016 a 31/12/16. Pregão Presencial 9/2016-00016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO. A Prefeitura M. de Uruará publica 10º termo aditivo de prorrogação de Prazo de Vigência dos Contratos nº 20139071-PMU, Contrato nº 20139072-FMS, Contrato nº 20139073-FME e Contrato Nº 20139074-FUNDEB, Contrato Nº 20139075-FMAS firmados com a empresa: E. Santos da Silva Informática - Me. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de instalação de Software, Manutenção e Reparos em redes e Hardwares, a fim de atender a demanda da prefeitura municipal de Uruará e demais secretarias que compõem a gleba administrativa. Assinatura do aditivo: 29/03/16. Vigência 29/03/16 à 30/06/16. Ref. P. P. nº 9/2013-00014.

Protocolo 944811

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU

AVISO DE LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016. Contratação de prestação de serviços de tapa-buracos com Fornecimento de Material Asfalto CBUQ, utilizando equipamentos compactos de tapa-buracos, nas ruas do Município de Viseu/PA. Abertura: 15/04/2016 as 08:00. Edital disponível na sala de licitações do Município de Viseu/PA.

Protocolo 944813

PARTICULARES

A empresa **AMAZON FISH MAW LTDA**, com o CNPJ: 23.036.145/0001-48, torna público que requereu junto com a SEMAS/PA a Licença de Operação, para atividade de comercialização e manejo de recursos aquáticos vivos, sob o protocolo 30169/2015, localizado na Passagem Providência nº 54, bairro do Coqueiro, no município de Ananindeua/PA.

Protocolo 942041

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTANA DO ARAGUAIA- PA AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 003/16

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ (MF) nº 17.546.234/0001-31, torna público, que fará realizar, às 11:30 horas do dia 20 de abril de 2015, Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 003/16 tipo MENOR PREÇO, regime de empreitada integral, que tem como objeto Contratação de empresa para reforma da quadra da E.M.E.F. Maria de Lourdes Casadini, Para atender as necessidades da secretaria Municipal de Educação no ano de 2016. Cópias dos Editais serão obtidas através do e-mail pmsallicitacao@bol.com.br ou na sala da Comissão de Licitação, no endereço Av. Gilberto Carvelli, s/ nº Bairro Bel Recanto, das 8:00 às 13:00 horas - Santana do Araguaia-PA.

José Pereira dos Santos
Presidente CPL

Protocolo 943654

CEREALISTA VALE FERTIL LTDA, localizada na Rod. BR 222 km 57, Zona Rural no Município de Rondon do Pará -PA, inscrita no CNPJ nº 63.831.820/0001-45 e IE nº 15.160.361-8, torna público que requereu junto a SEMA-PA - Secretaria De Estado de Meio Ambiente, a Licença de Operação - L.O em 18/05/2011. CEREALISTA VALE FERTIL LTDA, localizada na Rod. BR 222 km 57, Zona Rural no Município de Rondon do Pará -PA, inscrita no CNPJ nº 63.831.820/0001-45 e IE nº 15.160.361-8, torna público que recebeu da SEMA-PA - Secretaria De Estado de Meio Ambiente, a Licença de Operação - L.O nº 6160/2011 com validade até 17/10/2015.

CEREALISTA VALE FERTIL LTDA, localizada na Rod. BR 222 km 57, Zona Rural no Município de Rondon do Pará -PA, inscrita no CNPJ nº 63.831.820/0001-45 e IE nº 15.160.361-8, torna público que requereu junto a SEMA-PA - Secretaria De Estado de Meio Ambiente, a renovação da Licença de Operação - L.O nº 6160/2011 com validade até 17/10/2015, em 12/03/2015.

Protocolo 944286

SUPERQUIMICA IND. COM. E REP. LTDA-CNPJ 07.661.573/0001-05, St B, Qd 05, Lt 06, Dist.Ind.Anan. req. da SEMMA/Ananindeua/PA, prot. R011416, em 22/01/16, ren. da LO L021215 p/ ativ. de Fab.de prod. de limpeza e polimento.

Protocolo 944687

IND. SUPERMASSA LTDA, CNPJ 05.273.204/0001-10, St B, Qd 05, Lt 07, Dist.Ind.Ananindeua, req. da SEMMA/Ananindeua/PA, prot. R011316, em 22/01/16, ren. da LO L021715, p/ ativ. de Fab.de prod. Químicos minerais não metálicos.

Protocolo 944688

MAKARÚ IND. COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ 04.320.479/0001-02, Rua da Providencia, nº 175, Coqueiro, Ananindeua/PA, recebeu da SEMMA/Ananindeua LO L032116, val. 10/03/2017, p/a atividade de Produção de pinto de um dia.

Protocolo 944689

EMPRESARIAL

G M BATENTE & GUARNIÇÕES EIRELI - ME, LOCALIZADA NA CIDADE DE PLACAS-PA, CNPJ 24.022.412/0001-90, VEM TORNAR PUBLICO QUE RECEBEU A L.O - LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 012/2016 VENCIMENTO 11/03/2020 PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLACAS-PA

Protocolo 940946

MADESA - MADEIREIRA SANTARÉM LTDA, localizada na Rodovia Santarém - Cuiabá, km 04, Matinha, Santarém/PA, torna público que requereu da SEMAS/PA, através do processo nº. 2016/6981 renovação da Licença de Operação - LO nº.: 8701/2014, para atividade de DESDOBRO DE MADEIRA EM TORA PARA PRODUÇÃO DE MADEIRA SERRADA E SEU BENEFICIAMENTO/ SECAGEM

Protocolo 942050

R. J. DADALT - ME, instalada na rodovia Transamazônica, s/nº, km 205, zona Rural, município de Placas, Estado do Pará, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Placas/PA, Licença de Operação - LO nº.: 014/2016, para atividade de DESDOBRO DE MADEIRA EM TORA PARA PRODUÇÃO DE MADEIRA SERRADA/LAMINADA/ FAQUEADA.

Protocolo 942193

LICENÇA DE OPERAÇÃO

O CONSÓRCIO TAMASA CIMCOP, inscrito no CNPJ 18.021.638/0001-74, torna público que requereu à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS a prorrogação de sua LICENÇA DE OPERAÇÃO LO com validade até 18/05/2016 para atividade de Extração de rochas para uso imediato na construção civil, localizada na BR 230, km 75, à direita, município de Itupiranga - PA.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

O CONSÓRCIO TAMASA CIMCOP, inscrito no CNPJ 18.021.638/0001-74, torna público que requereu à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS a prorrogação de sua LICENÇA DE OPERAÇÃO LO com validade até 18/05/2016 para atividade de Britagem de Pedras, localizada na BR 230, km 75, à direita, município de Itupiranga - PA.

Protocolo 942869

À empresa Cristal Branco Comércio Ltda Epp, CNPJ nº 17.285.287/0001-46, torna publico que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, a Licença de operação para Comércio Varejista - Supermercados, localizado na BR 230 km 177, Uirapuru, Novo Repartimento, Estado do Pará.

Protocolo 943436

A **Cargill Agrícola S/A**, inscrita no CNPJ 60.498.706/0401-08, em Itaituba/PA, solicitou da SEMAS-PA a Licença Prévia e Licença de Instalação para atividade de pátio de triagem de caminhões no município de Itaituba/PA

Protocolo 943500

ENSILEMOS -ARMAZENS E COMERCIO LTDA, CNPJ:23.465.904/0001-98, torna publico que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA de Santana do Araguaia a Licença de Operação com validade até 20/03/2020, para a atividade de ARMAZÉM PARA GRÃOS/CEREAIS COM BENEFICIAMENTO em Santana do Araguaia-PA.

Protocolo 943528

A Diretora do **CENTRO EDUCACIONAL TECNOLÓGICO**, torna pública a relação de alunos concluintes do Curso Educação de Jovens e Adultos- EJA- A Nível de Ensino Médio, em 26/02/2016: Ana Paula Gomes, Antonio Pereira Leite, Cayo Rodrigues de Albuquerque, Cristiano Lima dos Santos, Daniel Porto, Eduardo Martins Veneroso, Edvaldo Alves da Silva, Fernanda Nonato Fagundes, Fernando dos Reis Justiniano da Silva, Hayane Borges Barcelos, Helio Rodrigues de Miranda, Ingrid Quintão Caldeira, Jane Carvalho dos Santos Lopes, Jane Cleide Ferreira dos Santos, Jefferson Estadual dos Santos, Juliany de Sousa Reis, Kelly Sant Ana Henriques, Luciano Lima da Silva, Luciano Pereira de Santana, Lucimar Vieira do Carmo, Luis Fabiano Siqueira Junior, Marcia Pereira Gomes, Maria Aparecida Jose da Silva, Maria Camila dos Santos, Nyara Evangelista Tinim, Priscila Delalibera Vieira, Rafael Henrique Alvarenga Ribeiro, Rafael Moreira dos Santos, Raí dos Santos Azevedo, Renato Aparecido Rodrigues, Renato Bitti Suzano, Ricardo de Sousa Lemos, Roberto Gomes dos Santos Novaes, Salatiel Leite da Silva, Valmir Tadeu Caieiro.

Protocolo 943560

SOCOCO S.A. Agroindústrias da Amazônia
Sociedade de Capital Autorizado
CNPJ/MF 05.832.555/0001-13
NIRE/JUCEPA Nº 15.300.013.411

Capital Autorizado: R\$ 200.000.000,00
Capital Subscrito: R\$ 160.538.630,00
Capital Realizado: R\$ 160.538.630,00

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da **Sococo S.A. Agroindústrias da Amazônia**, na forma prevista no Art. 124, da Lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 08 de abril de 2016, às 08:00 h, na sede da Companhia situada na Fazenda Sococo, à margem da Rodovia PA-252 (Mojú-Acará), Km 38, Mojú/PA, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (1) Em Assembleia Geral Ordinária:** tomada das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará e no periódico Diário do Pará, nas edições de 24.02.2016; proposta de destinação do resultado do exercício apresentada pela administração da Companhia; eleição dos membros do conselho de administração para o triênio 2016/2019; e, **(2) Em Assembleia Geral Extraordinária:** proposta de aumento de capital social da Companhia, com a consequente modificação do Artigo 5º do Estatuto Social; fixação da remuneração dos administradores da Companhia.

Mojú, PA, 31 de março de 2016.

José Givago Raposo Tenório

Presidente do Conselho de Administração

Protocolo 943906

A **BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S/A** torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba - SEMMA, em 10/03/2016, a **Licença de Operação para Pesquisa Mineral** - LO nº 018/2016, para pesquisa mineral de ouro em área localizada no Município de Itaituba/PA. Validade até 10/03/2017.

Protocolo 943970

LOPES E NOBRE INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS LTDA-ME, CNPJ: 03.365.580/0001-09, torna público que recebeu da SEMMA de Redenção a Licença de Instalação com validade até 01/03/2018 para a atividade Beneficiamento do Leite em Redenção /PA.

Protocolo 943985

A **Mineração Rio do Norte S.A. (MRN)** torna público que requereu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) renovação da Licença de Operação nº 966/2010 para mina Bacaba (Processo nº 02001.003450/2004-10).

Protocolo 943993

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAUAPEBAS-SAAEP
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº.....: 032/2016-SAAEP
ORIGEM.....: PREGÃO Nº 002/2016SAAEP- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2016-SAAEP
CONTRATANTE.....: SAAEP-SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE PARAUAPEBAS.
CONTRATADA(O).....: ARCH QUIMICA BRASIL LTDA
OBJETO.....: Aquisição de Hipoclorito de Cálcio Granulado e em Tablete 65% de Cloro Ativo para utilização no processo de tratamento de água, no Município de Parauapebas, Estado Pará.

VALOR TOTAL.....: R\$ 881.820,00 (Oitocentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: Exercício 2016 Atividade 2801.171222031.2.150 Manutenção do SAAEP , Classificação econômica 3.3.90.30.00 Material de Consumo, Subelemento 3.3.90.30.11, no valor de R\$ 881.820,00.

VIGÊNCIA.....: 29 de Março de 2016 a 31 de Dezembro de 2016

DATA DA ASSINATURA.....: 29 de Março de 2016

Parauapebas, 29 de março de 2016

DAYTON NEVES PEREIRA

Pregoeiro

Protocolo 944038

FAZ. GAVIÃO, JAVAÉS S/A AGROPECUÁRIA, CNPJ: 02.547.024/0001-90, torna público o recebimento da LAR 12482/2016 para ativ. de pecuária, agricultura e reflorestamento, situada no município de Rondon do Pará/PA.

Protocolo 944131

CARTORIO DE PROTESTO DE LETRAS
VALE VEIGA 1º OFÍCIO

Faço saber que se encontram em meu Cartorio para serem protestados os seguintes titulos:dmi122700102 venc18/02/16 contra:grippon com de roupas lt ced/emporio radical lt me R\$325,00/dmi678/02 venc26/02/16contra:diego g silva me ced/f p monte ind e com de materi R\$3137,50/dmi1058 venc02/03/16contra:sonhare construtora e incorpos ced/martins fonseca com de v lt R\$411,00/dmi6583/03 venc28/02/16contra:d silva albuquerque e cia lt me ced/ramos cunha e cia lt R\$809,20/dmi1426/e venc29/02/16 contra:neilton da silva costa ced/ localdecor com de ferragens lt R\$830,44/dmi 179317 1 venc02/03/16 contra:carlos marley oliveira do nasc ced/sarruf s/a R\$2227,46/dmi414/03 venc05/03/16 contra:b c m nogueira ced/j r fortes oliveira - me R\$737,85/dmi505/03 venc05/03/16 contra:jerson jeronimo de oliveira ced/j r fortes oliveira R\$2151,72/dmi nf2101/03 venc04/03/16contra:tropical navegacao e transportes lt ced/tecnosolda serv indis lt R\$775,20/dmi350374 venc10/12/15 contra:irivan holanda nascimento ced/r m santos lt R\$80,00/dmi 213374 venc03/03/16 contra:eliane feline ced/riberball merc indl baloes lt R\$916,00/dmi 590341 venc28/02/16 contra:farmacia popular de belem lt epp ced/k m sampaio e cia lt R\$332,47/dmi12911/d venc03/03/16 contra:ivone soares gomes ced/zuggy-z ind e com lt me R\$1364,00/dmi 131327 venc02/03/16 contra:givanildo a do nascimento me ced/atacado sa R\$1607,66/dmi224 venc28/02/16 contra:helen cristiane da silva lopes ced/cinara amanda lisboa henderson e silva R\$1993,00/dmi80243c venc07/03/16 contra:gnsj com e servicos eirel ced/cogra com de maq lt R\$ 1073,66/dmi126352 venc03/03/16 contra:silva e rocha com de alimentos l ced/atacado sa R\$3150,52/dmi 383-7 venc04/03/16contra:luz carlos da silva costa ced/etna equipamentos p/ panif eireli R\$4000,00/dmi3915/3 venc01/03/16 contra: alessandra maria de oliveira fernandes ced/criacoes neneju lt R\$584,55/dmi1721venc04/03/16 contra:cp neves serv e com-me ced/r ferreira oliveira filho me R\$55,00/dmi21421b venc01/03/16 contra:j r com de calçados lt ced/fio ouro ind com calçados lt R\$1658,40/dmi103001 venc05/03/16 contra:a c f alves-me ced/guama tratamento de residuos lt R\$6103,09/dmi10032016venc10/03/16 contra:maria rosilene lima da silva ced/rgr imp e exp lt R\$345,61/dmi6968/01 venc04/03/16 contra:d silva albuquerque e cia lt ced/ramos cunha e cia lt R\$381,66/dmi 30724venc08/03/16 contra:maria helena correa 68538308220 ced/sunny brinquedos imp e exp li R\$563,50/dmi17494/6 venc08/03/16 contra:iraci andrade da rocha ced/tok final ind e com de confec R\$503,09/dmi111756-02

venc26/02/16 contra:phaz construtora lt epp ced/paraferro R\$1974,83/dmi 38411801 venc09/03/16 contra:benicio farias dos santos me ced/pado s/a indl com e importado R\$1175,40/dmi dp036667e venc15/02/16contra:one tecnologia automocao e com lt ced/skytef solucoes em captura de transacoes R\$2435,00/dmi 17144/02venc07/03/16 contra:ms marques me ced/polidental ind e com lt R\$871,25/dmi002 venc07/03/16 contra:fp da silva e cia lt ced/metalurgica varela lt R\$1000,00/dmi1191/7 venc30/12/15 contra:alexandrina vilhena barbosa ced/belem dist de marm e granitos R\$1906,12/dmi4748971002 venc05/03/16 contra:lopes e sales materiais de const lt ced/m a de moraes artefatos ceramicos R\$1840,88/dmi200b venc05/02/16 contra:eli ra da silveira me ced/carlos alberto portinho pirotti R\$869,70/dmi42368c venc29/02/16 contra:tinia cristina dias do espirito santos ced/belladerme com de cosmetics lt R\$206,86/dmi42998/001 venc10/03/16 contra:francisco paulo rizzo ced/sawary confs lt R\$71,42/dmi 199 venc05/03/16 contra:paulo sergio batista ced/m l a de araujo R\$2000,00/dmi131933501 venc10/03/16 contra:s marques s pereira me ced/indl levorin s/a R\$1072,94/dmi 1481/1 venc11/03/16 contra:malvares dos santos ced/ayko ind e com de pecas automotiva R\$451,54/dmi5500028766 venc09/03/16 contra:martins e franco com & servicos ced/serilon brasil lt R\$700,93/dmi 014767-3 venc23/02/16 contra:j r com de calçados lt ced/ind de calçados alvorada lt R\$1196,00/dmi 65060 venc10/03/16 contra:vera margareth l s nascimento ced/duque pneus e accessorios lt R\$1136,00/dmi n79605/3 venc08/03/16 contra:ana paula figueiredo vieira 51 ced/biasotto e cia lt R\$1216,92/dmi680412-20 venc20/01/16 contra:rufino com optico lt ep ced/multi-optica distrib lt R\$1730,56/dmi 5919-1 venc04/03/16 contra:maria helena correa me ced/edimagic editora lt R\$1468,32/dmi209193102 venc29/02/16 contra:joao batista mendonca do vale ced/bcr com e ind s/a R\$485,35/dmi704022016venc15/02/16 contra:le petit com varejista de animais ced/lider superm e magazine lt R\$3684,69/dmi7032/03 venc11/03/16 contra:m e a lopes me ced/coml faria com e servicos prod seg R\$684,38/dmi 14198-1 venc10/03/16 contra:maristela martinussi jeronimo ced/djp com e montagem de bijuterias lt R\$1130,19/dmi102/02/02 venc10/03/16contra:caio diniz de andrade saraiva ced/j r fortes oliveira R\$1559,92/dmi163-7/10 venc10/03/16 contra:app da conceicao coml me lj 10 ced/xavier com de ca R\$2420,00/dmi163/6venc10/03/16 contra:app da conceicao coml me ced/ antonio donizeth fonseca R\$2420,00/dmi 6383/01venc10/03/16 contra:r h n souza e cia lt ced/calçados maria candida lt R\$2952,00/dmi9544 venc09/03/16 contra:i da s nobrega me ced/jvs com de materiais eletricos R\$446,51/dmi 67985003 venc13/01/16 contra:l e com de aparelhos de ced/tim celular s/a R\$125,58/dmi67942502 venc14/12/15 contra:l e com de aparelhos de ced/tim celular R\$251,17/dsi multi-003 venc15/12/15 contra:lcr dias multimax ced/datasoftware i solutions R\$2650,00/dsi multi-006 venc15/12/15 contra:lcr dias multimax ced/datasoftware i solutions R\$2650,00/dmi10136 venc04/03/16 contra:marnie pimentel albuquerque ced/emops com e servico R\$180,00/dmi 2406/35 venc15/10/15 contra:k da silva santana epp ced/nid de petits atelier de costura e decor R\$681,08/dmi73484 venc10/01/16contra:pedro rodrigues de menezes ced/edna alves da silva me R\$50,00/dmi3861-4venc08/03/16 contra:joao batista mendonca do vale ced/j henrique a da silva epp R\$358,27/dmi9925/03 venc15/03/16 contra:jonathas cezar valente celestino teix ced/b m l digital com de banner lt R\$405,07/dmi 659 venc15/03/16contra:juarez mathias de castro ced/e m com de autopecas e servicos lt R\$760,00/dmi 25515/4venc11/03/16 contra:panificadora e pizzaria predileta lt ced/ra embalagens lt R\$838,88/dmi20740-5 venc12/03/16 contra:r h n souza & cia lt ced/cromic ind e com de calçados lt R\$1266,31/dmi 694 venc15/03/16 contra:juarez mathias de castro ced/e m com de autopecas e servicos lt R\$1388,00/dmi 493 venc11/03/16contra:amaverde com de produtos de limpeza lt ced/jmb araujo aquecedores e accessorios para pis R\$1578,93/dmi 0240451 venc12/03/16 contra:c r de moura com ced/ibbl sa R\$2102,19/dmi211103/03 venc13/03/2016 contra:a e filomeno de souza epp ced/geraldo xavier de ol R\$2496,00/dmi623venc23/02/16contra:luck com de bijuterias lt me ced/f9 confecoos R\$845,88/dmi 623 venc23/02/16 contra:luck com de bijuterias lt me ced/f9 confecoos R\$845,88/dmi624503 venc02/03/16 contra:luck com de bijuterias lt ced/espera feliz confecoos lt R\$1791,73/dmi 17495venc03/03/16 contra:impressus bel com e servicos eireli ced/norteseq repres e com lt R\$600,00/dmi3007/3008 venc24/01/16 contra:rhn souza e cia lt ced/sport system ind e com de cal R\$960,00/dsi nd-023278 venc04/03/16 contra:construtores associados lt ced/tld loc e manut de maq e e R\$395,00/dmi57401 venc25/02/16 contra:l rodrigues com

optico eireli epp ced/dinizar franchising administracao It R\$200,00/dmi1766 venc10/03/16 contra:avantis servicos medicos It ced/e do l costa com e servico de loc R\$215,00/dmi 835/01venc10/03/16contra:ronaldo goncalves da silva ced/duarte e moure servicos medicos It R\$222,22/dmi 18891935 venc04/03/16contra:joao mario silverio junior ced/sao salvador alimentos s/a R\$359,60/dmi4008-8/08 venc13/03/16contra:z negro monteiro me ced/ecoclub confeccoos It me R\$869,16/dmi6805/04 venc13/03/16 contra:m e a lopes me ced/coml faria com e servicos prod seg R\$2291,06/dmi 4297-2/01 venc15/03/16 contra:cicero a de oliveira me ced/ecoclub confeccoos It me R\$3067,20/dmi 93830/7venc14/03/16 contra:ieteam instituto de educacao tecnol ced/plaxmetal s/a ind de cadeiras corpora R\$9257,00/dmi997-05 venc09/03/16 contra:r m mangabeira me ced/coml camav It R\$828,60/dmi3115793venc20/02/16 contra:amanha incorporadora It ced/supricorp suprimentos It R\$1822,86/dmi 0253030004venc14/03/16 contra:selma helen palheta barros ced/marisol ind do vestuario It R\$768,41/dmi30481/003 venc10/03/16 contra:autocenter curio eireli me ced/icitil ind de argamassa It R\$914,20/dmi217455501 venc05/03/16 contra:joao batista mendonca do vale ced/bcr com e ind s/a R\$360,61/dmi16513/1 venc15/01/16 contra:luck com de bijuterias l ced/apolo indcom brinquedos It R\$995,33/dmi 4162704 venc15/03/16 contra:sonia cerqueira santos com ced/formitz confeccoos It epp R\$568,70/dmi807620154 venc15/03/16 contra:ahlma-me ced/ind e com de calçados tania It R\$3461,56/dmi26933/b venc15/03/16 contra:miguel goncalves neto ced/mosquiteiros sao jose It R\$4495,00/dmi 6832/04 venc16/03/16 contra:m m batista me ced/coml faria com e servicos prod seg R\$5046,36/dmi125747 venc15/03/16 contra:com de pesca felisberto It ced/equipasca equipam de pesca It R\$10472,37/dmi80/01venc15/03/16 contra:princesa bijuterias eireli epp ced/belle franchise It R\$636,32/dmi 1114531 venc10/03/16 contra:l sales servicos It -epp ced/top lim higiene e limpeza R\$1287,48/dmi 865377 venc10/03/16 contra:cleydson augusto evangelista de carvalho ced/m l a de araujo R\$400,00/dmi007116-5venc04/05/15 contra:madeira pronta com It e ced/aramados jomer ind e com It R\$668,83/dmi7120-4 venc07/04/15contra:madeira pronta com It e ced/aramados jomer ind e com It R\$878,48/dmi676774 venc13/03/16 contra:construtora cedro It ced/global air cargo It R\$106,75/dmi40532venc14/03/16 contra:kvar engenharia com e con ced/global air cargo It R\$249,14/dmi29800b venc06/03/16 contra:loana barbosa de souza me ced/hvr com p a It epp R\$723,35/dmi1034/3 venc15/03/16 contra:pj engenharia It ced/martins fonseca com de v It R\$2104,80/dmi 1021 venc16/03/16 contra:miguel de jesus pantoja junior ced/fleispan distrib It me R\$492,58/dmi1015 venc15/03/16 contra:sandoval assuncao ced/fleispan distribuidora It me R\$364,72/dmi42395/002venc17/03/16 contra:francisco paulo rizzo ced/sawary confs It R\$164,42/dmi2719 venc17/03/16 contra:ives vilares da luz epp ced/agenutry R\$1795,60/dmi 2866venc17/03/2016contra:ives vilares da luz ced/agenutry R\$3125,11/dmi 657 venc20/03/16 contra:juarez mathias de castro ced/e m com de autopecas e servicos R\$2160,00/dsi 0050 venc11/03/16 contra:cirio construtora e servicos It ced/d j a santos eireli me R\$2599,00/dsi22789 venc01/05/14 contra:a da c p azevedo ced/spc transp It R\$754,23/dmi 5314 venc17/03/16contra:sistema educacional elementar ced/somensi com de livros It epp R\$500,00/icd290099280 venc20/09/15 contra:marciano pinto marques me ced/bco bradesco s/a R\$2721,92/icd289425554 venc19/09/15 contra:claudio rodrigues carmona ced/bco bradesco s/a R\$7679,87/ccb 5327464 venc04/09/14 contra:g f ferreira da costa It me ced/bco bradesco s/a R\$15000,00/cbi 2315820/11 venc04/10/13 contra:paulo balbino costa ced/bco fibra sa R\$17997,50/cbi 230487611 venc30/08/13 contra:heber luis sanches gomes ced/bco fibra sa R\$16304,05/cbi87718 venc04/12/14 contra:aurycely maria souza lisboa ced/bco rodobens s/a R\$30875,47/ds008 venc05/04/15 contra:prime spe 5 constr e incorp de empreend imob ced/consultare serv de eng e consult ambiental ep R\$10800,00/dmi126442-10/3 venc22/04/15contra:wj-global com e servicos It me ced/climazon indl It R\$5571,71/dmi126447-10/2 venc23/03/15 contra:wj-global com e servicos It me ced/climazon indl It R\$25072,74/ct198147/15 venc10/12/15 contra:regiane damiao berto ced/wpp com de motos It R\$2527,05/ds 33755 venc22/02/16contra:amazon agency It epp ced/cdp companhia docas do pará R\$837,76/ds04901 venc17/11/15 contra:a dos santos pereira transportes me ced/cdp companhia docas do pará R\$236,44/cbi 443168760 venc22/10/15 contra:dantas e a c de m de c It me ced/bco itaucard sa R\$7684,50/cbi 28817518 venc20/10/15 contra:inicio da silva nascimento ced/bco itaucard sa R\$12257,95/cbi226681054 venc13/10/15

contra:fabio de souza figueiredo ced/bco itaucard sa R\$20030,08/Que me foram apresentados para serem protestados por falta de pagamento em meu Cartorio a rua Aristides Lobo,nº 468, ficando ciente que os respectivos protestos serão lavrados dentro do prazo legal Belem,29 de março de 2016-SALVIO ALBERTINO DE M CORREA JUNIOR Tabelião Titular do Cartorio de Protesto VALE VEIGA 1º Ofício

Protocolo 944182

LAMINADOS DE MADEIRA SANTARÉM LTDA - ME, CNPJ nº. 12.577.105/0001-97, serraria, laminadora e beneficiadora de madeira, Rodovia Br. 163, SN, Km 25, Tabocal, Santarém, Estado do Pará, torna público que REQUEREU da SEMA/PA, renovação da Licença de Operação nº 8600/2014, para desdobro de madeira em tora para madeira serrada/laminada/faqeada, conforme processo 2016/2011.

Protocolo 944257

Living Panamá Empreendimentos Imobiliários Ltda., 09.639.203/0001-05, torna público que renovou junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua - SEMMA/ANANIN a supressão de vegetação para uso alternativo do solo com endereço à Estrada do Maguari, no Bairro do Maguari com acesso pela Rua Itabira e Avenida Cláudio Saunders no Município de Ananindeua/PA através do processo nº 563/2012/DGA.

Protocolo 944258

EXTRATO DE EDITAL - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

CARTA CONVITE Nº 002/2015

A comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de São João do Araguaia, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 19de Abril de 2016, às 10:00 horas, na sede da Câmara Municipal de São João do Araguaia, sito Dom Pedro II, 152 - Centro, licitação carta convite com o objeto de locação de veiculo para atender as necessidades da Câmara Municipal de São João do Araguaia- PA, durante o ano de 2016. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo através do email: camarasja@hotmail.com São João do Araguaia, 30 de Março de 2015

Maria Rosa Pereira Fonseca
Presidente da CPL

Protocolo 944264

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

CNPJ/MF nº 04.895.728/0001-80
NIRE nº 15.300.007.232

**Assembleia Geral Ordinária
Edital de Convocação**

Pelo presente, ficam convidados os senhores acionistas a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 14 de abril de 2016, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, na Rodovia Augusto Montenegro, s/nº, Km 8,5, Bairro Coqueiro, na Cidade de Belém, estado do Pará, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(a) AGO:** **(a.1)** tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, o Parecer dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2016; **(a.2)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2015; **(a.3)** deliberar sobre o pagamento de dividendos; **(a.4)** fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2016; e **(a.5)** deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2016 e fixação da remuneração do referido Conselho. **DISPOSIÇÕES GERAIS:** **i)** Os acionistas deverão depositar, com 72 horas de antecedência, na sede social da Companhia, o respectivo comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária e comparecer às Assembleias munido de documento de identidade; **ii)** A representação de acionista, por procurador, deverá ser precedida de depósito do respectivo instrumento de procuração e do comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária, na sede da Companhia, com 72 horas de antecedência; e **iii)** Todos os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas na AGO, conforme previsto no Art. 6º, da Instrução CVM nº. 481/09 encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e no seu *site* (**www.celpra.rweb.com.br**), bem como no *site* da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (**www.cvm.gov.br**). Belém (PA), 30 de março de 2016. Firmino Ferreira Sampaio Neto - Presidente do Conselho de Administração.

Protocolo 944325

OLINDA DISTRIBUIDORA E COM DE ALIM LTDA, CNPJ: 02.164.629/0001-00, TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO - SEMMAT DE BENEVIDES / PA, A RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO, CONFORME PROCESSO 078/2015-1, LICENÇA 028/2015, PARA A ATIVIDADE DE COMÉRCIO ATACADISTA/DISTRIBUIDOR, LOCALIZADA NO ENDEREÇO ROD. BR 316, KM 24, Nº 137, BAIRRO SANTA ROSA, BENEVIDES / PA, CEP: 68.795-000.

Protocolo 944350

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O **AUTO POSTO VALE VERDE LTDA**, CNPJ/MF Nº 34.619.494/0001-09, Instalado no município de Parauapebas - PA., sito a R. 13, n.º 731, QD 51, lote 6/16, Bairro Cidade Nova, CEP 68.515-000, torna público que requereu à **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS**, a renovação da Licença de Operação para o transporte de substâncias e produtos perigosos no estado do Pará.

Protocolo 944490

FACEPA FÁBRICA DE PAPEL DA AMAZÔNIA S/A - CNPJ Nº 04.909.479/0001-34 - AVISO AOS ACIONISTAS - Encontram-se a disposição dos senhores acionistas, na sede social da Sociedade, sito na Passagem 3 de Outubro nº 536 (Sacramento), cidade de Belém, Estado do Pará, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2015. Belém/PA, 31 de março de 2016.

Antonio Georges Farah
Diretor Presidente

AGROBRAGANTINIA S/A - CNPJ Nº 04.657.227/0001-65 - AVISO AOS ACIONISTAS - Encontram-se a disposição dos senhores acionistas, na sede social da Sociedade, sito na Estrada Castanhal/Marapanim, Km 68, cidade de Curuçá, Estado do Pará, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações da Lei nº 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2015. Curuçá/PA,31 de março de 2016.

Antonio Georges Farah
Diretor Presidente

Protocolo 944557

J.K IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA, sito a Rua da Ceramica,400 (União) CNPJ/MF nº 23.332.032/0001-90, torna publico que solicita o Licenciamento Inicial junto a SEMAS/PA sob o prot.nº 32573/2015,em: 27.10.2015 para atividade de desdobro de madeiras em tora e beneficiamento.

Protocolo 944584

Madlaminas Ind. e Com. de Madeiras Ltda-EPP,CNPJ:05.765.592/0001-56, I.E:15.233.090-9, situada na Rod. Transamazônica, s/n, Km 30-Campo Verde, município de Itaituba-PA, torna público que solicitou junto SEMMA de Itaituba a L.O-Licença de Operação para as atividades de Laminadora.sob protocolo de nº.271/2016 de 23/03/2016

Protocolo 944694

CÂMARA MUNICIPAL DE AURORA DO PARÁ

RETIFICAÇÕES. No Extrato do Contrato nº 1103002/2016. Pregão Presencial SRP nº 002/2016, circulado no DOE/PA, PÁG. 80 em 15/03/2016. Onde se lê: Valor Total do Contrato: R\$ 26.157,90 (vinte e seis mil cento e cinquenta e sete reais e noventa centavos). Leia-se: Valor Total do Contrato: R\$ 27.937,90 (vinte e sete mil novecentos e trinta e sete reais e noventa centavos).

No Extrato do Contrato nº 1103003/2016. Pregão Presencial SRP nº 002/2016, Circulado no DOE/PA, pág. 80 em 15/03/2016. Onde se lê: Valor Total do Contrato: R\$ 37.008,00 (trinta e sete mil e oito reais). Leia-se: Valor Total do Contrato: R\$ 43.488,00 (quarenta e três mil quatrocentos e oitenta e oito reais).

Protocolo 944797

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA

C.N.P.J.: 83.663.484/0001-86

Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas, atendendo as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa encerrados em 31/12/2015, Belém – Pará, 31 de março de 2016 – **Diretoria:** José Hilário Rodrigues de Freitas – Marcello Silva do Amaral Brito – José Elanir de Lima – **Contador:** Fernando Cirino da Silva. CRC-PA 010371/O-1

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2015		31/12/2014	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.757	4.834		
Títulos e valores mobiliários	6	12.624	-		
Contas a receber	7	69.208	63.631		
Impostos a recuperar	8	7.621	44.219		
Estoques	9	51.615	54.882		
Adiantamentos a fornecedores	10	98.702	86.020		
Outros créditos		1.804	1.478		
		250.331	255.064		
Não circulante					
Adiantamentos a fornecedores	10	2.528	1.213		
Impostos a recuperar	8	63.859	906		
Tributos diferidos		768	769		
Depósitos judiciais	17	2.011	1.865		
Partes relacionadas	19	-	13.097		
Outros créditos		256	517		
Investimentos		43	29		
Imobilizado	11	294.306	269.474		
Intangível	12	1.401	1.666		
Diferido	13	1.029	1.509		
		366.201	291.045		
Total do ativo		616.532	546.109		
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	15.968	10.811		
Obrigações sociais e trabalhistas	15	9.378	8.541		
Tributos a recolher	16	1.696	1.877		
Adiantamentos de clientes		50	16		
Credores diversos		1.001	608		
Empréstimos e financiamentos	18	45.555	5.408		
Empréstimos de partes relacionadas	19	57.904	1.592		
Dividendos a pagar		-	878		
		131.552	29.731		
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	35.532	38.807		
Empréstimos de partes relacionadas	19	-	67.982		
Tributos a recolher	16	-	222		
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	17	402	582		
		35.934	107.593		
Patrimônio líquido					
Capital social	20	291.824	180.584		
Reservas de capital		59	59		
Reservas de lucros		157.163	228.142		
Total do patrimônio líquido		449.046	408.785		
Total do passivo e patrimônio líquido		616.532	546.109		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2015		31/12/2014	
Receita operacional líquida	21	517.415	507.646		
Custos dos produtos vendidos	22	(410.162)	(402.898)		
Lucro bruto		107.253	104.748		
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(37.930)	(34.545)		
Despesas com vendas	23	(48.705)	(41.509)		
Outras receitas operacionais líquidas		4.191	13.362		
		(82.444)	(62.692)		
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		24.809	42.056		
Receitas financeiras	24	77.135	13.664		
Despesas financeiras	24	(133.320)	(14.925)		
		(56.185)	(1.261)		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(31.376)	40.795		
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(3.474)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(31.376)	37.321		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(31.376)	37.321
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	(31.376)	37.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
		Lucro na venda de ações de tesouraria	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para dividendos	Reserva para aumento de capital	Reserva para subvenção		
Em 1º de janeiro de 2014	180.584	59	11.982	11.826	26.744	78.590	62.557	-	372.342
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	37.321	37.321
Incentivos fiscais sobre o imposto de renda	-	-	-	395	-	-	-	(395)	-
Incentivos fiscais sobre ICMS	-	-	-	-	-	-	31.549	(31.549)	-
Destinações:									
Reserva legal	-	-	1.866	-	-	-	-	(1.866)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(878)	(878)
Reserva para aumento de capital	-	-	-	-	-	2.371	-	(2.371)	-
Reserva para dividendos	-	-	-	-	262	-	-	(262)	-
Em 31 de dezembro de 2014	180.584	59	13.848	12.221	27.006	80.961	94.106	-	408.785
Aumento de capital com emissão de ações	70.759	-	-	-	-	-	-	-	70.759
Retenção de dividendos propostos no ano anterior	-	-	-	-	878	-	-	-	878
Reserva para aumento de capital	40.481	-	-	-	-	(40.481)	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(31.376)	(31.376)
Absorção do prejuízo	-	-	-	-	(27.884)	(3.492)	-	31.376	-
Em 31 de dezembro de 2015	291.824	59	13.848	12.221	-	36.988	94.106	-	449.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Captações de empréstimos com partes relacionadas	88.453	-
Variação cambial e juros incorridos	(35.447)	4.511
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	106.802	15.045
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	3.923	(54.032)
Demonstração acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.834	58.866
No final do exercício	8.757	4.834
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	3.923	(54.032)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Companhia Refinadora da Amazônia é uma sociedade anônima de capital fechado, cuja sede fica situada na Rodovia Arthur Bernardes, 5555, cidade de Belém, Estado do Pará. Foi fundada em 29 de novembro de 1993 e tem como objeto principal a comercialização de óleos vegetais e derivados; a extração, o refino e fracionamento de óleos vegetais; a industrialização e a comercialização de sabões, margarinas, óleos comestíveis e gorduras especiais, bem como de produtos vegetais em geral; a prestação de serviços a terceiros, relativamente a comercialização de óleos vegetais e derivados; a prestação de serviços de organização logística do transporte de carga e armazenagem de óleos vegetais e derivados, incluindo sabões, margarinas, óleos comestíveis, gorduras especiais e produtos vegetais em geral, por conta própria ou de terceiros, bem como sua importação e exportação, em operações de comércio exterior.

2. Base de preparação
a) **Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)**
As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria em 11 de março de 2016.

b) **Base de mensuração**
As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c) **Moeda funcional e moeda de apresentação**
As demonstrações contábeis são apresentadas com valores em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações contábeis apresentadas em Reais (R\$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)				
	31/12/2015	31/12/2014		
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Outros ativos	213
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(31.376)	40.795	Variações nas contas do passivo circulante e não circulante	(209)
Ajustes para reconciliar lucro líquido (prejuízo) do exercício:	-	-	Fornecedores	5.157
Reversão de provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(180)	7	Tributos a recolher	(403)
Depreciação e amortização	5.285	22.916	Obrigações sociais	837
Participação em controladas no exterior	-	(3)	Outros passivos	427
	(26.271)	63.715	Juros pagos	2.259
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	(55.864)
Estoques	8.283	(8.698)	Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Contas a receber de clientes e PCLD	(5.577)	5	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(50.510)
Créditos fiscais	(26.355)	(32.777)	Baixa de ativos imobilizado	16.119
Depósitos judiciais	(146)	280	Títulos e valores mobiliários	(12.624)
Adiantamentos a fornecedores	(14.288)	(16.853)	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(47.015)
			Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
			Aumento de capital com emissão de ações	70.759
			Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(48.399)
			Amortização de principal de empréstimos com partes relacionadas	(31.468)
			Captações de empréstimos e financiamentos	62.904
				12.405

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA**d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos**

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: valor residual do ativo imobilizado, perdas para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, provisão para litígios e demandas judiciais e mensuração de instrumentos financeiros.

e) Reclassificação de saldo

Para uma melhor apresentação dos saldos contábeis, a Administração da Companhia optou por reclassificar os saldos de Subvenção de ICMS de Outras receitas operacionais líquidas para Deduções das receitas, no montante de R\$31.548, em 31 de dezembro de 2014.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir.

Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

3.2. Instrumentos financeiros

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, salários e encargos sociais, tributos a recolher, adiantamento de clientes, partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, com *hedge* cambial para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são reconhecidos ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no resultado do período.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4. Contas a receber de clientes

São apresentados de acordo com os valores de realização. A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

3.5. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condição atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.6. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos, mercadorias e sucatas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor

possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Receitas financeira

A receita financeira é reconhecida *pro-rata die* pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.7. Impostos**Imposto de renda e contribuição social - correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e gera receita tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Imposto diferido é gerado por prejuízos fiscais e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Os tributos (ICMS, PIS e COFINS) são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado e os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.8. Subvenções e assistências governamentais

Por intermédio do Despacho Decisório do Ministério da Fazenda - Secretaria da Receita Federal - Delegacia da Receita Federal em Belém - PA e do Ministério da Integração Nacional - ADA, a Companhia obteve redução de 75% do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração resultante de sua atividade industrial.

A Companhia também obteve incentivo fiscal de ICMS presumido conforme resoluções nº 001 e 002 de 24 de abril de 2013, publicadas em 30 de dezembro de 2013 e com vigência a partir de 30/12/2013.

3.9. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens as quais estão demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de depreciação %
Máquinas e equipamentos	2,5% a 20%
Móveis	3,33% a 10%
Hardware	6,67% a 33,33%
Veículos	4% a 20%
Edificações e benfeitorias	1,67% a 10%
Instalações	1,67% a 6,67%
Ferramentas	5%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.10. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Administração calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA

geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.11. Ativo diferido

O diferido é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente, levando em consideração o tempo de vida útil estimado e as taxas de amortização demonstradas na Nota Explicativa 13. A manutenção do ativo diferido é permitida pelo CPC 13 - Adoção Inicial, tendo caráter de transição até a total amortização desses saldos.

3.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2015 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Para que as normas e alterações fossem aplicadas pela primeira vez em 2015, elas não poderiam ter impacto material sobre as demonstrações contábeis anuais da Companhia.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da Administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações de partes relacionadas. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração. Essa alteração não é pertinente para o Grupo uma vez que ele não recebe quaisquer serviços de administração de outras entidades.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A alteração se aplica prospectivamente e esclarece que a exceção de carteira na IFRS 13 pode ser aplicada não só a ativos financeiros e passivos financeiros, mas também a outros contratos que se enquadram no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável). A Companhia não aplica a exceção de carteira descrita na IFRS 13.

3.15. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. O Grupo planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor.

IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. O Grupo planeja adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor, utilizando o método de adoção retrospectiva integral.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata. Os saldos estão demonstrados pelo seu valor de custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	1.430	25
Aplicações financeiras	7.327	4.809
	8.757	4.834

Aplicações financeiras referem-se a instrumentos financeiros de curto prazo (CDBs), são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias da data de contratação dos instrumentos. Por essa razão foram classificadas como equivalentes de caixa.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI.

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2015	31/12/2014
Fundos de investimentos	12.624	-
	12.624	-

Referente a fundos de investimento (Letras Financeiras do Tesouro), remunerados à taxa SELIC, vinculados como garantia aos empréstimos junto à parte relacionada Alfapar Securities Inc.

7. Contas a receber

	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber nacional	38.236	34.995
Contas a receber internacional	34.284	32.978
Outros	1.361	10
	73.881	67.983
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.673)	(4.352)
	69.208	63.631

Em 31 de dezembro de 2015, a contas a receber tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	63.884	62.648
Vencidos até 30 dias	4.032	958
Vencidos de 31 a 60 dias	1.020	25
Vencidos de 61 a 90 dias	124	-
Vencidos de 91 a 150 dias	184	-
Vencidos de acima de 150 dias	4.637	4.352
	73.881	67.983

A Administração da Companhia entende que as perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa são suficientes para resguardar quanto a eventuais perdas no recebimento das contas a receber de clientes.

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA**8. Impostos a recuperar**

	31/12/2015	31/12/2014
ICMS a compensar (a)	2.362	3.124
IRRF a compensar	-	-
Outros impostos a compensar	384	385
CSLL a compensar	841	809
IRPJ a compensar	3.684	1.827
COFINS a compensar (b)	52.733	32.079
PIS a compensar (b)	10.831	6.901
Ajuste CPC 30 nos impostos sobre vendas	645	-
	71.480	45.125
Circulante	7.621	44.219
Não circulante	63.859	906

(a) Crédito de ICMS sobre a aquisição de ativo imobilizado (CIAP) com compensação na proporção de 1/48 avos.

(b) Créditos de PIS e COFINS, decorrentes da redução das alíquotas de PIS e COFINS à zero na venda de produtos classificados como óleo de soja da posição 15.07, outros óleos vegetais das posições 15.08 a 15.14 e margarina da posição 1517.10.00 da TIPI, nas quais estão enquadrados os produtos fabricados pela Companhia. A Administração está concluindo procedimentos necessários para realização dos saldos desses impostos a recuperar, cuja expectativa de realização é de que ocorram nos próximos cinco anos.

9. Estoques

	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	41.080	41.343
Estoque em poder de terceiros	2.258	2.424
Estoques de materiais de consumo	8.277	11.115
	51.615	54.882

10. Adiantamentos a fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Agropalma S.A. (Nota 19)	84.918	72.720
Fornecedores diversos	16.312	14.513
	101.230	87.233
Circulante	98.702	86.020
Não circulante	2.528	1.213

Refere-se basicamente a adiantamentos para fornecedores de matéria-prima (frutos de dendê) e estão garantidos por hipotecas das terras quando realizados para os projetos de produtores independentes e agricultura familiar.

11. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2015			31/12/2014	
	Custo	Impairment (a)	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Em operação					
Terrenos	743	-	-	743	743
Infraestrutura	149.215	(2.906)	(30.086)	116.223	71.932
Instalações industriais	16.269	(57)	(10.930)	5.282	5.678
Máquinas e equipamentos	322.501	(1.951)	(159.239)	161.311	69.301
Móveis e utensílios	2.707	-	(1.392)	1.315	1.236
Veículos	14.820	-	(7.558)	7.262	8.176
Sistema de processamentos de dados	3.486	-	(2.630)	856	1.134
Sistema de comunicação	430	-	(262)	168	212
Subtotal	510.171	(4.914)	(212.097)	293.160	158.412
Em andamento					
Obras em andamento	-	-	-	-	3.325
Montagens e instalações	-	-	-	-	11
Montagens e instalações Parapalma	977	-	-	977	72.216
Adiantamento para compra de imobilizado	-	-	-	-	130
Adiantamento para fornecedores Parapalma	90	-	-	90	3.797
Juros FINAME a ativar	-	-	-	-	1.212
Obras em andamento Parapalma	-	-	-	-	30.258
Importações em andamento	79	-	-	79	113
Subtotal	1.146	-	-	1.146	111.062
Total	511.317	(4.914)	(212.097)	294.306	269.474

A movimentação dos saldos do imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2015
Em operação						
Terrenos	743	-	-	-	-	743
Infraestrutura	71.932	663	-	46.287	(2.659)	116.223
Instalações industriais	5.678	-	-	-	(396)	5.282
Máquinas e equipamentos	69.301	4.649	(235)	92.884	(5.288)	161.311
Móveis e utensílios	1.236	203	(71)	-	(53)	1.315
Veículos	8.176	204	(466)	-	(652)	7.262
Sistema de processamentos de dados	1.134	216	(68)	4	(430)	856
Sistema de comunicação	212	33	(3)	-	(74)	168
Subtotal	158.412	5.968	(843)	139.175	(9.552)	293.160
Em andamento						
Obras em andamento	3.325	475	-	(3.800)	-	-
Montagens e instalações	11	-	-	(11)	-	-
Montagens e instalações Parapalma	72.216	18.796	-	(90.035)	-	977
Adiantamento para compra de imobilizado	130	260	(300)	-	-	90
Adiantamento para fornecedores Parapalma	3.797	12.215	(14.716)	(1.296)	-	-
Juros FINAME a ativar	1.212	861	-	(2.073)	-	-
Obras em andamento Parapalma	30.258	11.702	-	(41.960)	-	-
Importações em andamento	113	226	(260)	-	-	79
Subtotal	111.062	44.535	(15.276)	(139.175)	-	1.146
Total	269.474	50.503	(16.119)	-	(9.552)	294.306

(a) Em 2012, foram feitas análises dos ativos da Companhia, e a Administração decidiu por realizar ajuste de *impairment*, no montante de R\$4.914, referente aos ativos vinculados à operação descontinuada do biodiesel.

Em 2015, não houve mudanças nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização reconhecida.

A Companhia não possui bens dados em garantia relacionados a empréstimos.

12. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2015		31/12/2014	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Sistemas operacionais	10%	2.830	(1.455)	1.375	1.640
Marcas e patentes	-	26	-	26	26
		2.856	(1.455)	1.401	1.666

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	Aquisições	Amortização	31/12/2015
Sistemas operacionais	1.640	7	(272)	1.375
Marcas e patentes	26	-	-	26
	1.666	7	(272)	1.401

13. Diferido

O diferido é composto pelos seguintes itens:

	Taxa de amortização anual	31/12/2015		31/12/2014	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Despesas pré-operacionais	10%	1.099	(1.075)	24	80
Despesas pré-industriais/Pier	10%	4.621	(3.616)	1.005	1.429
		5.720	(4.691)	1.029	1.509

A movimentação dos saldos do diferido está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	Amortização	31/12/2015
Despesas pré-operacionais	80	(57)	23
Despesas pré-industriais/Pier	1.429	(423)	1.006
	1.509	(480)	1.029

14. Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores nacionais	15.968	10.577
Fornecedores internacionais	-	234
	15.968	10.811

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2015	31/12/2014
INSS a recolher	1.716	1.667
FGTS a recolher	490	447
Contribuição sindical	2	2
Férias e encargos	7.170	6.425
	9.378	8.541

16. Tributos a recolher

	31/12/2015	31/12/2014
ICMS a recolher	570	578
IRRF a recolher	627	551
ISSQN a recolher	93	153
Parcelamento anistia fiscal	356	800
Outros tributos	50	17
	1.696	2.099
Circulante	1.696	1.877
Não circulante	-	222

17. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise destas questões, e atendendo à probabilidade de perda de cada uma, foi constituída provisão considerada suficiente para fazer frente a eventuais desfechos desfavoráveis, conforme segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Depósitos judiciais	Riscos de perdas prováveis	Depósitos judiciais	Riscos de perdas prováveis
Trabalhistas	259	402	113	582
Fiscais	1.708	-	1.708	-
Cíveis	44	-	44	-
	2.011	402	1.865	582

Os passivos contingentes são os valores, de acordo com a política contábil da Companhia, com classificação de probabilidade de perda "possível" no montante de R\$3.384, de acordo com a opinião do departamento jurídico da Companhia, apoiado por seus consultores externos. Dentro desse contexto, a Companhia possui passivos contingentes relacionados a processos trabalhistas e tributários que perfazem o montante de R\$402.

18. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	31/12/2015	31/12/2014
Financiamento Bancário- FINAME Itaú (a)	2,30%	8.776	10.011
Financiamento Bancário- FINAME Bradesco (a)	2,5% a 3,5%	32.750	34.204
Empréstimo de ACC - Banco Bradesco (b)	2,38%	33.208	-
Empréstimo de ACC - Banco do Brasil (b)	2,28%	6.353	-
		81.087	44.215
Circulante		45.555	5.408
Não circulante		35.532	38.807

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.408	38.807	44.215
Captação de empréstimos	30.185	32.719	62.904
Juros pagos	(341)	769	428
Variação cambial	13.148	8.791	21.939
Amortização de principal	(48.399)	-	(48.399)
Transferência	5.994	(5.994)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.995	75.092	81.087

(a) Trata-se de recursos obtidos através do Fundo de Financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos novos (FINAME - Banco Bradesco) e para aquisição de caminhões (FINAME - Banco Itaú). Os financiamentos, de máquinas e caminhões, encerram-se em 2023.

(b) Contratos de câmbio vinculados à exportação de mercadorias vendidas.

19. Transações com partes relacionadas

Saldos em aberto no ativo estão relacionados abaixo:

	Contas a receber		Adiantamento a fornecedores		Partes relacionadas	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Agropalma S.A. (a)	-	-	84.918	72.720	-	-
Alfa Metro Indústria Ltda. (c)	1.341	10	-	-	-	-
Daruma Part. e Cons. Ltda.	-	-	-	-	-	206
EDB Empresa Desenv.	-	-	-	-	-	12.891
Biocologia Ltda.	-	-	-	-	-	-
	1.341	10	84.918	72.720	-	13.097
Circulante	1.341	10	84.918	72.720	-	-
Não circulante	-	-	-	-	-	13.097

Saldos em aberto no passivo estão relacionados abaixo:

	Empréstimos de partes relacionadas	
	31/12/2015	31/12/2014
Agropalma S.A. (a)	-	-
Alfapar Securities Inc. (b)	57.904	59.756
Alfa Metro Indústria Ltda. (d)	-	9.818
	57.904	69.574
Circulante	57.904	1.592
Não circulante	-	67.982

Transações no resultado:

	Aquisição de matéria-prima		Empréstimos de partes relacionadas	
	2015	2014	2015	2014
Agropalma S.A. (a)	223.170	213.197	-	-
Alfapar Securities Inc. (b)	-	-	11.100	25
	223.170	213.197	11.100	25

(a) Em 30 de abril de 2007, após processo de cisão parcial, a Companhia Refinadora da Amazônia assinou contrato de exclusividade de compra de toda a produção de frutos de dendê da Agropalma S.A. a preço de mercado. Os adiantamentos efetuados são deduzidos à medida que a produção é retirada dos plantios da Agropalma S.A. pela própria Companhia.

(b) A Companhia possui empréstimo junto a parte relacionada no exterior Alfapar Securities Inc. para ser usado para pré-pagamentos de exportação de mercadorias. Em agosto de 2015 foram liberados US\$ 25.743 a uma taxa de 2% a.a. com vencimento em 10 de fevereiro de 2016. O empréstimo é garantido pelos títulos Letras Financeiras do Tesouro, classificados no Ativo circulante.

(c) Saldo a receber decorrente da venda de peças para a parte relacionada Alfa Metro Indústria Ltda.

(d) Referente a contrato de mútuo junto à parte relacionada Alfa Metro Indústria Ltda. cujo saldo foi integralmente liquidado em 2015.

Remuneração dos administradores

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração salarial	2.614	2.342
Gratificação	764	477
	3.378	2.819

20. Patrimônio líquido**Capital social**

O capital social integralizado no valor de R\$291.824 (R\$180.584 em 31 de dezembro de 2014) está dividido em 15.727.354 ações ordinárias nominativas e 14.836.966 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Em 2015 houve aumento de capital social no valor total de R\$111.240, sendo R\$40.481 sem emissão de ações mediante a capitalização de igual valor retirado de Reservas para aumento de capital e R\$70.759 com a emissão de 4.652.151 (quatro milhões, seiscentos e cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e uma) ações ordinárias com valor unitário de R\$15,21. A totalidade das ações foram integralizadas pela Alfapar Securities Inc. mediante conversão da totalidade da dívida da Companhia oriunda do contrato de mútuo celebrado em 2012.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Acionista	Ações	%
Águas Prata Ltda.	56.284	0,18%
Alfa Participações, Administração e Rep.	92.440	0,30%
Alfa Participações Comerciais Ltda.	12.881	0,04%
Alfa Participações Internacionais Ltda.	57.902	0,19%
Alfapar Securities Inc.	4.652.151	15,22%
Banco da Amazônia S.A. - FINAM	1.968.069	6,44%
Companhia Transamérica de Hotéis São Paulo	36.942	0,12%
Corumbal Corretora de Seguros Ltda.	529.539	1,73%
Nova América Holdings Ltda.	23.158.112	75,77%
Total	30.564.320	100,00%

Reserva legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital,

nos termos dispostos no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 23, letra "a" do estatuto social da Companhia.

Reserva especial para dividendos

A reserva de dividendos é constituída em conformidade com o artigo 23, § 1º, letra "b", do estatuto social da Companhia que determina a destinação de 10% do lucro líquido do exercício, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório, à reserva especial para dividendos. Essa reserva é limitada à 20% do capital social e tem como finalidade garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei e de seu estatuto social. O estatuto social prevê dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma legal. O pagamento desses dividendos está vinculado à deliberação da Assembleia Geral.

Reserva para aumento de capital

É constituída em conformidade com o artigo 23, § 1º, letra "a", do estatuto social da Companhia que determina a destinação de 90% do lucro líquido, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório, para a constituição da reserva para aumento de capital com finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais e reserva para subvenção

Durante a utilização dos benefícios fiscais a Companhia é obrigada a constituir reserva de incentivo fiscal pelo montante equivalente aos benefícios fiscais auferidos, limitados ao lucro líquido do exercício conforme determinado pelo artigo 18 da Lei nº 11.941/09.

A Reserva de incentivos fiscais corresponde à redução de 75% do imposto de renda, enquanto que a Reserva de subvenção agrupa o benefício sob a forma de redução ou isenção tributária (subvenção crédito presumido de ICMS).

Em 2015, a Companhia registrou no resultado do exercício como deduções das receitas brutas os créditos obtidos através do incentivo fiscal de ICMS, no montante de R\$37.518 (R\$31.548 em 2014).

Reserva de capital

Constituída com valores recebidos pela Companhia que não transitaram pelo resultado por não se referirem à entrega de bens ou serviços. Trata-se basicamente de ágio na emissão de ações.

21. Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Receita bruta		
Venda mercado nacional	329.831	317.613
Venda mercado internacional	198.746	203.044
	528.577	520.657
Deduções		
(-) Devoluções das vendas	(4.867)	(2.810)
(-) Tributos sobre as vendas	(6.295)	(10.201)
	(11.162)	(13.011)
Receita operacional líquida	517.415	507.646

22. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2015	31/12/2014
Salários e ordenados	(55.426)	(46.089)
Peças e materiais	(16.745)	(16.902)
Combustível	(25.802)	(23.601)
Insumos	(20.569)	(23.763)
Matéria-prima	(231.737)	(229.194)
Segurança	(1.762)	(1.310)
Refeições	(7.124)	(3.796)
Remuneração de terceiros PJ e PF	(795)	(1.297)
Utilidades e serviços	(45.764)	(37.129)
Depreciação	(4.467)	(17.983)
Perda processo produtivo industrial	(3.214)	(1.834)
Outros	3.243	-
	(410.162)	(402.898)

23. Receitas (despesas) operacionais

Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes saldos relacionados às despesas administrativas, gerais e outras receitas operacionais líquidas:

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas gerais e administrativas		
Remuneração funcionários	(18.352)	(17.234)
Remuneração diretoria	(3.378)	(2.819)
Ocupação	(825)	(910)
Serviços de terceiros	(3.825)	(2.549)
Obrigações legais	(1.992)	(1.703)
Manutenção e conservação de ativos	(981)	(916)
Transportes	(244)	(311)
Despesas com materiais	(965)	(735)
Contingenciais diversas	(2.243)	(1.690)
Viagens	(1.303)	(1.061)
Depreciação e amortização	(818)	(926)
Outras despesas	(3.004)	(3.691)
	(37.930)	(34.545)
Despesas com vendas		
Armazenagem	(535)	(515)
Frete	(45.096)	(37.363)
Embarque e despacho	(472)	(715)
Propaganda e publicidade	(467)	(1.442)
Seguro sobre venda	(366)	-
Outras despesas	(1.769)	(1.474)
	(48.705)	(41.509)

COMPANHIA REFINADORA DA AMAZÔNIA**24. Resultado financeiro**

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	30.934	3.424
Variação cambial mútua ativa	6.736	7.109
Variação monetária ativa	695	214
Receita de aplicação financeira	4.585	2.875
Descontos obtidos	10	13
Juros recebidos	42	29
Ajuste de operação com derivativos	34.133	-
	77.135	13.664
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(85.352)	(84)
Variação cambial mútua passiva	(17.836)	(14.378)
Variação monetária passiva	(111)	(66)
Descontos concedidos	(17)	(34)
Juros pagos de financiamentos	(238)	(267)
Juros pagos	(1.495)	(96)
Ajuste de operação com derivativos	(28.271)	-
	(133.320)	(14.925)
Resultado financeiro	(56.185)	(1.261)

25. Imposto sobre o lucro

A composição do prejuízo fiscal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontra-se resumida a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos	(31.376)	40.795
Adições		
(+) Total despesas não dedutíveis - art. 13 da Lei 9.249/95	1.261	1.842
(+) Provisões indedutíveis	3.030	1.543
(+) Diferenças temporárias	407	16
	4.698	3.401
Exclusões		
(-) Reversão dos saldos das provisões não dedutíveis	(941)	(4.915)
(-) Subvenção ICMS - Incentivo Fiscal Estadual	(37.518)	(31.548)
(-) Outras exclusões	(12)	(399)
	(38.472)	(36.862)
(=) Lucro real antes das compensações de prejuízos	(65.149)	7.334
Compensação de prejuízos fiscais	-	(1.340)
(=) Base de cálculo de IRPJ e CSLL	(65.149)	5.994

Não existe saldo de base negativa/prejuízo fiscal de exercícios anteriores

26. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro**Gerenciamento de risco financeiro**

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos, tais como riscos de taxa de câmbio, de crédito e de liquidez. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pela Administração.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis e também dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem com objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A diretoria da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições aos riscos. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros e ao investimento da liquidez excedente.

A diretoria apresenta relatórios mensais à Administração que monitoram os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, adiantamentos a fornecedores, fornecedores, adiantamentos de clientes, e empréstimos e financiamentos.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente as contas a receber de clientes e não apresenta histórico de perdas.

Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovadas pela Diretoria. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira (contas a receber de clientes e adiantamentos de contratos de câmbio); conseqüentemente surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pela Administração.

A fim de proteger-se da volatilidade da variação cambial de contratos de empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos, em consonância com a política aprovada pelo Conselho de Administração. Qualquer operação no mercado de derivativos possui como único objetivo reduzir a exposição da Companhia à volatilidade da variação cambial. A política de gestão de riscos impede a Companhia de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos. As variações no valor justo dos contratos a termo são reconhecidas na demonstração do resultado.

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para veículos registrados no seu ativo imobilizado, veículos locados, responsabilidade civil e ambiental, infraestrutura e transportes por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros e da Administração.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia Refinadora da Amazônia**, Belém - PA.

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Refinadora da Amazônia ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Refinadora da Amazônia em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, a Companhia mantém operações de aquisição de matéria-prima em montantes significativos com parte relacionada. Dessa forma, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em operações realizadas com partes não relacionadas.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 11 de fevereiro de 2015. Fortaleza (CE), 11 de março de 2016. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. CRC 2SP015199/F-6. Carlos Santos Mota Filho - CRC-PE020728/O-7-T-CE

▶continuação

não derivativos: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

Descrição	2.015	2.014
4. Caixa e Equivalentes de Caixa		
Com restrição		
Fundo Fixo	2.500	2.500
Banco conta movimento (a)	1.639.366	3.027.136
Aplicações financeiras de curto prazo (b)	5.878.671	1.250.601
Aplicações financeiras - subvenção para investimento (c)	-	1.667.237
	7.520.537	5.947.474

Todos os valores acima são restritos para aplicação específica no funcionamento da unidade hospitalar, não podendo ser empregado em qualquer outra atividade. (a) Corresponde aos saldos disponíveis em contas correntes depositadas no Banco Banpará e Banco do Brasil. (b) Corresponde a certificados de depósitos bancários, aplicados no Banco Banpará, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, remuneradas a taxa de 97% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). (c) Em 31 de dezembro de 2014, correspondia a saldo de recurso para aplicação específica na aquisição de equipamentos para os novos leitos de unidades de terapia intensivas (UTI), mantidos em certificados de depósitos bancários no Banco Banpará, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e remunerados as taxas de 103% a 105% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Descrição	2.015	2.014
5. Contas a Receber		
Secretaria executiva de saúde pública	20.626.412	22.271.775
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(3.052.045)	(1.642.180)
	17.574.367	20.629.595

8. Imobilização e Intangível**A) Composição**

Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Benfeitorias	4.250.383	(424.196)	3.826.187
Instalações	73.242	(16.043)	57.199
Instrumentos médicos hospitalares	192.143	(125.313)	66.830
Equipamentos de informática	896.192	(479.175)	417.017
Máquinas e equiptos hospitalares	9.526.879	(2.465.628)	7.061.251
Móveis e Utensílios de Escritório	703.924	(332.575)	371.349
Móveis e Utensílios Hospitalares	756.434	(273.819)	482.615
Imobilizações em andamento *	-	-	-
(-) Subvenções a realizar	(5.724.527)	-	(5.724.527)

Total imobilizado	10.674.670	(4.116.749)	6.557.921
Total do ativo imobilizado	271.153	(98.101)	173.052

Total intangível	271.153	(98.101)	173.052
-------------------------	----------------	-----------------	----------------

Total do ativo imobilizado
Direito de uso de software 271.153

* Com a finalização das obras de construção de 40 (quarenta) novos leitos de UTIs, bem como, aquisição de equipamentos, móveis e utensílios hospitalares, os ativos foram transferidos para as contas de benfeitorias e máquinas e equipamentos hospitalares.

Itens	Saldo em 31/12/14	Adições e transferências	Depreciação	Realizações	Saldo em 31/12/15
Benfeitorias	-	4.250.383	-	-	4.250.383
Instalações	27.942	45.300	-	-	73.242
Instrumentos médicos hospitalares	187.527	4.616	-	-	192.143
Equipamentos de informática	860.896	35.296	-	-	896.192
Máquinas e equiptos hospitalares	5.053.998	4.472.881	-	-	9.526.879
Móveis e Utensílios de escritório	613.033	90.891	-	-	703.924
Móveis e utensílios hospitalares	666.062	90.372	-	-	756.434
Obras em andamento	7.193.567	(7.193.567)	-	-	-
(-) Subvenções a realizar *	(5.104.159)	(1.667.237)	-	1.046.869	(5.724.527)
(-) Depreciação **	(2.434.134)	-	(1.682.615)	-	(4.116.749)
Total imobilizado	7.064.732	128.935	(1.682.615)	1.046.869	6.557.921
Direito de uso de software	197.611	73.542	-	-	271.153
(-) Amortização **	(57.353)	-	(40.748)	-	(98.101)
Total intangível	140.258	73.542	(40.748)	-	173.052
Total geral		202.477	(1.723.363)	1.046.869	

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente a depreciação dos ativos. **C) Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Benfeitorias	20,0%
Instalações	10,0%
Instrumentos médicos hospitalares	10,0%
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equiptos hospitalares	10,0%
Móveis e Utensílios de Escritório	10,0%
Móveis e Utensílios Hospitalares	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

Descrição	2.015	2.014
9. Fornecedores		
Materiais e Medicamentos	2.449.871	2.120.777
Serviços Pessoa Jurídica	3.554.842	4.623.709
Imobilizado	144.152	58.789
	6.148.865	6.803.275

10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R\$ 8.102.162. **(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Constituída para fazer face aos valores vencidos acima de 360 dias, sem expectativa de recebimento junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. A movimentação do exercício foi a seguinte:

Descrição	2.015	2.014
Saldo em 1º de Janeiro	(1.642.180)	(942.180)
Adições	(1.409.865)	(700.000)
Saldo em 31 de dezembro	(2.689.045)	(1.642.180)

6. Estoques

Descrição	2.015	2.014
Dietas enterais e parenterais	57.234	65.502
Fios cirúrgicos	29.517	27.450
Materiais de radiologia	44.938	74.770
Materiais hospitalares de consumo	903.171	823.864
Materiais hospitalares de reposição	62.084	92.494
Materiais de manutenção	144.258	145.790
Medicamentos	850.277	931.933
Higiene e Limpeza	97.127	119.651
Demais materiais	416.777	246.208
	2.605.383	2.527.662

7. Partes Relacionadas

Descrição	A receber/(a pagar) 2.015	2.014
Empréstimos entre unidades (a)	2.463.810	2.079.544
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	(905.400)	(787.285)
	1.558.410	1.292.259

(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos efetuados às outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. São elas: Hospital de Altamira e Hospital de Marabá. **(b) - Serviços Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

Itens	2.015	Líquido	2.014	Líquido
Benfeitorias	(424.196)	3.826.187	-	-
Instalações	(16.043)	57.199	16.484	87.018
Instrumentos médicos hospitalares	(125.313)	66.830	556.183	3.489.603
Equipamentos de informática	(479.175)	417.017	364.950	461.086
Máquinas e equiptos hospitalares	(2.465.628)	7.061.251	7.193.567	(5.104.159)
Móveis e Utensílios de Escritório	(332.575)	371.349	-	-
Móveis e Utensílios Hospitalares	(273.819)	482.615	-	-
Imobilizações em andamento *	-	-	-	-
(-) Subvenções a realizar	-	(5.724.527)	-	-
Total imobilizado	(4.116.749)	6.557.921	7.064.732	140.258
Total do ativo imobilizado	(98.101)	173.052	140.258	173.052

Total intangível (98.101) **173.052** **140.258**

Direito de uso de software 271.153

Itens	Saldo em 31/12/14	Adições e transferências	Depreciação	Realizações	Saldo em 31/12/15
Benfeitorias	-	4.250.383	-	-	4.250.383
Instalações	27.942	45.300	-	-	73.242
Instrumentos médicos hospitalares	187.527	4.616	-	-	192.143
Equipamentos de informática	860.896	35.296	-	-	896.192
Máquinas e equiptos hospitalares	5.053.998	4.472.881	-	-	9.526.879
Móveis e Utensílios de escritório	613.033	90.891	-	-	703.924
Móveis e utensílios hospitalares	666.062	90.372	-	-	756.434
Obras em andamento	7.193.567	(7.193.567)	-	-	-
(-) Subvenções a realizar *	(5.104.159)	(1.667.237)	-	1.046.869	(5.724.527)
(-) Depreciação **	(2.434.134)	-	(1.682.615)	-	(4.116.749)
Total imobilizado	7.064.732	128.935	(1.682.615)	1.046.869	6.557.921
Direito de uso de software	197.611	73.542	-	-	271.153
(-) Amortização **	(57.353)	-	(40.748)	-	(98.101)
Total intangível	140.258	73.542	(40.748)	-	173.052
Total geral		202.477	(1.723.363)	1.046.869	

Descrição	2.015	2.014
Honorários médicos pessoa jurídica	2.974.725	3.701.522
	2.974.725	3.701.522

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.015	2.014
Salários e ordenados	1.165.184	1.165.184
FGTS	175.394	175.394
INSS	139.323	139.323
Provisão de férias e encargos	1.873.553	1.873.553
Outras	66.354	62.210
	4.168.086	3.415.664

12. Receita Diferida: Corresponde aos valores recebidos da Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização específica na aquisição de equipamentos para os novos leitos de unidades de terapia intensiva (UTI). A movimentação ocorrida está assim demonstrada:

Descrição	2.015	2.014
Saldo inicial	1.667.237	-
(+) Recebimento de subvenção para investimento	-	4.940.644
(-) Aquisição de equipamentos (Ativo imobilizado)	(1.667.237)	(3.066.065)
(-) Aquisição de bens de pequeno valor e despesas adicionais	-	(207.342)
	-	1.667.237

13. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.015	2.014
Saldo inicial	2.027.892	1.705.863
Adições (Nota 16 - despesa com pessoal)	856.303	689.667
Baixas por rescisões de contratos	(181.054)	(367.638)
Saldo final	2.703.141	2.027.892

14. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. No exercício de 2015, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, identificou contingências prováveis de perda no montante de R\$ 13.372 (Em 2014 - R\$ 462.865), e reverteu parcialmente o saldo da provisão constituída no exercício anterior no montante de R\$ 449.493. **15. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.015 montaram R\$ 96.325.298 (2.014 - R\$ 93.849.807).

16. Despesas com Pessoal

Descrição	2.015	2.014
Salários e ordenados	(14.728.498)	(12.670.919)
Insalubridade	(1.494.622)	(1.233.769)
Horas extras	(795.635)	(611.101)
Décimo terceiro salário	(1.710.199)	(1.445.707)
Férias	(2.311.256)	(1.887.385)
FGTS	(1.766.710)	(1.444.369)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(856.303)	(689.667)
Contribuição Patronal ao INSS	(5.908.798)	(4.987.346)
Isonção da Contribuição Patronal ao INSS	5.908.798	4.987.346
Outras despesas com pessoal	(1.496.959)	(1.074.056)
	(25.160.182)	(21.056.973)

17. Serviços de Terceiros

Descrição	2.015	2.014
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(23.288.813)	(22.633.405)
Serviços tomados de pessoa física	-	(4.025)
Serviços tomados de pessoa jurídica	(15.426.018)	(19.840.426)
	(38.714.830)	(42.477.856)

18. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas à unidade.

19. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição	2.015	2.014
Medicamentos	(6.460.131)	(5.643.492)
Filmes radiológicos e fios cirúrgicos	(270.341)	(283.961)
Ortese e prótese	(2.106.777)	(2.373.138)
Materiais de uso do paciente	(5.204.201)	(4.706.084)
Gases medicinais	(918.215)	(812.449)
Gêneros alimentícios	(894.830)	(810.768)
Materiais de limpeza e lavanderia	(944.362)	(945.049)
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos	(335.349)	(292.706)
Impressos e materiais de expediente	(360.770)	(425.218)
Peças e acessórios de reposição	(364.445)	(670.877)
Outros	(562.737)	(625.115)
	(18.422.158)	(17.588.857)

20. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.015	2.014
Ativos		
Valor justo por meio do resultado	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	7.520.537	5.947.474
Empréstimos e recebíveis	-	-
Contas a receber de clientes	18.984.232	20.629.595
Partes relacionadas	1.558.410	1.292.259
Total	28.063.179	27.869.328

Passivos

Pelo custo amortizado		
Fornecedores	6.148.865	6.803.275
Honorários médicos	2.974.725	3.701.522

continuação

todo o exercício de 2.015 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CE-BAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 16 – Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no de-

envolvimento de suas atividades. **22. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: **PIS (Programa de Integração Social):** A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. **COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):** A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas ativida-

des próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.015	2.014
Contribuição para o financiamento da seguridade social	2.975.618	2.915.286
Contribuição social sobre o superávit	18.505	176.131
Contribuição patronal INSS	5.908.798	4.987.346
	8.902.921	8.078.763

23. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S. em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso
Presidente

Dom Eurico dos Santos Veloso
Presidente da Pró-saúde

Jocelmo Pablo Mews
Diretor Geral da Pró-Saúde

Herbert Morechi
Diretor Geral do Hospital

Diego Vione Berenstein
Diretor Financeiro do Hospital

Thatyane Tavares Ribeiro - Contadora do Hospital - TC - CRC: PA-018250/O-0

David Martins Ferreira - Contador Geral - CRC: SP195413/O-2 "S" - PA

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude e erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para

fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Opinião sem ressalva:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional do Baixo Amazonas do Pará Dr. Waldemar Penna - Santarém/PA** em 31 de dezembro de 2.015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Santarém, 02 de Março de 2.016. **LM Auditores Associados**
CRC 2SP018.611/O-8

Maurício Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo 9446055



Edições IOE
4009-7817

continuação

Subsequente ao encerramento do exercício social, e até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras os valores foram totalmente recebidos.

6. Estoques

Descrição	2.015	2.014
Medicamentos	282.470	295.932
Materiais hospitalares de consumo e reposição	174.575	232.772
Materiais de Higiene e limpeza	23.344	21.722
Materiais de Expediente e Impressos	20.823	26.191
Gêneros Alimentícios	34.542	32.893
Outros	95.203	46.656
Total	630.957	656.166

8. Imobilizado e Intangível

a) Composição

Itens	2.015		2.014	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos Telefônicos	12.409	(1.661)	10.748	11.218
Equipamentos de Infraestrutura	84.466	(13.621)	70.845	80.394
Maquinas e Equipamentos de informática	313.337	(91.477)	221.860	262.651
Maquinas e Equipamentos Hospitalares	68.905	(8.615)	60.290	50.467
Móveis e Utensílios de Escritório	220.869	(22.313)	198.556	108.951
Móveis e Utensílios Hospitalares	535.562	(53.556)	482.006	366.253
Total imobilizado	1.235.548	(191.243)	1.044.305	879.934
Direito de uso de software	793.885	(170.937)	622.948	754.997
Total intangível	793.885	(170.937)	622.948	754.997

b) Movimentação

Itens	2.015		2.014	
	Saldo em 31/12/14	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/15
Equipamentos Telefônicos	11.671	738	-	12.409
Equipamentos de Infraestrutura	80.394	4.072	-	84.466
Maquinas e Equipamentos de informática	288.652	24.685	-	313.337
Maquinas e Equipamentos Hospitalares	55.672	13.233	-	68.905
Móveis e Utensílios de Escritório	113.166	107.702	-	220.869
Móveis e Utensílios Hospitalares	375.814	159.747	-	535.562
(-) Depreciação **	(45.435)	-	(145.807)	(191.242)
Total imobilizado	879.934	310.177	(145.807)	1.044.305
Direito de uso de software	768.917	24.968	-	793.885
(-) Amortização **	(13.920)	-	(157.017)	(170.937)
Total intangível	754.997	24.968	(157.017)	622.948
Total geral		335.145	(302.824)	

c) Taxas de depreciação e amortização: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos de informática	20,0%
Maquinas e equipamentos	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

9. Fornecedores

Descrição	2.015	2.014
Materiais e Medicamentos	336.085	707.306
Serviços de terceiros pessoa jurídica	859.672	620.420
Imobilizado	1.044	3.628
Total	1.196.801	1.331.354

10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.015	2.014
Honorários médicos pessoa jurídica	167.690	496.214
Total	167.690	496.214

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.015	2.014
Salários e ordenados	51.482	525.325
FGTS	-	67.343
INSS	69.979	52.707
Provisão de férias e encargos	985.354	595.090
Outras	41.351	16.061
Total	1.148.166	1.256.526

12. Receita Diferida: Corresponde aos valores pactuados com a Secretária Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização no custeio mensal e investimento em máquinas e equipamentos da unidade.

Descrição	2.015	2.014
Subvenção para custeio	10.500.000	9.000.000
Subvenção para investimento	1.189.404	1.189.404
Total	11.689.404	10.189.404

13. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:

Descrição	2.015	2.014
Saldo inicial	360.431	-
Adições (Nota 16-despesa com pessoal)	349.268	362.623
Baixas por rescisões de contratos	(116.544)	(2.191)
Saldo final	593.155	360.431

7. Partes Relacionadas

Descrição	A receber/(a pagar)	
	2.015	2.014
Empréstimos entre unidades (a)	4.032.617	3.003.596
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	(212.809)	(12.811)
Total	3.819.808	2.990.785

(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos concedidos a outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. **(b) - Custos Corporativos**

Compartilhados: Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

20. Despesas Gerais e Administrativas:

Descrição	2.015	2.014
Energia elétrica, gás e telefone	(643.094)	(349.133)
Depreciação e amortização	(302.810)	(59.354)
Manutenções	(93.308)	(80.994)
Locações de equipamentos e veículos	(88.385)	(53.709)
Prêmios de seguros	(121.787)	(53.333)
Condução e taxis	(55.593)	(29.461)
Viagens, ajuda de custo e reembolso de despesa	(285.982)	(160.725)
Outras	(134.942)	(143.087)
Total	(1.725.902)	(929.796)

21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.015	2.014
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.497.086	2.223.816
Recebeíveis		
Contas a receber	8.946.788	8.013.619
Partes relacionadas	3.819.808	2.990.785
Total	15.263.682	13.228.220
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.196.801	1.331.354
Honorários médicos	167.690	496.214
Total	1.364.491	1.827.568

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **22. INSS Cota Patronal:**

(a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS este válido durante todo o exercício de 2.015 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal.

(b) Apresentação da cota patronal: A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 16 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício.

(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais: A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **23. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.015	2.014
Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.014.416	630.002
Contribuição social sobre o superávit	226.667	173.389
Contribuição patronal ao INSS	2.699.389	1.446.621
Total	3.240.472	2.250.012

24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Descrição	2.015	2.014
Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.014.416	630.002
Contribuição social sobre o superávit	226.667	173.389
Contribuição patronal ao INSS	2.699.389	1.446.621
Total	3.240.472	2.250.012

Dom Eurico dos Santos Veloso - Presidente
Jocelmo Pablo Mews - Diretor Geral da Pró-Saúde
Saulo Mengarda -Diretor Geral do Hospital
Rafael Bonfada -Diretor Financeiro do Hospital
Márcia T. Corrêa Neri
 Contadora local - CRC PA-011076-06
David Martins Ferreira
 Contador geral - CRC: SP195413/O-2 "S" - PA

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA,** que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as**

demonstrações financeiras: A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumpri-

mento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada

▶continuação

apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresen-

tação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Opinião sem ressalva:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e**

Hospitalar - Hospital Público Estadual Galileu - Belém/PA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Belém, 18 de março de 2.016.

LM Auditores Associados
CRC 2SP018.611/O-8

Maurício Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo 944615

SANTA ANA AGROPECUÁRIA E INDÚSTRIA S.A.

CNPJ: 05.157.482/0001-01

Relatório da Administração

Sr. Acionista: Em cumprimento ao disposto nas diretrizes legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as demonstrações contábeis, preparadas conforme as disposições da legislação societária relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em MR\$)			
Ativo	2015	2014	
Circulante	7	5	
Caixa e equivalentes de caixa	7	5	
Não circulante	17.671	26.069	
Depósitos judiciais	52	22	
Imobilizado	17.619	26.047	
Total do ativo	17.678	26.074	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em MR\$)			
	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados
Em 31/12/2013	31.143	5	(5.097)
Prejuízo do exercício	-	-	(124)
Em 31/12/2014	31.143	5	(5.221)
Prejuízo do exercício	-	-	(8.449)
Em 31/12/2015	31.143	5	(13.670)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em MR\$)

Fluxo de caixa das atividades de operacionais	2015	2014
Prejuízo do exercício	(8.449)	(124)
Depreciação, amortização e exaustão	8.428	80
Resultado do exercício ajustado	(21)	(44)
Variáveis em ativos e passivos		
Depósitos judiciais	(30)	-
Outros ativos	-	14
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(51)	(30)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	53	30
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	53	30
Aumento (redução) de caixas e equivalentes de caixa	2	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	5
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	5
Aumento (redução) de caixas e equivalentes de caixa	2	-

A Diretoria
Contador: Douglas Barbosa da Silva - CRC - RJ 110.099/O-1

Protocolo 943966

RPA - REFLORESTAMENTO PRODUTIVO DA AMAZÔNIA S.A.

CNPJ: 09.524.436/0001-54

Relatório da Administração

Sr. Acionista: Em cumprimento ao disposto nas diretrizes legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as demonstrações contábeis, preparadas conforme as disposições da legislação societária relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em MR\$)			
Ativo	2015	2014	
Circulante	740	897	
Caixa e equivalentes de caixa	271	359	
Contas a receber de clientes	254	267	
Estoques	9	87	
Impostos a recuperar	127	112	
Adiantamentos diversos	79	72	
Não circulante	7.275	6.636	
Imobilizado	7.275	6.636	
Total do ativo	8.015	7.533	
Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em MR\$)			
Demonstrações dos resultados	2015	2014	
Receita bruta de vendas	707	648	
Deduções sobre a receita	(102)	(76)	
Impostos sobre a receita	(52)	(35)	
Receita líquida de vendas	553	537	
Custo dos produtos vendidos	(537)	(281)	
Lucro bruto	16	256	
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	(57)	(73)	
Outras receitas (despesas) operacionais	(14)	(32)	
	(71)	(105)	
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(55)	151	
Resultado financeiro, líquido	37	-	
Lucro (prejuízo) do exercício	(18)	151	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em MR\$)

Fluxo de caixa das atividades de operacionais	2015	2014
Prejuízo do exercício	(18)	151
Resultado do exercício ajustado	(18)	151
Variáveis em ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	13	(188)
Estoques	78	(77)
Impostos a recuperar	(15)	(31)
Adiantamentos	(7)	(3)
Aumento (redução) dos passivos	69	(299)
Fornecedores	(159)	230
Salários e encargos sociais	(2)	17
Tributos a pagar	36	3
Outros passivos	-	(3)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(74)	99
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Adições) baixas líquidas do ativo imobilizado	(639)	(806)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(639)	(806)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	625	1.016
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	625	1.016
Aumento (redução) de caixas e equivalentes de caixa	(88)	309
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	359	50
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	271	259
Aumento (redução) de caixas e equivalentes de caixa	(88)	309

A Diretoria
Contador: Douglas Barbosa da Silva - CRC - RJ 110.099/O-1

Protocolo 943968

AGROPALMA S.A.

C.N.P.J.: 04.102.265/0001-51

Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa encerrados em 31/12/2015, Tailândia – Pará, 31 de março de 2016 –
Diretoria: José Hilário Rodrigues de Freitas – Marcelo Silva do Amaral Brito – José Elanir de Lima – Joel Buecke – **Contador:** Fernando Cirino da Silva. CRC-PA 010371 / O-1

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2015		31/12/2014	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	101	1.013		
Estoques	6	1.097	1.127		
Impostos a recuperar	7	257	6.151		
Despesas antecipadas		187	162		
Outros ativos circulantes		969	91		
		2.611	8.544		
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	15	1.946	1.639		
Impostos a recuperar	7	4.982	517		
Tributos diferidos	8	5.873	5.873		
Investimentos		46	46		
Ativos biológicos	9	246.536	234.285		
Imobilizado	10	80.310	79.121		
Intangível	11	1.321	1.558		
Diferido		23	39		
		341.037	323.078		
Total do ativo		343.648	331.622		
Passivo					
Circulante					
Fornecedores			4.974	6.967	
Empréstimos e financiamentos	14		1.521	1.239	
Obrigações sociais e trabalhistas	12		11.829	11.038	
Tributos a recolher	13		2.285	2.189	
Adiantamento de clientes	16		84.918	72.305	
Dividendos a pagar	17		434	-	
Outras contas a pagar			569	230	
			106.530	93.968	
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14		9.378	10.444	
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	15		1.818	2.680	
			11.196	13.124	
Patrimônio líquido					
Capital social	17		183.194	150.395	
Reservas de lucros			42.728	74.135	
Total do patrimônio líquido			225.922	224.530	
Total do passivo e patrimônio líquido			343.648	331.622	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2015		31/12/2014	
Receita operacional líquida	18	195.974	187.400		
Custos dos produtos vendidos	19	(189.830)	(186.684)		
Lucro bruto		6.144	716		
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	20	(14.025)	(13.346)		
Despesas com vendas		-	(2)		
Outras receitas operacionais líquidas		8.607	6.370		
		(5.418)	(6.978)		
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		726	(6.262)		
Receitas financeiras	21	1.501	247		
Despesas financeiras	21	(401)	(232)		
		1.100	15		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.826	(6.247)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	31/12/2015		31/12/2014	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.826	(6.247)		
Outros resultados abrangentes	-	-		
Total dos resultados abrangentes	1.826	(6.247)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para dividendos	Reserva para aumento de capital	Lucros acumulados	
Em 1º de janeiro de 2014	150.395	6.160	1.107	7.517	65.598	-	230.777
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(6.247)	(6.247)
Absorção do prejuízo	-	-	-	(6.247)	-	6.247	-
Em 31 de dezembro de 2014	150.395	6.160	1.107	1.270	65.598	-	224.530
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.826	1.826
Aumento de capital através de reservas	32.799	-	-	-	(32.799)	-	-
Destinações							
Constituição de reserva legal (Nota 17 b)	-	91	-	-	-	(91)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(434)	(434)
Constituição de reserva para dividendos (Nota 17 d)	-	-	-	130	-	(130)	-
Reserva para aumento de capital (Nota 17 e)	-	-	-	-	1.171	(1.171)	-
Em 31 de dezembro de 2015	183.194	6.251	1.107	1.400	33.970	-	225.922

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	31/12/2015		31/12/2014	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.826	(6.247)		
Ajustes para reconciliar lucro líquido (prejuízo) do exercício:				
Depreciação e amortização	13.727	16.168		
Reversão de provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(862)	(588)		
	14.691	9.333		
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante				
Estoques	30	73		
Despesas antecipadas	(25)	96		
Impostos a recuperar	1.429	(2.093)		
Outros ativos circulantes	(878)	-		
Depósitos judiciais	(307)	1.236		
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante				
Fornecedores	(1.993)	(1.053)		
Tributos a recolher	96	42		
Obrigações sociais e trabalhistas	791	1.861		
Outras contas a pagar	339	-		
Adiantamento de clientes	12.613	18.548		
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	26.786	28.043		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de ativo imobilizado e ativo biológico	(28.450)	(42.288)		
Aquisições de ativo intangível	-	(12)		
Baixa de ativos imobilizados, biológicos e diferidos	1.536	9.422		
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(26.914)	(32.878)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.292)	(1.403)		
Captações de empréstimos e financiamentos	508	7.116		
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	(784)	5.713		
Acréscimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa	(912)	878		
Demonstração acréscimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.013	135		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	101	1.013		
Acréscimo (decrécimo) no caixa e equivalentes de caixa	(912)	878		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Agropalma S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, cuja sede fica na Rodovia PA 150 - Km 74 situada na cidade de Tailândia, Estado do Pará. Foi fundada em 30 de setembro de 1981 e tem como objeto principal o cultivo de palmeira de dendê e quaisquer outras culturas, a formação de pastagens, a extração e a comercialização de óleos vegetais e madeiras, a manutenção, como atividade secundária, de uma escola de ensino fundamental, e quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais, inclusive a prestação de serviços em favor de terceiros.

A Companhia tem como missão produzir e comercializar, no mercado nacional e internacional, óleos vegetais e derivados, garantindo o desenvolvimento sustentável do negócio, gerando riquezas e atendendo aos requisitos das diversas partes interessadas.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$103.919 (R\$85.424 em 31 de dezembro de 2014), principalmente em função de adiantamentos efetuados por seu único cliente e parte relacionada, a Companhia Refinadora da Amazônia, os quais são deduzidos à medida que a produção é retirada dos plantios (vide nota explicativa 16). A Administração entende que o Patrimônio líquido da Companhia é robusto o suficiente para garantir a continuidade operacional de suas operações.

2. Base de preparação**a) Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo

em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria em 11 de março de 2016.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas com valores em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações contábeis apresentadas em Reais (R\$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: valor residual do ativo imobilizado, perdas para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, provisão para litígios e demandas judiciais e mensuração de instrumentos financeiros.

e) Reclassificação de saldos de imobilizado e ativos biológicos

Para uma melhor apresentação dos saldos contábeis, a Administração da Companhia optou por reclassificar de imobilizado para ativos biológicos os saldos correspondentes à cultura de dendê permanente, no montante de R\$234.285, em 31 de dezembro de 2014.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir.

Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.

AGROPALMA S.A.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e depósitos judiciais.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, tributos a recolher, obrigações sociais e trabalhistas e partes relacionadas.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos, mercadorias e sucatas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida *pro-rata die* pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.4. ImpostosImposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante, são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e gera receita tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Os tributos (ICMS, INSS sobre faturamento, PIS e COFINS) são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado e os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.5. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens as quais estão demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de depreciação %
Máquinas e equipamentos	2,5% a 20%
Móveis	3,33% a 10%
Hardware	6,67% a 33,33%
Veículos	4% a 20%
Edificações e benfeitorias	1,67% a 10%
Instalações	1,67% a 6,67%
Ferramentas	5%

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6. Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem à cultura de dendê permanente localizadas em fazendas no estado do Pará.

A Administração entende que não é possível estimar o fluxo de caixa com precisão em função de diversas variáveis que podem afetar a produção e qualidade genética a médio e longo prazo, tais como: volume pluviométrico, déficit hídrico, diversidade de material genético e suscetibilidade a pragas, assim como variação no preço de venda do fruto (CFF).

Nesse contexto, e considerando o que estabelece o pronunciamento técnico CPC 29 - Ativo biológico e produto agrícola em seu item nº 54, a Administração, apoiada por especialistas, providenciou análise com o objetivo de divulgar uma faixa de estimativas dentro da qual existe alta probabilidade de se encontrar o valor justo.

O quadro abaixo descrito demonstra o intervalo de valor justo conforme variação de 10% para mais ou para menos nas principais premissas utilizadas no método de fluxo de caixa descontado:

Variação	Valor justo				
	(9,27%)	(4,64%)	0%	4,64%	9,27%
Preço de venda do CFF	(105.862)	-	105.862	211.724	317.586
Produtividade média	(94.458)	5.702	105.862	206.022	306.182

Em função de não haver um mercado ativo para definição do valor justo das culturas de palma e a da grande incerteza relacionada às premissas que envolvem o cálculo do fluxo de caixa descontado, aliado ao grande impacto no cálculo final do valor justo ocasionado por eventual variação nas premissas utilizadas, a Administração decidiu por manter o ativo biológico registrado pelo custo de aquisição deduzido de depreciação apurada pelo método linear.

3.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Administração calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

No exercício de 2015, a Administração entende que não há indicação de que seus ativos sofreram alguma perda.

3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.10. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2015 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

Para que as normas e alterações fossem aplicadas pela primeira vez em 2015, elas não poderiam ter impacto material sobre as demonstrações contábeis anuais da Companhia.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas

A alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de administração (entidade que presta serviços ao pessoal-chave da Administração) é uma parte relacionada sujeita a divulgações de partes relacionadas. Adicionalmente, uma entidade que utiliza uma entidade de administração deve divulgar as despesas incorridas com serviços de administração. Essa alteração não é pertinente para o Grupo uma vez que ele não recebe quaisquer serviços de administração de outras entidades.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo

A alteração se aplica prospectivamente e esclarece que a exceção de carteira na IFRS 13 pode ser aplicada não só a ativos financeiros e passivos financeiros, mas também a outros contratos que se enquadram no escopo da IFRS 9 (ou IAS 39, quando aplicável). A Companhia não aplica a exceção de carteira descrita na IFRS 13.

3.11. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedged*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou

AGROPALMA S.A.

após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de *hedge*, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. O Grupo planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. O Grupo planeja adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor, utilizando o método de adoção retrospectiva integral.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade de instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata. Os saldos estão demonstrados pelo seu valor de custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	92	92
Aplicações financeiras	9	921
	101	1.013

Aplicações financeiras referem-se a instrumentos financeiros de curto prazo (CDBs), são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias da data de contratação dos instrumentos. Por essa razão foram classificados como equivalentes de caixa.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI.

6. Estoques

Os estoques em 31 de dezembro de 2015 somam R\$ 1.097 (R\$1.127 em 2014) e compreendem basicamente material de consumo mantidos em almoxarifado. A Companhia produz frutos de dendê, que é vendido imediatamente após a colheita, logo não há saldo em estoque de frutos.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2015	31/12/2014
ICMS a compensar (a)	4.982	4.776
Outros impostos a compensar	252	252
INSS a compensar	1	1
COFINS a compensar	4	1.364
PIS a compensar	-	275
	5.239	6.668
Circulante	257	6.151
Não circulante	4.982	517

(a) Os créditos de ICMS decorrem da compra de insumos, fertilizantes e compra de bens para o ativo imobilizado.

8. Tributos diferidos

	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ diferido	4.318	4.318
CSLL diferido	1.555	1.555
	5.873	5.873

O valor do Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos reflete os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil reconhecido em 2013.

9. Ativos biológicos

O ativo biológico é composto pelos seguintes itens:

	2015		2014	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Em operação				
Cultura de dendê permanente	261.113	(82.892)	178.221	166.584
Semoventes	2	(2)	-	-
Subtotal	261.115	(82.894)	178.221	166.584
Em formação				
Cultura de dendê em formação	68.315	-	68.315	67.701
Subtotal	68.315	-	68.315	67.701
Total	329.430	(82.894)	246.536	234.285

A movimentação dos saldos do ativo biológico está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2015
Em operação						
Cultura de dendê permanente	166.584	6.206	(307)	15.749	(10.011)	178.221
Subtotal	166.584	6.206	(307)	15.749	(10.011)	178.221
Em formação						
Cultura de dendê em formação	67.701	16.363	-	(15.749)	-	68.315
Subtotal	67.701	16.363	-	(15.749)	-	68.315
Total	234.285	22.569	(307)	-	(10.011)	246.536

10. Imobilizado

O ativo imobilizado é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Em operação				
Terrenos	27.440	-	27.440	27.440
Infraestrutura	49.111	(19.460)	29.651	28.635
Máquinas e equipamentos	18.968	(9.555)	9.413	8.257
Móveis e utensílios	3.746	(2.531)	1.215	1.312
Veículos	18.565	(9.643)	8.922	10.248
Sistema de processamento de dados	4.082	(2.722)	1.360	1.265
Sistema de comunicação	1.775	(733)	1.042	964
Subtotal	123.687	(44.644)	79.043	78.121
Em formação				
Obras em andamento	1.267	-	1.267	148
Montagens e instalações	-	-	-	743
Adiantamento para compra de imobilizado	-	-	-	109
Subtotal	1.267	-	1.267	1.000
Total	124.954	(44.644)	80.310	79.121

A movimentação dos saldos do imobilizado está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2015
Em operação						
Terrenos	27.440	-	-	-	-	27.440
Infraestrutura	28.635	1.703	(63)	105	(729)	29.651
Máquinas e equipamentos	8.257	1.227	(123)	776	(724)	9.413
Móveis e utensílios	1.312	63	(25)	-	(135)	1.215
Veículos	10.248	136	(235)	-	(1.227)	8.922
Sistema de processamento de dados	1.265	557	(4)	89	(547)	1.360
Sistema de comunicação	964	184	(5)	-	(101)	1.042
Subtotal	78.121	3.870	(455)	970	(3.463)	79.043
Em formação						
Obras em andamento	148	1.224	-	(105)	-	1.267
Montagens e instalações	743	33	-	(776)	-	-
Adiantamento para compra de imobilizado	109	754	(774)	(89)	-	-
Subtotal	1.000	2.011	(774)	(970)	-	1.267
Total	79.121	5.881	(1.229)	-	(3.463)	80.310

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, há taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

AGROPALMA S.A.

A Companhia não tem nenhum bem dado em garantia relacionado a empréstimos e financiamentos.

11. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2015		31/12/2014	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Marcas e patentes	-	101	-	101	101
Sistema operacional	10%	2.770	(1.550)	1.220	1.457
		2.871	(1.550)	1.321	1.558

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	Aquisições	Amortização	31/12/2015
Marcas e patentes	101	-	-	101
Sistema operacional	1.457	-	(237)	1.220
	1.558	-	(237)	1.321

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2015	31/12/2014
INSS a recolher	1.582	1.498
FGTS a recolher	836	829
Mensalidade sindical	51	58
Férias e encargos a pagar	9.355	8.645
Contribuição sindical	3	5
Outros	2	3
	11.829	11.038

13. Tributos a recolher

	31/12/2015	31/12/2014
ICMS a recolher	35	51
IRRF a recolher	311	306
ISSQN a recolher	129	213
PIS a recolher	312	286
COFINS a recolher	1.439	1.318
Outros tributos	59	15
	2.285	2.189

14. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	31/12/2015	31/12/2014
Financiamento Bancário- FINAME Itaú	3%	1.521	1.239
Financiamento Bancário- FINAME Itaú	3%	9.378	10.444
		10.899	11.683
Circulante		1.521	1.239
Não circulante		9.378	10.444

A movimentação do saldo de empréstimos está demonstrada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.239	10.444	11.683
Captação de empréstimos	53	455	508
Juros a incorrer e amortizados	(63)	-	(63)
Amortização de principal	(1.229)	-	(1.229)
Transferência	1.521	(1.521)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.521	9.378	10.899

15. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia mantém a provisão dos processos judiciais em andamento, em 31 de dezembro de 2015, que foram avaliados pelos assessores jurídicos cuja probabilidade de perda seja provável. O depósito judicial, no valor de R\$1.946 (R\$1.639 em 2014), informado no Balanço Patrimonial é decorrente dos processos judiciais em andamento.

	31/12/2015		31/12/2014	
	Depósitos judiciais	Riscos de perdas prováveis	Depósitos judiciais	Riscos de perdas prováveis
Trabalhista	1.946	1.818	1.639	2.680

Os passivos contingentes são os valores, de acordo com a política contábil da Companhia, com classificação de probabilidade de perda "possível", no montante de R\$22.774, de acordo com a opinião do departamento jurídico da Companhia, apoiado por seus consultores externos. Dentro desse contexto, a Companhia possui passivos contingentes relacionados a processos trabalhistas e tributários que perfazem o montante de R\$1.818.

16. Transações com partes relacionadas

	Adiantamentos de clientes	
	31/12/2015	31/12/2014
Companhia Refinadora da Amazônia (a)	84.918	72.305
	84.918	72.305
Circulante	84.918	72.305

Transações no resultado:

	Venda de matéria-prima	
	31/12/2015	31/12/2014
Companhia Refinadora da Amazônia (a)	223.170	213.197
	223.170	213.197

(a) Em 30 de abril de 2007, após processo de cisão parcial, a Companhia assinou contrato de venda de toda a sua produção para Companhia Refinadora da Amazônia, a qual passou a ser cliente exclusivo, em decorrência desta operação comercial são recebidos adiantamentos que são deduzidos à medida que a produção é retirada dos plantios pela própria Companhia Refinadora da Amazônia.

Remuneração dos administradores

	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração salarial	550	507
Gratificação	34	191
Encargos	164	195
	748	893

A Companhia não possui políticas de remuneração variável sobre o lucro para pessoas-chave.

17. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$150.395, está representado por 90.060.674 ações ordinárias e nominativas e 199.455.553 ações preferenciais ordinárias sem valor nominal. Em 2015 houve aumento de capital social no valor total de R\$32.799 sem emissão de ações mediante a capitalização de igual valor retirado de reservas para aumento de capital. A composição acionária em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Acionista	Ações	%
Banco da Amazônia S.A. - FINAM	16.263.009	5,62
Nova América Holdings Ltda.	273.253.218	94,38
Total	289.516.227	100,00

b) Reserva legal

A reserva legal é formada pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital, nos termos dispostos no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 23, letra "a" do estatuto social da Companhia.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Calculados de acordo com a destinação de 25% do lucro líquido ajustado. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia calculou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$434 (0 em 2014).

d) Reserva especial para dividendos

A reserva de dividendos é constituída em conformidade com o artigo 23, § 1º, letra "b", do estatuto social da Companhia que determina a destinação de 10% do lucro líquido do exercício, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório, à reserva especial para dividendos. Essa reserva é limitada à 20% do capital social e tem como finalidade garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos.

e) Reserva para aumento de capital

É constituída em conformidade com o artigo 23, § 1º, letra "a", do estatuto social da Companhia, que determina a destinação de 90% do lucro líquido, após a dedução dos valores destinados à reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório, para a constituição da reserva para aumento de capital, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% do capital social.

18. Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Vendas mercado interno	223.170	213.197
(-) Devoluções das vendas	(212)	-
(-) INSS/PIS/COFINS sobre vendas	(26.984)	(25.797)
	195.974	187.400

19. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2015	31/12/2014
Salários e encargos	(109.761)	(105.847)
Peças e materiais	(8.819)	(10.384)
Combustível	(3.230)	(2.567)
Insumos	(29.919)	(25.700)
Refeições	(10.125)	(11.392)
Serviços de terceiros	(3.676)	(4.455)
Utilidades	(11.058)	(10.763)
Depreciação	(13.242)	(15.576)
	(189.830)	(186.684)

20. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com funcionários	(2.290)	(1.832)
Remuneração diretoria	(748)	(893)
Ocupação	(988)	(1.527)
Serviços de terceiros	(3.801)	(2.437)
Obrigações legais	(1.172)	(1.289)
Manutenção e conservação de ativos	(754)	(466)
Transportes	(22)	(115)
Despesas com materiais	(86)	(66)
Constituições de provisões	(3.085)	(2.658)
Depreciação e amortização	(485)	(503)
Outras despesas	(594)	(1.560)
	(14.025)	(13.346)

21. Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras		
Variação monetária ativa	1.441	113
Receita de aplicação financeira	3	2
Descontos obtidos	23	23
Juros ativos	34	109
	1.501	247

Despesas financeiras

Variação monetária passiva	(27)	(26)
Juros e multas sobre financiamento	(373)	(204)
Outras	(1)	(2)
	(401)	(232)
	1.100	15

22. Imposto sobre o lucro

A composição do prejuízo fiscal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontra-se resumida a seguir:

AGROPALMA S.A.

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos	1.826	(6.247)
Adições		
(+) Total despesas não dedutíveis - art. 13 da Lei 9.249/95	448	1.338
(+) Provisões indedutíveis	3.139	1.423
(+) Diferenças temporárias	389	16
	3.976	2.777
Exclusões		
(-) Reversão dos saldos das provisões não dedutíveis	(3.125)	(1.827)
	(3.125)	(1.827)
(=) Lucro real antes das compensações de prejuízos	2.677	(5.297)
Compensação de prejuízos fiscais	(2.677)	-
(=) Base de cálculo de IRPJ e CSLL	-	(5.297)

Em 31 de dezembro de 2015, existe saldo de R\$ 17.118 de prejuízo fiscal e base negativa no valor, sendo R\$ 11.821 referente ao exercício de 2013 e R\$ 5.297 referente ao exercício de 2014.

23. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiroGerenciamento de risco financeiro

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pela Administração.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis e também dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem com objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições aos riscos. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros e ao investimento da liquidez excedente.

A diretoria financeira apresenta relatórios mensais à Administração que monitoram os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, adiantamentos a fornecedores, fornecedores, adiantamentos de clientes, e empréstimos e financiamentos.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente as contas a receber de clientes e não apresenta histórico de perdas.

Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes

bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovadas pela Diretoria. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos.

24. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para veículos próprios registrados no seu ativo imobilizado, veículos locados e responsabilidade civil e ambiental, infraestrutura e transportes por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros e da Administração.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Agropalma S.A.**, Belém - PA

Examinamos as demonstrações contábeis da Agropalma S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agropalma S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16, a Companhia mantém operações de venda de produtos exclusivamente para partes relacionadas. Dessa forma, o resultado de suas operações poderia ser diferente daquele que seria obtido em operações realizadas com partes não relacionadas. Adicionalmente, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$103.919, em virtude, basicamente, de contas a pagar a partes relacionadas no valor de R\$84.918. De acordo com a Administração, estes saldos serão exigíveis apenas quando da efetiva geração de caixa pela Companhia, ou serão realizados aportes pelo acionista controlador.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 11 de fevereiro de 2015. Fortaleza (CE), 11 de março de 2016.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes SS. CRC 2SP015199/F-6. Carlos Santos Mota Filho - CRC-PE020728/O-7-T-CE.

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA

CNPJ nº 24.232.886/0073-31

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado							
Ativo	Nota	2015		2014		Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais					
		2.015	2.014	2.015	2.014	Nota	2.015	2.014			
Circulante				Passivo e patrimônio líquido negativo	Nota	2.015	2.014				
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.248.746	982.495	Circulante							
Contas de receber	5	10.088.340	11.360.311	Fornecedores	8	3.254.812	3.105.116				
Estoques	6	951.463	739.851	Honorários Médicos	9	3.391.655	3.470.310				
Outros ativos circulantes		174.943	79.598	Obrigações sociais e trabalhistas	10	2.187.563	2.002.145				
				Obrigações fiscais	11	4.638.611	4.485.480				
				Partes relacionadas	12	7.571.694	6.107.274				
				Receitas diferidas	13	4.295.052	5.419.232				
		13.463.492	13.162.255			25.339.387	24.589.557				
Não Circulante				Não Circulante							
Realizável a longo prazo				Obrigações fiscais	11	714.408	900.961				
Depósitos judiciais		140.635	233.390	Provisão para descontinuidade	14	2.003.642	1.638.799				
Imobilizado	7	1.627.002	2.024.275	Provisão para contingência	15	735.579	1.324.000				
Intangível	7	1.333.582	1.347.704			3.453.629	3.863.760				
		3.101.219	3.605.369	Patrimônio Líquido Negativo							
				Patrimônio social negativo		(11.685.693)	(11.210.991)				
				Déficit dos exercícios		(542.612)	(474.702)				
						(12.228.305)	(11.685.693)				
Total do Ativo		16.564.711	16.767.624	Total do Passivo		16.564.711	16.767.624				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado abrangente							
		Patrimônio social negativo		Superávit (déficit) dos exercícios		Total		Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais			
		(13.032.044)		1.821.053		(11.210.991)					
Em 1º de janeiro de 2.014				Transferência		-					
Transferência		(1.821.053)		Déficit do exercício		(474.702)					
Em 31 de dezembro de 2.014		(14.853.097)		3.167.404		(11.685.693)					
Transferência		(3.167.404)		-		-					
Déficit do exercício		(542.612)		(542.612)		(542.612)					
Em 31 de dezembro de 2.015		(18.020.501)		5.792.196		(12.228.305)					
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras				Demonstração do resultado abrangente							
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.015 e de 2.014. Cifras apresentadas em reais.				Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais							
						2.015		2.014			
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstica ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 03 de julho de 2006, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional do Sudeste do Pará. Em julho de 2012, pactuou novo contrato, vigente por 05 (cinco) anos e reajustável a cada doze meses. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção) II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. c) Plano de ação - Contrato de gestão: A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para repactuar o contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará, com o objetivo de equilibrar os custos da unidade hospitalar com as receitas. Nos últimos anos, em função dos déficits recorrentes apurados, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido e patrimônio social negativo. Enquanto o reajuste do contrato de gestão não ocorrer, a Administração buscará medidas alternativas que são: reduzir ainda mais os custos sem prejudicar os atendimentos hospitalares, e obter empréstimos financeiros com outras unidades da Pró-Saúde. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 07 de março de 2.016. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida: As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamen-						(542.612)		(474.702)			
Déficit dos Exercícios		(542.612)		(474.702)		(542.612)		(474.702)			
Outros resultado abrangentes		-		-		-		-			
Resultado Abrangente dos Exercícios		(542.612)		(474.702)		(542.612)		(474.702)			
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto				Demonstração do resultado abrangente							
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais							
		2.015		2.014		2.015		2.014			
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Déficit dos Exercícios				(542.612)			
Déficit dos exercícios				(542.612)				(474.702)			
Ajustado por:				Outros resultado abrangentes				-			
Depreciação e amortização				892.823				1.009.609			
Realização de subvenções do ativo imobilizado				(366.496)				(394.294)			
(Reversão) constituição de provisão para contingência				(588.421)				1.324.000			
Déficit dos exercícios ajustado				(604.706)				1.464.613			
Variações nos ativos e passivos				(604.706)				1.464.613			
Contas de receber				1.271.971				(3.894.806)			
Estoques				(211.612)				52.137			
Outros ativos circulantes				(95.347)				38.948			
Depósitos judiciais				92.755				(55.107)			
Fornecedores				149.696				1.069.824			
Honorários Médicos				(78.655)				1.996.506			
Obrigações sociais e trabalhistas				185.418				56.313			
Obrigações fiscais				(33.422)				(198.994)			
Provisão para descontinuidade				364.843				276.855			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				1.040.941				806.289			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				1.040.941				806.289			
Aquisições de imobilizado e intangível				(1.239.110)				-			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos				(1.239.110)				-			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				(1.239.110)				-			
Empréstimos tomados (pagos) - partes relacionadas				1.464.420				(264.425)			
Subvenções governamentais de investimentos				-				(4.675.417)			
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos				1.464.420				(4.939.842)			
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				1.266.251				(4.133.553)			
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				1.266.251				(4.133.553)			
No início do exercício				982.495				5.116.048			
No fim do exercício				2.248.746				982.495			
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				1.266.251				(4.133.553)			
tais). Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. f) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido a sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. g) Receitas e despesas: Q											

continuação

resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **h) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. **• Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas.

Descrição	2.015	2.014
Fundo Fixo	3.000	3.000
Banco conta movimento (a)	869.746	178.820
Banco conta aplicação (b)	1.376.000	800.675
	2.248.746	982.495

7. Imobilizado e Intangível

A) Composição

Itens	2.015			2.014	
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Aparelhos médicos e cirúrgicos	1.608.131	(1.458.378)	149.753	310.566	310.566
Benfeitorias	1.397.605	(200.758)	1.196.847	1.252.751	1.252.751
Equipo processamento de dados	474.815	(471.950)	2.865	4.836	4.836
Equipamento telefônico	35.692	(32.069)	3.623	7.192	7.192
Instalações	323.784	(286.348)	37.436	69.813	69.813
Instrumento de medicina e cirurgia	718.939	(579.222)	139.717	211.163	211.163
Máquinas e equiptos de escritório	92.322	(40.455)	51.867	58.903	58.903
Máquinas e equiptos hospitalares	5.195.157	(2.338.899)	2.856.258	3.235.420	3.235.420
Móveis e utensílios de escritório	1.069.657	(757.956)	311.701	363.192	363.192
Imobilizações em andamento *	6.768.449	-	6.768.449	5.644.267	5.644.267
(-) Subvenções a realizar	(9.891.514)	-	(9.891.514)	(9.133.829)	(9.133.829)
Total imobilizado	7.793.037	(6.166.035)	1.627.002	2.024.275	2.024.275
Direitos de uso de software	1.568.735	(235.153)	1.333.582	1.347.704	1.347.704
Total intangível	1.568.735	(235.153)	1.333.582	1.347.704	1.347.704

* As imobilizações em andamento referem-se à ampliação do Hospital, através de subvenções específicas, com término previsto para 2016.

B) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/14	2.015			Saldo em 31/12/15
		Adições e baixas	Depreciação	Realizações	
Imobilizado					
Aparelhos médicos e cirúrgicos	1.608.131	-	-	-	1.608.131
Benfeitorias	1.397.605	-	-	-	1.397.605
Equipamento de proc. de dados	453.504	21.311	-	-	474.815
Equipamento telefônico	35.692	-	-	-	35.692
Instalações	323.784	-	-	-	323.784
Instrumentos medicina e cirurgia	718.939	433	-	-	718.939
Máquinas e equiptos de escritório	90.295	2.027	-	-	92.322
Máquinas e equiptos hospitalares	5.146.134	49.023	-	-	5.195.157
Móveis e utensílios de escritório	1.016.612	53.045	-	-	1.069.657
Imobilizações em Andamento	5.644.267	1.124.182	-	-	6.768.449
(-) Subvenções a realizar *	(9.133.829)	(1.124.181)	-	366.496	(9.891.514)
(-) Depreciação **	(5.276.426)	-	(889.609)	-	(6.166.035)
	2.024.275	125.839	(889.609)	366.496	1.627.002
Intangível					
Direitos de uso de software	1.579.643	(10.908)	-	-	1.568.735
(-) Amortizações **	(231.939)	-	(3.214)	-	(235.153)
	1.347.704	(10.908)	(3.214)	366.496	1.333.582

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício mediante o valor correspondente a depreciação do bem, e em 2.015 montou a R\$ 366.496 (Em 2014 - R\$ 394.294). **As despesas com depreciação e amortização apuradas, conforme a vida útil dos bens, no exercício de 2015 montou a R\$ 892.823 (Em 2014 - R\$ 1.009.609).

C) Taxas de depreciação: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10,0%
Benfeitorias	4,0%
Equipamento de processamento de dados	20,0%
Equipamento telefônico	10,0%
Instalações	10,0%
Instrumento de medicina e cirurgia	10,0%
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

8. Fornecedores:

Descrição	2.015	2.014
Materiais e medicamentos	2.192.971	1.383.758
Imobilizado	4.675	-
Serviços tomados de pessoa jurídica	699.074	1.442.000
Serviços tomados de pessoa física	358.092	279.359
	3.254.812	3.105.116

9. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.015	2.014
Honorários médicos pessoa jurídica	3.391.655	3.470.310
	3.391.655	3.470.310

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará. (b) Correspondem a certificado de depósitos bancários, aplicado no Banco Banpará, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, remunerados a taxa de 105% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. Contas a Receber:

Descrição	2.015	2.014
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Custeio (a)	7.088.392	6.362.772
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Investimento (b)	2.999.948	4.997.539
	10.088.340	11.360.311

(a) **Contas a receber - Custeio:** Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os valores foram totalmente recebidos. (b) **Contas a receber - Investimento:** Correspondem ao 2º aditivo do contrato de gestão 034/2012, pactuado junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para execução de obras de ampliação e aquisição de equipamentos hospitalares. O valor total corresponde a R\$ 10.094.648, sendo recebido até dezembro de 2015 o montante de R\$ 7.094.700, restando o saldo a receber de R\$ 2.999.948.

6. Estoques:

Descrição	2.015	2.014
Fios cirúrgicos	28.817	19.212
Gases medicinais	43.144	75.966
Materiais de radiologia	13.081	18.805
Materiais hospitalares de consumo	358.349	239.423
Materiais hospitalares de reposição	85.330	53.739
Medicamentos	212.731	175.233
Demais materiais	210.012	157.473
	951.463	739.851

de 2014, relativo à Lei 12.996/14, que possibilitou o pagamento de tributos federais em atraso até 31 de dezembro de 2013. O prazo para recolhimento é de 180 (cento e oitenta) meses. Os valores estão atualizados pela variação da taxa Selic, e a última parcela está prevista para dezembro de 2029.

12. Partes Relacionadas

Descrição	2.015	2.014
Empréstimos entre unidades (a)	3.225.992	2.203.765
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	4.345.702	3.903.509
	7.571.694	6.107.274

(a) - **Empréstimos:** Corresponde a empréstimos captados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. (b) - **Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativos ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. **13. Receitas Diferidas:** Corresponde ao 2º termo aditivo do contrato 034/2012 no valor de R\$ 10.094.648 e 4º termo aditivo ao contrato 034/2012 no valor de R\$ 278.500, pactuados junto a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à execução de obras de ampliação e aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade. A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.015	2.014
(+) Subvenção para investimento	5.419.232	10.373.148
(-) Aquisição de equipamentos (Ativo imobilizado)	(1.124.180)	(4.953.916)
	4.295.052	5.419.232

14. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.015	2.014
Saldo inicial	1.638.799	1.361.945
Adições (Nota 17 - despesa com pessoal)	455.185	404.077
Baixas por rescisões de contratos	(90.342)	(127.223)
Saldo final	2.003.642	1.638.799

15. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. No exercício de 2015, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, identificou contingências prováveis de perda no montante de R\$ 735.579 (Em 2014 - R\$ 1.324.000), e reverteu parcialmente o saldo da provisão constituída no exercício anterior no montante de R\$ 588.421. **16. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeios referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.015 montaram R\$ 50.508.120 (2.014 - R\$ 48.751.160).

17. Despesas com Pessoal:

Descrição	2.015	2.014
Salários e ordenados	(7.980.644)	(7.257.229)
Insalubridade	(812.450)	(745.145)
Horas extras	(682.976)	(356.890)
Décimo terceiro salário	(956.829)	(879.973)
Férias	(1.311.120)	(1.125.433)
FGTS	(984.491)	(880.870)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(455.185)	(404.077)
Contribuição patronal ao INSS	(3.060.640)	(2.939.030)
Isenção da contribuição patronal ao INSS	3.060.640	2.939.030
Outras despesas com pessoal	(1.132.523)	(743.555)
	(14.316.218)	(12.393.172)

18. Serviços de Terceiros

Descrição	2.015	2.014
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(17.906.006)	(17.631.832)
Serviços tomados de pessoa jurídica	(4.423.086)	(4.685.814)
	(22.329.092)	(22.317.646)

19. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

20. Drogas Materiais e Medicamentos:

Descrição	2.015	2.014
Dieta enteral e parenteral	(420.499)	(342.129)
Medicamentos	(1.561.234)	(1.295.740)
Ortese e prótese	(699.276)	(797.209)
Materiais de uso do paciente	(1.467.916)	(1.216.871)
Gases medicinais	(803.194)	(586.684)
Gêneros alimentícios	(706.213)	(569.960)
Materiais de limpeza e lavanderia	(347.600)	(267.343)
Peças e acessórios para reposição	(248.921)	(430.069)
Filmes Radiológicos	(113.967)	(117.192)
Materiais para Hemodiálise	(103.852)	(80.737)
Fios Cirúrgicos	(70.757)	(74.160)
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos	(961.440)	(817.619)
	7.504.868	(6.595.713)

21. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

continua

Descrição	2.015	2.014
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	2.248.746	982.495
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	10.088.340	11.360.311
Total	12.337.086	12.342.806
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	3.254.812	3.105.116
Honorários médicos	3.391.655	3.470.310
Partes relacionadas	7.571.694	6.107.274
Total	14.218.161	12.682.700
Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.		
22. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.015 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. (b) Apresentação da cota patronal: A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 17 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. (c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. 23. Imunidade e Isenção Tributária: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar		
- Hospital Regional Público do Sudoeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA, é uma filial da Pró-Saúde, entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social) A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:		
Descrição	2.015	2.014
Contribuição para o financiamento da seguridade social	1.528.691	1.481.846
Contribuição patronal ao INSS	3.060.640	2.939.030
	4.589.331	4.420.876
24. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.		
Dom Eurico dos Santos Veloso - Presidente da Pró-saúde • Jocelmo Pablo Mews - Diretor Geral da Pró-Saúde • Valdemir Fernille Girato - Diretor Geral do Hospital Rodrigo Fauth - Diretor Financeiro do Hospital • Cezar Lima Araújo - Contador do Hospital - CRC: PA-010598-06 • David Martins Ferreira - Contador Geral - CRC: SP195413/O-2 "S" - PA		
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras		
Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA. Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA , que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.015 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras: A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. Opinião sem ressalva: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfase: Continuidade operacional: O Hospital tem apurado prejuízos operacionais constantes, fato que tornou o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de repactuar o contrato de gestão junto ao Governo Estadual do Pará, para equilibrar os custos e receitas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. Outros assuntos Demonstrações financeiras do exercício anterior: Examinamos as demonstrações financeiras do exercício de 2.014, e o nosso relatório emitido em 06 de Março de 2.015 não conteve ressalva. Entretanto, conteve parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional, em virtude dos déficits apurados recorrentes, que tornaram o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Marabá, 07 de março de 2.016.		
LM Auditores Associados CRC 2SP018.611/O-8	Maurício Diácoli CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA	

Protocolo 944701



www.ioe.pa.gov.br
Fone: (91) 4009-7802

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA

CNPJ nº 24.232.886/0075-01

Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais				Demonstração do resultado		
Ativo	Nota	2.015	2.014	Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais		
Circulante				Nota	2.015	2.014
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.577.401	1.122.899			
Contas de receber	5	7.275.384	7.319.042			
Estoques	6	2.029.446	1.560.937			
Adiantamento a fornecedores		11.403	3.206			
Outros ativos circulante		176.305	22.247			
Total do Ativo		13.069.939	10.028.331			
Não Circulante Realizável em longo prazo						
Depósitos judiciais	14	1.350.556	1.591.108			
Imobilizado	7	1.499.868	1.894.649			
Total do Ativo		15.920.363	13.514.088			
				Passivo e patrimônio líquido negativo		
				Circulante		
				Fornecedores	8	3.971.613
				Honorários médicos	9	3.302.030
				Obrigações sociais e trabalhistas	10	2.831.265
				Obrigações fiscais	11	3.015.044
				Partes relacionadas	12	5.554.337
				Total do Passivo		18.674.289
				Não Circulante		15.409.007
				Provisão para descontinuidade	13	1.682.661
				Provisão para contingência	14	1.351.249
				Total do Passivo		3.033.910
				Patrimônio Líquido Negativo		(5.890.246)
				Patrimônio social negativo		(4.588.235)
				(Déficit) superávit dos exercícios		(1.199.601)
				Total do Passivo		(5.787.836)
				Total do Passivo		13.514.088
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais						
		Patrimônio social negativo	Superávit (déficit) dos exercícios		Total	
Em 1º de Dezembro de 2.014		(6.330.175)	439.929		(5.890.246)	
Transferência		439.929	(439.929)		-	
Superávit do exercício		-	1.302.011		1.302.011	
Em 31 de Dezembro de 2.014		(5.890.246)	1.302.011		(4.588.235)	
Transferência		1.302.011	(1.302.011)		-	
Déficit do exercício		-	(1.199.601)		(1.199.601)	
Em 31 de Dezembro de 2.015		(4.588.235)	(1.199.601)		(5.787.836)	
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.015 e de 2.014. Cifras apresentadas em reais.						
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar e efetuar atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstica ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser, obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 07 de dezembro de 2.006, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional Público da Transamazônica, com prazo de vigência de 05 (cinco) anos, e ajustáveis a cada 12 (doze) meses. Em 07 de dezembro de 2012, celebrou novo contrato de gestão, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por períodos sucessivos, limitados a 60 (sessenta) meses. Em 2015 vigoraram o terceiro e quarto termos aditivos ao contrato de gestão, sendo este último vigente até 06 de dezembro de 2.016. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. c) Plano de ação - Contrato de gestão: A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para repactuar o contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará, com o objetivo de equilibrar os custos da unidade hospitalar com as receitas. Nos últimos anos, em função dos déficits recorrentes apurados, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido e patrimônio social negativo. Enquanto o reajuste do contrato de gestão não ocorrer, a Administração buscará medidas alternativas que são: reduzir ainda mais os custos sem prejudicar os atendimentos hospitalares, e obter empréstimos financeiros com outras unidades da Pró-Saúde. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 17 de Março de 2.016. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para descontinuidade e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida: Receita diferida - investimento: As receitas diferidas de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamental). Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado						
Demonstração do resultado abrangente						
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em Reais						
(Déficit) Superávit dos Exercícios (1.199.601) 1.302.011						
Resultado Abrangente dos Exercícios (1.199.601) 1.302.011						
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto						
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais						
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
(Déficit) superávit dos exercícios (1.199.601) 1.302.011						
Ajustado por:						
Depreciação e amortização		808.947	797.515			
Realização de subvenções do ativo imobilizado		(265.005)	(265.008)			
Constituição de provisão para contingência		-	1.351.249			
(Déficit) superávit dos exercícios ajustados (655.659) 3.185.767						
Variações nos ativos e passivos						
Contas de receber de clientes		43.658	(5.273.565)			
Estoques		(468.509)	(54.108)			
Adiantamento a fornecedores		(8.197)	13.011			
Depósitos judiciais		240.552	(625.675)			
Outros ativos circulantes		(154.058)	32.606			
Fornecedores		926.873	503.015			
Honorários Médicos		543.725	1.485.720			
Obrigações sociais e trabalhistas		360.813	125.904			
Obrigações fiscais		563.169	(1.673.171)			
Provisão para descontinuidade		340.594	(182.752)			
Outros passivos circulantes		-	(16.031)			
Caixa líquido (aplicado nas) geradas pelas atividades operacionais 1.732.961 (2.479.279)						
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Aquisições de ativo imobilizado		(149.161)	(99.703)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (149.161) (99.703)						
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Empréstimos captados de partes relacionadas		870.702	489.087			
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos 870.702 489.087						
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa 2.454.502 (2.089.895)						
Demonstração do aumento(redução) do caixa e equivalentes de caixa						
No início do exercício		1.122.899	3.212.794			
No fim do exercício		3.577.401	1.122.899			
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa 2.454.502 (2.089.895)						
ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. f) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. g) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e						

continuação

za qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **22. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal

do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: **PIS (Programa de Integração Social):** A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. **COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):** A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.015	2.014
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.643.331	1.576.847
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	-	117.182
Contribuição patronal ao INSS	3.900.281	3.421.117
	5.543.612	5.115.146

23. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso
Presidente

Dom Eurico dos Santos Veloso
Presidente da Pró-saúde

Jocelmo Pablo Mews
Diretor Geral da Pró-Saúde

Edson Gonçalves Primo
Diretor Geral do Hospital

Mailson Martins Peixoto
Diretor Adm/Financeiro do Hospital

Marilde Mencato - Contadora do Hospital - CRC / RO: 03720/O-9 "S" PA

David Martins Ferreira - Contador Geral - CRC: SP195413/O-2 "S" - PA

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira - PA.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento

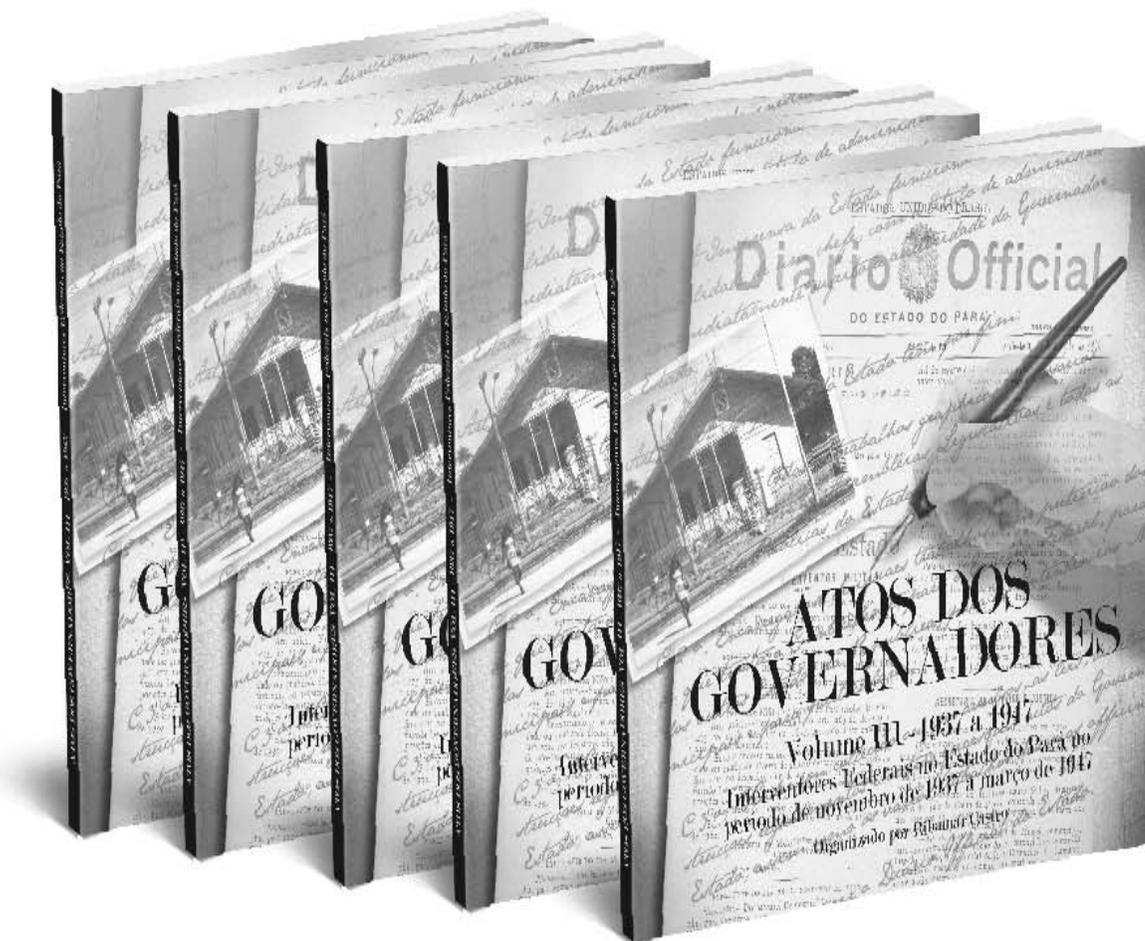
de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Opinião sem ressalva:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em to-

dos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica - Altamira/PA** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase: Continuidade operacional:** O Hospital tem apurado prejuízos operacionais constantes, fato que tornou o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de repactuar o contrato de gestão junto ao Governo Estadual do Pará, para equilibrar os custos e receitas. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras do exercício anterior:** Examinamos as demonstrações financeiras do exercício de 2.014, e o nosso relatório emitido em 27 de Fevereiro de 2.015 não conteve ressalva. Entretanto, conteve parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional, em virtude dos déficits apurados recorrentes, que tornaram o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Altamira, 17 de Março de 2.016.

LM Auditores Associados
CRC 2SP018.611/O-8

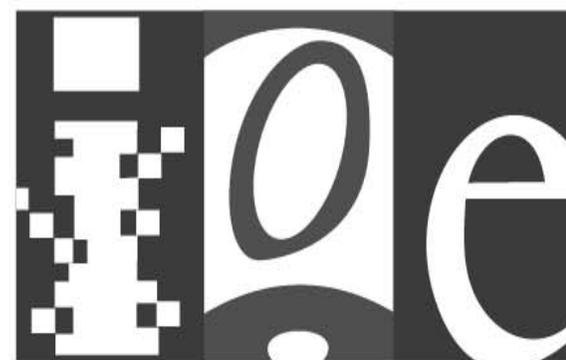
Maurício Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo 944703



4009-7817

Edições



IMPRESA OFICIAL DO ESTADO

Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA

CNPJ nº 24.232.886/0168-37

Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais			Demonstração do resultado Período findo em 31 de dezembro - Em Reais			
Ativo	Nota	2.015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.015	
Circulante			Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.795.912	Fornecedores	8	934.539	
Contas de receber	5	11.403.839	Honorários médicos	9	229.701	
Estoques	6	823.127	Obrigações sociais e trabalhistas	10	808.894	
Outros ativos circulante		315.047	Obrigações fiscais		78.642	
		21.337.925	Receita diferida	11	18.339.205	
Não Circulante			Partes relacionadas	12	129.735	
Imobilizado	7	1.850.831			20.520.716	
Intangível	7	51.257	Não Circulante			
Subvenções	7	(1.902.088)	Provisão para descontinuidade	13	312.089	
Total do Ativo		21.337.925			312.089	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Período findo em 31 de dezembro - Em Reais			Patrimônio Líquido			
	Superávit do exercício	Total	Superávit do período		505.120	
Superávit do período	505.120	505.120			505.120	
Em 31 de Dezembro de 2.015	505.120	505.120	Total do Passivo		21.337.925	
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Período de 18 de agosto a 31 de dezembro de 2.015 - Cifras apresentadas em Reais			Demonstração do resultado abrangente Período findo em 31 de dezembro - Em Reais			
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, facultades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstica ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneras ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 18 de agosto de 2.015, celebrou com a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará o Contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido no Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo, com vigência de 12 (Doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 5 anos. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e; III - Prestação de Contas. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 18 de Março de 2.016. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências, quando constituídas, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para descontinuidade. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: ● Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. ● Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. ● Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. ● Imobilizado: Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. ● Intangível: Refere-se aos bens não corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a amortização correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida: As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. f) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. g) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. h) Instrumentos financeiros: ● Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e empréstimos com partes relacionadas. ● Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e honorários médicos. 4. Caixa e Equivalentes de Caixa						
					2.015	
					2.194	
					8.793.718	
					8.795.912	
					(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.	
					5. Contas a Receber	
					2.015	
					Secretaria do Estado de Saúde Pública	
					do Pará - Repasse de custeio	
					11.403.839	
					11.403.839	
					Subsequente ao encerramento do exercício social, e até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras, foi recebido o montante de R\$10.973.458.	
					6. Estoques	
					2.015	
					Medicamentos	
					438.406	
					Materiais hospitalares de consumo e reposição	
					184.653	
					Materiais de Higiene e limpeza	
					76.488	
					Materiais de Expediente e Impressos	
					27.483	
					Materiais Hospitalares de Reposição	
					42.404	
					Outros	
					53.693	
					823.127	

continua >

continuação

7. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar

a) Composição

Itens Imobilizado	2.015		
	Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido
Equipamentos Telefônicos	20.281	(338)	19.943
Maquinas e Equipamentos de informática	241.686	(6.411)	235.275
Equipamentos de Infraestrutura	64.278	(3.729)	60.549
Maquinas e Equipamentos Hospitalares	700.321	(8.284)	692.037
Móveis e Utensílios de Escritório	151.501	(3.088)	148.413
Móveis e Utensílios Hospitalares	305.166	(4.302)	300.864
Adto a Fornecedor de Imobilizado	393.750	-	393.750
Total	1.876.983	(26.152)	1.850.831
Intangível			
Direitos de uso de software	53.110	(1.853)	51.257
Total	53.110	(1.853)	51.257
Subvenções a realizar			
Subvenções governamentais *	(1.902.088)	-	(1.902.088)
Total	(1.902.088)	-	(1.902.088)

* As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, softwares de gestão e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada ao resultado com base no valor da depreciação correspondente aos bens. **b) Movimentação:** Não houve baixas durante o período de 2.015, portanto, os valores mencionados acima na coluna do custo correspondem às adições ocorridas no período. **c) Taxas de depreciação e amortização:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios	10,0%
Direitos de uso de software	20,0%

8. Fornecedores

Descrição	2.015
Materiais e medicamentos	762.659
Serviços de terceiros pessoa jurídica	125.672
Imobilizado	46.208
Total	934.539

9. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.015
Honorários médicos pessoa jurídica	229.701
Total	229.701

10. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.015
Salários e ordenados	415.600
FGTS	42.609
INSS	41.845
Provisão de Férias e encargos	266.866
Outras	41.974
Total	808.894

11. Receita Diferida: Corresponde aos valores pactuados com a Secretária Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para utilização em Investimento.

Descrição	2.015
Subvenção para investimento	3.339.205
Subvenção para custeio	15.000.000
Total	18.339.205

12. Partes Relacionadas

Descrição	2.015
Empréstimos entre unidades (a)	310
Pró-Saúde - Sede Administrativa (b)	(130.045)
Total	(129.735)

(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos concedidos a outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. **(b) - Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hos-

pitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. **13. Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no período foi a seguinte:

Descrição	2.015
Adições (Nota 16 - despesa com pessoal)	312.089
Saldo final	312.089

14. Provisão para Contingências: Em 31 de dezembro de 2015, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível em trâmite na justiça. **15. Receitas com Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2.015 montam a R\$ 4.052.486.

16. Despesas com Pessoal

Descrição	2.015
Salários e ordenados	(1.057.411)
Décimo terceiro salário	(140.295)
Auxílio Habitação	(23.667)
Ajuda de Custo	(23.000)
Férias	(246.604)
FGTS	(115.933)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(312.089)
Contribuição Patronal ao INSS	(341.072)
Isonção da Contribuição Patronal ao INSS	341.072
PIS	(14.721)
Outras	(42.613)
Total	(1.976.333)

17. Serviços de Terceiros

Descrição	2.015
Serviços médicos de terceiros	(338.108)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(128.302)
Total	(466.410)

18. Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

19. Drogas Materiais e Medicamentos

Descrição	2.015
Medicamentos	(32.690)
Materiais de uso do paciente	(67.539)
Tecidos E Confecções	(139.400)
Materiais de limpeza e lavanderia	(74.101)
Impressos e materiais de Expediente	(18.554)
Outros	(25.129)
Total	(307.155)

20. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.015
Ativos	
Valor justo por meio do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	8.795.912
Recebeíveis	
Contas a receber	11.403.839
Total	20.199.751
Passivos	
Pelo custo amortizado	
Fornecedores	934.539
Honorários médicos	229.701
Partes Relacionadas	129.735
Total	1.295.575

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **21. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.015 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 16 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **22. Contribuições Sociais Usufruidas:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.015
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	572.362
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	1.395.317
Contribuição patronal ao INSS	341.072
Total	1.736.389

23. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso

Presidente

Michael R. Cansação da Silva - Contador local - CRC: PA 010610/O-2

Jocelmo Pablo Mews

Diretor Geral da Pró-Saúde

Alba Lucia de M. Sá Muniz

Diretor Geral do Hospital

David Martins Ferreira - Contador geral - CRC: SP195413/O-2 "S" - PA

Tatiane Aparecida dos Santos

Diretor Financeiro do Hospital

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA. Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 18 de agosto a 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstra-

ções financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que

são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Opinião sem ressalva:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Oncológico Infantil Octávio Lobo - Belém/PA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 18 de Agosto a 31 de Dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Belém, 18 de Março de 2.016.

LM Auditores Associados

CRC 2SP018.611/O-8

Maurício Diácoli

CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

**Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA**

CNPJ nº 24.232.886/0134-98

Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais				Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2.015	2.014	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.015	2.014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.410.973	5.269.143	Fornecedores	9	5.499.056	3.206.486
Contas de receber	5	12.768.885	10.873.866	Honorários médicos	10	2.980.812	3.475.222
Estoques	6	1.783.555	2.046.182	Obrigações sociais e trabalhistas	11	7.393.444	6.412.095
Outros ativos circulante		481.481	330.981	Obrigações fiscais	12	2.287.679	733.147
		20.444.894	18.520.172	Partes relacionadas	13	2.409.029	2.259.578
				Estoques de terceiros	14	676.546	676.546
Não Circulante				Receitas diferidas	15	504.291	99.569
Realizável a longo prazo				Outros passivos circulantes		31.913	440
Empréstimos de medicamentos	7	906.166	906.919			21.782.770	16.863.083
		906.166	906.919	Não Circulante			
Imobilizado	8	4.416.801	4.377.651	Provisão para descontinuidade	16	3.082.119	2.067.281
Intangível	8	25.376	35.954			3.082.119	2.067.281
Subvenções a realizar	8	(4.442.177)	(4.413.605)	Patrimônio Líquido (Negativo)			
		906.166	906.919	Patrimônio social		496.727	(581.428)
				(Déficit) superávit do exercício		(4.010.556)	1.078.155
Total do Ativo		21.351.060	19.427.091			(3.513.829)	496.727
				Total do Passivo		21.351.060	19.427.091
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais							
		Patrimônio social		Superávit (déficit) do exercício		Total	
Em 1º de Janeiro de 2014		696.175				(581.428)	
Transferência			(1.277.603)		1.277.603		
Superávit do exercício					1.078.155		1.078.155
Em 31 de Dezembro de 2.014			(581.428)		1.078.155		496.727
Transferência			1.078.155		(1.078.155)		
Déficit do exercício					(4.010.556)		(4.010.556)
Em 31 de Dezembro de 2.015			496.727		(4.010.556)		(3.513.829)
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2.015 e 2.014 Cifras apresentadas em reais.							
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstica ou a administração propriamente dita, à Entidades congêneres ou não e também à estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. b) Contrato de Gestão - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 12 de dezembro de 2.012, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de gestão nº 046/2012 para o gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, vigente por 12 (doze) meses. Em 12 de dezembro de 2.015, foi pactuado o 8º termo aditivo ao contrato de gestão, prorrogando por mais 12 (doze) meses, com término previsto para 12 de dezembro de 2.016. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: I - Prestação de Serviços Hospitalares (Mapa de Produção); II - Indicadores de Qualidade; e III - Prestação de Contas. c) Plano de ação - Contrato de gestão: A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para repactuar o contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará, com o objetivo de equilibrar os custos da unidade hospitalar com as receitas. No exercício de 2.015, em função do déficit apurado, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido e patrimônio líquido negativo. Enquanto o reajuste do contrato de gestão não ocorrer, a Administração buscará medidas alternativas que são: reduzir os custos operacionais sem prejudicar os atendimentos hospitalares, e obter empréstimos financeiros com outras unidades da Pró-Saúde. 2. Base de Preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as				quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 18 de Março de 2.016. 2.1 Base de Mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando constituída, o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para descontinuidade. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. b) Ativos circulantes e não circulantes: Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. c) Passivos circulantes e não circulantes: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. d) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. e) Receita diferida: As receitas diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). Receita diferida - investimento: Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidade vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente			
Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais							
		2.015		2.014			
(Déficit) Superávit do Exercício		(4.010.556)	1.078.155			1.078.155	
Outros resultados abrangentes							
Resultado Abrangente do Exercício		(4.010.556)	1.078.155			1.078.155	
Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais							
		2.015		2.014			
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(4.010.556)	1.078.155			1.078.155	
(Déficit) superávit do exercício ajustado por:							
Ajustado por:							
Depreciação e amortização		491.809	389.562				
Realização de subvenções de investimento		(491.312)	(552.719)				
(Déficit) superávit do exercício ajustados		(4.010.059)	914.998				
Varições nos ativos e passivos							
Contas de receber de clientes		(1.895.019)	(10.609.119)				
Estoques		262.627	(516.808)				
Outros ativos circulante		(150.500)	(68.579)				
Empréstimos de medicamentos		753	931				
Fornecedores		2.292.570	1.729.605				
Honorários médicos		(494.410)	1.834.368				
Obrigações sociais e trabalhistas		981.349	771.349				
Obrigações fiscais		1.554.532	80.764				
Outros passivos circulantes		31.473	(428)				
Provisão para descontinuidade		1.014.838	952.725				
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(411.846)	(4.910.194)				
Fluxos de caixa das atividades de investimentos							
Aquisições de ativo imobilizado		(520.381)	(1.131.576)				
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(520.381)	(1.131.576)				
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos							
Empréstimos tomados (pagos) - partes relacionadas		149.451	1.960.155				
Subvenções governamentais para investimento		924.606	200.000				
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		1.074.057	2.160.155				
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		141.830	(3.881.615)				
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa							
No início do exercício		5.269.143	9.150.758				
No fim do exercício		5.410.973	5.269.143				
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		141.830	(3.881.615)				
aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. f) Patrimônio social: Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. g) Receitas e despesas: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao							

continuação

funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **h) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas e contas a receber de clientes. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e partes relacionadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.015	2.014
Fundo Fixo	3.000	3.000
Banco conta movimento (a)	155.300	2.408.734
Aplicações financeiras de curto prazo(b)	5.252.673	2.857.409
Total	5.410.973	5.269.143

8. Imobilizado, Intangível e Subvenções a Realizar.

A) Composição

Itens	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Benfeitorias	1.027.095	(41.084)	986.011
Instrumentos Médicos Hospitalares	104.149	(18.144)	86.005
Equipamentos de informática	495.480	(195.813)	299.667
Máquinas e equipamentos Méd. Mhospitares	2.680.949	(521.455)	2.159.494
Móveis e utensílios hospitalares	815.537	(135.915)	679.622
Móveis e utensílios de escritório	79.179	(32.588)	46.591
Móveis e utensílios	162.291	(2.879)	159.412
Total imobilizado	5.364.681	(947.880)	4.416.801
Total do ativo imobilizado		(24.341)	25.376
Direito de uso de software	49.717		49.717
Total intangível	49.717	(24.341)	25.376
Total do ativo imobilizado (-) Subvenções a realizar	(4.442.177)	-	(4.442.177)
Total subvenções a realizar	(4.442.177)	-	(4.442.177)
Total do ativo imobilizado	(4.442.177)	-	(4.442.177)

B) Movimentação

Itens	Saldo em 31/12/14	Adições	Depreciação	Realizações	Saldo em 31/12/15
Benfeitorias	1.027.095	-	-	-	1.027.095
Instrumentos Méd. Hospitalares	93.547	10.602	-	-	104.149
Equipamentos de informática	479.134	16.346	-	-	495.480
Máquinas e equiptos Médicos	2.411.945	269.007	-	-	2.680.952
Móveis e Utensílios	-	162.291	-	-	162.291
Móveis e utensílios hospitalares	773.690	41.847	-	-	815.537
Móveis e utensílios de escritório	58.887	20.292	-	-	79.179
(-) Depreciação **	(466.648)	-	(481.231)	-	(947.879)
Total imobilizado	4.377.651	520.381	(481.231)	-	4.416.801
Direito de uso de software	49.717	-	-	-	49.717
(-) Amortização **	(13.763)	-	(10.578)	-	(24.341)
Total intangível	35.954	-	(10.578)	-	25.376
(-) Subvenções a realizar *	(4.413.605)	(519.884)	-	491.312	(4.413.605)
Total Subvenções a realizar	(4.413.605)	(519.884)	-	491.312	(4.413.605)
Total geral		497	(491.809)		

* As subvenções a realizar referem-se à recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício na rubrica de receitas de subvenções - investimento, mediante ao valor correspondente à depreciação do bem em 2.015 no montante de R\$ 491.312. ** As despesas com depreciação e amortização, apurada conforme a vida útil dos bens no exercício de 2015 montou a R\$ 491.809 (Em 2014 - R\$ 389.562).

C) Taxas de depreciação e amortização

As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Equipamentos de informática	20,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e Utensílios	10,0%
Móveis e utensílios hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

9. Fornecedores

Descrição	2.015	2.014
Materiais e Medicamentos	3.646.549	2.303.708
Imobilizado	393.051	60.740
Serviços tomados Pessoa Jurídica	1.459.456	842.038
Total	5.499.056	3.206.486

10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.015	2.014
Honorários médicos pessoa jurídica	2.980.812	3.475.222
Total	2.980.812	3.475.222

11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.015	2.014
Salários e ordenados	2.335.870	2.085.561
FGTS	362.441	314.393
INSS	461.003	225.821
Provisão de férias e encargos	4.143.996	3.706.363
Outras	90.134	79.957
Total	7.393.444	6.412.095

12. Obrigações Fiscais

Descrição	2.015	2.014
Imposto de renda retido na fonte	1.051.199	647.068
Imposto sobre serviços retidos na fonte	71.217	10.902
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	1.165.263	75.177
Total	2.287.679	733.147

(a) Corresponde aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará. (b) Corresponde a certificado de depósitos bancários (CDB), aplicado no Banco Banpará, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, remunerados a taxa de 97% a 101% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

5. Contas a Receber

Descrição	2.015	2.014
Secretaria Executiva de Saúde Pública	12.768.885	10.873.866
Total	12.768.885	10.873.866

6. Estoques

Descrição	2.015	2.014
Dietas e fios cirúrgicos	67.190	58.436
Gases Medicinais	80.749	21.753
Materiais de Banco de Sangue	49.501	21.562
Materiais hospitalares de consumo	441.260	612.330
Materiais hospitalares de reposição	118.711	117.019
Medicamentos	582.629	785.499
Materiais de higiene e Limpeza	45.212	87.218
Materiais de Manutenção	139.893	118.438
Uniformes e enxovais	649	33.983
Demais materiais	257.761	189.944
Total	1.783.555	2.046.182

7. Empréstimos de Medicamentos: Corresponde a empréstimos de medicamentos efetuados a outros Hospitais do Estado do Pará, por meio de solicitações da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará, sem prazo para devolução.

Descrição	2.015	Líquido	2.014	Líquido
Depreciação Acumulada	(41.084)	986.011	1.027.095	986.011
	(18.144)	86.005	87.769	87.769
	(195.813)	299.667	380.981	380.981
	(521.455)	2.159.494	2.131.310	2.131.310
	(135.915)	679.622	708.028	708.028
	(32.588)	46.591	42.468	42.468
	(2.879)	159.412	-	-
Total	(947.880)	4.416.801	4.377.651	4.377.651
	(24.341)	25.376	35.954	35.954
	-	(4.442.177)	(4.413.605)	(4.413.605)
Total	(4.442.177)	(4.442.177)	(4.413.605)	(4.413.605)

Itens	Saldo em 31/12/14	Adições	Depreciação	Realizações	Saldo em 31/12/15
Benfeitorias	1.027.095	-	-	-	1.027.095
Instrumentos Méd. Hospitalares	93.547	10.602	-	-	104.149
Equipamentos de informática	479.134	16.346	-	-	495.480
Máquinas e equiptos Médicos	2.411.945	269.007	-	-	2.680.952
Móveis e Utensílios	-	162.291	-	-	162.291
Móveis e utensílios hospitalares	773.690	41.847	-	-	815.537
Móveis e utensílios de escritório	58.887	20.292	-	-	79.179
(-) Depreciação **	(466.648)	-	(481.231)	-	(947.879)
Total imobilizado	4.377.651	520.381	(481.231)	-	4.416.801
Direito de uso de software	49.717	-	-	-	49.717
(-) Amortização **	(13.763)	-	(10.578)	-	(24.341)
Total intangível	35.954	-	(10.578)	-	25.376
(-) Subvenções a realizar *	(4.413.605)	(519.884)	-	491.312	(4.413.605)
Total Subvenções a realizar	(4.413.605)	(519.884)	-	491.312	(4.413.605)
Total geral		497	(491.809)		

13. Partes Relacionadas

Descrição	A pagar/(a receber)	2.015	2.014
Empréstimos - Hospital de Altamira/PA (a)	(568)	(301)	(301)
Empréstimos - Hospital Galileu (a)	2.898.402	1.998.380	1.998.380
Empréstimos - Hospital Oncológico (a)	(56)	-	-
Empréstimos - Hospital Marabá (a)	(920.000)	-	-
Sede Administrativa Pró-Saúde (b)	431.251	261.499	261.499
Total	2.409.029	2.259.578	2.259.578

(a) - **Empréstimos:** Corresponde a empréstimos captados / (cedidos) às outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. (b) - **Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

14. Estoques de Terceiros: A Entidade, ao iniciar por meio de contrato de gestão sua operação no Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência, unidade pública que já se encontravam em funcionamento, assumiu a responsabilidade pela manutenção dos estoques de materiais e medicamentos já existentes, aferidos mediante inventário físico. Assim o reconhecimento se deu registrando em seu ativo os estoques, em contrapartida, reconhecendo esses montantes como obrigação perante a Secretaria do Estado de Saúde Pública (SESPA), observado que a manutenção e o consumo desses estoques são cíclicos dentro do curso normal das atividades e a restituição efetiva ocorrerá por ocasião do encerramento do respectivo contrato de gestão. **15. Receitas Diferidas:** Corresponde ao 1º, 3º e 6º termo aditivo ao contrato 046/2012, pactuado junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à reforma, revitalização e aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade. O valor total do 1º termo aditivo de investimento é de R\$ 4.954.131, do 3º termo aditivo de investimento é de R\$ 200.000, e do 6º termo aditivo de investimento é de R\$ 924.605,00 e todos foram totalmente recebidos. A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.015	2.014
Saldo inicial	99.569	1.213.182
(+) Subvenção para investimento	924.606	200.000
(-) Aquisição de equipamentos (Ativo imobilizado)	(519.884)	(1.313.613)
Total	504.291	99.569

16. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.015	2.014
Saldo inicial	2.067.281	1.114.556
Adições (Nota 19-despesa com pessoal)	1.014.838	952.725
Saldo final	3.082.119	2.067.281

17. Provisão para Contingências: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui nenhum processo com probabilidade de perda provável ou possível em trâmite na justiça. **18. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.015 montaram R\$ 94.448.977 (2.014 - R\$ 90.681.721).

19. Despesas com Pessoal

Descrição	2.015	2.014
Salários e ordenados	(27.530.029)	(24.798.722)
Insalubridade	(1.493.807)	(1.306.271)
Horas extras e adicionais	(2.656.060)	(2.308.752)
Vale transporte	(700.358)	(638.309)
Décimo terceiro salário	(3.032.964)	(2.637.492)
Férias	(4.031.347)	(3.466.021)
FGTS	(3.198.806)	(2.855.327)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(1.014.838)	(952.725)
Contribuição Patronal ao INSS	(9.670.917)	(8.673.880)
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	9.670.917	8.673.880
PIS	(383.960)	(342.046)
Outras	(22.985)	(148.770)
Total	(44.065.154)	(39.454.435)

20. Serviços de Terceiros

Descrição	2.015	2.014
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(19.611.166)	(18.673.053)
Serviços tomados de pessoa física e outros	(33.421)	-
Serviços tomados de pessoa jurídica	(6.043.679)	(6.475.045)
Total	(25.288.266)	(25.148.098)

21. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

22. Drogas, Materiais e Medicamentos

Descrição	2.015	2.014
Medicamentos	(5.093.986)	(4.872.219)
Filmes radiológicos, fios cirúrgicos e dietas	(938.819)	(947.328)
Órtese e prótese	(2.075.840)	(2.183.977)
Materiais de uso do paciente	(5.512.581)	(4.449.671)
Gases medicinais	(770.795)	(1.009.802)
Gêneros alimentícios	(1.188.025)	(1.145.459)
Materiais de limpeza e lavanderia	(1.031.026)	(1.073.581)
Combustíveis e lubrificantes	(64.669)	(157.263)
Materiais de conservação e reparos	(427.541)	(223.113)
Impressos e materiais de expediente	(261.592)	(193.629)
Peças e acessórios de reposição	(322.914)	(176.908)
Outros	(301.159)	(440.626)
Total	(17.988.947)	(16.873.576)

23. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.015	2.014
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	5.410.973	5.269.143
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	12.768.885	10.873.866
Total	18.179.858	16.143.009
Passivos		

▶continuação

ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.015 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal.

(b) Apresentação da cota patronal: A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 19 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho

ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades.

25. Imunidade e Isenção Tributária: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA, é uma filial da Pró-Saúde, entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: **PIS (Programa de Integração Social):** A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. **COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social):** A

entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.015	2.014
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	2.859.094	2.769.390
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	-	97.034
Contribuição patronal ao INSS	9.670.917	8.673.880
	12.530.011	11.540.304

26. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso

Presidente

Fabio Brandão - Contador local - CRC/PA: MA-008601/O-8 "T" - PA

Jocelmo Pablo Mews

Diretor Geral da Pró-Saúde

Rogério Kuntz

Diretor Geral do Hospital

David Martins Ferreira - Contador Geral - CRC: SP-195413/O-2 "S" - PA

Itamar Cabral Monteiro

Diretor Adm/Financ. do Hospital

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA.** Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

opinião sem ressalva. **Opinião sem ressalva:** Em nossa opinião as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Metropolitano de Urgência e Emergência - Ananindeua/PA** em 31 de dezembro de 2.015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase: Continuidade operacional:** O Hospital tem apurado prejuízos operacionais constantes, fato que tornou o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de repactuar o contrato de gestão junto ao Governo Estadual do Pará, para equilibrar os custos e receitas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ananindeua, 18 de Março de 2.016.

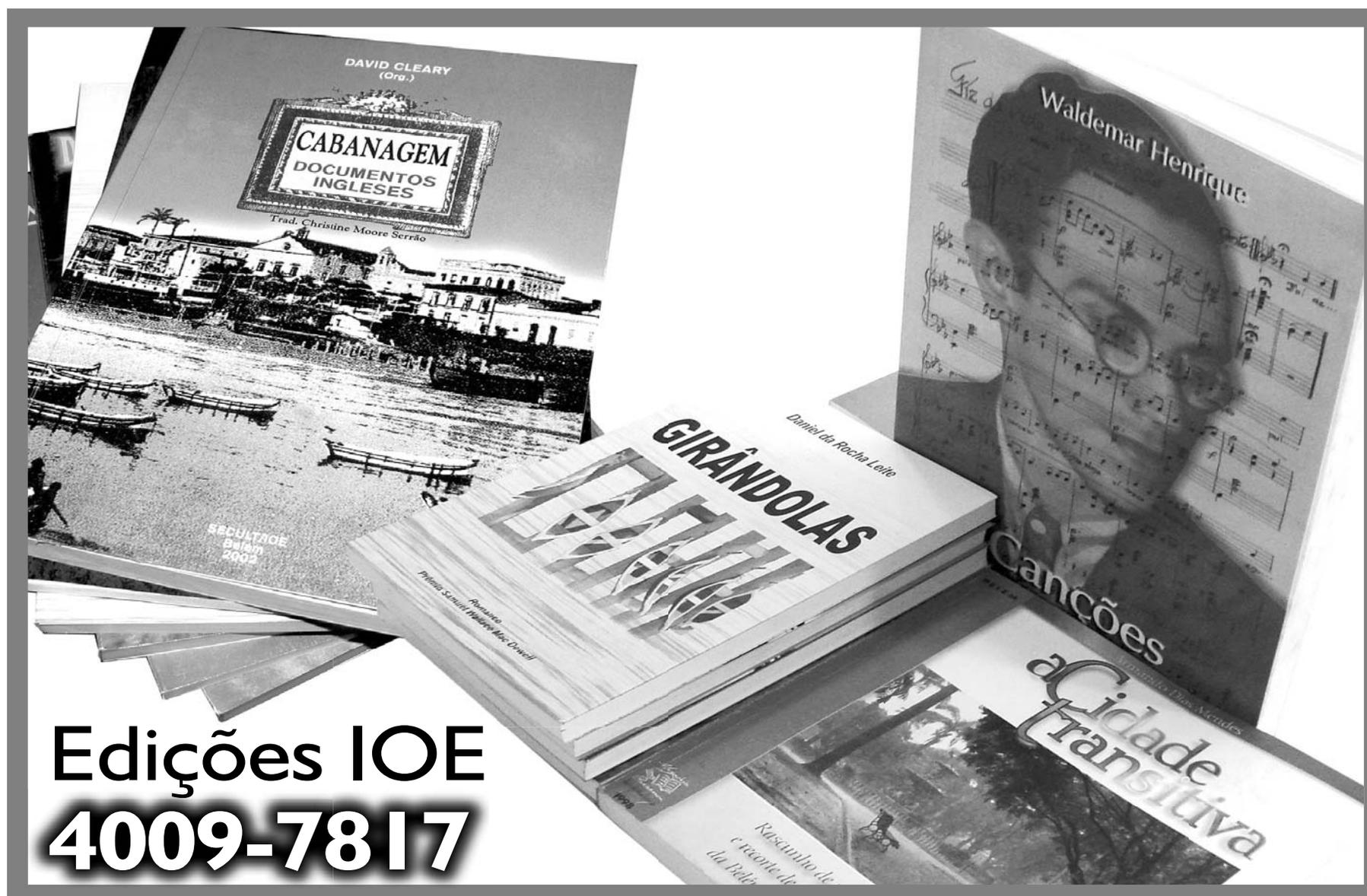
LM Auditores Associados

CRC 2SP018.611/O-8

Maurício Diácoli

CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

Protocolo 944777



Edições IOE
4009-7817